



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JANAINA APARECIDA PARREIRA

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: estudo das possibilidades de sua efetivação no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG

JUIZ DE FORA

2018

JANAINA APARECIDA PARREIRA

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: estudo das possibilidades de sua efetivação no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carina Berta Moljo.

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Parreira, Janaina Aparecida.

Serviço Social e Projeto Ético-Político: Estudo das possibilidades de sua efetivação no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG / Janaina Aparecida Parreira. -- 2018.

310 p. : il.

Orientadora: Carina Berta Moljo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2018.

1. Serviço Social. 2. Exercício profissional. 3. Projeto Ético Político. I. Moljo, Carina Berta, orient. II. Título.

JANAINA APARECIDA PARREIRA

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: estudo das possibilidades de sua efetivação no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carina Berta Moljo.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Carina Berta Moljo (Orientadora).

Prof^a. Dr^a. Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Yolanda Demétrio Guerra
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, é importante ressaltar que essa dissertação é um produto possível, tendo em vista os inúmeros desafios encontrados durante o período de realização do mestrado, em que foi preciso conciliar por mais de um ano as disciplinas com o emprego, e depois, com os quilômetros de distância que me separaram dos familiares e amigos.

Com Gonzaguinha, “aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas, e é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá, e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”. E por mais que o ato de escrever possa ser em muitos momentos solitário, nada seria possível sem a presença dos meus familiares, amigos, professores e da minha orientadora.

Agradeço a Deus por abençoar as minhas escolhas e me dar forças para conseguir finalizar essa etapa, quando eu mesma acreditava que não era possível. Agradeço senhor, por me dar o maior livramento que eu já presenciei em toda minha vida, permitindo que nenhum mal me atingisse. Se estou viva, é graças a ti!!

Aos meus familiares, que sempre acreditaram em mim e souberam entender as minhas ausências e inúmeras reclamações. Minha mamis (Vânia) por todas as orações para que eu concluísse essa etapa. Ao Julimar, que por muitas vezes enxugou as minhas lágrimas, e me incentivou a continuar nessa caminhada. Amo você!

À minha querida orientadora Carina Berta Moljo, pelo comprometimento e paciência, na condução da orientação, na leitura atenta e qualificada que sempre me instigava a refletir, e por todas as palavras de incentivo durante o tempo em que estivemos juntas na graduação e no mestrado. Confesso que no início assustei com o seu “jeitinho” argentino de ser, firme com as palavras, mas depois descobri que não se limitava a isso. Na firmeza das suas palavras, encontrei uma pessoa que se preocupava com a minha vida profissional e pessoal, e desejava o melhor para mim. Sentirei saudades das orientações e das conversas sobre a vida.

Às professoras, Cláudia Mônica dos Santos e Yolanda Guerra pelas frutíferas contribuições nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação.

À professora Maria Carmelita Yazbek, por ter me recebido como ouvinte na PUC/SP na disciplina Fundamentos do Serviço Social II, cujas aulas foram fundamentais para meu aprofundamento teórico.

Aos amigos e companheiros da turma de 2016 do mestrado pelo aprendizado e convivência e, por muitas vezes, dividirmos os nossos sonhos e angústias até a conclusão desta

dissertação. Saudades das conversas no corredor que acalentavam o meu coração e também dos nossos cafés regados de análises críticas do processo de formação profissional a partir do mestrado!!!

Aos alunos e alunas da disciplina Laboratório de Serviço Social em Áreas de Intervenção com ênfase em Assistência Social, ministrada pela professora Carina Moljo, que tão bem me receberam, participarem das aulas e contribuíram para minha formação, entendendo meus limites e inseguranças por estar em uma sala de aula como estagiária de docência.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo aprendizado, conhecimento, disponibilidade e presteza com que realizam o seu trabalho. Nivea e Maria Helena, obrigada pelo auxílio necessário durante o mestrado e com os documentos para a defesa. Ao Léo, funcionário da biblioteca, que ao longo deste meu percurso, se mostrou sempre solícito a encontrar as bibliografias necessárias para a elaboração desta dissertação.

Aos membros da pesquisa “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS” pelas experiências e reflexões sobre o exercício profissional. Em especial a Poly, carinhosamente chamada de “florzinha” que me incentivou a fazer o processo seletivo do mestrado, e vibrou a cada resultado das etapas, e a Tamara, que ao longo desses 30 meses escutou as minhas angústias, minhas reflexões e por muitas vezes foi o elo com a minha orientadora, entregando formulários e os materiais que produzia. Obrigada meninas!!

Às assistentes sociais que participaram da pesquisa, pela disponibilidade em revelar os aspectos do cotidiano de seu exercício profissional, sem o qual não seria possível a realização desta dissertação.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho. É com muito orgulho e gratidão que ousou dizer: mestra em Serviço Social!

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou - eu não
aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre
portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando
borboletas.*

Manoel de Barros

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo analisar o exercício profissional dos assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Juiz de Fora/MG, bem como conhecer as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no cotidiano profissional. O caminho teórico metodológico utilizado consiste em pesquisa bibliográfica a partir de referenciais teóricos vinculados a tradição marxista que abordam e articulam as temáticas acerca dos fundamentos do Serviço Social, exercício profissional e o Projeto Ético-Político, e pesquisa qualitativa a partir de entrevistas com 16 assistentes sociais que exercem a profissão em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS's do município de Juiz de Fora/MG. A exposição e organização da pesquisa está composta em três capítulos. O capítulo I realiza um retrospecto das bases sócio-históricas do Serviço Social e sua vinculação com o Projeto Ético-Político; o capítulo II aborda o exercício profissional do assistente social, as suas dimensões constitutivas e as implicações para o agir profissional que se desenvolve e materializa na esfera do cotidiano, bem como as possibilidades de suspensão temporária da cotidianidade que corroboram para a efetivação do Projeto Ético-Político. No capítulo III é realizada a apresentação e análise dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo. O resultado desta pesquisa nos possibilitou compreender os limites, desafios e possibilidades presentes no exercício profissional para a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Exercício profissional. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to analyze the professional practice of social workers in the Centers of Reference in Social Assistance (CRAS) of the city of Juiz de Fora / MG, as well as to know the possibilities of making the Ethical-Political Project in the professional routine. The theoretical methodological approach used consists of a bibliographical research based on theoretical references linked to the Marxist tradition that approach and articulate the themes about the foundations of Social Work, professional practice and the Ethical-Political Project, and qualitative research, with interviews with 16 social workers who practice the profession in 05 (five) of the 09 (nine) CRAS's of the municipality of Juiz de Fora / MG. The exhibition and organization of the research is composed of three chapters. Chapter I presents a retrospective of the socio-historical bases of Social Service and its connection with the Ethical-Political Project; Chapter II deals with the professional practice of the social worker, its constitutive dimensions and the implications for the professional activity that develops and materializes in the sphere of everyday life, as well as the possibilities of temporary suspension of daily life that corroborate for the implementation of the Ethical- Political. Chapter III presents and analyzes the data obtained from the field research. The result of this research allowed us to understand the limits, challenges and possibilities present in the professional exercise for the implementation of the Ethical-Political Project of the profession.

Keywords: Social Service. Professional exercise. Ethical-Political Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social.

AMAC – Associação Municipal de Apoio Comunitário.

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

FSS – Faculdade de Serviço Social.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MG – Minas Gerais.

NOB – SUAS- Norma Operacional Básica do SUAS.

NOB – RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

PSB – Proteção Social Básica.

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1- Espaços que os assistentes sociais participam: organização da categoria profissional, partido político, sindicatos, movimentos sociais, conselhos de direitos, outros.....	203
Gráfico 2- Principais atividades desempenhadas no CRAS.....	224
Gráfico 3- Realização do trabalho interdisciplinar no CRAS.....	239
Gráfico 4- Avaliação sobre o trabalho com grupos no CRAS.....	252
Gráfico 5- Como o Código de Ética se concretiza no espaço sócio-ocupacional.....	263
Gráfico 6- Relação entre o SUAS e o Projeto Ético-Político.....	267
Tabela-1: Identificação das instituições de ensino onde as profissionais realizaram as especializações Latu Sensu.....	198
Tabela-2: Composição da equipe técnica de cada CRAS.....	231
Tabela-3: Limites e possibilidades encontrados no exercício profissional.....	255
Tabela-4: Importância da implementação do SUAS para o Exercício profissional do/da assistente social.....	259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: RESTROSPECTO DE SUAS BASES SÓCIO-HISTÓRICAS.....	26
1.1- O PENSAMENTO CONSERVADOR CLÁSSICO.....	27
1.2- PÓS-MODERNIDADE E NEOCONSERVADORISMO.....	41
1.3- PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A PRESENÇA DE TRAÇOS CONSERVADORES.....	53
1.4- SERVIÇO SOCIAL: DAS BASES CONSERVADORAS À RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	61
1.5- A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO E O SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES	84
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO COTIDIANO.....	102
2.1-COTIDIANO: <i>LOCUS</i> EM QUE SE DESENVOLVE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	103
2.1.1- A dialética de Hegel e a categoria mediação.....	112
2.1.2- O procedimento investigativo em Marx: a mediação como uma categoria reflexiva.....	117
2.1.3- A mediação como uma categoria ontológica.....	122
2.2-SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL.....	126
2.3- CARACTERÍSTICAS GERAIS DA VIDA COTIDIANA: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	157
CAPÍTULO III – O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG: ANÁLISE REFLEXIVA A PARTIR DAS POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	170

3.1-A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	171
3.2-APRESENTANDO A REALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG A PARTIR DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).....	185
3.3-O PERFIL PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS E AS INSTÂNCIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA PROFISSÃO.....	189
3.4- EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) EM JUIZ DE FORA/MG E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	205
3.4.1- Exercício profissional do/da assistente social e a referência do Projeto Ético-Político: limites e potencialidades.....	222
3.5- A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO EXPRESSA NA SUA DIMENSÃO JURÍDICO-POLÍTICA: SUBSÍDIOS PARA O ENFRENTAMENTO COTIDIANO.....	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS	281
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	288
APÊNDICE A.....	301
APÊNDICE B.....	309

INTRODUÇÃO

Os temas de pesquisa nascem da experiência do pesquisador, de seus sentimentos, porém, a realização da pesquisa exige a interlocução com a teoria, a ida a campo, a interação com os sujeitos. Fazer pesquisa, neste sentido, é descobrir caminhos, é configurar e decifrar uma paisagem desconhecida na perspectiva do que se está pesquisando. Na verdade, partimos do que já conhecemos com vistas a um conhecimento mais pleno da realidade em análise, sabendo que tal conhecimento se constrói ao longo da pesquisa, e só se revela na trajetória (MARTINELLI, 2005, p.123)

O estudo ora apresentado é fruto da pesquisa realizada no mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como objetivo conhecer as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG.

O interesse e a opção por abordar esta temática estão relacionados com minha trajetória acadêmica e com as experiências e reflexões construídas ao longo da graduação e pós-graduação, que possibilitaram um maior amadurecimento teórico sobre este objeto de estudo. Deste modo, apresento as minhas motivações para a elaboração desta pesquisa. Longe de estar cumprindo apenas uma mera exigência acadêmica, este exercício de apresentar ao leitor o ponto de partida dos debates e das inquietações que ora se apresentam como proposta deste trabalho, é fundamental, pois demonstra que o conhecimento não é algo pronto e nem se esgota em uma única produção acadêmica: ele está em constante construção e amadurecimento, exigindo-nos leitura e esforços para desvendar o real.

A motivação inicial está relacionada às disciplinas cursadas ao longo da graduação, com destaque para Trabalho e Serviço social e Oficina de Trabalho Profissional I, em que foram problematizadas questões que tangem o exercício profissional, como: as novas competências e atribuições ao exercício profissional do/da assistente social em decorrência das mudanças da relação Estado e sociedade civil; as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa - que constituem o exercício profissional; a relação entre a teoria e a prática; a relação entre Projeto Ético-Político e trabalho assalariado e os instrumentos e técnicas presentes na dimensão técnico-operativa. Nestas disciplinas, pude conhecer temas que despertaram meu interesse para a pesquisa acadêmica.

Ainda na graduação, me inseri como bolsista de iniciação científica em projeto cujo tema era “O Projeto Ético-político do Serviço Social: a passagem do âmbito da possibilidade ao âmbito da efetividade”¹. Uma das finalidades deste projeto era identificar quais as mediações necessárias para a efetividade do Projeto Ético-Político no exercício profissional, uma vez que entendemos que a teoria e a prática não são deslocadas do nosso exercício profissional e que a passagem de uma para outra não é automática. A participação neste projeto de iniciação científica possibilitou um aprofundamento sobre o debate do Projeto Ético-Político da profissão a partir dos instrumentos normativos que o expressam - Código de Ética da profissão de 1993, Lei de regulamentação da profissão e diretrizes curriculares de 1996, bem como o entendimento que este projeto não é homogêneo na profissão, convivendo com projetos profissionais e societários em constante disputa e com direções diferentes.

Neste mesmo período em que era bolsista deste projeto, iniciei o estágio curricular em uma associação civil, sem fins lucrativos, destinada à prestação de serviços na área da proteção social básica em Juiz de Fora/MG. Durante a vivência do estágio, várias questões e inquietações se fizeram presentes, com destaque para as seguintes: saber qual o entendimento que os usuários possuíam sobre a política de assistência social; a importância de vislumbrar como a política de assistência social no Brasil vinha se desenvolvendo a partir da Constituição Federal de 1988 e a sua consolidação enquanto direito; as condições de trabalho do assistente social e os rebatimentos que poderiam existir para uma atuação crítica guiada pelo projeto ético-político da profissão e os limites e possibilidades de respostas críticas às demandas dos sujeitos. Como fruto destas problematizações, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busquei identificar qual a compreensão dos usuários sobre a política de assistência social prestada pelas organizações da sociedade civil filantrópicas².

Porém, o ponto crucial para a escolha do tema que aqui trabalhamos, foi a inserção como bolsista de treinamento profissional³ na pesquisa intitulada “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS⁴” – financiada pelo CNPq e pela

¹ Este projeto de pesquisa foi coordenado pela professora Doutora Cláudia Mônica dos Santos, na época professora associada da Faculdade de Serviço Social-UFJF.

² O TCC foi elaborado em conjunto com outra discente que também fez o seu estágio em uma organização da sociedade civil sem fins destinada à prestação de serviços na área da proteção social básica.

³ O período de permanência como bolsista foi de 17/03/2015 à 31/03/2016. Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFJF continuei participando do grupo de pesquisa, porém na condição de colaboradora e como parte das atividades da pós-graduação.

⁴ A pesquisa se inseria no grupo Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, da FSS/UFJF e teve como participantes discentes do mestrado em Serviço Social e alunas de iniciação científica e treinamento profissional do curso de Serviço Social – UFJF.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob coordenação da professora Dra. Carina Berta Moljo. Retomaremos em um momento posterior os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada, pois foram a partir dos debates e dos resultados desta pesquisa que surgiram novas problematizações e que constituem o objeto de estudo desta dissertação.

Aliado a esta trajetória acadêmica, é importante demarcar a importância do estágio de docência⁵ na disciplina Laboratório de Serviço Social em Áreas de Intervenção- Assistência, sob coordenação da Professora Dra. Carina Moljo, realizado no mestrado em Serviço Social/UFJF entre os meses de agosto a dezembro de 2016. Os laboratórios em áreas de intervenção são componentes curriculares que possuem ementa aberta com o objetivo de problematizar o exercício profissional do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, a partir das mediações teórico-críticas necessárias ao exercício profissional. Por se tratar de um laboratório que discute uma temática específica, neste caso, a política de assistência social, optamos por construir coletivamente com os alunos a bibliografia a ser discutida e as formas de avaliação da disciplina. Ao longo das aulas, problematizamos o exercício profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as mediações necessárias com o Projeto Ético-Político, bem como a importância da dimensão investigativa no cotidiano profissional.

A partir das discussões apresentadas pelos alunos de graduação em sala de aula, com base na inserção nos seus respectivos campos de estágio curriculares, o estágio de docência proporcionou o aprofundamento em leituras comuns ao nosso objeto de estudo e reflexões coletivas sobre o exercício profissional na assistência social.

Desta forma, é evidente que foram as reflexões propiciadas através do estágio de docência, do grupo de estudos, das leituras, das atividades desenvolvidas e da pesquisa de campo da qual participei juntamente com outras bolsistas, que compõem minha trajetória acadêmica e minha formação profissional, que culminaram na escolha do objeto de estudo trabalhado nesta dissertação.

A partir do exposto, elencamos alguns questionamentos primordiais para o desenvolvimento desta dissertação e que buscamos responder em nosso estudo: quais as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no exercício profissional do/da assistente social no âmbito da proteção social básica em Juiz de Fora, especificamente nos CRAS's? O

⁵ A proposta do estágio de docência é definida pela CAPES como “parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência e a qualificação do ensino de graduação [...]”. (Art. 18, Portaria MEC/CAPES nº 76/2010, de 14 de abril de 2010).

Projeto Ético-Político se materializa no exercício profissional? Se sim, quais as mediações necessárias para este processo? Quais os desafios e possibilidades existentes no cotidiano profissional do/da assistente social que incidem sobre o exercício profissional consubstanciado pelo Projeto Ético-Político da profissão?

A partir desses questionamentos, o objetivo geral desta dissertação constituiu-se em conhecer as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos CRAS's de Juiz de Fora/MG.

Para alcançar esse objetivo geral, foi preciso percorrermos um caminho teórico-metodológico que nos levasse a chegar nesta finalidade. Assim, estabelecemos como objetivos específicos: refletir sobre os processos sócio-históricos que propiciaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social; problematizar sobre o exercício profissional a partir das suas dimensões constitutivas, a saber: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e identificar as mediações que perpassam a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista.

É preciso compreender que nosso exercício profissional é polarizado por interesses contraditórios e as demandas que chegam para o Serviço Social estão atravessadas pela luta de classes (IAMAMOTO, 2015). As reflexões sobre a materialização do Projeto Ético-Político no exercício profissional estão subsidiadas pelo debate das mediações⁶ como componentes essenciais para este processo, uma vez que não há uma relação imediata e direta entre o direcionamento presente no nosso projeto profissional hegemônico e a sua efetivação. Cabe ressaltar que ao entendermos que as ações profissionais dos/das assistentes sociais no cotidiano profissional podem vir a fortalecer um projeto profissional conservador ou crítico, segundo o direcionamento orientador do/da profissional - que explica o “para quem” fazer; a quem as ações profissionais estão fortalecendo, não estamos desconsiderando os múltiplos aspectos que permeiam esta problemática, como por exemplo, a tensão existente entre o Projeto Ético-Político e a condição de trabalhador assalariado do assistente social, conforme elucida Iamamoto (2015). De antemão, cabe-nos salientar que, ao trabalharmos com a possibilidade de materialização/efetivação do Projeto Ético-Político no cotidiano profissional, entendemos que alguns princípios e valores presentes nos aparatos normativos que compõem esse projeto podem se efetivar nas nossas ações profissionais, a partir da captação de um conjunto de mediações que estão postas na realidade conforme Lukács nos aponta (2013) e de outras mediações, que

⁶ As mediações no exercício profissional que podem possibilitar a efetivação do Projeto Ético-Político serão trabalhadas com maior profundidade no segundo capítulo e depois retomadas no terceiro capítulo, ao apresentar e analisar os dados da pesquisa de campo.

com o desenvolvimento do ser social foram criadas, a exemplo da ética e da política. A compreensão da mediação enquanto categoria ontológica e reflexiva (MARTINELLI, 2012)⁷, neste processo de materialização/efetivação do Projeto Ético-Político é fundamental, posto que sem ela, poderíamos incorrer no equívoco de afirmar que o discurso teórico e/ou a vontade do/da assistente social seriam suficientes para que o exercício profissional estivesse consubstanciando pelo Projeto Ético-Político, o que configuraria em uma análise descolada do movimento da realidade e de seus determinantes.

Entendemos a importância desta categoria, pois concordamos com o estudo de Santos (2010) que disserta sobre a relação entre teoria e prática, apontando que a passagem da primeira para a segunda não é automática, mas permeada por um conjunto de mediações. Desta forma, entendemos que a passagem daquilo que se delineia em nosso Projeto Ético-Político hegemônico para o exercício profissional, também não o é, visto que há um conjunto de mediações no real que escapam da vontade dos/das assistentes sociais e que, portanto, não permitem que possam “materializar” o conjunto de princípios e valores contidos no projeto Ético-Político apenas segundo o próprio desejo. Neste sentido, prevalece nesta pesquisa a compreensão de que a não efetividade de princípios e valores do Projeto Ético-Político não depende, exclusivamente, da pretensão profissional, já que a realidade pode dificultar este processo.

Contudo, apesar das dificuldades existentes na realidade, entendemos ser necessário o direcionamento ético-político e teórico-metodológico para que os/as profissionais captem as mediações que podem vir a possibilitar a efetivação de princípios e valores de nosso projeto hegemônico no cotidiano profissional.

Através do direcionamento das ações profissionais, está posta a possibilidade de fortalecimento do projeto de emancipação da classe trabalhadora no sentido presente no Projeto Ético-Político hegemônico ou de afirmação de um projeto profissional conservador, compatível com o projeto societário vigente. Portanto, partimos do entendimento que a hegemonia do Projeto Ético-político não significa a extinção do conservadorismo no âmbito da profissão, haja vista que existem projetos profissionais e societários distintos e em constante disputa e que por

⁷ “A mediação é uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social e que possui uma dupla dimensão: *ontológica* – que pertence ao real, está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito e *reflexiva* - elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediatividade (aparência) em busca de essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. Ou seja, a “(...) sua construção consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade fundamentalmente pela intervenção da consciência” (Martinelli, 1993, p. 137).” (MARTINELLI, 2012, p. 3).

isso, no exercício profissional, os/as assistentes sociais podem expressar princípios e valores compatíveis com os diferentes projetos existentes.

Desta forma, acreditamos que pesquisar sobre o exercício profissional consubstanciado pelo Projeto Ético-Político é de suma importância para o fortalecimento das três dimensões da profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política) que compõem o exercício profissional, para o desvendar dos limites e possibilidades presentes no exercício profissional e para conhecer as mediações que atravessam a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político no cotidiano profissional.

(...) o exercício profissional orientado por um projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades, faculta aos assistentes sociais a consciência de pertencer ao gênero e lhe permite desenvolver escolhas capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sociocêntricos que transcendam a mera necessidade pessoal e profissional de seus agentes que se hipertrofia na esfera da cotidianidade. Ao clarificar seus objetivos sociais, realizar escolhas moralmente motivadas, compreender o significado social da profissão no contexto da sociedade capitalista, escolher crítica e adequadamente os meios éticos para o alcance dos fins éticos, orientados por um Projeto Profissional Crítico, os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromissos indiscutíveis. (GUERRA, 2007, p.15).

Como nos mostra Iamamoto (2015) o estudo sobre o exercício profissional

não se reclama uma regressão a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos. Entretanto, a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem historicidade ao exercício profissional, e adensam a agenda da formação profissional, carece de uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualifica-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise de particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social (IAMAMOTO, 2015, p.463).

Portanto, apreender e refletir sobre o exercício profissional a partir do direcionamento e dos princípios e valores presentes no Projeto Ético-político e nos aparatos normativos da profissão é uma necessidade frente ao avanço do conservadorismo, do fortalecimento das premissas pós-modernas, do surgimento e agudização de novas expressões da questão social, da criminalização dos movimentos sociais, do desmonte da seguridade social, da retirada de

direitos conquistados pela classe trabalhadora, entre outros inúmeros desafios que são colocados cotidianamente para o exercício profissional, sendo necessário, portanto, a clareza das atribuições e competências profissionais bem como o conhecimento dos valores e princípios éticos que balizam as nossas ações profissionais.

Com a finalidade de contemplar todos os questionamentos e problematizações advindas do nosso objeto de estudo, entendemos que é pertinente esclarecermos que o materialismo histórico-dialético foi nossa referência teórico-metodológica neste trabalho, uma vez que a partir do mesmo é possível compreender o objeto considerando as determinações econômicas, políticas e culturais da sociedade capitalista, bem como as suas contradições, particularidades, universalidades e singularidades.

Os nossos estudos nesta dissertação estão embasados na teoria social de Marx e nos seus procedimentos investigativos para conhecer a realidade. As reflexões desenvolvidas pelo autor se deram a partir do processo produtivo, onde os indivíduos produzem socialmente dentro de um determinado contexto histórico. Ao estudar o processo de produção material, Marx realiza procedimento de intensificação analítica, partindo de uma categoria, para depois articulá-la com as demais⁸. Desta forma, Marx estabelece o ponto inicial das suas análises a partir do concreto, de algo existente na realidade para assim desvelar a aparência do objeto e chegar à sua essência. Este procedimento da abstração é necessário, pois se analisarmos o objeto apenas pela sua forma imediata, aparente, que se mostra na realidade, teremos uma reprodução falsa, desconsiderando os determinantes históricos, políticos, econômicos e sociais que perpassam a realidade.

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade), um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável—aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações mais simples” (NETTO, 2009a, p. 18).

Após este momento de abstração como parte do processo para explicar os fenômenos, o autor realiza aproximações sucessivas ao objeto e torna visível as contradições e os seus fundamentos, isto é, reconhece que possuem “um ponto de partida nas próprias coisas, uma

⁸ Um exemplo que elucida de maneira clara, é que Marx não analisa primeiramente a teoria do valor e posteriormente a mercadoria, mas sim o contrário, devido à necessidade de começar de algo concreto, que existe na realidade e não de ideias. “Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social- da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, pág.41).

base objetiva real; na verdade, mostra que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos” (PRATES, 2012, p.122).

Prates (2012, p.120) ressalta que outro elemento importantíssimo na obra de Marx que circunscreve diretamente ao método é a busca pela historiografia e gênese de cada elemento, onde o autor através dos processos históricos, identifica o que provocou a configuração do agora, demonstrando que todo esse percurso se relaciona com a “existência de relações de correspondência entre estrutura econômica e as outras estruturas de uma sociedade”.

Portanto, a escolha do método não pode ser aleatória, pois é preciso ter a clareza do que queremos conhecer e como vamos conhecer, refletindo sobre quais as técnicas e estratégias que melhor se adequam para atingir as finalidades propostas e assim, a partir da compreensão do real, realizar procedimentos de intervenção, pois segundo Marx (2011), não basta interpretar o mundo, é preciso transformá-lo. Logo, a escolha do método, conforme destaca Prates (2012), está intrinsecamente relacionada ao conjunto de valores e a explicitação dos mesmos a partir da concepção dos homens, e com a unidade indissociável entre teoria e prática.

[...] é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual a prática é considerada, para a dialética marxiana, critério de verdade. No entanto, não pode ser qualquer prática, e sim uma prática orientada pela teoria, com clareza de finalidade, ou seja uma práxis (PRATES, 2012, p.120).

Após a explanação sobre o método de pesquisa que orienta todo o nosso estudo, demarcamos que utilizamos a pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa para atingir os objetivos propostos. Inicialmente o nosso processo de investigação consistiu em pesquisa bibliográfica para aprofundamento em produções teóricas pertinentes à nossa temática de estudo. Nas palavras de Miotto e Lima (2007, p. 44), a pesquisa bibliográfica possui a particularidade de ser

[...] sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica, uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

Após o aprofundamento em aportes teóricos que versam sobre o exercício profissional e o Projeto Ético-Político, utilizamos os dados da pesquisa de campo a partir da pesquisa “*Serviço Social e Sistema único de Assistência Social: uma análise a partir dos assistentes*

*sociais e usuários do SUAS*⁹”, financiada pelo CNPq e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que contou com a participação de alunos do mestrado em Serviço Social, de iniciação científica e de treinamento profissional do curso de graduação em Serviço Social dessa mesma universidade.

A pesquisa supracitada teve como objetivo analisar criticamente o exercício profissional do/da assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e se desenvolveu sob dois eixos analíticos. No eixo profissional, buscamos problematizar a dimensão da cultura e a relação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Sob o eixo dos usuários, objetivou-se conhecer os sujeitos usuários da política de Assistência Social no município de Juiz de Fora/MG, qual a compreensão que possuem sobre esta política e quais os impactos em suas vidas cotidianas a partir da inserção no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Esta pesquisa trabalhou com análise bibliográfica e documental (indireta) e pesquisa de campo (observações participantes e entrevistas), partindo de estudos já produzidos sobre a temática e análises sobre a conjuntura atual, tendo como fundamento a análise estrutural do sistema capitalista.

A primeira fase da pesquisa contou com 60 (sessenta) observações participantes em diferentes CRAS's do município de Juiz de Fora, tendo prévia consulta aos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução da política de assistência social no município, aos quais apresentamos a pesquisa, os seus integrantes, os objetivos e os procedimentos metodológicos. Após o aceite dos órgãos responsáveis, deu-se início a pesquisa de campo através das observações participantes. As observações participantes se direcionavam ao conhecimento do exercício profissional do assistente social e orientavam-se por um roteiro que continha indicações e aspectos a serem observados nos CRAS's, dentre eles, as condições de trabalho, as relações de trabalho, a organização do trabalho e a articulação teórica do/da assistente social em seu exercício profissional.

Para a realização das observações participantes foi elaborado um roteiro que se constituiu em um importante instrumento no auxílio dos aspectos a serem observados nos CRAS's. Após a elaboração do roteiro, foi feito um estudo interno com os membros da pesquisa, a fim de capacitá-los para a coleta dos dados. Desta forma, as equipes foram divididas de acordo

⁹ Destacamos que o que discorremos sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa não é novidade, uma vez que a partir da pesquisa supracitada já foram produzidos artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado. No entanto, nos esforçamos ao máximo para explicar com as nossas próprias palavras o desenvolvimento da pesquisa para não correremos o risco de involuntariamente plagiar o que já foi escrito por outros autores sobre a pesquisa.

com os dois eixos integrantes da pesquisa, a saber: o exercício profissional dos assistentes sociais e os usuários da política de assistência social via CRAS.

As observações participantes¹⁰ foram realizadas durante o ano de 2013 em diferentes CRAS's do município, com duração de 04 (quatro) horas cada uma. Destacamos que os critérios de escolha dos CRAS's para a realização das observações participantes foram baseados no Mapa Social¹¹ fornecido pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) que indica as áreas de maior vulnerabilidade social do município, as diferenças territoriais, bem como as diferentes formações das equipes profissionais.

Após a tabulação e as análises das observações participantes, o grupo de pesquisa verificou a necessidade de ir novamente a campo para aprofundar aspectos importantes que somente com as observações não foram possíveis de serem apreendidos, constituindo assim, a segunda fase da pesquisa: entrevistas com assistentes sociais que atuam nos CRAS's do município de Juiz de Fora/MG.

Segundo Gil (1999, p. 117), a entrevista “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação”. A entrevista é uma das técnicas de pesquisa que nos permitem obter informações e reflexões sobre o nosso objeto de estudo, podendo ser utilizada também técnicas como a história oral, grupo focal, a observação participante, entre outras.

As entrevistas, direcionadas ao exercício profissional, buscavam conhecer o perfil dos/das assistentes sociais, as suas condições de trabalho, seu processo de organização e planejamento de trabalho; a autonomia profissional e a articulação entre a teoria e a prática.

Para a realização das entrevistas em profundidade, entramos em contato pessoalmente com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e por telefone com a coordenadora de cada CRAS para informarmos sobre a pesquisa e a pré-disposição das assistentes sociais em nos conceder a entrevista. Após o aceite para o desenvolvimento da pesquisa, o grupo dedicou-se a

¹⁰ A partir desta primeira fase da pesquisa, foram produzidas dissertações de mestrado sobre o exercício profissional e os usuários da política de assistência social, trabalhos de conclusão de curso (TCC's), trabalhos publicados em anais de evento da categoria e apresentações no Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sobre o exercício profissional, temos a pesquisa de Daniela Leonel de Paula Mendes, intitulada “*As dimensões do exercício profissional: mediações teórico-práticas*”, onde a autora identifica como se expressam as determinações do cotidiano profissional a partir das novas transformações societárias; e sobre o eixo analítico dos sujeitos, a dissertação apresentada por Livia Mendes Viana, intitulada “*A política de assistência Social sob a perspectiva dos sujeitos: a experiência dos usuários dos CRAS de Juiz de Fora*”, cujo estudo consiste na busca por compreender a política de assistência social a partir do entendimento dos usuários, a quem ela se destina.

¹¹ Este relatório faz parte do Atlas Social do município de Juiz de Fora elaborado em 2006. Para maiores informações Cf. ATLAS SOCIAL – Juiz de Fora: diagnóstico / Prefeitura de Juiz de Fora; Gisele Machado Tavares (org.); Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

construção dos questionários e a realização do pré-teste a fim de verificarmos a clareza das perguntas, sua importância na obtenção das informações e a possibilidade de falhas e limites, buscando um aprimoramento do questionário a ser utilizado no momento da entrevista.

Posteriormente, fomos a cada CRAS para explicar pessoalmente os objetivos da pesquisa e informar que para a realização das entrevistas construímos um questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegura o anonimato dos participantes e a possibilidade de utilizar os dados coletados para produzir conhecimento através de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, entre outros.

O grupo de pesquisa realizou 16 (dezesesseis) entrevistas em profundidade com assistentes sociais¹² inseridas em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS's do município de Juiz de Fora/MG¹³ e 41 entrevistas com os usuários referenciados em 07 (sete) dos 09 (nove) CRAS's do referido município, nos meses de setembro e outubro de 2015.

Foram utilizados como forma de registrar as informações gravador e o questionário escrito, pois possibilitariam a transcrição das entrevistas de forma fidedigna ao que foi dito pelo entrevistado, e quando necessário, nos permitiria ouvir novamente as entrevistas.

No processo de análise do conteúdo obtido com as entrevistas, o grupo optou por reler o material coletado e depois separá-lo de acordo com o roteiro pré-estabelecido, e sucessivamente realizar as análises.

[...] a análise é uma etapa seguinte à coleta de dados e que precisa ser realizada. Na análise o pesquisador precisa separar o discurso em partes para que possa extrair e apreender as informações contidas nessas partes, para depois transformar as informações em dados, ou seja, essa transformação da fala transcrita em classes ou categorias será o tratamento das informações. (MANZINI, 2006, pág.375).

¹²O questionário utilizado na pesquisa encontra-se no apêndice A desta dissertação, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido adotado pela equipe- apêndice B.

¹³ Ressaltamos que inicialmente pretendíamos entrevistar todas as 29 (vinte e nove) assistentes sociais que atuam nos 09 (nove) CRAS's da cidade. Porém nem todas aceitaram nos conceder a entrevista e algumas das profissionais estavam afastadas do trabalho por diferentes motivos.

Nesta segunda fase da pesquisa, a partir da realização das entrevistas, foram produzidos novamente artigos¹⁴, trabalhos de conclusão de curso¹⁵ e dissertações de mestrado¹⁶ sob orientação da professora coordenadora da pesquisa.

Destacamos que o processo de análise é um dos momentos de maior complexidade da pesquisa em nosso entendimento, uma vez que o pesquisador precisa ter total clareza do seu objeto de pesquisa, fazer o *caminho de volta*, conforme pontua Marx (2011) e desenvolver um *método de exposição* compatível com o caminho investigativo que decidimos trilhar no processo de maturação do objeto. Além disso, é imprescindível ressaltar o cuidado, o rigor teórico e a responsabilidade que devemos ter ao estabelecermos reflexões a partir das informações coletadas na pesquisa de campo, uma vez que nelas estão presentes à concepção de uma outra pessoa sob determinado aspecto da realidade, no nosso caso, sob o exercício profissional das assistentes sociais na proteção social básica. Portanto, esclarecemos que tentamos ao máximo realizar as nossas análises sem proferir juízos de valores sobre as ações profissionais dos/das assistentes sociais, mas, a partir de uma leitura crítica e atenta da realidade, identificar as mediações que corroboram com a possibilidade de materialização do projeto Ético-Político e os limites e desafios presentes neste processo. Visando assegurar o anonimato dos sujeitos entrevistados, utilizamos ao longo deste estudo a terminologia assistente social acrescida do número da participante, conforme o exemplo: assistente social 01.

Sendo assim, este trabalho é composto por essa introdução que demarca as linhas gerais do objeto de estudo que escolhemos desenvolver nesta dissertação, seguido de três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “Serviço Social e Projeto Ético-Político: retrospecto das suas bases sócio históricas” discute-se o contexto sócio histórico que possibilitou o rompimento com o conservadorismo na profissão a partir da vertente de intenção

¹⁴ Dentre eles, a publicação em um dos eventos mais significativos da categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Cf. MOLJO, C.B; et al. Breves Apontamentos acerca do Exercício Profissional do Assistente Social nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG. XV CBAS/2016. Olinda/PE. E o artigo mais recente publicado no final de 2017 na revista Emancipação: “O exercício profissional do assistente social no SUAS: atribuições privativas e Projeto Ético-Político” de autoria de Carina Berta Moljo, Janaina Aparecida Parreira, Tamara Duarte Ramos, Zingla Assunção Pereira, Beatriz Chaves de Oliveira e Flávia Rangel Tonassi Martins.

¹⁵ MOTA, Jussara Vieira. EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E FORMAÇÃO CRÍTICA DOS SUJEITOS: reflexões acerca do exercício profissional no CRAS Sudeste Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Serviço Social) – UFJF, 2016.

PEREIRA, Zingla Assunção. Assistência Social: um estudo do exercício profissional dos assistentes sociais na Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Serviço Social) – UFJF, 2016.

¹⁶ Sob o eixo analítico dos usuários, a dissertação de Paula Aparecida do Nascimento Vieira, apresenta “A trajetória das famílias na política de assistência social: um estudo das experiências de vida retratadas sob o olhar dos sujeitos sociais”, buscando conhecer a vida cotidiana desses sujeitos e as possíveis implicações da política de assistência social em suas vidas.

de ruptura e posteriormente a construção do projeto ético-político da profissão. Apresentamos o debate sobre o conservadorismo, sua influência no Serviço Social, a interlocução com o marxismo, a Renovação da profissão e a construção do projeto ético-político, no sentido de explicar aos leitores que estes últimos (Renovação da profissão e a construção do projeto ético-político) foram processos paulatinos e fruto da maturação intelectual da categoria profissional.

O segundo capítulo, “Serviço Social e exercício profissional do/da assistente social: problematizações sobre os fundamentos do cotidiano” problematiza a compreensão da profissão no âmbito das relações capitalistas, sob o entendimento do/da assistente social enquanto um trabalhador que necessita vender a sua força de trabalho ao capital para garantir a sua subsistência e a relativa autonomia presente no exercício profissional, que permite responder com qualidade as exigências institucionais e atribuir um direcionamento ético-político ao exercício profissional. Neste sentido, retomamos as dimensões constitutivas do exercício profissional - dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política - situando o cotidiano profissional como o espaço que possibilita a materialização das dimensões constitutivas do exercício profissional e o desenvolvimento de ações profissionais consubstanciadas pelo Projeto Ético-Político.

No terceiro capítulo intitulado “O exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros De Referência em Assistência Social do município de Juiz de Fora /MG: análises reflexivas a partir das possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político”, apresentamos e dialogamos com as informações coletadas a partir de entrevistas realizadas com assistentes sociais que atuam nos CRAS’s do município de Juiz de Fora/MG. No desenvolvimento deste capítulo, optamos por delimitar um recorte temporal para abordar a política de assistência social, desenvolvendo nossa argumentação a partir da Constituição Federal aprovada em 1988, por este ser um de seus grandes marcos, elevando-a ao status de política pública e direito daqueles a quem dela necessitar. Essa caracterização breve sobre a política de assistência social faz-se necessário devido ao fato de ser o locus em que as entrevistadas atuam e por entendermos que este espaço pode vir a ocasionar rebatimentos no exercício profissional do/da assistente social.

Posteriormente, os dados coletados através da pesquisa de campo foram organizados a partir dos objetivos desta dissertação e também do roteiro utilizado pelos membros da pesquisa que fazíamos parte para a condução das entrevistas. Desta forma, juntamente com o perfil das entrevistadas, as análises estão agrupadas em quatro eixos de acordo com os componentes que que podem vir a materializar o Projeto Ético-Político e que serão trabalhados no primeiro capítulo dessa dissertação, a saber: instâncias político-organizativas, âmbito jurídico-político,

produção de conhecimentos e o exercício profissional, procurando identificar a partir dos relatos das entrevistadas se de fato o Projeto Ético -Político pode se materializar a partir desses eixos de análise e quais as mediações necessárias e utilizadas pelas profissionais neste processo. É importante destacarmos que a organização dos dados da pesquisa de campo apresentados no capítulo III a partir dos componentes que podem vir a materializar o Projeto Ético-Político, estão dispostos desta maneira para fins didáticos, facilitando a exposição dos mesmos, mas entendemos que esses elementos não estão isolados do exercício profissional, pelo contrário são transversais ao cotidiano profissional do assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional.

Ao fim, buscando responder às indagações que deram origem a esta dissertação, são realizadas considerações finais sobre as respostas obtidas no processo de investigação, listadas as referências bibliográficas utilizadas neste estudo e os apêndices, como o roteiro de entrevista (apêndice A) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B).

Esperamos que nossa pesquisa possa subsidiar o exercício profissional dos/das assistentes sociais que atuam na política de assistência social, oferecendo-lhes aportes teórico-metodológicos que possibilitem o desvelamento do real, as suas contradições, mediações, bem como o desenvolvimento de ações profissionais consubstanciadas pelo Projeto Ético-Político hegemônico.

CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: um retrospecto das suas bases sócio-históricas.

Considerando que o nosso objeto de estudo consiste em analisar o exercício profissional do assistente social nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's) e as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político a partir de um conjunto de mediações, as reflexões tecidas ao longo deste capítulo buscam apreender o pensamento conservador desde os seus primórdios até a sua face neoconservadora, bem como a sua incidência e rebatimentos no campo do Serviço Social, as bases sócio-históricas que possibilitaram o processo de Renovação crítica do Serviço Social bem como a construção do Projeto Ético-Político¹⁷.

Portanto, o debate sobre o conservadorismo supõe analisar, primeiramente, o seu significado a partir de autores como Burke (2017), Mannheim (1981) e Nisbet (1981), estabelecendo uma linha histórica que permita nos compreender a sua fase clássica trabalhada na obra de Escorsim Netto (2011), o conservadorismo moderno segundo Souza (2016) e a sua face neoconservadora. Neste sentido, abordaremos os traços da formação social brasileira que vinculados ao conservadorismo, influenciaram desde a gênese da profissão, a partir da doutrina social da Igreja com o tomismo, neotomismo, e posteriormente com a incorporação ao positivismo como um suporte teórico-metodológico necessário para o desenvolvimento da profissão. O conservadorismo no interior da profissão influenciou diretamente o exercício profissional dos assistentes sociais, e as “formulações teóricas” naquela época. Destarte, trazemos o debate do neoconservadorismo, porque apesar do conservadorismo ser criticado e enfrentado pela categoria profissional, a partir do processo de Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, com a perspectiva de intenção de ruptura, de fato, não aconteceu a sua superação. Conforme Netto (2006) o que realmente existe no interior da profissão a partir do final da década de 1980, é o posicionamento dos distintos projetos profissionais, sejam eles críticos ou conservadores.

Na atualidade temos uma hegemonia da vertente marxista que pode ser constatada na produção de conhecimentos, nos aparatos normativos da profissão e na organização política da categoria profissional. Essa hegemonia não deve ser confundida com homogeneidade, uma vez que os projetos profissionais e societários estão em constante disputa.

A recusa e crítica ao conservadorismo pela categoria profissional com a Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, concomitante a aproximação com a vertente marxista, as

¹⁷ O caminho percorrido por nós no capítulo 1, tais como a gênese do conservadorismo na profissão e o processo de renovação crítica do Serviço Social já foram debatidos pela categoria profissional, no entanto, entendemos ser importante retomarmos essas análises para avançarmos na compreensão do nosso objeto de estudo.

lutas em prol da redemocratização do país e a defesa dos interesses da classe trabalhadora, temos as bases que possibilitaram a construção do Projeto Ético-Político. Desta forma, partindo da compreensão desses processos históricos, traremos algumas reflexões sobre o Projeto Ético-Político.

1.1 O PENSAMENTO CONSERVADOR CLÁSSICO

De antemão cabe-nos fazer um pequeno adendo em relação à terminologia empregada neste item “O pensamento conservador clássico” uma vez que entendemos que o pensamento conservador não é único, mas sim, uma gama de conservadorismos, a partir de diversas expressões e manifestações que assumem em cada sociedade e período temporal. Baseando-nos na obra de Escorsim Netto (2011) o conservadorismo e as suas vertentes em uma primeira aproximação a este debate, estão relacionados ao ato de conservar. Isto é, remete ao significado de preservar algo, manter do jeito que está; preservação que pode se dar no âmbito das ideias, dos valores, concepções de mundo, etc., Entretanto, Karl Mannhein (1981) elucida que essa pré-disposição em aderir a crenças, dogmas estão ligados à tradição dos indivíduos e que por vezes são reproduzidas de forma inconsciente conformam o tradicionalismo. Diferentemente do tradicionalismo, o conservadorismo possui como um dos componentes a consciência, uma *estrutura mental objetiva*. No plano teórico, o conservadorismo com o seu discurso da valorização e preservação de algo, ignora o componente histórico e as análises que poderiam surgir a partir deste direcionamento. Portanto, o conservadorismo não deve ser confundido com o tradicionalismo.

[...]. Esse último se apresenta como uma característica psicológica universal, comum a todos os homens em todas as épocas, de apego quase instintivo a modos de vida antigos, em geral como reação defensiva a tendências reformistas. **O conservadorismo, por sua vez, é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente.** Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade. (MANNHEIM, 1981, p. 81, grifo nosso).

Em uma segunda aproximação a este debate, compreendemos que o surgimento do conservadorismo clássico¹⁸ está atrelado a um projeto político de oposição ao iluminismo e o ideário socialista, tendo como seu principal expoente Edmund Burke.

¹⁸ A designação de conservadorismo clássico é feita por Escorsim Netto (2011) para tratar da primeira forma que o conservadorismo assumiu, ou seja, a sua reação de oposição à revolução Francesa. A autora ao longo do seu estudo faz este debate a partir de alguns sociólogos: Mannheim, Gouldner e Nisbet. Para maiores informações

Em sua obra encontramos a afirmação clara da importância do feudalismo e de outras estruturas históricas como a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações, a região. Seu pensamento tinha forte tendência tradicionalista, combate o iluminismo e vai influenciar o pensamento sociológico (rito, status, símbolos etc.) (YAZBEK, 2009, p. 124).

O pensador Edmund Burke, principal expoente do conservadorismo clássico (que data de 1789 com a Revolução Francesa até 1914 com a primeira guerra mundial), em sua obra “Reflexões sobre a Revolução na França” originalmente escrita em cartas, em um movimento contrário a Revolução Francesa e aos seus ideais revolucionários defende a monarquia constitucional vivenciada pela Inglaterra. Para embasar os seus argumentos, o autor cita a Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, como um dos acontecimentos bem-sucedidos que a França deveria se espelhar. A revolução de 1688 com os seus preceitos restauradores e a valorização das tradições, recolocou o país novamente nos trilhos a partir de mudanças consagradas pela experiência. Deste modo, Burke (2017) argumenta que não é contrário as mudanças, porém as mesmas não deveriam ocorrer sobre o triunfo da razão, com a alegação que poderia ocorrer um caos no país.

Um povo não vai cuidar de sua posteridade se não respeita seus antepassados. Além disso, o povo da Inglaterra bem sabe que a ideia de herança oferece um princípio certo de transmissão, sem excluir, de forma alguma, um princípio de melhoria. Ela deixa livre a aquisição, mas assegura o adquirido. Quaisquer que sejam as vantagens obtidas por um Estado que atua sob essas máximas, são firmemente guardadas em uma espécie de estabelecimento familiar, uma espécie de usufruto eterno. Por uma política constitucional, seguindo o padrão da natureza, nós recebemos, mantemos e transmitimos o nosso governo e os nossos privilégios da mesma maneira de que desfrutamos e transmitimos nossa propriedade e nossas vidas (BURKE, 2017, p.68).

Para Burke (2017), até aquele momento, a Revolução Francesa era o acontecimento mais espantoso que o mundo havia vivenciado, e as suas implicações estavam para além da França, a total desordem influenciava outros países da Europa. A Revolução Francesa produziu enormes mudanças a partir de “meios absurdos e ridículos; nos modos mais ridículos e aparentemente, pelos mais vis instrumentos”. Este espírito de inovação é fruto de um temperamento egoísta e uma visão limitada da realidade (BURKE, 2017, p.67). Na tentativa de

sobre o pensamento conservador, consultar a obra de Leila Escorsim Netto, intitulada **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo, Cortez, 2011.

achar um culpado para a Revolução Francesa, Burke creditava a Rousseau este papel. “Tenho certeza de que os escritos de Rousseau conduziram diretamente a espécie de mal vergonhoso”.

Analisando o regime Francês, Burke (2017) afirma que existe um falseamento da democracia pura, sendo que na verdade o país estaria rumando a caminhos de uma oligarquia perversa. Os regimes democráticos para o autor se assemelham a tiranias, conforme veremos na passagem a seguir:

De uma coisa eu tenho certeza: em uma democracia a maioria dos cidadãos é capaz de exercer as opressões mais cruéis sobre a minoria sempre que fortes divisões prevaleçam nesse tipo de política, o que deve acontecer muitas vezes; e a opressão da minoria estender-se-á a números muito maiores e será exercida com muito maior fúria do que jamais aconteceria sob o domínio de um único cetro. Em uma perseguição popular suas vítimas estão em uma condição muito mais deplorável do que em qualquer outra. Sob um príncipe cruel, elas têm a compaixão amena da humanidade para amenizar o ardor de suas feridas; e tem os aplausos do povo para animar sua generosa constância ao suportar seus sofrimentos, mas aqueles que são submetidos a injustiça das multidões são privados de toda consolação externa (BURKE, 2017, p.192).

Ao longo do seu livro, Burke (2017, p.262), defende que a desigualdade social é algo natural em todas as sociedades, e inexistente, portanto, a luta de classes. [...] “porque a disputa entre o rico e o pobre não é uma luta entre corporação e corporação, mas uma disputa entre homens e homens – uma competição não entre distritos, mas entre tipos”.

Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão. (BURKE, 2017, p.70).

A partir deste pressuposto que a desigualdade é natural, se os homens não conseguirem se sustentar com o seu próprio salário, e vivenciarem momentos de crise ou fome, o Estado não poderá intervir, pois a sua interferência seria uma violação da propriedade, sendo que o seu dever é protegê-la. Neste caso, a caridade e compaixão mediante com os pobres são responsabilidades da Igreja (obrigação direta para com todos os cristãos); da família e dos vizinhos. (BURKE, 2017). Ou seja, todos possuem responsabilidade com os indivíduos em situações que necessitam de assistência social, menos o Estado.

Posteriormente, quando ao autor problematiza o comportamento dos povos no interior da sociedade a partir da diferença entre o poder de compra, argumenta que “para ter condições

de comprar, o povo, sem ser servil, deve ser afável e obediente”, porque a ordem deve prevalecer sob todas as coisas.

O conjunto do povo não deve encontrar em sua mente os princípios da subordinação natural pela astúcia. Ele deve respeitar aquela propriedade da qual não pode partilhar. Deve partilhar para obter aquilo que pelo trabalho pode ser obtido; e quando percebe, como geralmente ocorre, que o êxito é desproporcional ao esforço da tentativa, deve ser ensinado a buscar sua consolação nas proporções finais da justiça eterna (BURKE, 2017, p.355).

Outro trecho contundente na obra de Burke (2017) é a valorização da religião como um preconceito e a sua vinculação com o Estado. A compreensão do autor sobre os preconceitos é bastante peculiar, o mesmo entende que eles fazem parte da vida dos homens e que ao invés de jogarmos fora, o valorizamos em um grau bastante considerável. Porém, o preconceito associado a razão se torna algo positivo, uma “virtude do homem em seu hábito”, que pode ser aplicado em uma situação de emergência, “ele antecipadamente conduz a mente em curso constante de sabedoria e virtude, e não deixa que o homem hesite no momento da decisão por ceticismo, confusão e indecisão” (p.140).

A consagração do Estado por um estabelecimento religioso estatal é necessária, também, para causar uma salutar reverência nos cidadãos livres, porque, a fim de garantir a própria liberdade, eles devem desfrutar de uma determinada porção do poder. Para eles, portanto, uma religião ligada ao Estado, e aos deveres a ela pertinentes, torna-se ainda mais necessária do que em sociedades em que o povo, pelos termos de sua sujeição, está confinado a sentimentos privados e a gestão de suas próprias preocupações familiares (BURKE, 2017, p.148).

Com essas breves passagens da obra de Burke (2017), principal expoente do pensamento conservador clássico, constatamos que sua obra expressa uma tentativa de combater de forma política e ideológica as transformações ocasionadas pelo advento da modernidade (triunfo da razão sobre a crença) a partir da valorização do passado, da religião, das tradições e do código feudal da cavalaria.

Este recurso ao passado, em busca de inspiração e de modelos em que basear a orientação política do presente, está profundamente implantado na tradição conservadora e constitui razão suficiente para os epítetos de reacionários e arcaicos usados pelos liberais e radicais (NISBET, 1981, p.40).

Outro autor que se propõe a discutir a temática do conservadorismo é Nisbet (1981) ao expor 11 princípios ou formulações sobre o pensamento conservador e os seus elementos constitutivos. Devido à extensão dessa formulação, não faremos uma citação na íntegra, mas sim, uma breve sistematização de cada princípio. O primeiro deles é o entendimento da sociedade como uma entidade orgânica, que possui as suas leis internas de desenvolvimento. Deste modo, a sociedade não é uma construção individual, entretanto, pode ser enfraquecida por “aqueles que não têm em mente sua verdadeira natureza, pois ela tem profundas raízes no passado, das quais o presente não pode escapar através da manipulação racional” (NISBET, 1981, p.66).

A segunda formulação consiste na primazia da sociedade sobre o indivíduo, sendo por meio dela e de suas manifestações que o homem de fato se torna homem. Deste modo, o terceiro pressuposto defende o não desmembramento da sociedade, mesmo que apenas conceitualmente, porque “a unidade irredutível da sociedade é e deve ser em si mesma uma relação, alguma coisa que seja social” (p.66). Disso decorre também, a afirmação da existência de uma interdependência entre os elementos que constituem a sociedade, devido ao seu caráter orgânico, “há sempre uma delicada interrelação entre crença, hábito, associação e instituição na vida de qualquer sociedade” (p.67).

Os conservadores afirmam que os homens não possuem direitos naturais, mas na verdade, vontades individuais e que podem prejudicar o bom andamento da sociedade se não tiver um profundo conhecimento dessas necessidades e da realização das mesmas. Por conseguinte, o sexto princípio, é explicado a partir da função que reage na sociedade. Ou seja, os homens mesmo que inconscientemente contribuem para a existência de costumes e tradições, através das funções que adquirem com a vida humana.

Há por parte dos conservadores uma ênfase e valorização dos pequenos grupos sociais em detrimento ao individualismo que havia se propagado com o surgimento do iluminismo. A família, os vizinhos e os grupos religiosos formavam uma rede de suporte necessária à vida dos homens em sociedade e a substituição desses valores que permeiam o coletivo por vontades ditadas pelo uso da razão podem ocasionar a desorganização social e moral. Em nono lugar, a valorização da hierarquia, do status quo, constitui um dos traços mais importantes do pensamento conservador. A defesa da hierarquia era justificada pelos conservadores como uma estabilidade, sendo que o caráter revolucionário e racional “sobre a igualdade deveria levar rapidamente, argumentava-se, a um nivelamento das diferenças sociais que obliterariam os

canais naturais de transmissão dos valores humanos”¹⁹ (p.70). Concomitante a defesa da autoridade, os conservadores apostavam nos elementos sagrados e irracionais face ao uso da razão e das relações sociais advindas da razão. Portanto, “separado o caráter sagrado de uma instituição ou relação, ela não se manterá unida por muito tempo. Apenas racionalidade não é suficiente” (p.70). Por fim, os conservadores legitimam a autoridade quando ela advém da crença, dos costumes e tradições de um povo.

A legitimidade da autoridade advém, não de axiomas de direito e razão, mas de crenças e hábitos que são inerentes as necessidades, as quais são supridas pela autoridade. Longe de ser algo artificial, um mal necessário na melhor das hipóteses, como os liberais argumentavam, a autoridade é a substância de todas as formas de relação. A autoridade não degrada; ela reforça. É a força que degrada, o tipo de força que deve seguir-se a dissolução das autoridades normais (NISBET, 1981, p.71).

Nesses 11 princípios sumariados de forma bem sintética, é possível destacar que assim como Burke (2017), o autor defende que a gênese do conservadorismo está atrelada a uma resposta direta a Revolução Francesa, porém adquire uma centralidade no seu debate, elementos como a propriedade, a liberdade e a igualdade, que se contrapõem aos ideais iluministas e revolucionários (ESCORSIM NETTO, 2011).

Após essa breve exposição a partir da leitura de autores como Burke (2017), Mannheim (1981) e Nisbet (1981), e com base nos aportes teóricos de Yazbek (2009, p.126) afirmamos que “o conservadorismo como forma de experiência e prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade”, desta forma as suas ações iniciais buscavam restaurar o antigo regime (defesa do clero, da nobreza fundiária, dos valores e tradições), contrapondo-se ao modo de produção capitalista. Portanto, cabe destacar que o pensamento conservador não é uma teoria social, posto que as teorias sociais são datadas a partir de um determinado período histórico, são construtos explicativos que emergem como explicação do ser social, permeiam as ciências sociais e as humanidades (YAZBEK, 2009, p.126).

A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de auto-constituição, um padrão

¹⁹Esses elementos destacados no texto Nisbet (1981) que retomamos praticamente na íntegra estavam presentes na origem da profissão conforme veremos mais adiante quando abordarmos especificamente a vinculação do pensamento conservador e o Serviço Social.

de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real (YAZBEK, 2009, p. 126).

Conforme mencionamos no parágrafo anterior, as ações iniciais do conservadorismo buscavam restaurar o antigo regime, no entanto, necessitamos demarcar os nexos causais que explicam pós 1848 a sua vinculação com a burguesia e a defesa da sociedade capitalista, bem como a tentativa por parte da burguesia em produzir conhecimentos a partir da sociologia positivista, com finalidades bem específicas de consolidar o seu poder e os seus privilégios mediante a preservação do capitalismo. Isto é, o pensamento conservador surge como antiburguês, entretanto a partir da decadência ideológica da burguesia conforme Lukács (1967), ele se torna um instrumento de defesa da burguesia contra o sujeito revolucionário, o proletariado. Esta mudança de função social afetará a própria estrutura teórica do pensamento conservador.

A burguesia antes do movimento revolucionário de 1848 tinha um projeto de classe revolucionária, no entanto, após esse cenário turbulento, decorrente do avanço da modernidade, com ascensão do proletariado, a burguesia abandona este projeto para se tornar classe dirigente, representante da manutenção da ordem do capital.

Segundo Lukács (1967) o pensamento filosófico burguês pode ser compreendido a partir de três momentos. O primeiro estágio situa-se anterior aos anos de 1848 com o desenvolvimento da filosofia burguesa clássica. Os ideais de progresso que estavam em curso em grande parte dos países encontravam apoio na burguesia, sobretudo, a burguesia detinha uma independência frente às exigências ideológicas de sua própria classe que a possibilitava realizar críticas sérias.

Esta independência confere-lhe a possibilidade de uma crítica muito séria: a crítica que vem do interior, porque se funda sobre a grande missão histórica da burguesia, e a situação do filósofo é tal que o autoriza a tomar posição mais nítida, mais decidida e mais corajosa. E, enfim, por não ser esta coragem, somente uma virtude individual, mas sim, função precisamente desta relação com sua classe, o filósofo se sente com direito de criticar de maneira mais radical o menor desvio da missão histórica, em nome dessa própria missão. (LUKÁCS, 1967, p.32).

No entanto, a partir de 1848, com a ascensão do proletariado na cena política, a burguesia se retrai e passa a não mais defender os valores universais da sociedade, voltando-se para os seus interesses particulares. Neste lapso temporal seu ciclo progressista se encerra e começa o enfrentamento com a classe operária. Este período constitui o segundo estágio evolutivo do pensamento filosófico da burguesia, conhecido também pelo início da chamada

decadência ideológica da burguesia (LUKÁCS, 1967). A decadência ideológica da burguesia possui raízes históricas a partir dos anos de 1848 com as revoluções proletárias, e provocaram mudanças na constituição do pensamento conservador, sobretudo, há uma “reviravolta política ideológica” que demarca o acirramento das contradições do mundo burguês (ESCORSIM NETTO, 2011).

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; **essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica** (LUKÁCS, 1967, p.52, grifos nosso).

Neste período de efervescência das revoluções proletárias e do protagonismo do movimento operário, a burguesia rompe com o seu caráter revolucionário²⁰, e as suas ações voltam-se para “direcionar os rumos políticos ideológicos do seu projeto de dominação que visam combater o marxismo, o movimento operário, e a perspectiva de revolução” (BARROCO, 2010, p.22), bem como assegurar a manutenção da ordem capitalista.

Cumprida a sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade (representação, que ao situá-la legitimamente no centro do arco das forças feudais – o povo- tornou possível a sua vitória no confronto com o Ancién Régime) e é levada a defesa de seus estritos interesses particularista. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (ESCORSIM NETTO, 2011, p.46).

Conforme Escorsim Netto (2011) as experiências de 1848 explicitaram claramente os limites do projeto político que estava sendo conduzido pela burguesia. Os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade poderiam se efetivar apenas do âmbito da emancipação política e não como um projeto de emancipação humana, que fará todo sentido para o proletariado e o seu surgimento como sujeito histórico. Além de propiciar o surgimento deste novo sujeito revolucionário, o mesmo começa a se enxergar enquanto classe para si. Esta nova realidade é vista como uma ameaça pelos conservadores, sendo necessária uma intervenção sistemática

²⁰ A burguesia surgiu com um caráter revolucionário e a sua ascensão enquanto classe dirigente e posteriormente a manutenção deste poder após 1848 com a Revolução Francesa, o fez perder este caráter, tornando-a classe conservadora.

sobre os trabalhadores e as suas reivindicações. Neste momento, os conservadores explicitam o seu posicionamento contrarrevolucionário, é assim que substantivamente “é mudado a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa, contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (ESCORSIM NETTO, 2011, P.58). Como bem sintetiza Lukács (1967, p.37) “os intelectuais burgueses não colocam mais os grandes problemas universais da burguesia na sua fase ascendente, mas limitam sua reflexão aos interesses defensivos da burguesia”.

Justamente por se afirmar como classe hegemônica, a burguesia passa a negar os avanços da sociedade moderna e a utilização da razão como um componente que permite explicar o mundo e conhecer a verdade. Lukács (1967) ao tratar sobre este fenômeno da decadência ideológica da burguesia, afirma que a mesma aparece como uma tomada de poder pela burguesia e ao mesmo tempo o seu deslocamento para o plano central da luta de classes entre burguesia e proletariado. Para Lukács (1967, p. 99) a decadência ideológica surge “quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade”. Isto é, a mudança de orientação da burguesia ao se tornar classe conservadora preocupada com a manutenção dos seus interesses e o rompimento com ideais emancipatórios, inaugura o período da decadência ideológica da burguesia.

De acordo com Lukács (1967) esse fenômeno da traição da burguesia aos seus ideais como uma reação a sua tomada de consciência sobre as próprias armas que ela mesma havia criado contra o sistema feudal e agora estavam se voltando contra si, fez com que a burguesia recusasse a totalidade, a universalização das categorias particulares do capitalismo e a criação de uma teoria econômica da utilidade marginal para se contrapor a teoria clássica do valor-trabalho. O surgimento da sociologia enquanto uma ciência autônoma é fruto do período da decadência ideológica da burguesia, conforme veremos a seguir.

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena-burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como ‘método’ científico o ‘por uma parte... e por outra’, tão caro ao pequeno-burguês, de negar as contradições da vida ou - o que é a mesma coisa - de contrapor entre si, de uma maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias (LUKÁCS, 1967, p.61).

Estava posto para o debate a perspectiva marxista e sua compreensão dos processos sócio-históricos, das relações sociais entendidas a partir do campo econômico. A burguesia neste momento precisava dar respostas à emergência do marxismo, e concomitante preservar a

ordem societal vigente. Surge à sociologia como “um importante componente da cultura burguesa do período da decadência” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.52), com o seu método de análise embasado na separação do componente econômico e histórico, bem como o abandono do uso da razão em detrimento ao agnosticismo. Para Escorsim Netto (2011, p.52) não há dúvidas que “as ciências sociais operaram, historicamente, como suportes teórico-metodológicos da sociedade burguesa- nelas, o componente crítico sempre foi residual”.

Lukács (1967, p.65) também enfatiza o surgimento da sociologia como uma reação da burguesia para camuflar os “problemas sociais”, descolando-os de sua base material/econômica.

Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elabora seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, a investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos. (LUKÁCS, 1967, p.65).

O terceiro estágio evolutivo do pensamento filosófico da burguesia inicia-se em 1890 com a emergência do imperialismo. Este estágio prolonga as principais características do momento anterior e desenvolve novas determinações na tentativa de reverter o patamar alcançado pela teoria social marxista. Surge uma ideologia estruturada pelo irracionalismo, como uma tentativa de combater o materialismo histórico-dialético, ao mesmo tempo em que os pensadores desta nova corrente enfatizam que esta nova ideologia seria uma terceira via, contrapondo-se ao capitalismo e ao socialismo.

O irracionalismo como concepção de mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente a decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela- sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos, as reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista (LUKÁCS, 2010, p.68).

As críticas que eram feitas ao capitalismo por essa nova corrente filosófica, deixavam em segundo plano o componente econômico e social, desta forma, o irracionalismo nada mais é, que uma das diversas respostas reacionárias e conservadoras aos problemas que estavam sendo colocados pela luta de classes. Portanto, carregavam consigo características como “o

desprezo do entendimento e da razão, a glorificação rasa e simples da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa do progresso social, a mitomania etc” (LUKÁCS, 2010, p.112).

Esta breve retomada histórica dos momentos evolutivos do pensamento filosófico da burguesia, com ênfase no período de decadência ideológica da burguesia, mostra-nos que a sociologia não nasce como uma ciência neutra, pelo contrário, surge como uma resposta dos conservadores que estavam preocupados com a manutenção dos seus privilégios, sendo necessária a preservação da ordem capitalista. A defesa que estava sendo feita no momento, com o suporte do positivismo, era que ordem e progresso deveriam caminhar lado a lado, constituindo uma proposta política para o enfrentamento as expressões da questão social (SANTOS 2007). Esses elementos são claramente encontrados na obra de August Comte, quando o mesmo entende que a sociedade é composta por interesses distintos, mas não são antagônicos, passíveis de conviverem juntos, em uma relação harmônica. “Em Comte, a sociedade é considerada a comunidade in extenso, ser supremo do culto positivista” (IAMAMOTO, 2004, p.26).

Contudo, no campo da sociologia, é com Émile Durkheim que o pensamento conservador adquire uma conotação reformista e “a valorização da moral como força social coesivadora e da educação como responsável pelo ensinamento do que seja à força das leis” (SANTOS, 2007, p.49). Durkheim é um dos principais autores deste período que contempla em sua obra uma abordagem as crises e ameaças revolucionárias a partir de uma perspectiva de integração social e de valores basilares do conservadorismo. Sendo assim, a obra do autor remete ao enfrentamento das expressões da questão social a partir de reformas morais.

Durkheim entende que há que se induzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado as suas forças espontâneas – estas são incapazes de coibir a tendência a anomia, numa sociedade de complexa divisão do trabalho na qual a diferenciação individual atrofiou o peso da consciência coletiva. A referida ação social deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (solidariedade orgânica), com a criação de uma nova moral, laica (civil) e de base científica. Somente um conhecimento objetivo da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade – donde a necessidade e legitimidade da sociologia (ESCORSIM NETTO, 2011, p.53).

A família para os pensadores conservadores é entendida como a base moral da sociedade, como “lócus precisamente de envulção da tradição”. A valorização da família por esse segmento é também uma “defesa da constituição de grupos intermediários capazes de junto

com a família mediar à relação entre os indivíduos e a sociedade” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.67). Para Durkheim, a moral consiste em um sistema de regras que determinam a conduta dos homens, logo, a moral está acima das vontades individuais.

Aplicai a lei geral da moral as diferentes relações domésticas e terei a moral familiar, aplicai- a as diferentes relações políticas e terei a moral cívica. [...]. Não existem deveres, mas sim um dever único, uma regra única que nos serviria de diretriz na vida. [...] O papel da moral consiste, primeiramente, em determinar a conduta, em fixa-la, em subtraí-la ao arbítrio individual (DURKHEIM, 1983, p.123).

Émile Durkheim propõe criar para a sociologia um estatuto científico próprio, o que ele denominou de fato social. Definindo de forma sintética, o fato sociológico para o autor possui uma existência independente da vontade dos homens, logo, tem uma autonomia frente à consciência dos indivíduos. O fato social não é simplesmente a somatória da consciência individual dos homens, ele tem um direcionamento próprio, por isso deva ser tratado como uma coisa. Ao ser tratado como uma coisa, o autor explica que o mesmo é analisado a partir de procedimentos semelhantes ao processo de investigação presente nas ciências da natureza²¹.

Com efeito, pode dizer-se, neste sentido, que o objeto de qualquer ciência é uma coisa, salvo, talvez, os objetos matemáticos, pois, por sermos nós quem os constrói, desde os mais simples aos mais complexos, bastará, para o conhecermos, que olhemos para dentro de nós mesmos e analisemos interiormente o processo mental de que resultaram. (DURKHEIM, 1983, p.76).

Durkheim (1983) no que tange a sua argumentação sobre os fatos sociais utiliza a analogia para conhecer o seu objeto de estudo, uma vez que acredita que os mesmos possam ser analisados da mesma forma que os fenômenos naturais e das ciências da natureza, tais como a física, química e a biologia. Para este autor, a sociedade é entendida como um organismo formado por um conjunto de partes. A totalidade em Durkheim é o “todo” - este todo é uma junção das partes, mas existe uma prioridade do todo sobre as partes. O todo existe em forma de leis e os indivíduos não podem modificar essa realidade. Após a extração dos elementos mais gerais através do método comparativo, os fatos sociais se tornam leis. Durkheim (1983) apresenta três características fundamentais a respeito dos fatos sociais: a exterioridade, coercitividade e generalidade.

²¹ Este parágrafo é fruto das anotações da discente durante as aulas ministradas pelo professor Ronaldo Vielmi Fortes na disciplina de Teoria social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A exterioridade remete os fatos sociais não serem produtos da nossa vontade ou desejo, mas sim exterior a consciência dos indivíduos.

Se essa exterioridade for apenas aparente, a ilusão se dissipará à medida que a ciência avançar e veremos, por assim dizer, o de fora entrar no de dentro. Mas a solução não pode ser preconcebida e, mesmo que eles não tivessem afinal todos os caracteres intrínsecos da coisa, deve-se primeiro tratá-los como se os tivessem. Essa regra aplica-se, portanto à realidade social inteira, sem que haja motivos para qualquer exceção (DURKHEIM, 1983, p.100).

A segunda característica refere-se à coerção, a imposição dos fatos sociais. O autor explica que a coerção é capaz de limitar a ação dos indivíduos, as suas vontades, tradições e costumes. A coerção pode se dar através de normas e deveres pré-estabelecidos em sociedade ou ter um viés moral.

Em se tratando de máximas puramente morais, a consciência pública reprime todo ato que as ofenda através da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produz, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz (DURKHEIM, 1983, p.88).

E o último traço, a generalidade dos fatos sociais consiste na semelhança de determinadas ações que extrapolam a individualidade. Esses elementos presentes na obra de Durkheim (1983) e que influenciaram a profissão serão abordados posteriormente, quando apresentarmos as bases conservadoras da profissão da profissão até a sua renovação crítica com a perspectiva de intenção de ruptura.

Outros importantes conceitos trabalhados por Durkheim são: Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica presentes em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*. Para o autor, a solidariedade é um componente responsável pela coesão social e manutenção da ordem social presente nas distintas sociedades. Em sociedades pré-capitalistas, a coesão acontecia devido à existência de uma consciência coletiva/comum a partir da família, dos costumes e tradições, da religião, caracterizando o que Durkheim denomina como solidariedade mecânica. A consciência coletiva nas palavras do autor é uma extensão da sociedade, embora possua características diferentes, “de fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram, eles passam, ela permanece” (DURKHEIM, 2007, p.50).

Esta solidariedade não consiste apenas num vínculo geral e indeterminado do indivíduo ao grupo, mas também torna harmônico o detalhe dos movimentos. Com efeito, como esses moveis coletivos são em toda parte os mesmos, em toda parte produzem os mesmos efeitos. Por conseguinte, cada vez que eles entram em jogo, as vontades movem-se espontaneamente e com o conjunto no mesmo sentido (DURKHEIM, 2007, p.55).

Nas sociedades capitalistas, a divisão social do trabalho faz com que os homens mesmo com interesses distintos se mantenham interdependentes gerando a coesão social, diferentemente da solidariedade mecânica, neste caso, na solidariedade orgânica os mecanismos de coesão estão formalizados. Para Durkheim (2007) as sociedades em que a solidariedade orgânica é preponderante são aquelas

[...] constituídas não por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, mas por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e que são formados, eles próprios, de partes diferenciadas. Ao mesmo tempo em que não têm a mesma natureza, os elementos sociais não estão dispostos da mesma maneira. Eles não são nem justapostos linearmente, como os anéis de um anelídeo, nem encaixados uns nos outros, mas coordenados e subordinados uns aos outros em torno de um mesmo órgão central, que exerce sobre o resto do organismo uma ação moderadora (DURKHEIM, 2007, p.175).

Durkheim a partir das analogias entre a sociedade e a natureza, determina a existência de situações consideradas normais e outras patológicas. O normal constitui situações cotidianas e que não coloca em risco a coesão social, por sua vez, o patológico são situações que ameaçam a harmonia e a coesão existente na sociedade, portanto deve ser extinto.

Todo fenômeno sociológico, assim como, de resto, todo fenômeno biológico, é suscetível de assumir formas diferentes conforme os casos, embora permaneça essencialmente ele próprio. Ora, essas formas podem ser de duas espécies. Uma são gerais em toda a extensão da espécie; elas se verificam, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos nos quais se observam, mas variam de um sujeito a outro, essas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Há outras, ao contrário, que são excepcionais; elas não apenas se verificam só na minoria, mas também acontece que, lá mesmo onde elas se produzem, muito freqüentemente não duram toda a vida do indivíduo. Elas são uma exceção tanto no tempo como nos espaços. Estamos, pois, em presença de duas variedades distintas de fenômenos que devem ser designadas por termos diferentes. Chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos (DURKHEIM, 1983, p.114).

Lowy (1987) faz uma síntese importantíssima acerca das premissas em que está fundamentado o positivismo a partir de uma “figuração ideal-típica”:

1) A sociedade é regida por leis universais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural; 2) A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como ‘naturalismo positivista’) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza; 3) As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamento de valor ou ideologia, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos. A influência dessas ideias – particularmente o postulado de uma ciência axiologicamente neutra – ultrapassa o quadro do positivismo no sentido estrito e se manifesta, pelo menos em parte, em autores consideravelmente afastados do positivismo clássico (como Max Weber) e até mesmo no seio do marxismo. Quando um ou outro destes três axiomas está integrado em uma investigação metodológica distinta do positivismo, pode-se falar de uma dimensão positivista. (LOWY, 1987, p. 17-18).

Em síntese, o conservadorismo clássico surgiu e se desenvolveu em uma sociedade específica, a sociedade de classes, como uma reação ao Iluminismo e às grandes transformações oriundas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Possui como características fundamentais a vocação para o passado; a utilização da subjetividade para explicar a liberdade; a importância atribuída à religião e a família; “a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental” (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11-12).

1.2 PÓS-MODERNIDADE E NEOCONSERVADORISMO

Neste subitem nos propomos a apresentar a vinculação existente entre neoconservadorismo e o pensamento pós-moderno, a partir do entendimento que ambos se afastam da racionalidade e a vinculam ao totalitarismo, e fazem a crítica ao programa da modernidade. Não estamos defendendo que o pensamento pós-moderno e o neoconservadorismo possam ser entendidos como sinônimos, mas como nos diz Netto (1996, p.118) “investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo”.

Para estabelecermos a proximidade do pensamento pós-moderno e o neoconservadorismo é pertinente para o debate compreender o que os autores chamam de

modernidade e a sua crise; o surgimento da pós-modernidade, a “suposta” crise do marxismo, bem como a face reatualizada do conservadorismo.

Antes de adentrarmos na explicação sobre a pós-modernidade e os seus determinantes, é necessário retomarmos alguns elementos que caracterizam a modernidade, pois só assim compreenderemos o pensamento de autores que defendem a pós-modernidade. Conforme vimos no item anterior, a recusa dos conservadores em aceitar a modernidade baseava-se no fato que uma das suas principais características era a utilização da razão em detrimento a crenças e a valores pré-estabelecidos, sendo assim o conservadorismo naquele momento pautava-se no combate aos valores centrais do iluminismo.

A modernidade se estruturou a partir do renascimento e do iluminismo e a utilização da razão era um mecanismo para a autoderminação do homem, ou seja, através da razão, de um conhecimento crítico, o homem pode vir a tomar consciência dos processos sociais nos quais ele está inserido e se emancipar. (EVANGELISTA, 1992).

Os pensadores pós-modernos fazem a crítica à modernidade e defendem que o projeto do iluminismo “está morto, que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, que os velhos princípios da racionalidade não mais se aplicam” (WOOD, 1999, pág.10). A razão enquanto uma das características da modernidade é substituída pela irracionalidade, decretando para esses autores a falência do projeto de modernidade. Os defensores deste pensamento defendem que o universalismo iluminista retira do homem a sua identidade e os seus valores, por isso a defesa de um pluralismo que se expressa nas diferenças e também na pluralidade das lutas sociais contra os diversos tipos de opressão. (WOOD, 1999).

Jameson (1997) ao abordar essa temática da pós-modernidade a relaciona com as mudanças culturais e ao próprio desenvolvimento do capitalismo tardio, expondo que a pós-modernidade “não é a dominante cultural de uma ordem societal totalmente nova, mas é apenas reflexo e aspecto de uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 1997, p.16). Portanto, para este autor, o surgimento da pós-modernidade possui um período histórico bem delimitado, o capitalismo em sua fase tardia.

Essa periodização embasa a tese central do livro de Mandel, O capitalismo tardio, a saber, que houve três momentos fundamentais no capitalismo, cada um marcando uma expansão dialética com relação ao estágio anterior. O capitalismo de mercado, o estágio do monopólio ou do imperialismo, e o nosso, erroneamente chamado de pós-industrial, mas que poderia ser mais bem designado com o do capital multinacional. Já ressaltei que a intervenção de Mandel no debate sobre o pós-industrial envolve a proposição de que o capitalismo tardio, ou multinacional, ou de consumo, longe de ser inconsistente com a grande análise do século XIX de Marx, constitui, ao

contrário, a mais pura forma de capital que jamais existiu, uma prodigiosa expansão do capital que atinge áreas até então foras do mercado (JAMESON, 1997, p. 61).

O autor é bastante enfático ao explicar que a sua concepção de pós-modernismo nada tem a ver com uma visão estilística, mas sim histórica e socioeconômica, por compreender que o pós-modernismo emerge a partir da década de 1960, marcada por inúmeras transformações políticas, econômicas, e culturais, dentre eles a incorporação do regime de acumulação flexível²² como alternativa a uma das crises sistêmicas que vivenciava o capitalismo naquele período. Sendo assim, para Jameson (1997) o pós-modernismo é um fenômeno histórico desencadeado pela expansão dos mercados nacionais, constituindo-se uma dominante cultural do capitalismo tardio.

As características do pensamento pós-moderno influenciado pelas correntes teóricas do estruturalismo e pós-estruturalismo, de acordo com Evangelista (1992) se posicionam a favor da valorização da linguagem, e a ausência da verdade. Para esses pensadores, a verdade é construída a partir de ilusões, do significado que possui para o indivíduo, portanto não existe uma distinção entre o que é verdadeiro ou falso constituído por cada sujeito. Essa premissa da inexistência de uma verdade é substituída pelas representações e ideações que os homens constroem e as tomam como suas verdades. Segundo Almeida (2003, pág.102),

[...] além de anunciarem a falência da racionalidade moderna no processo de compreensão e explicação do mundo contemporâneo e dos seus fenômenos, os pós-modernos colocam em cheque a própria existência de um mundo objetivo fora dos discursos, da linguagem e das representações. [...] A ciência pós-moderna é definida como aquela que não apenas desconfia, mas, também rejeita a grande narrativa, seja, ela uma meta narrativa de especulação ou de emancipação, na medida em que todas elas afirmavam atingir a verdade e se propunham a oferecer um relato universal e totalizante da história das sociedades.

Essa premissa da inexistência de uma verdade é substituída pelas representações e ideações que os homens constroem e as tomam como suas verdades. Concomitante ao fim da razão e a inexistência de uma verdade, esses pensadores defendem a não existência de uma história, portanto os processos sociais não são compreendidos a partir de uma análise histórica.

²² “Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 2011, p. 140).

Não existem conexões entre os processos sociais e uma possibilidade de analisá-los em uma relação causal, pois para os pensadores pós-modernos, não existem leis dinâmicas, mas sim vários tipos de poder, identidade e até mesmo a linguagem, (WOOD, 1999). Com a defesa do fim da história, a esfera do mediato e substituída pelo imediato. Essa substituição implica na construção de pequenas lutas, fragmentadas, sem uma base que as unifica e concomitantes estratégias fragmentadas. De acordo com a autora citada,

[...] a negação da história em que se baseia está ligada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis a análise causal, não podemos chegar a origens dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirara algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo a contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas. (WOOD, 1999, p.15).

Essa pluralidade presente no pensamento pós-moderno onde é capaz de abarcar todas as diferenças existentes não são concebidas enquanto uma perspectiva classista, mas sim como um respeito às identidades existentes. As relações de dominação e opressão vivenciadas pelo conjunto da classe trabalhadora não estão no cerne dessas diferenças apontadas pelos autores pós-modernos. A autora Ellen Wood (1999) traz para o debate que é impossível pensar as diferenças entre os homens, desconsiderando as diferenças de classe, a exploração e a dominação. “A diferença que define uma classe como identidade é, por definição, uma relação de desigualdade e poder, de uma forma que não é necessariamente a das “diferenças” sexual ou cultural” (WOOD, 2003, pág.221). A extinção dos conjuntos das desigualdades existentes sejam elas de raça ou sexual, por exemplo, implica no fim do capitalismo, haja vista que esse modo de produção tem como alicerce a exploração da força de trabalho e a produção de mais-valia.

O sistema capitalista, sua unidade totalizadora, foi conceitualmente suprimido pelas concepções difusas de sociedade civil e pela submersão de classe em categorias abrangentes como “identidade” que desagregam o mundo social em realidades particulares e separadas. As relações sociais do capitalismo se dissolveram numa pluralidade fragmentada e desestruturada de identidades e diferenças. Pode-se evitar as questões relativas à causalidade histórica e a eficácia política, e não há necessidade de se perguntar como tantas identidades se situam na estrutura social dominante porque deixou de existir o próprio conceito de estrutura social. (WOOD, 2003, p.222).

É perceptível que os pensadores pós-modernos não concebem uma análise materialista da realidade, conforme descrito nos estudos de Karl Marx, onde o autor parte do concreto, do que está posto na realidade e não de abstrações. “Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se pelo real e pelo concreto” [...] (NETTO, 2009a, p. 19). Os pós-modernos fragmentam a realidade e com isso produzem conhecimentos que não abarcam a totalidade dos fenômenos. A categoria da totalidade enquanto forma de análise passa a ser desqualificada, vinculada ao totalitarismo, que não possibilita a compreensão das diferenças existentes entre os homens.

Para legitimar o pensamento pós-moderno e as suas concepções, alguns intelectuais apostam na crise do marxismo para explicar os processos totalizantes da vida social, bem como a morte da perspectiva revolucionária. A “suposta” crise do marxismo defendida por alguns intelectuais pode ser compreendida a partir da chamada crise de paradigma vivenciada pelas ciências sociais. Segundo Evangelista (1992, pág.11) “as grandes teorias sociais construíram o seu paradigma sob a influência da crença no triunfo inexorável da razão e do progresso, numa história civilizatória da humanidade”. Essa crise de paradigma é então uma crise teórica da forma de analisar e compreender a realidade, e que também atinge a produção de conhecimento.

Os intelectuais críticos ao marxismo reconhecem que “Marx descobriu um lugar para a teoria social, concebendo-a como elemento da práxis social e como instrumento para a transformação social”, sendo assim uma teoria importante que trouxe “elementos decisivos para a compreensão da sociabilidade instaurada pelas relações capitalistas” (SADER, 1986, p.15). No entanto, esses intelectuais ressaltam que o marxismo e a toda a sua produção de conhecimento se guiou por formulações “racionalistas e deterministas sobre o processo histórico-social” (EVANGELISTA, 1992, pág.14). Na concepção destes autores pós-modernos, Marx possuía uma visão determinista da história, muito influenciado pelas concepções provenientes do iluminismo.

Para os autores pós-modernos, o segundo equívoco do marxismo é o fracasso da revolução, pois, não aconteceu a polarização entre a burguesia e o proletariado, “nem muito menos as contradições resultantes do desenvolvimento das forças produtivas conduziram a revolução socialista, dirigida pelo proletariado” (EVANGELISTA, 1992, pág.15). Ou seja, os autores pós-modernos defendem o esgotamento do marxismo como uma teoria que possibilita o conhecimento sobre a realidade e a necessidade de buscar novas teorias que não fosse o materialismo histórico-dialético para conhecer de forma parcelar a realidade. Essa nova forma de possibilidade do conhecimento se daria pela via da cultura. (EVANGELISTA, 1992).

Em síntese, cabe ressaltar que o pensamento pós-moderno não está restrito ao plano teórico, mas está presente em todos os espaços, na forma de pensar, na construção dos valores, ou seja, no cotidiano; na mundialização do capitalismo e nas manifestações estruturais e superestruturais e por fim na nova relação entre Estado e sociedade civil, cuja relação estatal passa a ser substituída pela livre regulação do mercado (SIMIONATTO, 2009). Além disso, o pensamento pós-moderno possui convergências com o conservadorismo, ou seja, existem elementos, traços e valores conservadores que adquirem ainda mais notoriedade com a difusão do pensamento pós-moderno, entretanto, não podemos simplifica-lo de tal maneira, que pós-moderno se torne sinônimo de conservadorismo, o que nos parece algo provável de acontecer no discurso teórico na atualidade. O próprio percurso histórico do surgimento do pensamento pós-moderno e do neoconservadorismo é uma divergência que permite afirmar que embora apresentem semelhanças, são datados de momentos diferentes e possuem “justificações” distintas para o seu surgimento, como por exemplo, a pós-modernidade se contrapõe ao projeto de modernidade justificando-se a ineficiência e ineficácia das propostas deste projeto, o que para os autores pós-modernos significam a falência do projeto de modernidade.

O neoconservadorismo ou conservadorismo moderno apresenta elementos que são oriundos das premissas pós-modernas, dentre eles: a forma de compreensão do real de maneira efêmera, fragmentada, sem uma compreensão do movimento por completo do real, da aparência e da essência dos fenômenos, formulação de explicações com base apenas no momento presente, utilizando as narrativas, sendo este conhecimento que está sendo produzido dotado de valores ultraconservadores; e uma vez que a realidade não é possível de ser apreendida pelos homens em sua totalidade, também não é passível de ser transformada.

De antemão, é importante ressaltarmos que o neoconservadorismo embora apresente semelhanças com o conservadorismo clássico, ele não continua o mesmo desde o seu surgimento²³, uma vez que as condições históricas, políticas, econômicas e sociais o influenciam, entretanto, a sua razão de ser continua a mesma, se reatualiza, e adquire novos determinantes a fim de reproduzir os valores e modos de vida funcionais a ordem burguesa.

²³ Segundo Souza (2016, p.210) na atualidade, o conservadorismo “**tal como se apresenta no Brasil em suas tendências ideais, teóricas políticas mais aparentes, é portadora de uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais.** Contraditoriamente, porém, o conservadorismo procura se apresentar como posição política desprovida de consequências para a sociabilidade, como meros “traços de personalidade”, como tendências subjetivas, ou então, como movimento político empenhado na preservação dos diferentes “estilos de vida” individuais, em momentos de crise e transição política, que geralmente causam certa insegurança na população (SOUZA, 2016, p.210, grifos nosso).

Apesar do conservadorismo moderno/ neoconservadorismo²⁴ (termo mais propagado na atualidade) ser herdeiro do conservadorismo clássico, ele apresenta características bem distintas ao incorporar o conceito de totalitarismo, o entendimento que os ideais revolucionários são expressões do totalitarismo²⁵ como nos afirma SOUZA (2016) e também por não se “apresentar como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.16).

O conservadorismo moderno incorporou o conceito de "totalitarismo" nesses termos niveladores e, com ele, elaborou uma concepção de mundo que encastela o significado ontológico do tempo presente, esvaziando-o do devir histórico. Realiza esse encastelamento através, de um lado, da blindagem do presente em relação às "utopias" revolucionárias, que desejam transformar radicalmente a sociedade vigente. De outro, projetando-se contrários às "utopias" reacionárias, aferradas que são às formas do passado. Com essa blindagem "presentista" (nem passado reacionário, nem futuro revolucionário, somente o presente importa), o *conservadorismo moderno* acredita estar se movendo em bases "progressistas", uma vez que rejeita, equalizando, tanto as "utopias" revolucionárias, quanto às reacionárias, ambas concebidas, pejorativamente, como idealizações potencialmente "totalitárias" (SOUZA, 2016, p.207, grifos nosso).

Segundo Souza (2015, p.4) ao retomarmos as análises acerca da fase imperialista do capitalismo temos “o cenário histórico (real) de contradições que requisita, dos "neoconservadores" de então, novas bases ideopolíticas” (SOUZA, 2015, p.4). A partir deste período podemos afirmar que surge o conservadorismo moderno ou neoconservadorismo a partir de inúmeras problematizações para tentar explicar a vida social e os seus fenômenos. Para o autor (2015, p.4) essas explicações a partir de diversas áreas do saber, não são homogêneas, por vezes enfatizam “a política, ora a cultura, o interacionismo, a burocracia, a institucionalidade, a moral ou a filosofia, intelectuais de distintas áreas do saber reformulam, ampliam ou universalizam determinados temas centrais da tradição conservadora”.

Souza (2016) em sua tese de doutorado intitulada *Tendências ideológicas do conservadorismo* aprofunda o debate sobre a obra de alguns autores conservadores do período

²⁴Cabe destacar que na tese de Souza (2016) ao debater o conservadorismo na atualidade, o autor utiliza apenas a nomenclatura conservadorismo moderno. Diferentemente do autor, utilizaremos os termos conservadorismo moderno e neoconservadorismo como sinônimos por entender que não existe diferença conceitual, ambos buscam enfatizar as características do conservadorismo na atualidade e a sua diferenciação ao período clássico trabalhado na obra de Escorsim Netto (2011).

²⁵Os conservadores se apropriaram do conceito de totalitarismo presente nas obras de Hannah Arendt, tais como “Origens do totalitarismo” (2007). Nesta obra, Arendt faz uma análise do totalitarismo a partir de um cunho filosófico e sócio-político a partir da comparação entre dois governos totalitários: Hitler na Alemanha e Stálin na Rússia. Embora, possuam características diferentes, esses governos no entendimento da autora possuíam traços em comuns que permitiram tal designação. A autora também diferencia governos totalitários de tiranias e ditaduras.

moderno, dentre eles Russel Kirk e Michael Oakeshott²⁶. Russel Kirk possui uma significativa importância para a construção do pensamento neoconservador norte-americano²⁷, assim como Edmund Burke para a formação do conservadorismo britânico. Autor de livros consagrados por adeptos ao conservadorismo, tais como *The conservative mind* que retrata a mentalidade conservadora, e *A política de prudência* que originalmente foi publicado em 1993 nos EUA e em 2013 a editora: *É Realizações* o lançou no Brasil a partir de uma versão traduzida. A partir desta última obra citada, Souza (2016) tece algumas reflexões.

Kirk (2013) retoma o pensamento de Edmund Burke e o adapta ao discurso do capitalismo contemporâneo, elencando os princípios fundamentais do pensamento conservador. Devido à extensão destes princípios não citaremos na íntegra, mas a partir dos mesmos traçaremos alguns pontos de reflexão. Kirk (2013) elabora críticas a razão, e por outro lado defende e valoriza a religião, os preceitos morais, a comunidade e o livre mercado. Sua obra contribui para a intolerância, discriminação e para a recusa do Estado de Bem-estar social por acreditar que o mesmo se assemelha a governos totalitários (SOUZA, 2016).

No que tange a intervenção estatal sobre as diversas expressões da questão social, Kirk (2013) defende o retorno da caridade e de instituições privadas neste campo de atuação, bem como um forte apelo a iniciativas individuais. A função do Estado em gerir e implementar políticas sociais é vista como uma ameaça a sua função principal que é a manutenção da propriedade privada e concomitantemente o livre mercado (SOUZA, 2016).

No Brasil, um bom exemplo da propagação destes ideais do conservadorismo moderno é a partir da década de 1990 com a implantação do ideário neoliberal e a tendência de refilantropização da questão social²⁸. Ainda sobre as políticas sociais, Kirk (2013) defende que os programas de transferência de renda ferem os princípios da meritocracia e do esforço dos indivíduos, sendo uma medida injusta por não levar em consideração o mérito e a vontade das

²⁶ Jamerson Souza (2016) destaca que os autores conservadores de origem norte-americana fizeram e fazem parte do interesse de pesquisadores no âmbito acadêmico, especificamente no Serviço Social, como é o caso de Robert Nisbet, cujas obras podemos exemplificar a de ESCORSIM NETTO (2011) e IAMAMOTO (2004). Contudo, o interesse em se apropriar do pensamento de Russel Kirk e Michael Oakeshott é algo tardio no Brasil e surge como uma saída para atender a demanda crescente do pensamento conservador no cenário político.

²⁷“A origem do movimento neoconservador norte-americano é situada no pós-guerra, onde se destaca um grupo de intelectuais como Irving Kristol, Daniel Bell, Russell Kirk, entre outros. Nos anos 1960, manifestou sua reação à contracultura, aos movimentos de defesa de direitos das minorias, fortalecendo-se no contexto da implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan) sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos” (BARROCO, 2015, p.624).

²⁸ Termo cunhado por Carmelita Yazbek (2001) para se referir a tendência das políticas sociais a partir da década de 1990 serem novamente desenvolvidas na órbita das organizações sem fins lucrativos e com forte apelo ao trabalho voluntário. Os serviços socioassistenciais prestados por organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor não são desenvolvidos a partir da concepção de direito, pelo contrário, são baseados no auxílio aos necessitados, na ajuda e no dever moral, algo que remete ao ranço histórico da política de assistência social.

peças em ascenderem socialmente (SOUZA, 2016). Deste modo, as políticas sociais contribuiriam para o ócio entre as classes subalternas.

Através da História, progresso de todo tipo, econômico ou cultural, foi produzido pelo desejo do Homem de desigualdade. Sem a possibilidade de desigualdade, um povo continua no precário nível de subsistência, como camponeses irlandeses; garantida a desigualdade, a pequena minoria de homens habilidosos transforma barbárie em civilização. **Igualdade não beneficia ninguém. Frustra o homem de talento e reduz o pobre a uma pobreza mais abjeta. [...]. Pois a desigualdade produz a riqueza das comunidades civilizadas, oferece um motivo que induz o homem a buscar habilidades superiores.** (KIRK, 2013, p. 403, grifos nosso).

Este discurso, se pararmos para analisar também se faz muito presente na atualidade, a partir das estratégias do capital a fim de assegurar os seus interesses, implementa um processo de despolitização da questão social, ocultando a sua verdadeira causa e a sua dimensão de classe. Para tanto, utiliza-se da solidariedade indiferenciada entre as classes e da responsabilização das classes subalternas por buscar respostas as suas necessidades de sobrevivência. Diante disso, o apelo à solidariedade vem acompanhado por uma “construção de uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos efetivos e diferentes interesses em jogo” (YAZBEK, 2001, p. 36).

Já foi dito por alguns intelectuais de esquerda que o conservador acredita que todas as questões sociais são, no fundo, questões de moralidade privada. Entendida corretamente, essa afirmação é bastante verdadeira. Uma sociedade em que os homens e as mulheres são governados pela crença numa ordem moral duradoura, por um forte senso de certo e errado, por convicções pessoais de justiça e honra, será uma sociedade boa – seja qual for o mecanismo político utilizado; enquanto, na sociedade, homens e mulheres estiverem moralmente à deriva, ignorantes das normas e voltados principalmente para a gratificação dos apetites, essa será uma sociedade ruim – não importa quantas pessoas votem, ou quão liberal seja a ordem constitucional formal (KIRK, 2013, p. 105).

Michael Oakeshott (1901-1990) também pode ser considerado como um dos grandes expoentes do neoconservadorismo. Da mesma forma que Burke (2017) critica a inovação, Oakeshott (2009) expõe que o “amor pela mudança” é algo bastante arriscado já que “[...] inovações produzem perda certa e ganhos possíveis. Portanto, o ônus da prova recai nos inovadores” (OAKESHOTT, 2009, p. 2). As mudanças eventualmente devem ser feitas com bastante precaução e se oferecem algo muito melhor que o presente, do contrário, elas serão

prejudiciais à ordem e o bom andamento da sociedade. Ao longo de sua obra, o autor defende veemente que o conservadorismo não é uma ideologia, mas sim uma pré-disposição, uma propensão a conservar valores e instituições familiares de acordo com determinado contexto sócio-histórico.

[...] sempre que uma regra de algum tipo é melhor do que o risco de não haver regra alguma, uma disposição para ser conservador é mais apropriada do que qualquer outra; e em qualquer leitura da conduta humana, estas abrangem uma gama não desprezível de circunstâncias. [...]. Ser conservador, portanto, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o experimentado ao não experimentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao demasiado abundante, o conveniente ao perfeito, um presente sorridente a uma felicidade utópica. (OAKESHOTT, 2009, p. 15).

Este autor expõe que toda ideologia necessita ser combatida porque é um conhecimento falso construído sobre algo, a partir de ideias que não estão em consonância com a realidade objetiva e “apenas o conhecimento prático, empírico e imediato poderiam fornecer as balizas seguras para uma ação política responsável e fundamentada” (SOUZA, 2016, p. 173).

Ao longo deste item, procuramos demonstrar de forma muito breve a diferenciação existente entre o conservadorismo clássico e o moderno, a partir de autores como Edmund Burke, Émile Durkheim, Russel Kirk e Oakeshott. Em sua fase clássica, o conservadorismo possuía como características e objetivos, conter os avanços da modernidade em defesa de valores e instituições pré-capitalistas e logo após 1848, ao se render ao projeto da modernidade, “oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.69). Por sua vez, o conservadorismo moderno ou neoconservadorismo, se diferencia do estágio clássico nos seguintes aspectos:

(i) eles dificilmente assumem uma filiação teórica ou tradição ideológica, considerada pejorativamente como dogmas; (ii) diferentemente dos primeiros conservadores, os contemporâneos valorizam o presente e não são nostálgicos de formas sociais passadas; (iii) aproximam-se do pragmatismo, ou, no mínimo, de um acentuado empirismo, na medida em que valorizam “o possível”, a situação dada tal como se apresenta; (iv) atualmente, conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança, a saber, aquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas (SOUZA, 2015, p.11).

Somando a essas características destacadas acima, Barroco (2015) salienta que além do neoconservadorismo combater veemente o Estado social e os direitos sociais, conforme

destacamos a partir do pensamento de Russel Kirk, importante expoente do neoconservadorismo norte-americano, o uso da repressão a partir da violência tornou-se a conduta mais utilizada pelo Estado contra qualquer tipo de manifestação contrária a ordem social vigente, aos valores e costumes tradicionais.

O discurso da moralidade tornou-se central na contemporaneidade, seja nos espaços políticos, na cultura, adentrando todas as esferas da vida cotidiana. Para Barroco (2015) esta ênfase a moral é facilitada através da “reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para a sua naturalização” (p.625). Além disso, nas palavras da autora, a cultura da violência e do medo social a partir da década de 1990 foram introjetados na sociedade brasileira, e aliados ao agravamento das expressões da questão social e ao corte de recursos financeiros destinados as políticas sociais, fez com que um cenário de insegurança generalizada fosse criado e difundido pela mídia e programas sensacionalistas, contribuindo novamente para legitimar iniciativas repressivas para combater o “inimigo e superar a guerra”.

Essa guerra não declarada tem nome e endereço; atinge de formas variadas os jovens da periferia, os negros, as mulheres, os moradores de rua, os trabalhadores pobres, os grupos e sujeitos “fora” da ordem, da lei, dos costumes, do mercado de trabalho, do consumo, do pensamento dominante. Configura-se, assim, o Estado policial dentro do Estado democrático (Brito, Villar e Blank, 2013), com a colaboração da mídia e a legitimação ou omissão de parte da sociedade, implantando o terror em nome da ordem [...]. (BARROCO, 2015, p.625).

Diferentemente da concepção de apelo moral trabalhada por Durkheim, pautada no ajustamento dos indivíduos, agora em sua face reatualizada, o conservadorismo ao utilizar o apelo moral, dirige prioritariamente as suas ações em prol da punição dos sujeitos, exemplos que cotidianamente são veiculados na mídia, como o caso das pessoas que se julgam “justiceiras” e realizam ações bárbaras e truculentas contra aqueles que na concepção destes cometem algum tipo de crime.

Embora, esta ideologia não seja aceita por todos da sociedade, conforme podemos afirmar a partir da existência de movimentos populares democráticos e das ações cotidianas dos indivíduos que repudiam e se posicionam contrários a esses atos, a conjuntura atual marcada pela crise do capital e concomitante uma “crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral” favorecem o avanço do neoconservadorismo em todas as estruturas e dinâmicas desta sociabilidade, conforme afirma Barroco (2011, p.207):

É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade.

Barroco (2015) esclarece que essa ofensiva neoconservadora atinge as variadas esferas da vida social, e possuem grande chance de serem incorporadas por atividades que utilizam da crença em dogmas. Diante disso, as profissões que se inserem em uma realidade concreta, não ficam imunes a essa invasão e aos processos de alienação.

A intolerância e o racismo institucional perpassam pela formação e pelo exercício profissional. O irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade (BARROCO, 2015, p.627).

Não nos restam dúvidas quanto às diversas formas que o neoconservadorismo se faz presente, seja na utilização da repressão em nome da coesão social e de uma moralidade “aceitável”, através do fundamentalismo religioso que na contemporaneidade adquiriu uma maior visibilidade na mídia, na defesa atual que os psicólogos podem realizar terapias com os sujeitos a fim de ter a “cura gay”, entendendo que a orientação sexual é uma patologia; na xenofobia contra negros, imigrantes, comunistas, homossexuais, etc. No entanto, apesar de identificarmos facilmente posicionamentos conservadores, salientamos que no discurso que também é muito disseminado do “eu respeito, mas não aceito” está embutido um posicionamento conservador.

Mediante o exposto, a partir do entendimento que o pensamento conservador “não é intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer sociedade” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.40) e que a sua conformação tem como fundamento de sustentação uma sociedade dividida em classes, julgamos relevante nos reportarmos à sociedade brasileira e a alguns traços importantes da formação social brasileira que a distingue de outros países, bem como os seus elementos conservadores. Posteriormente situamos o debate do conservadorismo no Serviço Social, a partir da compreensão que o conservadorismo no Serviço Social não se remete apenas as escolhas políticas dos assistentes sociais, mas refere-se também a aceitação a determinado projeto societário no qual este se assenta (SANTOS, 2007).

1.3 PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A PRESENÇA DE ELEMENTOS CONSERVADORES

Conforme elucidamos no item anterior, com base nas análises de Escorsim Netto (2011, p.41) o conservadorismo pode ser compreendido como uma “expressão cultural particular de um tempo e um espaço muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa”. Neste movimento de entendermos que o conservadorismo não é a-histórico, partimos do pressuposto que a partir de distintos traços da formação social do Brasil e do próprio capitalismo, teremos diferentes expressões do conservadorismo, tendo em vista que ele não é unívoco, e a partir de determinado contexto histórico, político e social pode se manifestar através de novos elementos e valores. Por essa razão, neste item nosso esforço centra-se em compreender os traços conservadores no país a partir das particularidades da sua formação social em sua passagem de uma sociedade escravocrata para a capitalista, a constituição do capitalismo e as revoluções feitas pelo “alto”, excluindo as camadas populares dos processos decisivos do país.

A partir das reflexões de Caio Prado Júnior (1965) e Octavio Ianni (2004) sobre a colonização do Brasil, iniciamos os nossos apontamentos. Segundo Caio Prado Júnior (1965) para compreendermos o sentido da colonização no Brasil é preciso diferenciar as formas de ocupação que aconteceram nas colônias da América Latina dos demais países. Nos países que foram colonizados pelo povo europeu, o sentido da colonização deve-se muito mais às necessidades de povoar este espaço e disseminar os valores e a cultura do europeu do que propriamente um fim econômico. Já nas colônias da América Latina, como é o caso do Brasil, a colonização aconteceu primeiramente por um objetivo econômico: extrair as riquezas naturais do país em proveito do comércio europeu. Ou seja, para Prado Júnior (1965) a colonização entendida a partir de um contexto mundial e internacional pode ser comparada a uma empresa comercial na medida em que explora todos os recursos naturais do país para beneficiar a si mesmos e ao comércio europeu. Este sentido da colonização “explicará os elementos fundamentais, tanto o econômico como o social, da formação e evolução dos trópicos americanos” (p.25).

O Brasil durante o seu processo de colonização especializou-se na produção agrícola que seria de interesse do mercado europeu, utilizando-se da monocultura em diversos momentos e da mão de obra escrava. Em contrapartida importava produtos de outros países. O processo de colonização do nosso país pelos portugueses e jesuítas foi o responsável pela “organização” da economia, política, da sociedade e até mesmo da nossa cultura. Ademais,

instituíram um padrão “característico do modo pelo qual os grupos e classes dominantes, anos e séculos depois, lidam com a maioria do povo. Subsiste na cultura política dominante o espírito da colonização, do conquistador que submete e explora o povo” (IANNI 2004, p. 326).

A utilização da mão de obra escrava remeteu-se a inserção “forçada e predatória de populações indígenas e africanas, sacrificando modos de vida e trabalho, culturas, línguas, religiões, visões de mundo” (Idem, p. 326). Neste processo de submissão da população indígena e posteriormente dos africanos ao trabalho escravo, marcado pela violência contra os seus costumes e tradições (que eram vistos de forma depreciativa), a Igreja Católica esteve presente desde o início a partir da presença dos jesuítas para catequizar os índios e transformá-los em “pessoas do bem”, bem como na própria educação da população que estava sendo formada no país (BONFIM, 2015). Com isso, a partir da colonização foram construídos valores, formas de pensar e agir, que estão enraizados em nossa sociedade mesmo após séculos de abolição da escravatura.

Outro elemento que esteve presente desde a colonização do país foi a forma de dominação conhecida como patrimonialismo. O patrimonialismo está pautado em relações clientelistas, na apropriação privada do que é público, na pessoalidade, “no predomínio constante das vontades particulares que encontram em seu ambiente próprio, em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (HOLANDA, 1995, p. 146). Não é difícil de identificar os elementos que corroboraram ao longo da história para esta apropriação do que é público pelo privado, uma vez que os europeus já chegaram ao Brasil objetivando conquistar as terras e as riquezas aqui existentes sem preocupação prévia de saber a quem elas pertenciam e por quem eram ocupadas.

A partir da independência do país em 1822 começa a se constituir uma sociedade nacional. Contudo, este ato de independência não representou uma ação revolucionária: pelo contrário, foi dotado de traços conservadores, objetivando a manutenção da ordem social. O patrimonialismo vigente desde a colônia se estenderia para as demais instâncias da sociedade para garantir “o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente na estratificação da sociedade” (FERNANDES, 1976, p. 57). Diante desta necessidade de manutenção dos privilégios, permaneceu, mesmo com a independência do Brasil, o trabalho escravo e a economia agroexportadora.

Portanto, com a independência e a implementação de um Estado nacional, configura-se uma situação nacional que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a situação colonial anterior. Os estamentos senhoriais não só tiveram de realizar uma rotação copernicana em sua concepção do mundo

e do poder, para se adaptarem a essa alteração. Eles tiveram de avançar, lenta e penosamente, em alguns casos, ou rápida e satisfatoriamente, em outros, para ajustamentos psicossociais culturalmente inovadores, que se tornavam mais ou menos inevitáveis a partir do instante em que o domínio deixava de ser uma espécie de mundo social em si e para si, auto-suficiente mais incapaz de beneficiar-se de sua auto-suficiência (FERNANDES, 1976, p.59).

A partir deste prisma, Florestan Fernandes (1976, p. 68) afirma que a formação do Estado nacional serviu para atender aos interesses/privilégios políticos, econômicos e sociais dos estamentos senhoriais. E aparentemente para assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos “tratava-se de um Estado nacional liberal, e nesse sentido, “democrático” e moderno”.

Deste modo, a independência do país possibilitou:

[...] as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, do que decorre uma não equiparação entre a autonomização econômica e a autonomização política. Criou-se uma *situação de mercado*, em acordo com possibilidades e limites socioeconômicos e culturais de expansão do mercado interno, numa economia voltada para a exportação. Nessa nova situação tem-se uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro e uma economia produzindo para fora e consumindo de fora (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 75-76).

Segundo Florestan Fernandes (1976) o processo de independência do Brasil e a constituição de uma sociedade nacional, a entrada dos imigrantes no país, as mudanças proporcionadas pela relação entre o capitalismo internacional e o desenvolvimento da economia e, por fim, a expansão e universalização da ordem social competitiva, são elementos que subsidiam as análises sobre a Revolução Burguesa²⁹ no país. Esses elementos são necessários uma vez que a Revolução Burguesa ocorreu sob condições históricas, políticas e sociais distintas de outros países que já haviam vivenciado o desenvolvimento do capitalismo. O autor ao tratar deste tema, busca compreender “quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se originou a modernização como processo social” (1976, p.21).

A independência do país em 1822 e a entrada dos imigrantes³⁰ no Brasil, embora tenha imposto uma nova maneira de ser, agir e pensar a partir de uma racionalidade econômica que

²⁹Em sua acepção, o conceito de Revolução Burguesa “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 1976, p.203).

³⁰ Ianni (2004) acredita que a entrada de imigrantes europeus no país foi uma tentativa de “branquear” a nossa sociedade e utilizá-los como mão de obra. “Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina como regime de trabalho escravo, forçado, compulsório, subordinado, totalmente alienado. Simultaneamente, intensifica-se a

estava sendo demandada pelo padrão capitalista, não implicou na abolição da escravidão de forma imediata. Essa nova mentalidade capitalista cresceu internamente a partir de atividades econômicas sucessivas desempenhadas pelos imigrantes e pode-se afirmar que foram difundidos valores e padrões econômicos oriundos das metrópoles hegemônicas (FERNANDES, 1976).

Não obstante, o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais complexo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturam e dinamizam a evolução do capitalismo no Brasil (FERNANDES, 1976, p.139).

Conforme esclarece Bonfim (2015), as relações autoritárias e as decisões tomadas pelo alto fazem parte da constituição do nosso país desde o período da colonização em concomitância à utilização da mão de obra escrava e à exclusão da população dos processos decisórios da vida política e social, uma vez que apenas os setores dominantes tomavam as decisões de acordo com os seus interesses, e quando as decisões não eram acatadas pela população, a utilização da violência era um importante mecanismo para a manutenção do poder.

De acordo com Florestan Fernandes (1976) em sociedades dependentes, como é o Brasil, o capitalismo é introduzido antes de se construir uma ordem social competitiva, corroborando para a existência de traços modernos e arcaicos. “O desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua continua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (NETTO, 2008, p.18). O capitalismo dependente é um “capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide com frequência por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1976, p.293).

[...] A heteronomia, portanto, é a marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. Até porque, se há uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual —processava-se sob forte identidade de interesses e, até sob laços profundos de lealdade e de simpatia (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 75).

imigração dos europeus, enquanto “braços para a lavoura”, destinados a substituir o escravo e, ao mesmo tempo, “branquear”, “europeizar” ou “arianizar” a população, a sociedade, a cultura, a civilização” (IANNI, 2004, p.72).

A partir da década de 1930 a burguesia vivenciou diversas pressões, talvez a de maior relevância foi à expansão das relações capitalistas a partir de um “desenvolvimento com segurança” que fosse capaz de assegurar as garantias econômicas, políticas e sociais ao capitalismo internacional. Por outro lado, a pressão do proletariado e das massas populares “expunha a burguesia a iminência de aceitar um novo pacto social”. E, por fim, a pressão advinda também da intervenção direta do Estado na esfera econômica. Como alternativa a este conjunto de pressões que ameaçavam as condições materiais e políticas da burguesia, as classes dominantes organizaram-se “em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (FERNANDES, 1976, p. 217).

[...] as pressões dinâmicas do mercado mundial, embora fossem de outra natureza, coincidiam com as pressões dinâmicas do crescimento econômico interno: o mercado capitalista tinha de fazer face às operações comerciais e financeiras que se impunham. [...] O mercado capitalista moderno ou sofreria uma nova transição, para responder as exigências econômicas externas e internas, adaptando-se completamente, assim, aos requisitos do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo comercial, ou enfrentava um colapso (FERNANDES, 1976, p.231).

É importante frisarmos que a burguesia na sociedade brasileira se moldou a partir do capitalismo competitivo. No entanto, é com a irrupção do capitalismo monopolista que ela adquire maturidade e “revitaliza as suas bases materiais do poder e revoluciona o modo pelo qual ele se equacionava, historicamente, como dominação de classe específica burguesa” (FERNANDES, 1976, p.265).

Com a expansão das relações capitalistas e do projeto de industrialização, surgiu a necessidade de criar estratégias que viabilizassem a expansão e a consolidação do capitalismo monopolista no país³¹. Entretanto, este processo foi feito com a não alteração da estrutura agrária brasileira, uma vez que a estrutura fundiária no país estava ligada a grandes proprietários de terra cujas relações de dependência se mantinham. Manter a estrutura agrária não impedia o desenvolvimento industrial, já que, pelo contrário, era possível dinamizar todo esse processo de acumulação, desde que suas implicações não penetrassem na área rural. Logo, o processo de modernização do Brasil não foi algo revolucionário, mas sim acordado entre as elites dominantes, sendo esta uma das características mais importantes da formação sócio-histórica brasileira.

³¹ Existiram três fases de emergência e consolidação do capitalismo no Brasil. A primeira fase demarca a eclosão de um mercado capitalista moderno, a segunda fase consiste na formação e expansão do capitalismo competitivo e a última fase, a irrupção do capitalismo monopolista que se acentua no final dos anos 1950 e consolida-se após o golpe da ditadura civil-militar em 1964. (FERNANDES, 1976).

Ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular. (COUTINHO, 2007, p.196).

Segundo Coutinho (2007) essa via “não clássica” para o capitalismo, na qual se mantém traços pré-capitalistas combinados com uma estrutura agrária e um Estado coercitivo, remetem ao denominado capitalismo tardio e dependente, vivenciado não só pelo Brasil, mas também por outros países latino-americanos. No entanto, especificamente no Brasil, essa característica reafirmou, de acordo com Florestan Fernandes (1976) a confusão existente entre os interesses do conjunto da nação com os interesses de uma minoria privilegiada. Nesta conjuntura, interesses da maioria ficaram esquecidos ou até mesmo ignorados pelas classes dominantes.

Esta peculiaridade nos remete a outro traço da formação social brasileira: as transformações ou conciliações feitas pelo “alto” sem a participação da população. Para Ianni (2004), ao longo da história do Brasil temos vários exemplos que ilustram essas transformações pelo “alto” como, a independência do país em 1822, as mudanças na estrutura governamental em 1930 e em 1964, a instauração da ditadura civil-militar. A não participação popular e a vanguarda das classes dirigentes nestes processos que são de suma importância da história do Brasil, são aspectos que perpassam e caracterizam todos estes movimentos citados.

A presença de ditaduras e demais formas de Estado autoritários impedem os processos políticos com a participação das camadas populares, algo que é típico de países de capitalismo dependente e que é característica histórica do Brasil. Este percurso histórico possui como característica “a permanente exclusão dos trabalhadores urbanos e rurais das decisões do Estado e do bloco do poder, sujeitos a repressão centralizadora do Estado e ao arbítrio do poder privativo dos chefes políticos locais regionais” (IAMAMOTO, 2015, p.139).

[...] foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso [...]. Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor

costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social (NETTO, 2008, p. 18-19).

A exclusão das camadas populares nos processos decisivos da política brasileira mantém uma relação direta com a conformação do Estado brasileiro e das classes sociais³², com a utilização massiva de aparatos coercitivos e com a presença do paternalismo, estabelecendo assim uma cultura de tutela com o povo brasileiro.

Na prática, o “povo brasileiro ainda não está preparado sociologicamente para gozar de uma democracia plena”. Tanto assim que cabe o Estado proteger, tutelar e disciplinar o cidadão e o povo, pois que a “liberdade e direitos emanam do Estado”. Daí a criação da figura da cidadania regulada, que não tem raízes “em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional”. A lógica do capital impõe-se a todas as relações e poros da sociedade, sem mediações. (IANNI, 2004. p. 236-237).

Diante do exposto, esta breve retomada de alguns elementos da formação social brasileira permite nos estabelecer relação com o conservadorismo. Pois bem, alguns traços do conservadorismo clássico elencados por Escorsim Netto (2011) como a legitimidade da tradição e a desigualdade necessária e natural perpassam o nosso país e constituem as relações sociais. Segundo Bonfim (2015) essas características são perceptíveis especialmente:

[...] nas relações entre os detentores de poder – proprietários de terra e dos meios de produção, na sua maioria “brancos” e descendentes da antiga aristocracia – e a grande parte da população – trabalhadores mestiços, fruto das “antigas” relações de exploração: escravidão negra índia e o trabalho imigrante. Aqui se observa a ênfase nas diferenças, raciais, étnicas e de classe, que legitimam as desigualdades sociais, as variadas formas de violência (incluindo o preconceito), a prática do favor e da tutela [...] (BONFIM, 2015, p.95).

Ao naturalizar as desigualdades existentes e criminalizar um amplo segmento da sociedade civil que vivencia as condições de exploração, “defende-se, mais uma vez, a ordem estabelecida” (IANNI, 2004, p.101). Deste modo, as desigualdades sociais são entendidas como fatalidades, heranças, e que devem ser superadas pelos próprios indivíduos para não afetar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

³² Acreditamos que a conformação das classes sociais no Brasil, também é um elemento que ocasiona rebatimentos neste processo, uma vez que o processo de constituição da classe operária no país foi fortemente marcado pelo peso do trabalho escravo e da economia agroexportadora, elementos que retardaram a ação política e a atuação mais radical do movimento operário. Além disso, a conformação das classes sociais no Brasil foi mediada pelo interesse do Estado e da burguesia para manter a apropriação privada do capital, contribuir para o apassivamento das lutas sociais e, concomitantemente, para o consentimento das classes dominadas.

Outra característica é a cultura do mando e da obediência, do favor³³, da tutela; algo muito comum em sociabilidades que possuem em sua constituição o trabalho escravo, e a partir dos valores calcados no modo de produção escravocrata, a burguesia os utiliza para a manutenção dos seus interesses. Ou seja, a formação sócio-histórica brasileira é marcada por uma cultura política autoritária, contrapondo-se a uma “cultura política democrática, pelo contrário, têm-se caracterizado pela utilização da violência ou de outros modos de coação, como forma de dirimirem os conflitos sociais, econômicos, culturais e políticos” (MOLJO, 2005, p.175).

Então faz se difícil falar de uma “cultura política democrática” quando, de fato, o que se vem construindo é uma cultura que privilegia a apropriação privada do público e isso, não faz mais que solidificar a construção de uma “cultura política autoritária”. Estudos como os de Chauí (1999) ajudam a desvendar as particularidades e especificidades que tem assumido a sociedade brasileira apontando, entre elas, o autoritarismo, com a predominância de relações sociais hierárquicas que reproduzem relações políticas que se baseiam em contatos pessoais, o que sem dúvida, favorece a reprodução de uma “cultura da tutela, do favor e do clientelismo”(MOLJO, 2005, p.181).

Somado a esses elementos, temos “o ecletismo teórico-político, no qual se observa a combinação de perspectivas teóricas com posturas políticas completamente diferentes, e uma forma peculiar de democracia e de autoritarismo que concilia cordialidade com violência” (ORTIZ, 2010, p.71).

Por todas essas questões levantadas, afirmamos a predominância de valores conservadores presentes na formação social brasileira e que se fazem presente na atualidade através de distintas ações:

[...] naturalização, moralização e criminalização da “questão social”, nas mais diferentes formas de desigualdades – racial, econômica, social e de gênero -; na dificuldade em garantir a realização da dimensão pública, especialmente no que se refere às políticas sociais; na persistência da lógica do favor; e na sua expressão mais cotidiana: “o jeitinho brasileiro” (BONFIM, 2015, p.97).

Diante do exposto, concordamos com Bonfim (2015) sobre a necessidade de compreendermos o “conservadorismo a brasileira” a partir das particularidades da formação social brasileira, considerando que no processo de colonização do Brasil “os valores dominantes

³³ “O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que tem. (...) esteve presente por toda parte, combinando-se as mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc”. (SCHWARZ, 2012, pág. 16).

na sociedade advinham da dinâmica da exploração, do saque e do butim da colônia, na transição do capitalismo o que se observa é refuncionalização desses valores com o objetivo de garantir os interesses da burguesia nacional” (BONFIM, 2015, p.94).

No próximo item, buscamos estabelecer a relação existente entre o conservadorismo e o Serviço Social. Ao problematizarmos a herança conservadora do Serviço Social, precisamos situar que o conservadorismo e as suas variadas vertentes influenciaram a formação profissionais, bem como as respostas profissionais dos assistentes sociais face às expressões da questão social desde a institucionalização da profissão. Todavia, esses traços do conservadorismo e a “sua justificação teórico-ideológica mudam de forma no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2004, p.17).

1.4 SERVIÇO SOCIAL: DAS BASES CONSERVADORAS À RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A origem da profissão no Brasil na década de 1930 coincide com o fortalecimento do projeto reformista-conservador, com o desenvolvimento tardio do capitalismo no país e com a necessidade de “formação doutrinária e social do laicato” para viabilizar uma maior participação da Igreja Católica na sociedade. A Igreja Católica com o claro intuito de recuperar os seus privilégios (que havia perdido face a secularização da sociedade) e amenizar as tensões com o Estado, teve como reação a este processo a busca por qualificar o seu laicato para atuar de forma missionária e evangelizar a sociedade³⁴. A igreja retomaria os seus privilégios a partir da associação ao capitalismo e do enfrentamento moral a questão social. (IAMAMOTO, 2004).

Concomitantemente, a classe operária se organiza e começa a discutir os problemas enfrentados em sua vida cotidiana, através das expressões da questão social, oriundas do desenvolvimento capitalista, exigindo do Estado, das classes dominantes e da Igreja Católica um posicionamento mediante a criação de serviços socioassistenciais. Segundo Ortiz (2010)

[...] foram às formas de tratamento das expressões da “questão social” empreendidas a partir dos pilares desse projeto, que geraram as condições objetivas para a emergência e institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas sócio-profissionais também balizadas por ele (p.122).

³⁴ Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) esse movimento por parte da igreja pode ser entendido como uma reação católica para a reconquista de seus privilégios e legitimação jurídica de suas áreas de influência por parte do Estado. Uma das ações deste momento constituiu na criação da Liga Eleitoral Católica e de pautas como o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência religiosa em hospitais e prisões, etc.

A Igreja Católica posicionou-se a partir dos princípios estabelecidos nas encíclicas papais³⁵ para o enfrentamento dos “problemas e mazelas sociais”. A questão social a partir da igreja é enfrentada através da ação moral e religiosa, não reconhecendo o seu caráter econômico e político. A Igreja Católica na sua missão de atuar sobre as expressões da questão social buscava recristianizar a sociedade a partir da família e harmonizar o conflito entre as classes sociais através do humanismo cristão. Por sua vez, o Estado deveria cuidar da parte econômica, regulando a propriedade privada e os limites aceitos de exploração da força de trabalho, bem como tutelar os direitos dos indivíduos.

A profissão de Serviço Social surge a partir desse conjunto de iniciativas (igreja, classes dominantes e Estado) se expressando através do apostolado da Igreja Católica através de instituições como a Liga das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e a liga das Senhoras Católicas em São Paulo. Para os militantes destes movimentos, a profissionalização das suas ações surge como uma alternativa diante das transformações econômicas e políticas vivenciadas pelo país neste período. (IAMAMOTO, 2004).

O enfrentamento moral da questão social não foi realizado apenas pela Igreja Católica, mas também pelo Estado, devido a emergência do proletariado na cena política reivindicando os seus direitos, o que ocasionou uma nova forma de resposta estatal às expressões da questão social pela via do consenso social e do controle da reprodução da força de trabalho, e não somente pela repressão. Desta forma, as expressões da questão social constituem-se então objeto de intervenção estatal mediante a criação de políticas sociais³⁶ como forma de garantir e legitimar a dominação da classe trabalhadora e assegurar a manutenção da força de trabalho. Porém, elas também são resultantes da luta de classes, ou seja, não se trata apenas de enxergá-las como concessão por parte do Estado, mas também como fruto da organização e mobilização do conjunto da classe trabalhadora (BEHRING e BOSCHETTI, 2006). Contudo, tais medidas serão corrompidas pelo Estado através de um discurso ético universalizante, transformando-os

³⁵ Como exemplo, vemos que na Encíclica *Rerum Novarum*, o então papa Leão XIII expõe que a desigualdade é totalmente natural, aceitável e necessária a reprodução harmônica da sociedade e o conflito de classes é totalmente negado a partir desta compreensão. A partir da filosofia tomista, nesta Encíclica, a desigualdade social é decorrente da diversidade de funções naturais, justificando as diferentes condições de classe e ao mesmo tempo buscando o consenso entre capital e trabalho (BARROCO, 2010).

³⁶ As políticas sociais instituídas pelo Estado na década de 1930 apresentavam como características, a sua vinculação com o trabalho- onde somente aqueles que possuíam empregos com carteira assinada tinham o direito à proteção social pública caracterizando uma cidadania regulada, que está “embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1989, p.68); a lógica do direito é substituída pela incorporação do favor e a presença da estratificação para definir os setores que conseguiriam alguns benefícios, sendo esses setores estratégicos para o bom andamento da economia. Somente na década de 1960 que a seguridade social obteve pequenos avanços no que se refere à tentativa de unificar os serviços de previdência e assistência e a incorporação das domésticas e dos trabalhadores rurais ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

em benefícios do Estado, corroborando para que os indivíduos se autoreconhecem como subalternos. Os “problemas sociais” são atendidos por uma ordem moral, “mas tal atendimento se reveste de conteúdos privados: a emotividade, a remissão ao eu” (BARROCO, 2010, p.88).

Para Iamamoto (2004, p.20) o surgimento da profissão não se caracteriza apenas por um novo viés de exercer a caridade, mas sim, como uma nova forma de intervenção ideológica na vida daqueles que utilizam os serviços sociais, com uma clara função política de enquadrar os trabalhadores nas relações sociais vigentes e o reforço “a mútua colaboração entre capital e trabalho”.

Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da “clientela”, tratamento este de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. O Serviço Social se propõe, ainda, a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro do programa de militância católica contrapondo-se as iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico (IAMAMOTO, 2004, págs.20 e 21).

Conforme Iamamoto (2004, p. 23) o Serviço Social “emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias do que científicas no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”³⁷. Nos primórdios da profissão, sua influência é o pensamento conservador europeu de origem franco-belga com um forte apelo ao humanismo cristão e aos pressupostos

³⁷ Diferentemente da compreensão de Iamamoto (2015) sobre a natureza do Serviço Social, podemos situar o debate de Netto (1992) em sua obra *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, na qual o autor argumenta que o sincretismo é uma categoria constituinte da natureza do Serviço Social, sendo o “fio condutor da afirmação e desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação” (p.88). Iamamoto discorda do autor e elaborou uma crítica respeitosa a esta argumentação defendida por Netto. Para Iamamoto (2015) o autor, ao situar o seu debate sobre o sincretismo da prática a partir da “carência do referencial crítico-dialético”, condiciona a análise da profissão “enfeixada na problemática da reificação, terreno em que os processos sociais se mostram na sua fenomenalidade, o que justifica o sincretismo, enquanto princípio constitutivo da natureza da profissão” (p.265). Para a autora, a análise de Netto (1992) está equivocada por vários motivos. O primeiro deles é que ao considerar a profissão no universo da reificação, Netto [...] “denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que realiza e se mostra encoberta no sincretismo. Em outros termos, o esforço de desvendamento, ainda que essencial, torna-se parcial e inconcluso” (p.267) O seu segundo argumento faz menção a vida cotidiana tratada na obra do autor, uma vez que o mesmo não trabalha com a política como mediação “da relação do homem com sua genericidade”, ficando a luta de classes na resistência à sociedade do capital secundarizada (p.267, 268). E por fim, Netto (1992) reconhece a ruptura com as protoformas do Serviço Social ao longo do desenvolvimento da profissão, no entanto, argumenta a continuidade da intervenção profissional desenvolvida nos moldes das protoformas do Serviço Social, mesmo após a sua profissionalização, atribuindo um caráter indiferenciado da prática profissional, ou seja, “a profissionalização permanece como circuito ideal, que não se traduz operacionalmente [...] tudo se passa como se a especialização profissional não rebatesse na prática – o específico prático- profissional do Serviço Social mostrar-se-ia na fenomenalidade como inespecificidade operatória” (NETTO, 1992, p.100).

filosóficos do Tomismo e do Neotomismo³⁸ assentados no pensamento de São Tomás de Aquino.

A moral se apresenta como um dos elementos viabilizadores da reforma cristã, pois entende-se que, através da reatualização dos valores tradicionais, de modos de vida reprodutores das funções básicas da família e da mulher, seja possível manter a ordem social necessária ao “bem comum” (BARROCO, 2010, p.84).

Portanto, a Igreja, sob orientação do projeto reformista-conservador, compreende que os homens são iguais perante Deus, independente da sua condição econômica, logo, não se justifica o conflito entre as classes sociais, e o mesmo deve ser combatido através do “controle dos excessos por parte dos capitalistas e da educação moral para os trabalhadores” (ORTIZ, 2010, p.98).

[...] o enfrentamento moral das “sequelas” da questão social é uma forma de resposta a processos objetivamente construídos na reprodução do capital e do trabalho, significando a despolitização de seus fundamentos objetivos, ou seja, do seu significado sócio-econômico e ídeo-político. **Em suas determinações ético-políticas, é uma forma de moralismo, sustentada ideologicamente pelo conservadorismo moral** (BARROCO, 2010, p.74, grifo nosso).

A profissão em seus primórdios caracterizou-se como uma profissão eminentemente feminina de origem católica, o que nos leva ponderar que a influência dos pressupostos teórico-políticos assentados no neotomismo adentrou todas as esferas da vida social, internalizando as normas e deveres subjacentes à formação moral das pessoas. A origem das mulheres nas primeiras escolas de Serviço Social deve-se a esse padrão da moral conservadora. A mulher era vista enquanto um ser capaz de desenvolver atividades educativas e de cunho moralizador, e não a partir de suas qualidades técnicas. A mulher ao desempenhar essas atividades que lhe seriam “próprias” não rompe com o seu papel social, valores e princípios (BARROCO, 2010). A escolha da mulher para exercer essa profissão de acordo com o pensamento conservador deve-se ao fato que:

[...] o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a

³⁸ Na concepção neotomista, o homem é um ser que possui capacidade para refletir sobre as suas ações, desejos, anseios, através do uso da razão. Cabe, ao homem, a tarefa de controlar os seus sentimentos para viver em sociedade e em prol de um bem comum. A adequação e ajustamento a estas necessidades são feitas através de uma reforma moral e comportamental (ORTIZ, 2010).

concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É por isso particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (KHIEL, *apud*. IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.175).

Posteriormente, nos anos 1940, devido à necessidade de atender as requisições do Estado para expandir e consolidar o modo de produção capitalista, o Serviço Social incorpora um suporte técnico-científico através da aproximação com a teoria social positivista, que conjugada à doutrina social da igreja católica, configurava um arranjo teórico-doutrinário³⁹ para a profissão. Barroco (2010, p 78) esclarece que “apesar de se oporem em muitos aspectos, o pensamento católico tradicional e o positivismo compartilham da ideologia conservadora e da crença na moral como espaço de enfrentamento a questão social”.

O positivismo trabalha apenas com a aparência dos fatos e da realidade, “aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua subjetividade e imediaticidade” (YAZBEK, 2009, p.148).

A incorporação deste suporte técnico-científico acontecerá a partir do desenvolvimento das escolas de Serviço Social, com a criação primeira escola de Serviço Social de São Paulo criada em 1936 (atualmente Faculdade de Serviço Social da PUC-SP) e da segunda escola no Rio de Janeiro em 1937 (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ). A criação destas escolas contou com o apoio do Centro de Estudos e Ação Social⁴⁰ (CEAS) (IAMAMOTO, 2004).

Ressaltando a forte influência do pensamento positivista na profissão, Iamamoto (2004) destaca algumas de suas características que estão enraizadas na nossa sociedade e que, durante muito tempo, estiveram presentes nas ações profissionais dos assistentes sociais, como a noção de comunidade e o viés moral e intelectual da família. A noção de comunidade sob o viés conservador ressurge como uma forma de interpretar a sociedade capitalista e como horizonte profissional dos assistentes sociais.

Mas a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto, é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações

³⁹Termo cunhado por Iamamoto e Carvalho (2011) para designar a união entre o discurso humanista cristão e a presença da tecnificação oriunda da teoria social positivista.

⁴⁰“O objetivo do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.179).

comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital. [...] **A comunidade ressurgiu aí como utopia, nos quadros de um reformismo conservador, e orienta a ação profissional.** A comunidade como utopia contém um componente de resistência a organização social da sociedade capitalista, componente anticapitalista porque antissocietário: sua viabilidade histórica é dada pela superação do capitalismo, pela supressão da mediação classificadora da mercadoria nas relações entre os homens (IAMAMOTO, 2004, p. 30-31, grifo nosso).

As ações desenvolvidas pelos assistentes sociais eram realizadas com a função de fortalecer o núcleo familiar e integrar os indivíduos a sociedade. Aqueles indivíduos que possuíam comportamentos diferentes do padrão de “normalidade” eram tratados como uma anomia. É visível a presença de elementos do positivismo de Durkheim, como por exemplo, o seu entendimento da sociedade como um todo orgânico, e o enquadramento do indivíduo nesta sociedade, conforme destacamos no item 1.1 deste capítulo ao abordar o pensamento conservador clássico. O objetivo era eliminar as disfunções e os problemas de condutas “desviadas” do padrão vigente. Buscava-se melhorar a sociedade a partir da correção de certos desvios, buscando integrar os indivíduos em um todo harmônico. A partir desta concepção, a intervenção profissional do assistente social passa a utilizar de técnicas individuais com valores e parâmetros estabelecidos. Surge o serviço social de caso, grupo e comunidade⁴¹- cada indivíduo constitui um caso, definido por variáveis estabelecidas e a partir desse conjunto de variáveis, o indivíduo é classificado com um “problema”. Os problemas podem ser de natureza econômica, psicológica, social, moral e até mesmo religiosa. Percebemos a fragmentação da realidade e do indivíduo, com um intuito claro adaptação e controle a partir de parâmetros estabelecidos no interior da sociabilidade (FALEIROS, 1986).

Outras influências do pensamento conservador também podem ser observadas na intervenção do assistente social, tais como a “invasão” na vida dos indivíduos para “encontrar focalisticamente a causa de certos fenômenos considerados problemas no presente” (FALEIROS, 1986, p. 66). Logo, o controle da vida dos sujeitos se configurava como um importante para ajustá-los à sociedade. “Conhecer a realidade significa, assim, um esquema para enquadrá-la e não transformá-la” (Ibidem, p. 67).

⁴¹ A noção de comunidade adotada pelo assistente social no seu exercício profissional e a individualização dos casos sociais e dos problemas que perpassam a vida da sua “clientela” também originaram do conservadorismo moderno e da sua influência no pensamento sociológico. A comunidade é entendida como uma força que “provém de motivações mais profundas que o mero interesse racional; nela o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social” (IAMAMOTO, 2004, p.25).

Diante das exposições apresentadas, percebemos que a origem da profissão é marcada pela presença do conservadorismo moral evidenciado no projeto social da igreja católica, na própria formação profissional e na incorporação dos ideais positivistas. A utilização destes pressupostos teóricos e políticos implicam em um exercício profissional que não é capaz de desvelar a realidade e os problemas nela existentes, uma vez que os mesmos são concebidos de maneira estática, sem um enfoque amplo que permita descobrir o universal, o singular e o particular, presentes neste processo (BARROCO, 2010).

Até o final da década de 1950 o Serviço Social esteve vinculado de forma hegemônica ao conservadorismo, cenário este que começa a se alterar desde a década de 1960 com o processo de erosão das suas bases de legitimação tradicionais e conservadoras. Inicialmente os questionamentos sobre o conservadorismo no interior da profissão aconteceram sob forte influência do movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano (1965-1975) e com a aproximação pela primeira vez com a teoria social de Marx. Posteriormente a partir dessas influências, o Serviço Social brasileiro vivencia o seu processo de Renovação crítica, especificamente a partir da sua vertente de intenção de ruptura, que possibilitou condições de romper com o conservadorismo e o tradicionalismo, presentes desde o surgimento da profissão, bem como constituiu as bases para a criação do projeto ético-político.

Até meados da década de 1950, de acordo com Netto (2008) tínhamos uma parca apreensão do pensamento marxista no Brasil, sendo este muito vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Somente no fim da década de 1950 e início da década de 1960 que a tradição marxista começa a ser incorporada na produção de alguns intelectuais de maneira bem tímida e sua vinculação passa a não ser mais atrelada somente a partidos políticos.

É necessário demarcar que é nos marcos da autocracia burguesa⁴² e do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965-1975), que a profissão se aproxima pela primeira vez da teoria marxista, aproximação esta que aparece mais consolidada com a perspectiva de intenção de ruptura, uma das direções presentes no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2008).

⁴² Netto (2008) utiliza o termo “autocracia” cunhado por Florestan Fernandes para se remeter à forma de organização do poder que o Estado burguês assumiu no Brasil. O Estado burguês apresenta um caráter autocrático, sendo esta configuração própria de sociedades que possuem um capitalismo periférico e dependente e que inviabiliza assim uma revolução burguesa clássica. Para a manutenção do seu poder, o Estado faz um “acordo” com o capital privado nacional e o capital internacional a fim de viabilizar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (desenvolvimento este que é associado e dependente) e combinou mecanismos democráticos com os repressivos. Portanto, o Estado que se estruturou após o golpe de 1964, expressa claramente o rearranjo das forças políticas e econômicas a fim de assegurar um padrão de acumulação, contudo, sendo capaz de se adequar as novas condições internas e externas que estavam sendo postas. (NETTO, 2008).

No que tange ao debate da autocracia burguesa cabe salientar que o golpe militar e a instauração de um Estado ditatorial tiveram como objetivo “racionalizar” a economia nacional, sendo capaz de “criar o melhor quadro legal-institucional para a concentração e a centralização, mas ainda induzi-las mediante uma ação interna no processo de produção e acumulação” (NETTO, p.30), ou seja, ao Estado caberia implementar um projeto de modernização conservadora. Para a profissão, a modernização conservadora consolidou e ampliou o mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais. Além do Estado ser o principal empregador dos assistentes sociais, as médias e grandes empresas passaram a contratar os assistentes sociais em decorrência do crescimento industrial e “pelo plano de fundo sócio-político em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (NETTO, 2008, p.122).

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalizados” (NETTO, 2008, p.123).

O mercado de trabalho redimensionado pelo Estado autocrático burguês e pelo grande capital passa a requisitar dos assistentes sociais uma postura “moderna” compatível com as finalidades da racionalidade do Estado. O exercício profissional dos assistentes sociais assumiu características formais e processuais que possibilitavam o controle da ação profissional a partir de critérios burocrático-administrativos e também fortalecia o contato com outros profissionais. Esta mudança no perfil do assistente social que estava sendo demandado pelas instituições empregadoras (Estado autocrático burguês e as médias e grandes empresas) ocasionou transformações na política educacional voltada para a formação profissional. As instituições refuncionalizaram-se para romper com o histórico do profissionalismo que persistia desde o surgimento da profissão e paralelamente há uma expansão dos cursos de Serviço Social no país (NETTO, 2008).

De acordo com Netto (2008) o Serviço Social até a primeira metade de década de 1960 possuía uma relativa homogeneidade e unidade nas propostas profissionais e um consenso na direção profissional. Cenário este que se altera com as novas condições postas para a profissão pela autocracia burguesa, que culminaram no que o autor denominou como laicização do Serviço Social – diferenciação da categoria profissional em todos os âmbitos e uma disputa pela hegemonia do processo profissional. A laicização da profissão é um dos elementos que

caracterizam a Renovação do Serviço Social brasileiro, conforme veremos adiante. Salientamos que o processo de refuncionalizar a formação profissional e concomitante o exercício profissional, bem como a ampliação dos cursos de Serviço Social para atender as requisições da autocracia burguesa, permitiram também a criação de alternativas frente às próprias requisições institucionais.

O caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos surge aqui em toda a sua efetividade: ao refuncionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento de sua legitimação. Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas as práticas e as concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2008, p.129).

Um exemplo contundente dessa relação contraditória são os questionamentos e debates sobre as formulações teóricas da profissão que se gestaram no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. Este debate foi possível porque anteriormente, na década de 1960, foi demandada a criação de instituições para formar novos assistentes sociais, culminando na inserção profissional no âmbito da academia. Apesar das instituições de ensino neste período serem criadas como uma estratégia para formar profissionais aptos a atender as requisições oriundas da modernização conservadora no país, o âmbito acadêmico possibilitou reflexões e diálogos que posteriormente se transformaram em preocupações intelectuais para a categoria profissional (NETTO, 2008). Estas breves linhas traçadas até aqui, sinalizam que é neste contexto que se gesta a Renovação do Serviço Social brasileiro.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro não exclui o quadro anterior da profissão. Pelo contrário, a profissão “erguendo-se sobre o colapso da legitimação das formações profissionais tradicionais”, ao mesmo tempo resgata e rejeita alguns aspectos deste colapso, bem como coloca “outras tendências emergentes no processo da crise que converteu em um dado explícito” (NETTO, 2008, p.141).

O Serviço Social brasileiro a partir de um amplo movimento introduz alguns questionamentos sobre sua vinculação com a perspectiva tradicional, instaurando um processo de revisão “de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2015, p. 206). Este processo

de revisão dos seus fundamentos e do exercício profissional se inicia no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, que é compreendido por Netto (2008, pág.131)

[...] como o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base de rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Conforme Netto (2008), o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro possui alguns elementos que nos permitem avançar no debate. O primeiro deles é a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no âmbito da profissão. O segundo é uma crescente diferenciação das concepções tradicionais; a inserção do Serviço Social no meio acadêmico e cultural, e por fim, a constituição de profissionais voltados para a investigação e a pesquisa na prática profissional. (NETTO, 2008). O autor esclarece que mesmo com a instauração da ditadura militar no país⁴³, houve um crescimento de instituições de ensino e pesquisa que eram funcionais ao regime e ao projeto de “modernização conservadora”, que permitiu um perfil de profissional diferenciado do tradicionalismo. Esses elementos enriqueceram a profissão e em certa medida possibilitaram avançar nas principais concepções que emergiram durante a autocracia burguesa e que desencadearam na perspectiva de ruptura com o serviço social tradicional.

O processo de Renovação do Serviço Social não foi homogêneo, apresentando diferentes direções no embate com o tradicionalismo presente na profissão. Diante disso, Netto (2008) nos esclarece que no período da “autocracia burguesa”, configuraram três direções importantes para o processo de Renovação do serviço social: 1- a perspectiva modernizadora, que se materializou nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Essa perspectiva obteve formulação a partir da metade dos anos de 1960 onde se afirmam uma perspectiva modernizadora com adequações à ideologia desenvolvimentista, com pouco questionamento da realidade e uma intervenção pautada em adaptar o indivíduo a sociedade.

O que caracteriza esta perspectiva, todavia, está longe resumir-se a exclusão de tendências contestadoras: antes, o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova

⁴³ É pertinente citar que o Brasil vivenciou o regime ditatorial a partir do dia 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Importante esclarecer o “chão” histórico em que se gesta o movimento de Renovação da profissão.

fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais (NETTO, 2008, p.155).

A perspectiva modernizadora não extinguiu o conservadorismo presente na profissão, “ela explorou o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões as condições das novas exigências da modernização” para o exercício profissional (NETTO, 2008, p.202). Portanto, apresenta uma relação de continuidade com os acúmulos da profissão até o momento e uma certa funcionalidade ao regime autocrático burguês devido às mudanças nas ações profissionais demandadas pelo Estado, voltadas para o controle e repressão da classe trabalhadora a fim de consolidar uma política desenvolvimentista que estava em curso no país. Contraditoriamente, é neste período que os profissionais começaram a repensar a sua prática profissional, pois devido à busca do desenvolvimento para o país, “exige-se um assistente social “moderno” - com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos racionais” (NETTO, 2008, pág.123). O seu instrumental operativo é aperfeiçoado com novas metodologias de ação, padrões de eficiência e eficácia, novos modelos de análise, diagnóstico e planejamento; recursos importantes para atribuir um suporte técnico as ações profissionais dos assistentes sociais.

O caráter modernizador desta perspectiva reside na aceitação inquestionável da “ordem sociopolítica derivada de abril e procura datar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder as demandas que se apresentavam nos seus limites” (NETTO, 2008, p.155) e no âmbito profissional, os valores e concepções tradicionais passam a ser inseridos em uma “moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses modernos” (p.155). A hegemonia desta perspectiva será questionada a partir da década de 1970, fenômeno este compatível com os sinais de crise da autocracia burguesa.

O documento de Araxá produzido neste período apresenta a concepção que os assistentes sociais envolvidos nas reflexões propiciadas pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) possuíam sobre a profissão e a sua intervenção com os usuários provenientes de desajustamentos familiares e sociais. O debate ao longo deste documento perpassa a intervenção do assistente social e a sua peculiaridade, que segundo o documento consiste no “enfoque orientado por uma visão global do homem integrado em seu sistema social” (NETTO, 2008, p.170). O documento de Teresópolis produzido em 1970 afirma a perspectiva modernizadora como uma concepção profissional e como pauta interventiva, ou seja, a adequação do Serviço Social aos ditames da modernização conservadora implementada com a autocracia burguesa. Logo, as requisições postas a partir deste viés não poderiam ser

atendidas por uma formação profissional tradicional, sendo necessária, uma “requalificação profissional, como uma ponderável modificação nos seus quadros intelectuais de referência”, bem como a inserção do Serviço Social na academia para “de algum modo responder a demanda da criação de condições para a formação reclamada” (NETTO, 2008, p.192).

A diferença entre os dois documentos segundo Netto (2008, p.190) consiste na “indicação do sentido sócio-técnico do Serviço Social” apresentado no primeiro documento, e no segundo documento, uma cristalização deste pensamento, “obtem-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática”.

A reatualização do conservadorismo deveria reverter a erosão do Serviço Social tradicional e as implicações decorrentes deste processo, e concomitante, ser uma alternativa capaz de neutralizar os avanços da tradição marxista no âmbito da profissão, sendo pertinente uma nova roupagem para o conservadorismo distinta do seu surgimento e dotada de uma elaboração teórica. Para isso, utilizou-se de uma referência fenomenológica com uma proposta de ajuda psicossocial (NETTO, 2008).

Para Netto (2008) essa perspectiva consiste no recurso da fenomenologia como uma “reelaboração teórica e prática da profissão”. Contudo, segundo Netto (2008, p.213) essa aproximação com a fenomenologia aconteceu de forma enviesada, através da leitura de fontes secundárias e a sua incorporação como matriz teórico-metodológica foi posta como um referencial teórico inadmissível de ser criticado mediante as problematizações decorrentes da sua utilização. Diante disso, o autor problematiza que

o recurso a matrizes teórico-metodológicas as apanha de segunda ou terceiras mãos, dilui as suas especificidades e as combina, seletivamente, a componentes heteróclitos [...]. [da fenomenologia] se extraem as categorias que interessam a uma operação particular; não entram em linha de conta as mediações, extremamente complexas, entre a articulação sistemática de categorias na elaboração de uma compreensão filosófica da realidade (ou de aspectos seus) construída pelo sujeito sócio-humano e a sua instrumentação parametrada por exigências sociotécnicas e institucionais bem limitadas (NETTO, 2008, p. 215-216).

A proposta fenomenológica implica na recorrência ao personalismo. Possui como categoria central a pessoa humana e a sua valorização, resgatando os “princípios fundantes do humanismo cristão: a perfectibilidade como fim último da existência, o sacrifício, a vocação e a conversão” (BARROCO, 2010, p.132). Entretanto, a recorrência ao personalismo coloca

como questão o ecletismo teórico presente nesta corrente, pois Mounier (1936), um de seus principais expoentes, critica a estrutura capitalista como um limite a libertação do homem e coloca que as mesmas podem ser destruídas em função de uma organização socialista de produção e consumo. Por outro lado, ao se aproximar da perspectiva metafísica, o personalismo não aceita a “fundação material da existência humana, por sua herança fenomenológica, recusa a objetividade da razão teórica” (BARROCO, 2010, p.134).

Segundo Barroco (2010), o neotomismo e o personalismo possuem como orientação um conjunto de princípios de ordem espiritual e valorizam a pessoa humana. Sendo assim, pode-se afirmar que o personalismo neste aspecto é uma continuação da base filosófica tomista. Todavia, não significa dizer que são sinônimos, pois ao vincularem com projetos sócio-históricos, optam por direções sociais opostas. “Assim, as intencionalidades postas no neotomismo e no personalismo são ideologicamente opostas; o primeiro identifica-se com o anticapitalismo conservador; o segundo, com o anticapitalismo vinculado ao ideário socialista” (BARROCO, 2010, p.137).

A fenomenologia ao pautar-se na valorização do diálogo e na ajuda psicossocial reatualiza a atuação profissional a partir do viés da psicologização, de avaliações subjetivas e pautadas em juízos de valor. (BARROCO, 2010). A reatualização do conservadorismo se expressa nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

Esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Ai, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para funda-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. (NETTO, 2008, p. 157).

E por fim, a perspectiva de intenção de ruptura⁴⁴ orientada por uma diretriz marxista, que se expressou no chamado Método BH (Belo Horizonte). No Método BH temos a vertente que critica os fundamentos e procedimentos do Serviço Social tradicional e conservador. Esta última direção apontada por Netto (2008) como intenção de ruptura buscava romper com o

⁴⁴ Essa vertente tem no espaço acadêmico a sua formulação, mais precisamente na Escola de serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte/MG. “A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre ‘Método Belo Horizonte’. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explica originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar” (NETTO, 2008, p. 261).

Serviço Social tradicional e com o conservadorismo presente naquela época, trazendo para o debate, críticas a esse modelo de profissão, bem como os suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (Ibidem, p.159).

A especificidade que a distingue das demais vertentes constitutivas da Renovação do Serviço Social (perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo) é a sua posição contrária à autocracia burguesa. Essa vertente confrontava-se com

a ordem autocrática no plano teorico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa [...] (NETTO, 2008, p.248).

Essa característica de oposição à autocracia burguesa reafirma a sua diferença com a perspectiva modernizadora, conforme mencionado anteriormente neste capítulo, perspectiva essa totalmente funcional ao projeto que estava em curso no país e ao seu caráter político bem como ao seu arsenal teórico-metodológico, o que a distingue da vertente de reatualização do conservadorismo. Este caráter de oposição ao regime autocrático burguês deve-se ao momento em que este começa a apresentar os primeiros sinais de crise com a reinserção da classe operária na política brasileira e a sua luta pela democracia. Anterior a este processo, com o regime ditatorial forte no país, não era possível solidificar um projeto de ruptura com o tradicionalismo, posto que os novos espaços de trabalho criados eram “controlados” e não permitiam o desenvolvimento de ações que colocassem em xeque o regime e o projeto de modernização do país. Por isso, a vertente de intenção de ruptura nasce no âmbito da academia, um espaço com condições favoráveis, “na conjugação da pesquisa e extensão, o atendimento de necessidades de elaboração e experimentação – e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura” (NETTO, 2008, p. 251).

Por estas razões, o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar a pesquisa sem as demandas imediatas da

prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis experiências-piloto (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Neste espaço foi possível, vê-se quebrar o isolamento intelectual do assistente social e viabilizar experiências de prática autogeridas (NETTO, 2008, p.251).

Deste modo, os assistentes sociais procuraram investir na organização da categoria e na formação acadêmica, fortalecendo os Congressos Brasileiros de assistentes sociais como um espaço de representação da categoria e a consolidação dos programas de pós-graduação: mestrado e doutorado. (NETTO, 2008).

A intenção de ruptura não surgiu apenas do protagonismo dos sujeitos envolvidos com o processo de rompimento com o tradicionalismo. Suas bases remetem ao processo de laicização vivenciado pela profissão, os projetos societários em disputa e a organização da classe trabalhadora, ou seja, “as bases sócio-políticas da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril” (NETTO, 2008, p.257). Somente com a crise deste regime, que esta vertente se aproxima do conjunto da classe trabalhadora e de fato inicia-se um diálogo que, conforme Netto (2008), tende a revigorá-la em dois sentidos:

Em primeiro lugar, as grandes modificações sofridas pela sociedade brasileira durante o ciclo autocrático, definindo melhor as fronteiras e os perfis das classes sociais e adensando a ponderação das camadas trabalhadoras, ampliaram largamente as bases sociopolíticas objetivas da perspectiva de intenção de ruptura. [...]. Em segundo lugar, a configuração interna das representações desta perspectiva sofreu uma nítida inflexão: através da sua relação com as camadas trabalhadoras sem os constrangimentos da ordem autocrática, as efetivas condições de trabalho e existência dessas camadas impuseram uma recepção e uma elaboração intelectuais que antes não se registravam (NETTO, 2008, p.258).

Ao tratarmos desta vertente é imprescindível situarmos o seu processo histórico, que segundo Netto (2008), é constituído por três momentos: o da sua emersão, o da sua consolidação e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

O momento de emersão do projeto de ruptura acontece na primeira metade dos anos 1970, tendo como cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais,

com a formulação do chamado “Método Belo Horizonte⁴⁵” e constitui-se como um período de análise crítica das principais propostas de Renovação profissional, trazendo para o debate do projeto de ruptura as formulações latino-americanas. O fato da emersão desta perspectiva acontecer em uma universidade é devido às próprias peculiaridades presentes no meio acadêmico, em um contexto “menos adverso que os outros para apostas de rompimento, era comparada aos demais, uma espécie de ponto fulcral”, bem como a realização de projetos de extensão e estágios vinculados diretamente a classe trabalhadora (NETTO, 2008, p.259).

É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira de intenção da ruptura: eles elaboram uma crítica teórica-prática ao tradicionalismo profissional e propõem- e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento-em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação (NETTO, 2008, págs.262 e 263).

No momento de emersão da intenção de ruptura, a profissão se aproxima da tradição marxista de forma enviesada, a partir de fontes secundárias, nas palavras de Netto (2008) um marxismo sem Marx, devido ao anseio por novas matrizes teóricas que pudessem auxiliar a intervenção profissional acabou-se por utilizar de um marxismo vulgarizado, sem a devida leitura das obras clássicas do marxismo. Em outras palavras, utilizava-se de autores que diziam ser marxistas, mas não tinham lido os textos originais de Marx. Netto (2008, pág. 148) destaca que no “geral, valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista”. Autores como Althusser⁴⁶ e Mao Tse Tung eram lidos nesse período e vinculados com o marxismo. Em síntese o que a profissão vivenciou foi uma aproximação à tradição marxista através de uma leitura enviesada e distorcida do pensamento de Marx.

Outra característica desse encontro do serviço social com a tradição marxista decorre dos condutos teóricos pelos quais se processou tal aproximação. Ela não

⁴⁵ As primeiras ações da equipe de Belo Horizonte foram à criação de uma “súmula crítica do tradicionalismo” explicitando as suas bases ideopolíticas, teórico-metodológicas e operativa-funcionais. Posteriormente a equipe articulou uma nova proposta profissional, delimitando claramente o objetivo e o objeto da ação profissional, considerando a realidade brasileira e as classes sociais. Contudo, conforme destaca Netto (2008) existem problemas nessas formulações, porém como este não é foco de análise do trabalho não entraremos neste debate. Para maiores informações consultar a obra Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, especificamente as páginas 276 a 289.

⁴⁶ De acordo com Iamamoto (2006) as leituras que eram feitas deste autor se baseavam muito nas análises dos aparelhos ideológicos do Estado. Para mais informações consultar a sua própria obra: ALTHUSSER. L. Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Presença/ Martins Fontes, 1970.

foi orientada para as fontes clássicas e contemporâneas, abordadas com uma explícita preocupação teórico- crítica. Deu-se predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara – cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. (IAMAMOTO, 2004, p.211).

O segundo momento descrito por Netto (2008) é o de *consolidação acadêmica* da perspectiva de intenção de ruptura, que se articula sobre os ganhos conquistados com o primeiro momento e avança em elaborações críticas subsidiadas por processos históricos e por um referencial teórico-metodológico com fontes originais. A partir deste avanço, a vertente de ruptura adquiriu a sua “maioridade intelectual” e a partir de então, “situa-se numa interlocução paritária com as ciências sociais e com outras áreas da produção do saber, sem abrir mão da referencialidade profissional do Serviço Social” (NETTO, 2008, p.266).

O fato é que a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebete na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. Numa palavra: a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil- evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. (NETTO, 2008, p.267).

O marco deste momento de consolidação da perspectiva de intenção de ruptura é a produção bibliográfica de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982, com a elaboração do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico- metodológica*, pois pela primeira vez, o Serviço Social terá uma aproximação com a tradição marxiana a partir de fontes clássicas. Neste livro, os autores fundamentaram suas análises em uma perspectiva vinculada com a teoria marxista, compreendendo o caráter sócio histórico da profissão e a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Em sua totalidade, a análise presente no livro resgata o movimento da sociedade capitalista: “a produção social capitalista e põe e repõe, em meio a contradições e antagonismos, o conjunto de relações sociais que é a realidade social em que se movem as *dramatis personae* do universo burguês” (NETTO, 2008, p.292).

Para Netto (2008, p.275 e 276) o livro de Iamamoto e Carvalho demonstra a

maioridade intelectual da perspectiva de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxista para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Yamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil.

Por sua vez, o terceiro momento da perspectiva de intenção de ruptura, consiste no seu *espalhamento no âmbito da categoria profissional* a partir do segundo terço da década de 1980, posto que este momento do processo de ruptura “penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais” (NETTO, 2008, p.267). Em síntese,

A renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública (NETTO, 2008, p.303).

Contudo, é imprescindível demarcarmos que a erosão do Serviço Social tradicional não é um fenômeno apenas da sociedade brasileira, pois também atingiu outros países que tinham uma significativa inserção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Segundo Netto (2008), a expressão deste processo de erosão do Serviço Social tradicional que se fez presente na América Latina a partir de 1965 até 1975 é o chamado movimento de Reconceitualização do Serviço Social Latino-Americano⁴⁷.

A reconceitualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – e tudo isso sob o peso do

⁴⁷Comumente existe uma confusão entre o movimento de Reconceitualização e o processo de Renovação do Serviço Social. Netto (2008) esclarece que a Reconceitualização é caracterizada como um fenômeno particular do Serviço Social latino-americano. Por sua vez, o processo de Renovação é próprio do Serviço Social brasileiro.

colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o progresso – ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. (NETTO, 2008, p. 146).

De acordo com Moljo (2014) até a década de 1965, o diálogo entre as Escolas de Serviço Social na América Latina era incipiente, uma vez que a sua primeira aproximação ocorreu em 1950 a partir do incentivo das Nações Unidas que estavam preocupadas com o conteúdo ofertado por essas instituições e a compatibilidade ou não com o novo perfil profissional que estava sendo requisitado a partir do “novo modelo de desenvolvimento”. Desta forma, o movimento de Reconceituação propiciou a integração do Serviço Social na América Latina e, ao mesmo tempo, a identificação das suas particularidades oriundas da formação sócio-histórica de cada país.

O movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social, conforme mencionamos anteriormente, surgiu em 1965 em países da América- Latina, especificamente, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia e Venezuela com questionamentos sobre a profissão, os seus fundamentos, a formação profissional e o seu compromisso ético-político. Há uma proposta em construir uma nova “teoria” para guiar a profissão e auxiliar a intervenção profissional dos assistentes sociais, é no âmbito deste movimento e em seus desdobramentos, “que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social”. (YAZBEK, 2009, p. 24). De acordo com Netto (2008) é no marco da Reconceituação que,

[...] pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista- e o fato central é que, depois da reconceituação, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceitualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com apelo às suas fontes originais, no geral, valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis de caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista no nosso terreno profissional; entretanto- e não há que perder de vista este aspecto-, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob as lentes de correntes marxistas; a partir daí a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2008, p. 148-149).

Inicialmente, este movimento foi polarizado por teorias desenvolvimentistas e, a partir de 1971, houve uma aproximação com a tradição marxista, mas ainda sob uma leitura enviesada, conforme veremos mais adiante. Netto (2008) destaca que embora existissem as especificidades do movimento de reconceituação latino-americana em cada país, é possível demarcar dois traços comuns. O primeiro foi a relação com a tradição marxista que a partir dos marcos da reconceituação “deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais” (p.148).⁴⁸ E o segundo, foi a relação dos profissionais no marco continental com a finalidade de construir uma unidade profissional que discutisse os problemas e inquietações comuns da América Latina. Como fruto desta interlocução, foi criada em 1965 a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS) com a finalidade de incentivar o debate e articulação entre os países do Cone Sul a partir de uma organização político-profissional nestes países, com parceria da sociedade civil. Desta forma, a ALAETS buscou articular e contribuir para a realização de seminários com a participação dos assistentes sociais para refletirem sobre assuntos relacionados à profissão. Neste mesmo ano, ocorreu o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre com a participação de representantes do Brasil, Argentina e Uruguai (NETTO, 2008).

Em 1975, a partir da identificação de algumas insuficiências no desenvolvimento de debates importantes para o Serviço Social latino-americano, é criado o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) como um órgão acadêmico vinculado a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social. O CELATS desenvolveu ações para a “divulgação e construção de uma nova perspectiva teórica-metodológica procurando desvelar a realidade, analisar a profissão particularmente com relação às implicações políticas do exercício profissional” (BRAVO, 2009, p.685)⁴⁹.

⁴⁸ Contudo, essa aproximação com a tradição marxista se dará através de uma leitura enviesada conforme veremos ainda neste capítulo.

⁴⁹ No Brasil, vários encontros, cursos de capacitação e pesquisas científicas tiveram apoio deste órgão, onde se inclui o financiamento da pesquisa de Iamamoto e Carvalho, que posteriormente deu origem a um importantíssimo livro no Serviço Social, intitulado *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1982 (BRAVO, 2009). “Lembremos que foi a linha de pesquisa patrocinada pelo CELATS que promoveu a pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, realizada principalmente, mas não exclusivamente por Marilda Vilela Iamamoto e Manuel Manrique, na qual deixa de realizar uma análise da história do Serviço Social meramente descritiva, entendida como uma sequência evolutiva dos processos, compreendendo a história da sociedade apenas como pano de fundo da história do Serviço Social, para uma análise da profissão onde se constrói uma abordagem orgânica entre a história da sociedade e da profissão. Essa análise considera que a profissão emerge a partir das relações entre o Estado e a sociedade civil, escolhendo as relações entre as classes sociais como explicação das demandas e necessidades de institucionalização da profissão, sempre a partir da relação Capital-Trabalho. Enfim, podemos sintetizar que foi no percurso dessas décadas que se realizou uma integração do Serviço Social do continente, mas que foi “interrompida” com a instauração das ditaduras militares neste continente” (MOLJO, 2014, p. 413).

Retomando o processo de Renovação crítica do Serviço Social a partir da perspectiva de intenção de ruptura, um dos marcos importantes foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como Congresso da Virada, ocorrido em 1979 na cidade de São Paulo. Este congresso foi fruto da organização política dos assistentes sociais a partir dos distintos processos de organização e mobilização que estavam em curso no país, bem como dos vários acontecimentos que ocorreram em 1979 no âmbito do Serviço Social que provocaram rebatimentos para a profissão⁵⁰.

No Congresso da Virada a categoria profissional decide destituir a mesa de abertura do evento composta por militares/ figuras oficiais da ditadura, chamando para compô-la pessoas ligadas ao movimento dos trabalhadores e é devida à esta tomada de posição que este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (NETTO, 2008).

A destituição da Mesa de Honra prevista para o III CBAS, bem como as deliberações tiradas a partir daí, expressaram a clara opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e, por conseguinte, a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, e a adoção de um novo perfil profissional para os sujeitos profissionais [...]. Ou seja, o III Congresso deixava claro que era urgente a ruptura com a herança conservadora presente desde a emergência do Serviço Social no Brasil e a notória importância de um novo projeto de profissão. Era fundamental que o Serviço Social e seus profissionais estivessem articulados com a luta mais geral da classe trabalhadora, na defesa da cidadania e da democracia. E, neste sentido, tornava-se inconteste a necessidade de que as entidades do Serviço Social – seu sujeito profissional coletivo – se reconfigurassem na direção do que a “Virada” politicamente apontava. Foi imbuído desta “virada” progressista que o próprio, e então, conjunto CFAS/CRAS se renovou. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 128-129).

Além da mudança dos homenageados no Congresso, o seu conteúdo programático e as mesas também tiveram alterações significativas. A temática central deste congresso, *Serviço Social e a política social*, deveria ser discutida a partir de uma perspectiva de totalidade,

⁵⁰ Dentre alguns acontecimentos, podemos destacar segundo Bravo (2009) o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais realizado em São Paulo, nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 que criou a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) – órgão responsável por encaminhar as decisões das entidades sindicais e fomentar a criação destas em demais regiões do país; o Encontro Nacional de Capacitação Continuada promovido em 1979 no Rio de Janeiro pelo CELATS, com a participação de profissionais de todo o país que atuavam em unidades de ensino, associações sindicais e instituições para debaterem sobre o contexto institucional, social e a finalidade do exercício profissional; aprovação da nova proposta curricular para a profissão após uma ampla discussão para a revisão da formação em Serviço Social pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)⁵⁰ na convenção de Natal⁵⁰; e por fim, a rearticulação dos estudantes em Serviço Social a partir da realização do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado nos dias 29 a 31 de outubro de 1978, em Londrina (PR).

relacionando-a com o capitalismo e as suas implicações. As mesas e painéis passaram a ter integrantes dos movimentos de base, movimentos sociais e lideranças sindicais. Neste congresso também foi incorporado o debate sobre as condições de trabalho e salários dos assistentes sociais, uma vez que o assistente social é um trabalhador assalariado que necessita vender a sua força de trabalho. Por fim, inclui-se uma mesa final de encerramento do Congresso com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais (BRAVO, 2009).

Diante do amadurecimento intelectual proporcionado pela perspectiva de intenção de ruptura (e os seus distintos momentos), a profissão obteve alguns legados com este processo de Renovação crítica, dentre eles, a reformulação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, culminando a sua aprovação em 1982⁵¹.

Neste contexto devemos salientar alguns fatores importantes no processo de renovação crítica do Serviço Social na década de 1980: a aprovação do novo currículo mínimo, pelo Conselho Federal de Educação em 1982, representou um ganho significativo para a perspectiva de intenção de ruptura; a aproximação do Serviço Social “da discussão sobre a vida cotidiana, através de autores como Lukács e Heller, Goldman, Lefebvre”. (...) e a presença da influência Gramsciana em várias produções desta época e que possibilitou novas reinterpretações das possibilidades de renovação crítica, influenciando assim a elaboração do Código de ética profissional de 1986 que se configurou como elementos significativos no processo de ruptura profissional, sobretudo, nos aspectos político e teórico, expressando a influência do pensamento marxista no Serviço Social. (BARROCO, 2010, p. 170).

Esta reformulação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social expressava claramente a busca pelo rompimento com o conservadorismo e o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Todavia, este currículo ainda apresentava algumas insuficiências expressas na presença do viés epistemológico em sua estrutura, separando teoria, método e história. Desta forma, Santos (2007) traz para o debate que é a partir dessa organização, que temos as bases da tão difundida afirmação de que “na prática a teoria é outra”. Isto se justifica no fato de que neste estágio da aproximação com a tradição marxista, a mesma foi considerada um modelo, uma teoria que se aplica a prática, revelando que, naquele momento, não se conhecia completamente o significado de uma teoria e das mediações que permeiam o nosso exercício profissional e que são necessárias à sua passagem para a prática.

⁵¹ A aprovação deste currículo através da resolução de n. 06, de 23 de setembro de 1982, é fruto de um amplo debate da categoria profissional. Este documento estabelece o conteúdo mínimo e a duração que devem ter os cursos de Serviço Social.

Portanto, a incorporação da tradição marxista parecia ser mais um modelo a ser seguido do que uma matriz teórica que nos dá subsídios para a compreensão da realidade.

A necessidade de superar esses equívocos ao longo dos anos de aproximação com a tradição marxista, é feita a partir da apropriação ontológica da vertente crítico-dialética, sendo este o terceiro momento do referido processo de aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista. Sendo assim, a profissão vivenciou na década de 1990 a ruptura com a sua visão endógena, expressa nos aparatos normativos da profissão: Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93), o novo Código de Ética Profissional de 1993, e nas diretrizes curriculares⁵² para o curso de Serviço Social, aprovada em 08 de novembro de 1996.

De forma geral, eles realizaram a inversão necessária ao processo da constituição do “concreto pensado” extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão, denominada aqui de “apreensão ontológica do marxismo”, vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes do momento anterior e sistematiza-las no projeto ético-político-profissional. (SANTOS, 2007, p. 78-79).

Com base nos argumentos traçados até aqui, sinalizamos que a profissão a partir do viés crítico obteve grandes avanços, a começar por uma compreensão da realidade considerando a dimensão de classe, a questão social e a sua gênese na apropriação privada dos meios de produção e na venda da força de trabalho, os documentos normativos da profissão, o compromisso ético-político com a classe trabalhadora e as demandas que chegam para o Serviço Social, a luta pela garantia e efetivação dos direitos sociais previstos em leis, dentre outros. Contudo é importante ressaltarmos que essa perspectiva crítica não é homogênea no interior da profissão, conforme veremos a seguir quando formos problematizar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Conforme Iamamoto (2014), a década de 80 foi um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social, inspirado na teoria crítica, que embasa o projeto ético-político da profissão. [...]. Com isto não estamos afirmando que no Serviço Social brasileiro não existam correntes conservadoras, pelo

⁵² A nova lógica curricular presente nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 busca articular três núcleos centrais: os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional. Essa proposta aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

contrário, estas existem e vêm ganhando espaço, não no âmbito da produção de conhecimento, onde a postura crítica se mantém hegemônica, pelo menos por enquanto, mas, vem ganhando espaço via posturas pós-modernas, ou sistêmicas entre outras. Não podemos esquecer do Ensino a Distância dentro da Reforma do Ensino Superior no Brasil, com uma perspectiva privatista e mercantilizada, que está trazendo sérias consequências para o Serviço Social Brasileiro (MOLJO, 2014, págs.416-417).

Após as breves linhas traçadas até aqui sobre a vertente de intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, cabe-nos uma reflexão: na contemporaneidade, se propaga uma hegemonia desta perspectiva, todavia, será que de fato a mesma se consolidou no âmbito do exercício profissional? Ou será que as demais correntes teórico-metodológicas e ídeo-políticas deixaram de explicitar no plano do debate e do diálogo, as suas diferenças, mascarando a sua existência e perpetuação? Longe de termos respostas para essas indagações, nossa preocupação consiste em estabelecer diálogos e reflexões críticas com as demais vertentes que marcam o surgimento da profissão e que não podem em hipótese nenhuma serem consideradas extintas da profissão. Diante desta assertiva, corroboramos com Netto (2008, p.111) quando expõe que a ruptura com o histórico conservadorismo presente na profissão, não quer dizer que o mesmo foi extinto no interior da categoria profissional, pois o que temos de fato é a conquista de legitimidade dos posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica.

1.5 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES

O Projeto Ético-Político é fruto de uma construção histórica que foi gestada a partir do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, especificamente com a sua vertente crítica, conhecida como intenção de ruptura, e com a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista. Buscando construir reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, entendemos como pertinente iniciarmos a nossa explanação a partir do debate sobre a concepção de projeto a partir da obra *Ontologia do ser social* de Lukács, e posteriormente aprofundamos nos análises a partir da distinção entre projetos societários e projetos profissionais.

Os projetos envolvem uma dimensão de ação, um horizonte, uma finalidade e, todas as atividades que perpassam interesses sociais, são permeadas pela contradição entre as classes sociais. Ao projetar uma finalidade, o ser social utiliza a sua capacidade teleológica, sendo

capaz de transformar a sua relação com o mundo, com tudo aquilo que o cerca, e transforma a si mesmo. Desta forma, segundo Lukács (2013), a capacidade teleológica é mais do que um ato de consciência humana voltado para um fim, pois ela engloba um conjunto de peculiaridades nas quais o ser social antes de produzir um determinado objeto, o projeta em sua mente levando em consideração suas características, seus nexos causais e o que é necessário para realizá-lo. Ao final do processo, o objeto produzido se transforma na materialização do que foi previamente idealizado.

Para Lukács (2013) o ato de projetar é uma característica do ser social e as necessidades que foram construídas ao longo do seu desenvolvimento originaram atividades distintas que devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva de totalidade, ou seja, a partir das determinações que perpassam a realidade.

Apesar da importância da capacidade teleológica para a construção de qualquer objeto, ela por si só não é capaz de concretizar o que idealizamos, sendo necessário acionar um conjunto de mediações neste processo. Para Lukács (2013) a causalidade é o processo em que o objeto previamente idealizado se materializa, ou seja, é a colocação em prática daquilo que foi idealizado no plano do pensamento. Na natureza, a causalidade se dá por movimentos espontâneos dos nexos causais nos quais os objetos são transformados.

Vale dizer que, enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-a-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Ao mencionar que “todo processo teleológico implica o pôr de um fim”, Lukács infere que as ideações que não tem por finalidade se objetivar, não se caracterizam como um processo teleológico e sim um ato de vontade. Portanto, o “pôr teleológico” do complexo do trabalho é uma categoria ontológica central, apesar de não ser a única, para compreensão a do ser social. As mediações necessárias a produção de um determinado objeto pressupõe o *papel ativo da consciência*, conforme explica Lukács (2013, p.52):

Para produzir, por exemplo, como fogo, a carne, o espeto, etc., um alimento humano, as propriedades, as relações etc., destes objetos que são apresentados

objetivamente em si e de modo absolutamente independente do sujeito ativo devem ser corretamente conhecidas e corretamente usadas.

No entanto, o *papel ativo da consciência* na realização da produção, não nos permite afirmar que os produtos das ações humanas sejam conscientes ou resultantes de uma projeção ideal, uma vez que, os homens estão inseridos em uma realidade histórica, social e dinâmica (BARROCO, 2010). Comumente, existem interpretações equivocadas baseadas em perspectivas idealistas e na racionalidade formal abstrata que desconsideram as relações sociais nas quais o ser social estão inseridos, afirmando que “basta a intencionalidade para se transformar uma realidade, uma identificação entre representação e teoria (concreto), entre desejo e possibilidade, do que resulta de uma confusão de que é o pensamento que engendra a realidade (e não o contrário)” (GUERRA, 2015, p.48).

Deste modo, a práxis significa o *papel ativo da consciência* no exercício do trabalho, ou seja, uma intervenção dotada de consciência do homem sobre a matéria e a criação de algo. A consciência é especificamente uma capacidade do homem, pois, somente ele é capaz de responder as suas carências e projetar finalidades (BARROCO, 2010).

Na direção desta reflexão, os projetos constituem um esboço geral, algo provisório devido a sua intencionalidade em realizar algo futuramente. Eles podem ser construções individuais ou coletivas e neles estão presentes as finalidades que são orientadas por intencionalidades. Ao estabelecer finalidades e materializá-las, os homens tomam decisões a partir de alternativas mediante as posições teleológicas futuras. Portanto, os projetos são orientados por uma práxis e possuem na atividade material transformadora e revolucionária seus fundamentos (GUERRA, 2015).

No entanto, a capacidade projetiva, teleológica, confronta-se com as *causalidades postas* e desta maneira que, em sua maioria, inviabilizam que os resultados das ações sejam iguais ao da ideação. Deste modo, o homem necessita conhecer a realidade sobre a qual ele irá atuar, os processos históricos e definir as estratégias e táticas que se adequam a sua finalidade, que consiste na semelhança entre o objeto idealizado e a sua concretude. “O conhecimento sobre o real se junta ao aprimoramento das habilidades humanas necessárias para atuação sobre a realidade. Quanto mais o homem incide sobre o real, mais ele desenvolve suas habilidades” (ORTIZ, 2015, p.183).

Enfim, compreender o desenvolvimento histórico do ser social, sua capacidade teleológica e as causalidades postas nas relações no interior do complexo trabalho, significa entender que em diferentes tipos de sociedade o desenvolvimento de suas forças e a existência de classes distintas e antagônicas conformam novos modos de vida em sociedade. Ainda que

não possamos identificar as suas bases originárias devido a sua complexidade, neste processo estão colocadas necessidades materiais, espirituais, interesses individuais e coletivos. “Esses são fundamentos que nos permitem considerar os projetos sociais e profissionais, uma vez que podemos inferir a existência de vínculos entre tais projetos e as condições que determinam a vida em sociedade e os interesses dos sujeitos sociais” (FORTI; COELHO, 2015, p.19). A partir desta inflexão, é imprescindível a diferenciação entre projetos profissionais e projetos societários, uma vez que os projetos profissionais surgem a partir da posição da categoria profissional frente à contradição entre capital e trabalho, e também determinados pela divisão social e técnica do trabalho.

De acordo com Netto (2006) os projetos societários “apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. Os projetos societários são sempre projetos coletivos e macroscópicos e devido à forma como está organizada a nossa sociedade, em classes, podemos afirmar que “os projetos societários são, necessários e simultaneamente, projetos de classe”. Sendo assim, os projetos societários e coletivos possuem uma dimensão política que lhes é inerente, pois devido à própria sociabilidade capitalista, os antagonismos entre as classes sociais e as relações de poder envolvidas neste contexto fazem com que as escolhas estejam pautadas em valores (Netto, 2006, p.143).

Os projetos societários perpassados por interesses classistas e cujas ações respondem aos mesmos, constituem-se estruturas *flexíveis e cambiantes*, na medida em que podem vir a incorporar novas demandas e reivindicações conforme a conjuntura sócio histórica e política (NETTO, 2006).

Para Netto (2006), a disputa entre projetos societários está relacionada à democracia política, pois é a partir da liberdade de expressão, de votar e ser votado, de organização, que os projetos societários podem confrontar-se entre si e disputar a adesão da sociedade civil. Entretanto, na sociabilidade comandada pelo capital, apesar de termos uma democracia política, “os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes” (NETTO, 2006, p.3).

Os projetos profissionais também possuem um caráter coletivo devido a sua relação com as profissões, em específico aquelas que possuem reconhecimento jurídico e uma formação teórica e prática de nível superior (NETTO, 2006).

Os projetos coletivos se relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais presentes numa determinada sociedade. Remetem-se ao gênero humano uma vez que, como projeções sócio históricas particulares, vinculam-se aos interesses universais presentes no movimento da sociedade. Em outras palavras, os interesses particulares de determinados grupos sociais, como o dos assistentes sociais, não existem independentemente dos interesses mais gerais que movem a sociedade. Questões culturais, políticas e, fundamentalmente, econômicas articulam e constituem os projetos coletivos. Eles são impensáveis sem estes pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político. (BRAZ, 2001, p.2)

Desta forma, os projetos profissionais são construídos pela categoria profissional⁵³ e expressam o posicionamento frente à luta de classes vigente nesta sociabilidade. Os projetos profissionais constituem-se como

a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2006, p. 4)

Por serem estruturas dinâmicas, os projetos profissionais podem sofrer modificações através das transformações societárias, das mudanças oriundas no interior da profissão, das novas expressões da questão social que surgem com o passar dos anos, exigindo novas ações profissionais sintonizadas com as mudanças que perpassam a profissão e a sociedade.

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (NETTO, 2006, p.4).

A construção de projetos profissionais é algo processual e que necessita ser feita democraticamente, posto que deve se consolidar nos diversos espaços de discussão e deliberação que garantem a participação democrática de todos os profissionais que atuam em

⁵³ Entendemos que participam deste processo: profissionais que atuam na docência, pesquisadores, profissionais inseridos no mercado de trabalho, os discentes, aposentados, bem como as entidades da categoria profissional.

diversas áreas e que possuem concepções políticas, teóricas e ideológicas distintas (RAMOS, 2007).

Os projetos profissionais também possuem dimensões políticas inelimináveis que se relacionam com os projetos societários e com as perspectivas particulares da própria profissão. Entretanto, mesmo que as dimensões políticas estejam presentes nos projetos profissionais, muitas vezes não são explicitadas, especialmente, quando estão atreladas a projetos societários conservadores ou reacionários. Deste modo, a negação das dimensões políticas e ideológicas constituem uma das características do conservadorismo (NETTO, 2006).

Dentro dessa perspectiva, os projetos profissionais são construídos pelo coletivo da categoria profissional, indivíduos que possuem características diferentes, valores, modo de vida, posições teóricas e políticas diferentes. Ou seja, “o corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos, nele estão presentes projetos individuais e projetos societários diversos” (NETTO, 2006, p.5) que conformam um espaço plural. Isto nos permite considerar que a construção de um projeto profissional se dá em um terreno de lutas e debates, e que a hegemonia de um determinado projeto profissional não extingue as divergências presentes no interior da categoria profissional. Por isso, a defesa do pluralismo é um dos valores que orientam o nosso projeto ético-político. Conforme Iamamoto (2015, p.226), o pluralismo prevê “o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído”. Entretanto, como nos explica Netto (2006, p.6) o respeito ao pluralismo, “não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias”.

Corroborando com o pensamento dos autores supracitados, Carlos Nelson Coutinho (1991), ao explicitar as dimensões teóricas e políticas do pluralismo, ressalta o cuidado que se deve ter para que o pluralismo não se torne sinônimo de ecletismo, mas sim, o respeito a posições diferentes, o que também não significa aceitar qualquer concepção, aderindo a um relativismo moral.

Vejam bem: não é apenas tolerância de quem tem a verdade no bolso e tolera a existência do diferente. Não. É uma posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância para o progresso da ciência, para o enriquecimento da própria posição. O que não significa que dois e dois devem se tornar cinco ou seis. Vamos debater para chegar a descoberta de verdades que, em geral, são verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para questão, só há uma resposta globalmente verdadeira (COUTINHO, 1991, p.14).

A partir deste pluralismo, os projetos profissionais podem se articular e se desenvolver reforçando determinados projetos societários que sejam hegemônicos na sociedade. Porém, “embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles” (NETTO, 2006, p.6).

Em decorrência deste quadro plural de ideias e concepções, a hegemonia de um determinado projeto profissional pressupõe um pacto entre os seus membros sobre aspectos que se apresentam no projeto como imperativos ou indicativos (NETTO, 2006). Os aspectos imperativos são “os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal)”. Já os aspectos indicativos “são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional” (NETTO, 2006, p.7)⁵⁴.

Os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação em valores éticos que devem permear todo o projeto e não apenas se fazer presente nos Códigos de Ética Profissional. Sendo assim, os valores éticos presentes nos projetos profissionais não se limitam apenas a direitos e deveres, mas se alinham também a opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais (NETTO, 2006).

Na trajetória histórica do Serviço Social, desde o seu surgimento até a metade da década de 1960, a profissão esteve vinculada a projetos societários hegemônicos da burguesia, e somente com o movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano e com a Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro que essa hegemonia começa a ser questionada pela categoria profissional. Decorreram a partir de então, processos que culminaram nas bases sócio históricas da criação de um projeto profissional crítico, conhecido por Projeto Ético-Político. Processos estes, que foram discutidos no item anterior deste capítulo, ao abordarmos a recusa e crítica ao conservadorismo profissional nos anos 1970, com a perspectiva de intenção de ruptura do Serviço Social.

A elaboração do Projeto Ético-Político do Serviço social e a sua vinculação a outro projeto societário que não seja o de defesa dos interesses e das classes dominantes, que busca a superação da sociedade capitalista, foi possível também devido à luta contra a ditadura militar

⁵⁴ Alguns exemplos de componentes imperativos são os cursos em Serviço Social que devem ser oferecidos na modalidade de nível superior, serem reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e seguirem um currículo mínimo estabelecido; a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) para que o assistente social possa atuar nos variados espaços sócio ocupacionais; e o Código de Ética Profissional aprovado em 1993.

e o retorno da democracia política, processos estes que possibilitaram o embate entre projetos societários distintos no interior da categoria profissional (NETTO, 2006).

É neste contexto que o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro, tantas vezes reciclado e metamorfoseado, confrontou-se pela primeira vez com uma conjuntura em que a sua dominância no corpo profissional (que, sofrendo as incidências do “modelo econômico” da ditadura, começa a reconhecer-se como inserido no conjunto das camadas trabalhadoras) podia ser contestada – uma vez que, no corpo profissional, repercutiam as exigências políticas e sociais postas na ordem do dia pela ruptura do regime ditatorial (NETTO, 2006, p.10).

Neste cenário com forte ascensão dos movimentos sociais e defesa pela elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, a categoria profissional foi questionada quanto a sua prática política por segmentos da sociedade civil. Este processo exigiu novas respostas profissionais para as demandas postas no cotidiano profissional, respostas estas que não mais o conservadorismo e o tradicionalismo; bem como alterações no âmbito do ensino, pesquisa e nas organizações políticas da categoria (IAMAMOTO, 2015).

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedade, que estabelecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 222).

Neste mesmo período (final de década de 1970 e início dos anos 1980) a profissão conquistou legitimidade no âmbito acadêmico e posteriormente consolidou-se a produção de conhecimentos na área do Serviço Social, sendo que um dos vetores responsáveis para este avanço a criação dos Cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Para Netto (2008) este processo originou a criação de uma massa crítica considerável, permitindo a profissão estabelecer diálogos com as ciências sociais, bem como a realização de pesquisas que produzam conhecimentos de natureza teórica. Com o passar dos anos, a profissão conquistou legitimidade como uma área de produção de conhecimentos, inclusive com reconhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Isto é, no âmbito teórico, a produção de conhecimentos incorporando matrizes teórico-metodológicas com um viés crítico a partir da tradição marxista, viabilizou a perda de hegemonia do conservadorismo teórico-

metodológico na profissão e concomitantemente, a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Sinteticamente, esses elementos destacados acima, propiciaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Mas afinal do que se trata o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro? Quais os seus elementos constitutivos?

O Projeto Ético-Político apresenta uma dimensão ética e política “*que estos actores se reconocen y que sirven como base para el ejercicio profesional, para la formación académica y para la organización de la categoría profesional*” (MARTINS, MOLJO, SANTOS, 2017, p. 149-150). Primeiramente cabe elucidarmos que essa dimensão ética não se limita a conceitos ou apenas normas. A ética presente no Projeto Ético-Político visa romper com uma ética da neutralidade que se fez presente nos Códigos de Ética Profissionais anteriores ao elaborado em 1986. Os princípios éticos e políticos que norteiam este projeto profissional demonstram o compromisso da categoria profissional com a busca por uma nova ordem societária. Mais do que isso, os princípios éticos e políticos “se revelam como fundamento filosófico do agir profissional, denotando o avanço no campo teórico e de produção de conhecimento alcançado pela profissão” (MUSTAFÁ, 2004, p.177). A partir desse pressuposto o conteúdo ético presente no Projeto Ético-Político

[...] não é uma abstração que preconiza princípios e valores desprovidos da materialidade, nem apenas um conjunto de regras que normatiza a ação individual, profissional e coletiva. É, antes de tudo, um componente da sociabilidade humana e suporte teleológico das lutas sociais (MUSTAFÁ, 2004, p.168).

Sobre a dimensão política presente no Projeto Ético-Político do Serviço Social, Mustafá (2004) expõe que a mesma permite o entendimento das situações como elas realmente são: a partir da sua dimensão do real. No entanto, ao enfatizarmos a importância do componente político atrelado a dimensão ética não estamos defendendo que exista uma prevalência desses componentes sobre a dimensão econômica, haja vista que o horizonte de uma sociabilidade que almejamos e que o Projeto Ético-Político requer, exige-nos uma compreensão aprofundada sobre os determinantes econômicos presentes na sociedade capitalista. “O projeto de uma nova ordem social é, na verdade, um projeto societário -daí a sua dimensão política” (MUSTAFÁ, 2004, p.175).

Apesar de almejarmos uma nova ordem societal, de acordo com Mustafá (2004) não devemos incorporar, enquanto profissionais que compõem a categoria profissional, a tarefa de

sozinhos transformarmos a realidade. Esta é uma tarefa que necessita da articulação com os demais setores da sociedade comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Uma única profissão não pode se arvorar a tarefa de transformar a sociedade. Daí a necessidade de o Serviço Social estar em sintonia com os anseios populares, com os movimentos sociais, com as representações da sociedade civil- e tudo isso é política. Vale lembrar que todo o avanço implementado desde os anos 80, no que se refere ao código de ética, proposta curricular e desempenho profissional, deve-se a intrínseca articulação com os segmentos mais progressistas da sociedade e, em alguns casos, com o pioneirismo do serviço social na defesa incansável dos interesses da classe trabalhadora (MUSTAFÁ, 2004, p.176).

Teixeira e Braz (2009, p.9) ao problematizarem o Projeto Ético-Político sistematizam os seus elementos constitutivos, que apresentamos quase na íntegra: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical a ordem social vigente- a da sociedade do capital; as lutas e posicionamentos políticos da categoria profissional através de suas formas coletivas de organização política e articulação com os setores mais progressistas da sociedade.

Entendemos que os elementos constitutivos do projeto ético-político podem ser materializados em três componentes articulados entre si: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; as instâncias político-organizativas da profissão; a dimensão jurídico-política da profissão (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social pode vir a acontecer também no âmbito do exercício profissional a partir de uma postura investigativa em concordância com as bases teórico-críticas da profissão e da sistematização do exercício profissional, “dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

O segundo componente que possibilita a materialização dos elementos constitutivos do Projeto ético-político são as instâncias político-organizativas da profissão, espaços democráticos que possibilitam uma construção coletiva, buscando reafirmar a defesa do pluralismo, já que neles é possível ter profissionais com valores, projetos e perspectivas diferentes do hegemônico na profissão. Constituem esses espaços democráticos: a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regional de Serviço Social); e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). “É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades

que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 8).

O terceiro componente, o âmbito jurídico-político da profissão, é composto por todo o aparato legal da profissão: as legislações, resoluções, Código de Ética profissional e as novas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social aprovadas em 1996, componentes construídos pela categoria profissional, exclusivo da profissão. No entanto existem legislações oriundas da Constituição Federal de 1988 que permeiam os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, tais como a LOAS (Lei orgânica da Assistência Social), legislações essas que também passam a compor o âmbito jurídico-político do Serviço Social (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

E por fim, consideramos a existência de um quarto componente que também pode materializar os elementos constitutivos do projeto ético-político da profissão: o exercício profissional. Entendemos que no exercício profissional, através da inserção do assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais e a sua intervenção nas diversas expressões da questão social, os/as assistentes sociais imprimem um direcionamento a sua ação profissional, que pode ser orientado a partir dos princípios e valores contidos no Projeto Ético-Político. Ou seja, o Projeto Ético-Político profissional e os seus componentes ganham concretude também no âmbito do exercício profissional. Embora, alguns intelectuais possam compreender que o exercício profissional está contemplado no componente que retrata a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social através da sistematização das “diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.8), estamos nos referindo especificamente ao exercício profissional expresso em sua concretude, no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais, “o que nem sempre envolve iniciativas como a de sistematizar o exercício profissional na busca de melhor apreendê-lo e direcioná-lo no rumo dos interesses da população atendida” (RUIZ; SIMAS, 2015, p.79).

Os componentes que possibilitam a materialização dos elementos constitutivos do Projeto Ético-Político só podem ser pensados de forma articulada, como uma construção coletiva que envolve toda a categoria profissional.

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve, valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. O sucesso do projeto depende

de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises (BRAZ, 2001, p.7).

É a partir desses componentes e das articulações entre si, que se fazem presentes os valores que permeiam o Projeto Ético-Político da profissão. Portanto, o Projeto Ético-Político hegemônico desde a década de 1990, não se limita ao conjunto de legislações da profissão, tais - como, o Código de Ética Profissional aprovado em 1993, a Lei de Regulamentação da profissão, as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, dentre outras -, mas, se expressa também no referencial teórico-metodológico da profissão, na organização política da categoria profissional, na produção do conhecimento e no exercício profissional. Elementos estes que demonstram a consolidação de um projeto profissional crítico ancorado em referenciais marxistas. Para Ortiz (2010, p.199) o avanço do Código de Ética de 1993 é claro quando o mesmo explicita a “afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe social”. Por conseguinte, a Lei de Regulamentação da profissão, ao dispor sobre as condições necessárias ao exercício profissional, bem como a delimitação das atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais esclarece “a nova concepção e auto representação da profissão” que passa a regular o exercício profissional.

Além disso, a aprovação da nova lei de regulamentação insere na agenda do debate contemporâneo do Serviço Social a necessidade de se apreender as particularidades do mercado de trabalho, e reconhece que o profissional, embora formalmente submetido a lógica do mercado capitalista [que lhe exigirá sempre novas ou reatualizadas competências profissionais], deve ter clareza de seu papel na divisão social e técnica do trabalho, e, por conseguinte, dos compromissos éticos e políticos [conquistados na década anterior] que deve, nesse contexto ratificar (ORTIZ, 2010, p.198).

As Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria em 1996 e sancionadas pelo Ministério de Educação (MEC) somente em 2002⁵⁵ representam um grande avanço no processo

⁵⁵ Apesar de terem sido sancionadas pelo MEC em 2002, as diretrizes curriculares aprovadas pela categoria em 1996 sofreram mudanças significativas em seu texto legal, conforme explica Iamamoto (2014, p.617): Assim, por exemplo, *no perfil do bacharel em Serviço Social* constava "profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social", o que foi retirado e substituído por "utilização dos recursos da informática". Na definição das *competências e habilidades*, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: *apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país* (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os *tópicos de estudos* foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-*

de construção de um projeto pedagógico que direcione a formação profissional em Serviço Social no sentido Projeto Ético-político.

Em síntese, as diretrizes curriculares de 1996 afirmam acima de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais do Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdo, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela sua configuração a partir da perspectiva de totalidade. Essas diretrizes estão absolutamente afinadas com a concepção contemporânea da profissão [subjacente ao projeto profissional hegemônico], que as entende como síntese de múltiplas determinações, capaz de responder as suas demandas sócio ocupacionais a partir do encruzamento de diversas dimensões -ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e investigativa – que lhes atravessam medularmente [...] (ORTIZ, 2010, p.202).

Iamamoto (2015) considera que o Projeto Ético-Político se expressa em diferentes dimensões, a saber: através dos instrumentos legais da profissão, uma vez que esses asseguram direitos e deveres dos profissionais e corroboram para a defesa da autonomia profissional, seja na condução de suas atividades nos diversos espaços sócio-ocupacionais, como na luta por direitos; nas expressões e manifestações coletivas da categoria através de suas entidades representativas que se posicionam frente a diversas questões; nas articulações com outras entidades do Serviço Social e com outras categorias profissionais e movimentos sociais, compondo lutas coletivas; no exercício profissional nos variados espaços de trabalho, e por fim, no ensino universitário, possibilitando uma formação teórica de qualidade aos profissionais e aos pesquisadores, tanto nos níveis de graduação como nos programas de pós-graduação lato e *Stricto Sensu*.

A conquista da hegemonia do Projeto Ético-Político não elimina as divergências e os confrontos existentes no interior da categoria profissional. A hegemonia a qual nos referimos explicita a direção teórica e ético-política que são as bases de sustentação para a compreensão da realidade, da profissão e do exercício profissional dos/das assistentes sociais. Segundo Ramos (2009) a hegemonia não representa meramente o quantitativo, mas articulada ao pluralismo no âmbito profissional, expressa uma direção ético-política fruto de uma vontade coletiva, “gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante” (RAMOS, 2009, p.43).

[...] não se pode ocultar a existência de vários projetos no interior da profissão, suas diferenças, divergências éticas, sociopolíticas e profissionais, nem

histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país.

mesmo o grau de influência que as diferentes tendências exercem no conjunto da profissão. Cada uma delas indica uma forma de interpretar a natureza e o significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Aos diferentes projetos profissionais correspondem valores bem como modos de operar que estejam em consonância com eles; a eles correspondem projetos de sociedade que reforçam a manutenção (conservação) do sistema ou defendem a ruptura com ele. Também aqui diferem projetos que propõem diferentes modos de manutenção da ordem e/ou diferentes modalidades e níveis de operar a ruptura (GUERRA, 2007, p. 28-29).

Alguns autores de expressividade no Serviço Social, como Netto (2007) e Braz (2007) têm questionado a hegemonia atual do Projeto Ético-Político, devido à conjuntura que se abriu com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Para Braz (2007), a ascensão de Lula ao poder em 2002, de origem operária e militante, representou para a sociedade brasileira a possibilidade de rompimento com o modelo neoliberal presente nos governos anteriores, ao mesmo tempo que abriu possibilidades para o entendimento errôneo de que o projeto societário hegemônico comandado por este presidente expressava relação com o projeto profissional do Serviço Social.

Braz (2007) aprofunda a sua reflexão e sinaliza que o Projeto Ético-Político está em crise. Os elementos que o colocam em crise, dizem respeito, primeiro, “a ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho” (p.7). Ou seja, a partir da eleição de Lula e com o aprofundamento neoliberal no país, conformou-se um empobrecimento do projeto societário alternativo ao capitalismo no Brasil. Em síntese, “a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional” (BRAZ, 2007, p.7). O segundo elemento que contribui para a crise do Projeto Ético-Político são as condições objetivas de formação profissional e exercício profissional, com a expansão da mercantilização do ensino superior através dos cursos presenciais privados e, sobretudo, com o aumento desenfreado dos cursos de graduação a distância.

Entendemos que essa reflexão do autor requer algumas ponderações. Concordamos com Braz (2007) quando ele afirma que a ausência de um projeto societário alternativo ao capital produz rebatimentos para a profissão e, concomitantemente, para o nosso projeto profissional crítico, uma vez que a análise da profissão e os elementos que a perpassam não estão desconectados da realidade. Contudo, mesmo diante das inúmeras dificuldades e atrocidades postas pelo capitalismo, prevalece no âmbito da categoria profissional a luta por uma outra sociabilidade justa, igualitária, sem qualquer tipo de exploração e dominação conforme demonstra a “história recente da profissão no Brasil, a resistência que tem feito a processos de contrarreforma de direitos, a hegemonia do diálogo com o pensamento marxista

e, produções teóricas” (RUIZ; SIMAS, 2015, p.77), ou seja, subsidiados pelo nosso Projeto Ético-Político continuamos a construir formas de resistência a esta sociabilidade, conforme pode ser constatado na produção de conhecimentos, no exercício profissional, nas instâncias político organizativas e no âmbito jurídico-político da profissão. Apesar dos projetos profissionais estarem relacionados com os projetos societários, esta relação é dialética, e por estarmos inseridos em uma sociedade de classes, os projetos profissionais não se efetivam à revelia do projeto societário hegemônico (RUIZ; SIMAS, 2015, p.77).

Em relação ao segundo ponto levantado por Braz (2007), sobre as condições objetivas postas a formação profissional e ao exercício profissional, não temos dúvidas quanto aos desafios postos à efetivação dos princípios ético-políticos. Entretanto, o rompimento com o Serviço Social tradicional e conservador nunca foi pleno, conforme demonstramos anteriormente ao explicitar a renovação crítica da profissão, bem como a efetivação do Projeto Ético-Político. Entendemos que não se trata de uma crise de hegemonia do Projeto Ético-Político, tendo em vista que o mesmo se gesta em um cenário adverso e conflituoso, mas sim, dos inúmeros desafios postos a profissão e a sua materialização mediante a fase mais perversa e destrutiva do capitalismo. Portanto, este cenário nos exige

[...] a necessidade de compreender que as iniciativas postas pelo capitalismo contemporâneo geram inúmeras mudanças nas complexas relações entre Estado e sociedade, com forte incidência no conjunto da vida social e, em particular, nas profissões; no tratamento dispensado a organização das classes trabalhadoras, as reformas neoliberais especialmente a trabalhista, da previdência e da educação que têm se orientado numa perspectiva contrária aos interesses históricos do segmento do trabalho. Trata-se, também de compreender que, nesse tempo de regressão dos direitos, de produção destrutiva do capital, aumentam os desafios para que as forças políticas e profissionais de resistência formulem estratégias de enfrentamento (RAMOS, 2009, p.46).

Por isso, precisamos compreender o real significado da nossa profissão se orientar por um Projeto Ético-Político e possuir como princípios basilares a liberdade⁵⁶, a equidade, autonomia e a justiça social, princípios estes que em conjunto com os demais buscam contribuir para outro projeto societário que não tem como base uma sociedade dividida em classes sociais. De acordo com Guerra (2007) a partir de um projeto profissional crítico, os assistentes sociais

⁵⁶ Conforme, explicitamos anteriormente, a liberdade é o valor ético central do Projeto Ético-Político, porém, essa liberdade não é entendida a partir da ideologia liberal que vincula com a desigualdade, com o livre arbítrio e com a posse de bens materiais. Pelo contrário, a liberdade defendida no Projeto Ético-Político não está relacionada com as liberdades individuais, uma vez que considera que “a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos” (PAIVA; SALES, 2012, p.219).

podem vir a compreender o significado social da profissão e as condições objetivas e subjetivas que permeiam o exercício profissional. O fato de ser uma possibilidade não necessariamente quer dizer que irá se efetivar, embora neste projeto existem elementos (valores, princípios éticos e políticos, arcabouço teórico metodológico e técnico operativo) que permitem essa leitura da realidade e da profissão.

Embora exista uma supremacia do entendimento do Projeto Ético-Político a partir do referencial marxista, Guerra (2015) destaca que ele tem sido interpretado também por diferentes referenciais de diferentes matrizes, tais como uma interpretação idealista e racional formal-abstrata. Interpretações essas, que não se limitam apenas ao Projeto Ético-Político e a profissão, mas à própria compreensão da realidade. A visão idealista pressupõe a prevalência das ideias sobre a realidade, “a ideia é tomada como superior a matéria, é ela que permite a sua realização” (GUERRA, 2015, p.46). Ou seja, o entendimento do projeto a partir desta concepção desconsidera a realidade, os acontecimentos históricos, políticos e sociais, como se fosse uma mera vontade e idealização dos sujeitos, restringindo-o a esfera individual. Deste modo, “a leitura idealista do projeto profissional, encontra-se baseada no senso comum, romantizada, moralizada, travejada da visão religiosa do mundo, que redundando em um voluntarismo que resiste a toda prova da realidade” (GUERRA, 2015, p.46).

A racionalidade formal-abstrata é oriunda do pensamento de Émile Durkheim e aparece na contemporaneidade sob as formas de explicação da realidade, negando a dimensão ontológica da totalidade. No cerne desta análise, que digamos é “bastante superficial” e equivocada, a realidade não é imprescindível ao conhecimento, pelo contrário, “as sínteses realizadas na realidade não passam de processos integradores dos indivíduos nas estruturas ou de representações imaginárias dos sujeitos” (GUERRA, 2014, p.106). O racionalismo formal-abstrato transforma os princípios e os valores presentes no Projeto Ético-Político em normas morais, “uma pauta de comportamento determinada a priori e de validade trans-histórica e universal, leva a questionamento da unidade contraditória entre supostos teóricos que explicam a realidade e a prática profissional e social dos assistentes sociais” (GUERRA, 2015, p.47).

Apesar das diferenças existentes entre essas perspectivas (idealista e racionalidade formal-abstrata) ambas possuem um “traço antiontológico” conforme explicita Guerra (2015). Compreendem a realidade a partir da fenomenologia, utilizando a percepção dos fatos, desconsiderando as possibilidades de chegar à essência dos fenômenos e desvelar os múltiplos determinantes da realidade social. Deste modo, essas perspectivas guardam elementos do conservadorismo.

As perspectivas idealista e racionalista formal-abstrata contemplam as retóricas que concebem os processos sociais como naturais e abstraídos das relações sociais que os engendram; o ser social como sujeito individual e ético por natureza e, não se conformando com isso, ainda tais perspectivas acima referidas incorrem na retórica irracionalista do bem comum, da humanização e do discurso do direito a ter direitos (GUERRA, 2015, p. 48).

A perspectiva idealista e a racionalidade formal-abstrata não compreendem no campo do Projeto Ético-Político as mediações que possibilitam a sua materialização no exercício profissional. Dessa forma, as mediações não são compreendidas a partir da sua constituição dialética, sendo por vezes, interpretadas de maneira fragmentada da sociabilidade em que estão alocadas e das determinações fundamentais do modo de produção capitalista.

Conforme apresentamos no decorrer deste capítulo, o conservadorismo esteve presente desde a gênese da profissão com a incorporação do pensamento social da igreja católica, relação esta, que incidiu sobre a abordagem da questão social como um problema moral e a sua intervenção pautada em um viés psicologizante, com a finalidade de enquadramento dos indivíduos a ordem social vigente. Neste período de profunda vinculação da profissão com a Igreja católica, as referências que orientavam a profissão e a intervenção profissional pautavam-se na doutrina social da igreja católica e no ideário franco-belga da ação social, no tomismo e neotomismo presentes no pensamento de São Tomás de Aquino (YAZBEK, 2009).

Devido à necessidade de atender as requisições do Estado para expandir e consolidar o modo de produção capitalista, e o contato com o Serviço Social norte-americano, a profissão buscou um aprimoramento técnico, sendo o mesmo oriundo do positivismo, conjugando-o com a doutrina social da igreja católica, configurando segundo Iamamoto (2015) um *arranjo teórico-doutrinário*. Yazbek (2009) destaca que a matriz positivista foi o primeiro suporte teórico-metodológico necessário a tecnificação e modernização da profissão, a partir de uma “apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (p.149).

Posteriormente, sob influência do movimento de Reconceituação Latino-Americana, o Serviço Social brasileiro vivenciou o seu processo de renovação, composto pelas vertentes de modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO, 2008). Nas duas primeiras vertentes destacadas pelo autor, a profissão incorporou abordagens teóricas como o funcionalismo e a fenomenologia. A vertente de intenção de ruptura a partir de referências teórico-metodológicas marxistas tinha por objetivo romper com o conservadorismo e o tradicionalismo existentes desde a institucionalização da profissão. Ou seja, com o processo de Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a profissão rompe com a hegemonia conservadora a partir da aproximação com a tradição marxista, e este referencial

teórico irá permear a partir da década de 1980 a produção acadêmica do Serviço Social, a construção do Projeto profissional crítico do Serviço Social, a formação profissional através da criação do Currículo de 1982 e das diretrizes curriculares elaboradas em 1996, a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética profissional elaborado em 1993. Desta forma, ao explicitar esses processos que possibilitaram a construção do Projeto Ético-Político, os recuos e avanços, continuidades e rupturas buscamos compreender a distinção entre projetos societários e projetos profissionais, os seus elementos constitutivos e a dimensão ética e política que compõem este projeto profissional crítico.

Portanto, a trajetória que trilhamos ao longo deste capítulo, nos permitiu compreender que o conservadorismo nunca deixou de existir na formação e no exercício profissional dos assistentes sociais, estando as suas raízes assentadas na própria sociedade, e conforme destacam Martins, Moljo e Santos (2017) se mostra fortemente no cotidiano do exercício profissional, dentre os inúmeros exemplos, as autoras citam o desenvolvimento de práticas terapêuticas com os usuários e as famílias da política de assistência social.

Ejemplo de ello es el avance del Trabajo Social terapêutico, que no es reconocido por el CFESS (Consejo Federal de Trabajo Social), o los cursos que vienen siendo implementados por algunos municipios de Brasil para la actuación dentro de la Política Nacional de Asistencia Social, tomando como referencia la terapia familiar para el trabajo con familias (MARTINS; MOLJO; SANTOS, 2017, p.151).

Porém, enquanto categoria profissional comprometida com os valores e princípios do Projeto Ético-Político podemos nos mais variados espaços de debates e reflexões e na inserção sócio ocupacional construir críticas aprofundadas sobre o neoconservadorismo; desvelar os seus reais objetivos e criar estratégias coletivas que possibilitam o seu enfrentamento na formação profissional, no exercício profissional e na vida cotidiana. Conforme nos indica Barroco (2011), se temos uma vinculação histórica com o conservadorismo, temos também uma história de ruptura. É isso que nos faz acreditar e defender um outro projeto de classe que não seja o capitalismo, mas sim, uma sociedade justa, igualitária, democrática, sem qualquer tipo de dominação e opressão.

CAPÍTULO II: SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO COTIDIANO

O segundo capítulo de nossa dissertação apresenta inicialmente uma discussão sobre a essência do cotidiano a partir das obras de Lukács e Agnes Heller, identificando as suas características mais gerais e a intrínseca relação com a alienação enquanto fruto do desenvolvimento das forças produtivas em determinado modo de produção – o capitalismo. Refletir acerca do cotidiano pressupõe a sua compreensão como “[...] uma mediação elementar entre o particular e o universal, pelas suas características, pela sua estrutura, ele limita as possibilidades de os homens se concentrarem inteiramente nas atividades que realizam [...]” (GUERRA, 2012, p. 44). Desta forma, no segundo item deste capítulo, trabalhamos com os significados da mediação a partir do seu entendimento enquanto uma categoria ontológica e reflexiva que pode vir a contribuir para os desvelamentos da realidade, a suspensão momentânea do cotidiano e possibilitar reais chances de efetivação do Projeto Ético-Político no exercício profissional dos/das assistentes sociais.

Posteriormente, realizamos algumas ponderações acerca do Serviço Social e a sua inserção no âmbito das relações sociais no atual estágio do capitalismo, problematizando a abordagem sobre a questão social e as especificidades do exercício profissional do assistente social enquanto um trabalhador assalariado que tem a sua força de trabalho mercantilizada. Ao submeter a sua força de trabalho no processo de compra e venda, o assistente social está subordinado parcialmente a um contrato de trabalho e as exigências do seu empregador. Contudo, o assistente social dispõe de relativa autonomia para a condução das suas atividades profissionais, o que lhe permite atribuir um direcionamento a sua ação profissional embasado em um arsenal teórico-metodológico e balizado pelo Projeto Ético-Político, o que não requer afirmar que necessariamente o exercício profissional do assistente social estará alinhado aos princípios e diretrizes do Projeto Profissional hegemônico no Serviço Social. Desta forma, continuamos a nossa exposição, demarcando que o exercício profissional se concretiza no cotidiano a partir da articulação das suas dimensões constitutivas do exercício profissional e a relação de “unidade no diverso” existente entre elas.

E por fim, no último item deste capítulo, relacionamos a fundamentação teórica sobre o cotidiano e as suas características trabalhadas no início do capítulo com os rebatimentos causados no exercício profissional dos assistentes sociais em qualquer espaço sócio-

ocupacional, e as possibilidades de suspensão temporária do cotidiano que corroboram para a materialização do Projeto Ético-Político. Portanto, a análise desenvolvida no último item deste capítulo é imprescindível para que os profissionais não concebam o cotidiano em sua forma imediata, espontânea e heterogênea como norte para a construção e desenvolvimento das ações profissionais, mas a partir de processos reflexivos e objetivações como por exemplo, a ética, possam romper com as múltiplas formas de alienação e realizar a suspensão momentânea do cotidiano, “pois ao cotidiano todo homem volta. Mas se ele, esse homem, viver esse processo em sua inteireza, ao retornar para o cotidiano, retorna diferente, mais enriquecido” (MATOS,2017, p.93).

2.1 COTIDIANO: *LOCUS* EM QUE SE DESENVOLVE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

De tanto ver, a gente banaliza o olhar — vê... não vendo. Experimente ver, pela primeira vez, o que você vê todo dia sem ver. Parece fácil, mas não é: o que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa retina é como um vazio. Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que você vê no caminho, você não sabe. De tanto ver, você banaliza o olhar. O hábito suja os olhos e baixa a voltagem [...]. Mas há sempre o que ver: gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos. Uma criança vê o que um adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de tão visto, ninguém vê. Há pai que raramente vê o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. ... é por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.
(Poema Ver vendo. Otto Lara Rezende).

Iniciamos o item com este poema que nos faz refletir sobre a rotina presente no cotidiano que leva a repetição das ações dos indivíduos que, por muitas vezes, não estão acompanhadas de processos reflexivos, sendo feitas de forma mecânica e habitual, mergulhadas em um processo de alienação. Desta forma, caminhamos nossas análises em busca de demonstrar o quanto o cotidiano com as suas características nos limita o olhar para ver o mundo, as relações sociais, os nexos e contradições presentes na realidade, a partir de autores como Lukács, Agnes Heller, José Paulo Netto, Maria do Carmo Brant de Carvalho e Maria Lúcia Barroco. No entanto, parafraseando o poeta, nossos olhos são capazes de enxergar o que está além da aparência, do imediato, a partir de uma postura investigativa e reflexiva que possibilita a suspensão do cotidiano e um descortinar da realidade.

Lukács (1966) busca compreender o cotidiano e a sua relação com a arte, a ciência e a religião. O autor desenvolve reflexões sobre a caracterização geral do cotidiano e sobre a

relação dialética com objetivações superiores (arte e ciência). Para o autor, a ciência burguesa tem se preocupado pouco com as problematizações acerca do cotidiano, sendo por vezes visto como um campo do não saber, no qual apenas o conhecimento produzido cientificamente se torna válido. Ou seja, é essencial da atitude epistemológica burguesa, “*y ante todo de la idealista, el remitir, por una parte, todas las cuestiones genéticas del conocimiento a la antropología, etc, y el no estudiar, por otra parte, más que los problemas de las formas más desarrolladas y puras del conocimiento científico*”⁵⁷ (LUKÁCS, 1966, p.33). O autor segue argumentando que o cotidiano não deve ser visto como um campo do não saber, pois é a partir de sua compreensão dialética que temos o início e o fim de qualquer atividade realizada pelo homem. Lukács (1966) utiliza o movimento do rio como analogia para facilitar a compreensão do movimento dialético presente no cotidiano,

Si nos representamos la cotidianidad como un gran río, puede decirse que de él desprenden, en formas superiores de recepción y reproducción de la realidad, la ciencia y el arte, se diferencian, se constituyen de acuerdo con sus finalidades específicas, alcanzan su forma pura en esa especificidad – que nace de las necesidades de la vida social – para luego, a consecuencia de sus efectos, de su influencia en la vida de los hombres, desembocar de nuevo en la corriente de la vida cotidiana (LUKÁCS, 1966, p. 11-12).

Para Lukács (1966) a importância em estudar o cotidiano está justamente no fato deste ser o espaço em que o homem realiza suas atividades, toma decisões, etc. Ou seja, o cotidiano deveria ser melhor trabalhado pelos pesquisadores, posto que é neste espaço real, a partir do concreto que desenvolvemos nossas análises.

En esto puede verse claramente – y de ello hablaremos con detalle más adelante – lo íntima que es la interacción entre la ciencia y la vida cotidiana: los problemas que se plantean a la ciencia nacen directa o mediatamente de la vida cotidiana, y ésta se enriquece constantemente con la aplicación de los resultados y los métodos elaborados por la ciencia (LUKÁCS, 1966, p.45).

O autor explica que na vida cotidiana⁵⁸ não existem objetivações tão fechadas como a ciência e a arte. No entanto, é inimaginável conceber os homens, as suas ações e reflexões sem

⁵⁷ A obra *Estética*, utilizada para a construção deste texto, consiste na versão em espanhol do livro do autor. Portanto, as citações seguem em espanhol para manter a fidedignidade a compreensão do pensamento do autor.

⁵⁸ Netto (1987) embasando suas argumentações nas análises de Georg Lukács, afirma que “a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada, etc.)” (NETTO, 1987, p.67).

a presença de objetivações. Por isso, o trabalho e a linguagem tornaram-se uma das principais objetivações importantes ao desenvolvimento do ser social.

Pero, prescindiendo incluso de que todas las objetivaciones auténticas tienen un papel de importância en la vida cotidiana, ocurre además que ya las formas básicas de la vida humana específica, el trabajo y el lenguaje, tienen esencialmente en muchos aspectos el carácter de objetivaciones (LUKÁCS, 1966, p.39).

Nesta mesma linha argumentativa, Agnes Heller⁵⁹ reitera que é no cotidiano que os homens se reproduzem: é a esfera da vida social que abarca o trabalho, o lazer, o descanso, ou seja, diversas ações que o homem realiza ao longo do seu dia, desde as mais simples como se alimentar até as mais complexas, como o trabalho, sendo que para a realização das mesmas é exigido dos homens capacidade física e mental. Para Heller (1989, p.17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. O homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa se realizar, nem de longe, em toda sua intensidade.

Se a vida cotidiana existe em qualquer sociabilidade, nos imputa afirmar que em diferentes sociedades teremos novas estruturas para a vida cotidiana com distinções no tocante “aos ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes, etc.) em face da cotidianidade” (NETTO, 1987, p.65).

Heller (1989, p.19) explica que o homem nasce inserido no cotidiano e nele amadurece a partir da inserção em distintos grupos sociais, como a família e a escola, sendo capaz de se manter de forma autônoma na sociedade, “de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por esse ambiente”.

O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo que, deve levantar e agir por sua conta; ou o modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.); mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham “valor”, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo – saindo do grupo (por exemplo, da família) – é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores [...]. (HELLER, 1989, p.19).

⁵⁹ Importante destacar que posteriormente Heller abandonará os pressupostos lukacsianos.

Heller (1989) elenca algumas características que permeiam a vida cotidiana, como a heterogeneidade, espontaneidade, hierarquia, economicismo, uso de analogias, juízos provisórios, ultra generalização, entonação, imitação e imediaticidade. A heterogeneidade presente no cotidiano é uma das responsáveis por manipular diferentes conhecimentos e também o desenvolvimento de várias ações, sendo permeada por uma relação hierárquica a partir das necessidades dos homens, da importância e dos valores que atribuímos a cada atividade, variando de acordo com o percurso histórico, econômico e social.

Assim, por exemplo, nos tempos pré-históricos, o trabalho ocupou um lugar dominante nessa hierarquia; e, para determinadas classes trabalhadoras (para os servos, por exemplo), essa mesma hierarquia se manteve durante ainda muito tempo; toda a vida cotidiana se constituía em torno da organização do trabalho, a qual se subordinavam todas as demais esferas da vida social (HELLER, 1989, p.18).

A espontaneidade é uma característica presente e dominante no cotidiano, embora nem toda atividade seja espontânea. Frente ao universo heterogêneo presente no cotidiano, os homens tendem a não refletir sobre as suas ações e sim a repeti-las de forma espontânea, e essa “assimilação faz-se acompanhar por motivações efêmeras, em constante alteração, em permanente aparecimento e desaparecimento” não explicitando a totalidade dos indivíduos (HELLER, 1989, p.30).

É evidente que nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim como tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de aprendizado. Mas, em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. A espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela têm lugar (HELLER, 1989, p.30).

Aliado a essa característica, a imediaticidade “vincula-se às necessidades inelimináveis do dia-a-dia e à organização das relações de produção e reprodução do ser social” (COELHO, 2008, p.227). Ou seja, o homem em seu cotidiano reage sempre de uma maneira imediata materialista “*independientemente de cómo se interpreten luego esas reacciones del sujeto de la práctica*” (LUKÁCS, 1966, p.46).

O cotidiano, por ser um espaço heterogêneo, coloca para os homens a inviabilidade de ter um total domínio sobre todos os seus aspectos, tendo que utilizar como recursos, a ultrageneralização, o uso da probabilidade e da analogia. Isto significa que, ao realizar

determinadas ações, os homens utilizam como critério a probabilidade de dar certo ou não, de ser viável ou não.

Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas. Ademais, isso nem mesmo é necessário: no caso médio, a ação pode ser determinada por avaliações probabilísticas suficientes para que se alcance o objetivo visado (HELLER, 1989, págs.30-31).

Ao realizar ações embasadas somente no critério da probabilidade, segundo Heller (1989) os indivíduos estarão realizando um economicismo da vida cotidiana, desenvolvendo ações sem profundidade e intensidade para a simples manutenção da cotidianidade.

A ultrageneralização constitui juízos provisórios e que orientam as ações dos homens e quando são subsidiados pelo sentimento da fé, podem vir a se tornar preconceitos. Heller (1898) expõe que embora a fé e a confiança sejam sentimentos característicos da vida cotidiana, nem sempre estarão presentes em todas as sociedades, variando de acordo com determinadas situações da vida social.

Desse modo o juízo provisório analógico é inevitável no conhecimento cotidiano dos homens, mas está exposto ao perigo da cristalização (fossilização); e, embora inicialmente o tratamento grosseiro do singular não seja prejudicial, pode converter-se num dano irreparável se se conserva após ter cumprido sua função (HELLER, 1989, p.36).

Os juízos provisórios quando formados por analogias podem ser prejudiciais e constituírem um preconceito, uma vez que as analogias dificultam um olhar atento dos indivíduos sobre determinadas situações que extrapolam o seu juízo provisório (HELLER, 1989).

A analogia, é através dela que, principalmente, funciona o nosso conhecimento cotidiano do homem, sem o qual não poderíamos sequer nos orientar; classificamos em algum tipo já conhecido por experiência o homem que agora queremos conhecer sob algum aspecto importante para nós e essa classificação por tipos permite nossa orientação. Tão-somente a posteriori torna-se “evidente” na prática que podemos dissolver aquela analogia e conhecer o fenômeno singular – nesse caso, o homem em questão – em sua concreta totalidade e, assim, avaliá-lo e compreendê-lo (HELLER, 1989, p.35).

O uso de analogias abre a possibilidade para o uso dos precedentes conforme destaca Heller (1989, p.36) que “é um indicador útil para nosso comportamento, para nossa atitude”,

isto é, as atitudes dos indivíduos também podem ser orientadas a partir de precedentes, de exemplos e situações já vivenciadas por outras pessoas, corroborando com uma outra característica do cotidiano, que é a imitação.

Não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercambio seriam possíveis. Como sempre, o problema reside em saber se somos capazes de produzir um campo de liberdade individual de movimentos no interior da mimese, ou, em caso extremo, de deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes (HELLER, 1989, p.36).

Importante destacar que não concebemos as atividades cotidianas como práxis por entendermos que as mesmas só se elevam a tal condição “quando é atividade humano-genérica consciente, unidade viva e muda de particularidade e genericidade”, isto é, essas atividades fazem parte da práxis e que “construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado” (HELLER, 1989, p.32).

[...] o pensamento cotidiano não é jamais teoria, assim como a atividade cotidiana nunca é práxis. Na teoria e na práxis, dominam finalidades e conteúdo que representam o humano-genérico e produzem novidades em seu estado. A vida cotidiana pode ser fonte, exemplo, ponto de partida para a teoria, como ocorreu no caso do chamado “*common sense*”; pode igualmente ter certa participação não consciente na práxis, sobretudo na atividade do trabalho. Mas de modo algum pode se falar, nesse caso, de identidade (HELLER, 1989, p.45).

Heller (1989, p.38) destaca que o cotidiano é uma esfera propícia para o desenvolvimento da alienação, o que não significa afirmar que esta característica lhe é permanente, pois é no cotidiano que estão postas as alternativas e possibilidades que incidem sobre a ação dos homens. No entanto, é necessário uma unidade consciente entre o humano-genérico e o individual-particular. Quando não acontece essa unicidade, a alienação passa a ser frequente no cotidiano.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; assim, por exemplo, fechou-se quase completamente nas épocas do florescimento da pólis ática e do Renascimento italiano; mas no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. Ademais, tal abismo jamais foi inteiramente insuperável

para o indivíduo isolado: em todas as épocas, sempre houve um número maior ou menor de pessoas que, com ajuda de seu talento, de sua situação, das grandes constelações históricas, conseguiu superá-lo (HELLER, 1989, p. 38-39).

A autora ressalta que não necessariamente as características da vida cotidiana descritas não estarão presentes nas esferas não-cotidianas, como a arte, a política e a ciência. “Mas essa limitada comunidade ou universalidade de categorias jamais significou uma identidade estrutural com, ou uma assimilação pelas formas de atividade e conteúdos da cotidianidade” (HELLER, 1989, p.39).

Conforme Heller (1989) o indivíduo é sempre um ser singular e um ser genérico. Entretanto, no cotidiano, desde as necessidades mais básicas como o ato de alimentar até as necessidades mais complexas, prevalece a representação do singular. Ou seja, as ações realizadas pelos indivíduos na vida cotidiana expressam as necessidades singulares, do “eu”, e não uma representação do ser genérico, uma necessidade do gênero humano.

Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 1989, p.21).

Contudo, a elevação do homem ao humano-genérico, não significa dizer que a esfera singular – o “eu” - será anulada, pois estará suspensa momentaneamente, posto que, como nos revela Heller (1989), não há uma “muralha chinesa” que permite a suspensão definitiva das esferas do cotidiano e da moral. A suspensão momentânea do cotidiano e a superação dialética do “eu”, do singular e a sua elevação ao humano-genérico, nas palavras de Heller (1989) pode vir a acontecer através da moral e da homogeneização⁶⁰.

Como exemplo, a autora discorre sobre a opção do indivíduo em ceder ou não o lugar para uma pessoa idosa no transporte público. Sendo assim, a vida cotidiana em todas as suas esferas apresenta possibilidades e alternativas que podem ser moralmente motivadas.

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da

⁶⁰ Para Lukács (1966) é através das objetivações mais homogêneas como a ciência e a arte, que podemos suspender e transcender a heterogeneidade presente cotidiano e a imediatividade devido ao fato do agir do homem ser pautado nas suas necessidades práticas na busca por respostas imediatas. É nestas objetivações que o homem coloca toda a sua força.

cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) a esfera da genericidade (HELLER, 1989, p.24, grifos originais da autora).

Na direção das reflexões de Heller, Mattos (2017) expõe que a ética é uma ação concreta e materializa escolhas e posicionamentos dos indivíduos em sociedade. Por ser uma ação “quando consciente, muda o curso das coisas e dos fatos” (MATTOS, 2017, p.89). Sendo assim, para o autor, a ética pode contribuir para o desvelamento das ações repetitivas e imediatas através da reflexão crítica sobre a vida cotidiana e as suas características, normas e valores que em certa medida são concebidas como imutáveis.

Com a ética o homem pode se desalienar e perceber que a moral é constituída historicamente e que ele, esse homem, pode ser sujeito na construção de novos valores hegemônicos na sociedade em que se vive. É claro que esse processo – de desalienação e construção de novos valores – se dá em condições objetivas **e também há que se considerar que a elevação do cotidiano não é permanente, pois ao cotidiano todo homem volta. Mas se ele, esse homem, viver esse processo em sua inteireza, ao retornar para o cotidiano, retorna diferente, mais enriquecido** (MATTOS, 2017, p.93, grifos nossos).

A homogeneização consiste na concentração de toda a nossa atenção sobre uma única atividade da vida cotidiana e concomitantemente, no emprego de nossa inteira individualidade humana. Portanto, não basta apenas se concentrar em uma única atividade - posto que podemos fazer isto sem superar o cotidiano -, mas sim de realizar a suspensão de qualquer outra atividade e fazer o uso da nossa inteira individualidade. Sem a presença de todos esses elementos de reflexão é difícil conceber a suspensão momentânea do cotidiano, uma vez que ao realizar múltiplas ações, os homens as fazem com um grau de reflexão menor. Para Heller (1989), a homogeneização é algo excepcional na vida dos homens e são poucos que conseguem vivenciar esta condição de elevação ao humano-genérico.

[...] a concentração não implica uma suspensão da nossa particularidade. Mas os atos de decisão podem igualmente ocorrer num plano “superior”, que ultrapasse em maior ou menor medida a *cotidianidade*. Por exemplo, quando um camponês começa a trabalhar numa fábrica a assimilação dos movimentos do trabalho vai decidir se ele é ou não adequado para o trabalho industrial, se poderá ou não abandonar para sempre sua aldeia, trata-se de uma prova cujos efeitos destinam-se a afetar toda a sua vida; durante o exame a que for submetido, portanto, poderão produzir-se conflitos, até mesmo conflitos morais. Em casos desse tipo, o Eu desempenha um papel decisivo na ação e a decisão torna-se, em maior ou menor medida, função da individualidade.

Decisões desse tipo já transformam, mais ou menos amplamente, o homem inteiro, apresentando efeitos posteriores: embora ainda sem predominar, manifesta-se já a homogeneização que abre caminho para o humano-genérico; nesse ponto, tem início a “saída” da cotidianidade, sem chegar a consumir-se. A maioria das decisões que tomamos em nossa vida – a maioria das decisões fáticas – realiza-se nesse plano (HELLER, 1989, p.28).

Para Lukács (1966) a suspensão momentânea do cotidiano pode ser feita através do distanciamento reflexivo frente ao cotidiano para que o homem possa o compreender e analisar e também a partir da ciência- esfera privilegiada para a suspensão do cotidiano, devido a possibilidade de questionar a causalidade dos fenômenos.

Pero esa evolución no es posible sino porque el pensamiento humano supera la inmediatez de la cotidianidad en el sentido dicho, o sea, porque se supera la conexión inmediata entre el reflejo de la realidad, su interpretación mental y la práctica con lo que conscientemente se inserta una serie creciente de mediaciones entre el pensamiento – que así llega a ser propiamente teórico y la práctica. Sólo gracias a ese acto de superación puede abrirse un camino desde el materialismo espontáneo de la vida cotidiana hasta el materialismo filosófico (LUKÁCS, 1966, p.50).

Lukács também concebe o trabalho criador como uma mediação capaz de suspender momentaneamente o cotidiano, uma vez que a partir do pôr teleológico do trabalho (conforme abordamos no primeiro capítulo ao trabalharmos com a categoria mediação a partir da sua perspectiva ontológica) originam-se outros pôres teleológicos, como a linguagem, a política, a arte, etc. No entanto, com as novas determinações que o complexo trabalho adquire na sociabilidade capitalista, alicerçado na propriedade privada e na busca incessante por lucros, na transformação da mercadoria em valor de uso e valor de troca, o trabalho se torna mercadoria, e o homem não se reconhece no produto do seu trabalho, por ele idealizado e efetivado. Logo, o homem encontra-se estranhado em relação ao próprio trabalho, não reconhecendo o seu trabalho objetivado.

[...] o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras. Invertendo seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, propicia que os indivíduos não se reconheçam, nele, como sujeitos. [...] Cria-se uma cisão entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento” que permite a reprodução de relações sociais nas quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram; o produto da atividade humano-genérica se converte em algo que “não diz respeito” aos indivíduos singulares, o próprio indivíduo se torna objeto e os objetos passam a valer como coisas (BARROCO, 2010, págs.33-34).

Concomitante a esse estranhamento em relação ao processo produtivo e ao produto criado neste processo, que se torna mercadoria no modo de produção capitalista, os homens passam a estranhar a si mesmos. “Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem” (ANTUNES, 2010, p. 146).

Após essa breve elucidação sobre o cotidiano com base em Lukács, Heller e Mattos, problematizaremos nos itens a seguir o significado da categoria mediação tendo em vista a sua importância para a suspensão momentânea do cotidiano.

2. 1.1 A dialética de Hegel e a categoria mediação

Nesta difícil tarefa de compreender o significado da categoria mediação, entendemos ser necessário recorreremos a compreensão da dialética e das categorias basilares a este processo, para posteriormente situarmos os nexos existentes com categoria mediação. Partimos da mesma linha analítica de Pontes (2010) ao trabalhar com a categoria da mediação: o autor inicia a sua explanação no campo filosófico e posteriormente, a situa como uma categoria que possui uma estrutura metodológica. Longe de entender que a categoria mediação é uma simples abstração situada no campo do pensamento, o esforço do autor consiste em demonstrar que a mediação é um componente estrutural do ser social.

De acordo com Lukács (2012) a filosofia de Hegel só pode ser compreendida mediante o cenário da sua época marcado pelo pensamento voltado a razão e em contraponto à Revolução Francesa, que confrontava a Europa sobre a legalidade do reino iluminista da razão. Em uma clara resposta a essa contradição e objetivando fugir de uma reação simples e direta como a negação da relevância ontológica da razão, centra o seu debate no campo da filosofia, procurando demonstrar que o próprio presente é o reino da razão. Desta forma, “a contradição como fundamento da filosofia e em combinação com isso, o presente real como realização da razão constituem, por conseguinte, os fundamentos ontológicos do pensamento hegeliano” (LUKÁCS, 2012, p.182).

A partir do exposto, Lukács (2012) situa a necessidade de um olhar mais apurado sobre a obra de Hegel *Fenomenologia do Espírito* (1984), entendendo o cenário que se desenvolveu todo o seu pensamento, o que fez com que suas ideias fossem permeadas de contradições. As contradições não se localizam apenas no âmbito do pensamento, mas na realidade, no próprio tempo presente. Logo, é um “problema primordialmente ontológico – e que transcende em

dinâmica da inteira realidade e, enquanto fundamento dessa realidade, como base também de todo pensamento ontológico racional acerca dela” (LUKÁCS, 2012, p.183).

Segundo Lukács (2012, p.183), Hegel desejava construir uma única ontologia para a história e a natureza, onde a natureza seria a sua base “e uma pré-história muda, não intencional da sociedade”. Essa nova ontologia de Hegel parte da compreensão “da posição central e máxima da realidade no sistema categorial global, a supremacia ontológica do ser-propriadamente assim da realidade com relação a todas as demais categorias, subjetivas e objetivas”. Ou seja, Hegel (1984) ao atribuir ao tempo presente o reino da razão, afasta qualquer concepção subjetivista sobre a dialética, ao mesmo tempo em que ressalta o seu caráter ontológico objetivo.

Assim, a razão em Hegel assume um conteúdo inteiramente novo e determinante para a estruturação de um novo método, o método dialético. Ela não é colocada como atributo do sujeito, como algo que se impõe no real, mas a razão, ela mesma, se realiza na história, constitui o processo histórico. Não é, portanto, um elemento a ser introduzido externamente no objeto; ela compõe o próprio objeto (PONTES, 2010, p.43).

Por outro lado, atribuir o tempo presente como o espaço temporal de realização da dialética, significa afirmar que este processo necessariamente tem um fim, ou seja, “aquilo que até esse momento aparecia como o motor ontológico da realidade deve frear o próprio movimento para frente” (LUKÁCS, 2012, p.184). Esse dilema aparece no percurso da filosofia da história a partir de concepções utópicas que oscilam para o passado e para o futuro. No entanto, apesar desse dilema, Hegel (1984) ao buscar na compreensão do próprio tempo presente a filosofia, coloca “por terra” o dever-se atribuído a naturalidade, ou seja, tem uma postura crítica diante do dever-se para além dos seus objetivos e intenções (LUKÁCS, 2012).

Vimos que a filosofia hegeliana busca sua realização conceptual na compreensão adequada do próprio presente histórico. Disso deriva não apenas o desaparecimento do ambíguo dever-ser atribuído à naturalidade, mas inclusive uma atitude bastante crítica em face de qualquer dever-ser. Hegel nega toda espécie de prioridade do dever-ser em relação ao ser. Isso empresta às suas considerações – e não apenas às que ele faz da sociedade e da história – uma notável objetividade, que se situa acima de intenções e desejos (LUKÁCS, 2012, p.185).

Hegel (1984) concebia a história não como uma sucessão de fatos datados historicamente. Pelo contrário, para o autor a história necessitava ser compreendida a partir do seu caráter processual, dialético, para além do entendimento fixo, com início, meio e fim.

Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização, nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser. O fim para si é o universal sem vida, como a tendência é o mero impulso ainda carente de sua efetividade: o resultado nu é o cadáver que deixa atrás de si a tendência. Igualmente a diversidade é antes, o limite da Coisa: está ali onde a Coisa deixa de ser; ou é o que a mesma não é (HEGEL, 1984, p.25).

A dialética hegeliana é composta por três momentos: tese, antítese e a síntese. Exemplificando melhor, a tese seria a afirmação de determinada concepção/entendimento, a antítese é justamente o momento de negação da afirmação feita previamente, e a síntese consiste no produto desta contradição a partir da afirmação e da negação. Estas etapas não são momentos estanques, isolados: ao contrário, estão interligados em um movimento dialético. Neste processo dialético, Hegel (1984) esclarece que através de parte do abstrato, do ideal, posteriormente após as etapas citadas, se chega ao concreto.

A construção da lógica hegeliana procura levar em consideração os vários graus do caminho para se chegar a ideia, isto é, desde a essência do fenômeno ao seu conceito, e posteriormente os separa de acordo com as suas estruturas (LUKÁCS, 2012). “O movimento do conceito, de certo modo, pode-se considerar como se fosse um jogo apenas, o outro, que por ele é posto, de fato não é um outro” (HEGEL, 1984, p.24). Nesta passagem, o autor esclarece que a negação ao conceito não é simplesmente uma negação pura, mas um deslocamento dentro deste sistema que não é capaz de realizar mudanças decisivas (LUKÁCS, 2012).

Como em toda lógica moderna, também na de Hegel a proposição espinosana “omnis determinatio est negatio [toda determinação é negação]” é de importância fundamental; aliás, para ele, a negação e a negação da negação são os motores básicos do movimento dialético dos conceitos (LUKÁCS, 2012, p.201).

Para chegar ao conhecimento da “Coisa em geral”, Hegel procura estabelecer relações entre o conceito e a essência, conforme pode ser identificado na citação abaixo:

O começo da cultura e do esforço para emergir da imediatez da vida substancial deve consistir sempre em adquirir conhecimentos e princípios e pontos de vistas universais. Trata-se inicialmente de um esforço para chegar ao pensamento da Coisa em geral e também para defende-la ou refutá-la com razões, captando a plenitude concreta e rica segundo suas determinidades, e sabendo dar uma informação ordenada e um juízo sério a seu respeito. Mas esse começo da cultura deve, desde logo, dar lugar a seriedade da vida plena que se adentra na experiência da Coisa mesma. Quando enfim o rigor do conceito tiver penetrado na profundidade da Coisa, então tal conhecimento e apreciação terão na conversa o lugar que lhes corresponde (HEGEL, 1984, p.25).

As categorias universalidade, particularidade e singularidade, de acordo com Lukács (2012) estão presentes na obra de Hegel, sobretudo nesta lógica do conceito, em que são utilizadas como determinações de reflexão.

Porém, de modo imediato, já que o universal só é idêntico consigo mesmo enquanto contém em si a determinidade como supracompreendida, sendo, portanto, o negativo enquanto negativo, ele é a mesma negatividade que constitui a singularidade; e a singularidade, por ser igualmente o determinado bem determinado, o negativo enquanto negativo, é de modo imediato a mesma identidade que constitui a universalidade. Essa sua identidade simples é a particularidade, que contém em si, em unidade imediata, o momento da determinidade próprio do singular e o momento da reflexão-em-si próprio do universal. Essas três totalidades são, portanto, uma só e mesma reflexão (HEGEL apud LUKÁCS, 2012, p.243).

Lukács (2012, p.183) aponta algumas críticas à dialética hegeliana e, dentre elas, destacamos a sua centralidade no tempo presente e a contradição entre sistema e método. Para o autor, a ênfase no presente como o reino da razão é capaz de afastar concepções subjetivas ao mesmo tempo que reforça o seu caráter ontológico. Todavia, por outro lado “oculta em si uma profunda e insolúvel contradição: o presente pode alcançar uma fundamentação ontológica genuína tão somente enquanto ponte entre o passado e o futuro”. Hegel em suas análises apresenta uma contraditoriedade entre sistema e método ao entender que no âmbito do sistema existe uma harmonia lógico-ideal entre Estado e sociedade e, por conceber a realidade conciliada ao plano das ideias, o dever ser abstrato gerado no campo da práxis-moral perde o seu sentido autêntico. E no método existe uma gama de contradições que são inconciliáveis (LUKÁCS, 2012).

No campo da filosofia, anterior à presença de Hegel, a mediação era entendida a partir de um conjunto de regras formais que levavam ao conhecimento, sendo desta maneira a responsável pela resolução dos problemas no nível imediato e mediato (PONTES, 2010). Posteriormente, é com Hegel (1984) que o debate da mediação adquire um novo sentido. Todavia, Lukács (2012) é enfático ao esclarecer que apesar de Hegel utilizar essa categoria em sua análise sobre a filosofia, o autor não a discute diretamente, nem mesmo entre as determinações de reflexão.

Na realidade, porém, basta uma análise superficialíssima para captar no par “imediatez-mediação” o dado essencial, a especificidade própria das determinações de reflexão, que é objetivamente a sua inseparabilidade, ainda que cada uma apareça de modo independente e autônomo, e subjetivamente a

elevação do entendimento à condição de razão. Esse modo de manifestação é naturalmente destacado também por Hegel ao advertir “que, se os dois momentos aparecem também como distintos, nenhum dos dois pode faltar, e estão em união inseparável” (LUKÁCS,2012, p.230).

Sobre a categoria mediação, Hegel (1984) ao discordar da concepção filosófica que concebia o conhecimento como algo imediato, explicita que o homem é “o resultado de sua auto-mediação com a natureza, do que do ponto de vista foi profundamente correta” (PONTES,2010, p.78). Ou seja, nega a concepção que tratava a mediação como uma categoria acidental na história e no existir humano (PONTES, 2010, p.77). O entendimento acidental sobre a mediação lhe atribuía um caráter subjetivo e desistoricizado, como se sua essência não fosse imprescindível aos processos históricos.

Com efeito a mediação nada mais é do que a igualdade consigo mesmo que a si mesma se move ou é a reflexão em si mesmo, o momento do eu-existente-para-si, a pura negatividade, ou seja, a negatividade reduzida a sua simples abstração, o simples devir. O eu ou devir em geral, esse mediatizar, é justamente, em razão de sua simplicidade, o devir da imediatividade e o próprio imediato (HEGEL, 1984, p.14).

Para Pontes (2010, p.55), o papel da mediação em Hegel articulado à sua concepção de totalidade é responsável por uma inter-relação entre as partes, excluindo o caráter estático delas e concebendo a totalidade para além da soma das suas partes, com uma articulação dinâmica e processual. Ou seja, a afirmação de Hegel (1984, p.14) que “a mediação é que faz com que o verdadeiro seja resultado” se justifica, “o que significa, ser fruto de um processo, de múltiplas passagens, de moventes articulações multilaterais e complexas” (PONTES, 2010, p.55).

Marx, reconhece os avanços de Hegel ao formular a concepção de dialética e até mesmo da própria mediação. Entretanto, também apresenta críticas e discorda de Hegel (1984), uma vez que este parte da ideia para tentar explicar o real. Logo, o seu entendimento da dialética não existe na realidade: está restrito ao plano das ideias, sendo que a ideia consiste na representação da realidade no nível da consciência.

O tratamento dialético-materialista dessa questão, em Marx, mostra que o fato de partir do complexo ainda não explicitado, ontologicamente primário, relativamente total, não exclui, mas até exige que o pensamento remonte a elementos abstraídos. É necessária, porém, a máxima clareza quanto ao fato de que o verdadeiro ponto de partida é a própria realidade, que sua decomposição abstrativa conduz a categorias de espelhamento, cuja construção sintética representa um caminho para conhecer a realidade, mas não o caminho da própria realidade, embora seja óbvio que as categorias e

conexões que surgem nesse processo possuem – enquanto reproduções ideais da realidade – caráter ontológico e não lógico (LUKÁCS, 2012, p.221).

2.1.2 O procedimento investigativo em Marx: a mediação como uma categoria reflexiva

Baseando-nos em Marx (2011) e nas suas reflexões a partir da análise do concreto, pontuamos que seu objeto de estudo está posto na realidade e é produto da história e não uma idealização do pensamento, conforme percebemos nas análises de Hegel.

Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elemento abstraído e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se quiser o método (NETTO, 2009a, p. 19).

Os estudos de Marx (2011) tomam como base o processo produtivo, onde os indivíduos produzem socialmente dentro de um determinado contexto histórico. Ao estudar o processo de produção material, Marx faz um processo de intensificação analítica, partindo de uma categoria⁶¹, para depois articulá-la com as demais. Um exemplo que elucida de maneira clara, é o fato de Marx não analisar primeiramente a teoria do valor e posteriormente a mercadoria, mas sim o contrário, devido à necessidade de começar de algo concreto, que existe na realidade e não de ideias. “Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social - da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, pág.41).

O autor em seus estudos sobre a produção material esclarece que não existe uma produção em geral, mas elementos comuns que facilitam o processo de compreensão deste objeto. A produção em geral nada mais é do que uma abstração necessária. No entanto é preciso estabelecer as diferenças específicas, não se limitando apenas ao geral. As determinações que valem para a produção em geral “tem de ser corretamente isoladas de maneira, que além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos - não seja esquecida a diferença essencial” (Ibidem, pág.41).

As aproximações sucessivas da realidade e do objeto a ser estudado são fundamentais para conhecer e apreendê-los, uma vez que no nível da imediatividade suas reais determinações

⁶¹ Para Marx (2011) as categorias não são simplesmente conceitos construídos pela razão, pelo contrário, são ontológicas e reflexivas, portanto, são formas do ser social.

não estão postas de forma clara, estando travejadas pela positividade. Por isso, a negação é um importante recurso para chegar a essência e até mesmo desvelar as próprias mediações presentes neste processo investigativo.

Daí surge a polêmica, em face da positividade e da objetividade do conhecimento científico, que, na, perspectiva predominante, nas vertentes positivistas e neopositivistas, esta intenção de totalidade vai ficando cada vez mais esbatida, tendendo sempre a triunfar o caráter particularista do conhecimento, em que as mediações vão sendo atiradas para o campo do subjetivismo – portanto, consideradas como desimportantes para o processo cognitivo -, ou caem naquela visão das “mediações acidentais” (PONTES, 2010, p.84).

A fim de ilustrar melhor os elementos e a forma de investigar presente na obra do autor, recorreremos à sua análise crítica ao abordar o método da economia política. Para o autor,

Se considerarmos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, a mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. (Ibidem, p.54)

No entanto, segundo o autor:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. Por exemplo, trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. (Ibidem, p.54).

Diante disso, Marx esclarece que se partíssemos da população como uma representação imediata da totalidade, teríamos uma visão caótica do todo, o que percebeu no estudo de economistas contemporâneos à época em que viveu, que basearam suas análises em uma totalidade imediata sem utilizar das mediações e das reflexões necessárias que constituem o processo investigativo. Para o autor, se começasse sua investigação pela população, ainda que uma representação caótica do todo, e por meio de uma “determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado, chegaria a conceitos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (MARX, 2011, p.54). Seria necessária a viagem de volta para que novamente chegássemos à

população como uma totalidade de múltiplas determinações, e não mais como uma visão caótica do todo, sendo este o método investigativo correto.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam a reprodução do concreto por meio do pensamento (Ibidem, p.54).

Ou seja, no âmbito do pensamento a razão reconstrói o real para que se possa fazer o caminho de volta, conforme destaca Marx. Cabe nos afirmar que na busca do conhecimento é necessário partir do concreto/ real para buscar ultrapassar a aparência e chegar à essência do objeto. Para tanto, lançamos mão do uso da abstração, “capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade), um elemento, isolá-lo, examiná-lo” para posteriormente retirar do “elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir determinações mais simples” (NETTO, 2009a, p. 18).

Neste processo, ao partir do real, do aparente, o negamos para que possamos chegar a essência mediatizada pelos fenômenos. Atingimos a essência “através da superação da positividade dos fatos, negando-os para agarrar, através de múltiplas mediações, a totalidade concreta que em última análise, se constituiu na própria essência das coisas” (PONTES, 2010, p.83).

Marx (2011) nos aponta que a produção material é um processo de duplo consumo, pois o indivíduo para produzir necessita de desenvolver as suas capacidades. No entanto, neste mesmo processo de produzir, ele as consome. Já o consumo, por sua vez, determina o processo de produção e, inversamente, determina o modo pelo qual os homens consomem. É uma relação dialética presente neste processo: as coisas se determinam mutuamente.

Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a *disposição* do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade (MARX, 2011, p.47).

A partir deste campo de pensamento, temos uma categoria fundamental para compreender o processo de investigação em Marx: o momento preponderante. É certo de que produção, consumo, distribuição e troca estão imbricados. Todavia, há um desses momentos que prepondera sobre os outros e, inclusive, é o elemento articulador com os outros fatores: o momento preponderante consiste na própria produção.

O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividade de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante. (MARX, 2011, p.49)

O processo de produção material descrito por Marx é assim uma totalidade composta por momentos diferenciados: produção, distribuição, troca e consumo. Marx (2011) entende que a totalidade é composta por momentos diferenciados e que não podemos eliminar as particularidades deste processo e que “o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p.53). Porém, não se trata de um conhecimento total sobre o objeto pesquisado, uma vez que o conhecimento é sempre aproximativo, haja vista que a realidade está em movimento e quando fazemos sucessivas aproximações ao objeto, descobrimos novas determinações.

Segundo Marx (2011) no processo de busca do conhecimento sobre a realidade o universal, o singular e o particular constituem uma relação dialética, existem interligados entre si, sendo um erro automatizar uma dessas categorias e não as considerar como determinações da realidade. Lukács (1970) esclarece que Hegel foi o primeiro autor a trabalhar com questões sobre universalidade, singularidade e particularidade, colocando-as no cerne do debate como momento determinante de todas as formas lógicas. Entretanto, conforme explicitamos anteriormente, as análises de Hegel eram baseadas no idealismo e, por essa razão, o tratamento dessas categorias foi fundamentado em uma valorização acentuada do pensamento e da consciência face a realidade existente. “Hegel cai na ilusão de conceber o real como o automovimento do pensamento que se abraça e se aprofunda em si mesmo” (LUKÁCS, 1970, p.69).

Diferentemente de Hegel, Lukács (1970) ao discutir essas categorias a partir do materialismo histórico dialético, afirma que a universalidade é uma abstração feita pela própria realidade, porém, só se torna uma “justa ideia” se a ciência for capaz de reproduzir o

desenvolvimento da realidade a partir de suas complexificações e de suas determinações. Marx (2011) nos esclarece que o trabalho anterior à sociabilidade burguesa era de uma forma, uma categoria simples, mas nesta sociabilidade ele será outro, com novas determinações. Logo, as abstrações mais gerais “surgem somente quando se dá um mais rico desenvolvimento do concreto, quando uma característica se revela comum a um grande número, a uma totalidade de fenômenos” (MARX, 2011, p.25).

A singularidade pode ser entendida como o plano do imediato e, desta forma, as mediações e determinações estão ocultas aos sujeitos. Segundo Lukács (1970) a singularidade, por ser esse momento do imediato, pode ser entendida como uma aparência do objeto. Para transpor esse momento do singular ao universal são necessárias mediações que permitam desvelar as múltiplas relações presentes na sociedade, sendo este movimento dialético mediado pela categoria da particularidade.

O âmbito da mediação, de que falamos acima, é naturalmente articulado, cada etapa que o conhecimento alcança em tal âmbito pode- também aqui, é claro, apenas de um modo aproximado -ser claramente determinada e fixada, do mesmo modo que podem ser determinadas e fixadas a universalidade e a singularidade (LUKÁCS, 1970, p.107).

A particularidade representa a “mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade”. Desta forma, “é um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza” (PONTES, 2010, p.86).

Conforme vimos, Marx (2011) ao explicar o ponto de partida do seu conhecimento investigativo e as categorias que permeiam este processo a partir do materialismo histórico-dialético, necessariamente altera o sentido da categoria mediação atribuída por Hegel, ao situá-la como uma categoria histórica e concreta. A mediação é um construto da razão para aprender o movimento do objeto, ou seja, a mediação no processo de compreensão dialética é a responsável por captar os nexos existentes entre os complexos que estão em constante movimento e também articulá-la as variadas estruturas sócio-históricas. Por isso, podemos afirmar que devido a mediação é possível ter uma compreensão dialética da realidade a partir de uma perspectiva de totalidade (PONTES, 2010).

Nesse sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das

mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (PONTES, 2010, p.81)

2.1.3 A mediação como uma categoria ontológica

Conforme vimos no item anterior a mediação está presente em todo o processo investigativo desenvolvido por Marx, mas, é também uma categoria concreta e histórica, constitutiva da realidade social. Desta forma, as mediações podem ser entendidas como um conjunto de expressões históricas das relações entre o homem e a natureza, e com outros homens, nos diferentes tipos de sociabilidade (PONTES,2010).

Assim, as mediações criadas historicamente na complexa relação homem-natureza são indicadores seguros e fecundos, do ponto de vista histórico-social, porque efetivamente constituem-se na expressão concreta do evoluir do processo de enriquecimento humano, na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações; na sua saga de buscar mediações cada vez menos “degradadas e bárbaras” e cada vez mais humano-igualitárias, tanto no plano do ser social quanto no plano do controle da natureza (PONTES,2010, págs. 78-79).

A mediação central do homem com a natureza e também em sociedade é o trabalho conforme afirma Marx (2011, p.34): “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Nas palavras de Lukács (2013) o complexo fundante do ser social e o trabalho e é através deste complexo o homem se humaniza. Em qualquer estágio do ser social, “no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata” (LUKÁCS, 2013, p.41).

O complexo trabalho⁶² é fundante do ser social, uma vez que ele é o elemento central que diferencia o ser social dos seres orgânicos. Trata-se de um “salto ontológico”, em que ao

⁶² Para Lukács (2013) **o trabalho é a forma primária do pôr teleológico**, diz respeito à relação do homem com a natureza. Trata-se da ação do homem transformando a natureza, sendo que, na medida em que o homem a transforma ele transforma a si mesmo. O homem manipula a natureza a seu favor, para suprir suas vontades e necessidades. Seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso, e não em valores de troca que o trabalho adquire, por exemplo, na sociabilidade capitalista. O que não quer dizer que em outros tipos de sociedade o trabalho permanecia com as suas potencialidades emancipatórias. **O pôr teleológico secundário visa não mais a transformação da natureza, mas sim, o homem procura transformar à consciência dos outros homens.** Neste momento a consciência não é algo mais natural e a vida social não se

transformar a natureza - e por consequência, seu mundo através do trabalho -, o homem transforma a si mesmo, ainda que possa não ter consciência desta transformação (LUKÁCS, 2013).

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

O homem difere-se de outros seres porque é capaz de romper com a barreira do imediato, porque não se relaciona com a natureza a partir do instinto, como os animais, e porque pode construir mediações, ampliando o seu domínio sobre a natureza. A diferenciação entre os animais e o ser social possibilita ao homem moldar sua natureza social se transformar em um ser ético⁶³ (BARROCO, 2010).

As mediações construídas pelos homens respondem às carências de forma consciente e projetiva.

Pode-se inferir, portanto, que o homem projeta, tem referências que o orientam para agir em busca de satisfação de suas necessidades, de suas pretensões. Isso acontece mesmo que não possa assegurar plena correspondência entre as suas projeções e o produto final, pois esse não decorre unicamente das possibilidades e limites dos sujeitos, uma vez que está condicionado também por outros aspectos, objetivos. Enfim, diferentemente dos demais animais, o homem, por meio do trabalho, produz seus meios e modos de vida, e, nesse processo, cuja complexidade atinge níveis elevados de elaborações teóricas e consequentes realizações, é imprescindível a finalidade consciente – teleologia (FORTI; COELHO, 2015, p.18).

Antes de construir uma casa, por exemplo, o ser social a projeta em sua mente considerando suas necessidades e as propriedades que constituem esse objeto. O homem não vai utilizar qualquer pedra ou madeira para construir essa casa, pois levará em consideração a densidade, o tamanho, o peso, o local onde se encontra, etc. Portanto, ele não só imagina o

resume ao trabalho, ela deixa de ser apenas um reflexo e passa a ser uma mediação, orientando as ações do homem na realidade. Em geral os pores teleológicos secundários tem sua origem no trabalho, mas devido às complexificações, acabam-se distanciando dessa categoria. O por teleológico secundário possui uma maior autonomia que o difere do por teológico primário, neste caso estão incluídos a política, filosofia, ética, entre outros.
⁶³ Sobre o significado da ética, veremos mais adiante quando explicarmos a dimensão ética e política presente no Projeto Ético-Político. A ética pode ser entendida como “modo de ser socialmente determinado -tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social” (BARROCO, 2010, p.20).

objeto, como pensa sobre qual material é o ideal para a construção do mesmo⁶⁴. Essa pré-ideação com uma finalidade é chamada de teleologia, que consiste na capacidade intrínseca do homem analisar as possibilidades para construção do objeto, pensando sobre quais serão as ferramentas, a forma com a qual vai ser feito, o material que será utilizado, o local apropriado etc. O processo de concretização da ação projetada teleologicamente é denominado “pôr teleológico”, que de modo simplificado, consiste na soma da teleologia com a causalidade.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX *apud*. LUKÁCS, 2013, p. 46).

Lukács (2013) afirma que o trabalho é uma atividade mediadora da relação entre o homem e a natureza e que a partir dele são desenvolvidas novas mediações, embora o trabalho continue sendo a primeira forma de mediação entre homem e natureza, e em sociedade, pois é através dele o homem se humaniza.

Mesmo o trabalho mais simples, como já vimos, efetiva, através da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediatidade e mediação, **pelo fato de que toda satisfação de necessidades obtida através do trabalho já é, por sua essência objetiva, uma satisfação mediada**; o fato igualmente ineliminável de que todo produto do trabalho, uma vez terminado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediatidade – não mais natural – reforça a contraditoriedade dessa situação (LUKÁCS, 2013, p.94, grifo nosso).

Nesta passagem citada, o autor esclarece que o ser social ao satisfazer as suas necessidades imediatas, o faz a partir das mediações originárias do trabalho. “O trabalho sempre produz, pois, em seu desenvolvendo ulterior, séries inteiras de mediações entre o homem e o fim imediato que, em última análise, ele se empenha em conseguir” (LUKÁCS, p.94). Lukács (2013), ao indicar que “assar ou cozinhar carne é uma mediação, mas comer carne assada ou cozida é neste sentido um fato imediato como aquele de comer a carne crua, ainda que o

⁶⁴Este exemplo foi retirado das transcrições das aulas de Tópicos especiais em teoria social lecionadas pelo Professor Dr. Ronaldo Vielmi Fortes na graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora.

segundo seja um fato natural e o primeiro social”(p.94), reforça que a satisfação das necessidades imediatas do ser social não é um ato instintivo e natural: pelo contrário, as relações dos homens entre natureza e em sociedade é um ato social, uma mediação social, cujas ações dos homens podem ser entendidas como determinações do ser social.

Para Lukács (2013, p.73) a alternativa existente no processo de trabalho é um ato de consciência. Sendo assim, “é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente”. O trabalho é algo natural permeado por causalidades neste processo. No entanto, existem possibilidades e alternativas que podem fazer com que as barreiras naturais se afastem, “uma vez que cada objeto natural tem em si uma infinidade intensiva de propriedades como possibilidades, estas jamais deixam inteiramente de operar”.

A consequência disso é que a alternativa continua a funcionar como supervisão, controle, reparo, etc., mesmo depois que terminou o processo de trabalho em questão e tais pores preventivos multiplicam ininterruptamente as alternativas no pôr do fim e na sua realização. Por isso, o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas (LUKÁCS, 2013, p.73).

Conforme o exposto, as mediações assumem uma importância significativa para o exercício profissional do assistente social consubstanciado pelo Projeto Ético-Político da profissão. Afinal, sem entendê-las de forma teórica e prática, incorremos em alguns erros, como por exemplo a afirmação que na prática a teoria é outra, análises restritas e fatalistas da realidade, abstração dos princípios e valores presentes no código de ética profissional, bem como a ausência de possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político.

No próximo item, contextualizamos o Serviço Social enquanto profissão inserida no cotidiano e, em decorrência, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais, espaço este que “também são gestados os fundamentos de uma prática inovadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.123).

2.2 SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: reflexões a partir das dimensões constitutivas do exercício profissional do/da assistente social

O Serviço Social é uma profissão que participa da reprodução das relações sociais no âmbito da reprodução material (que engloba a produção, consumo e distribuição de mercadorias) e da reprodução espiritual (a forma de viver, trabalhar, organizar a sua vida, lazer, cultura, etc) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). A reprodução das relações sociais configura-se como “a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 72) ou seja, não se restringe apenas a esfera material, mas abarca todas as formas de consciência social sob as quais os indivíduos adquirem conhecimento sobre o modo de produção capitalista.

Ao compreender a reprodução das relações sociais como uma totalidade concreta que está em constante movimento temos como pressuposto que a reprodução das relações sociais atinge todas as esferas da vida cotidiana seja no modo de viver, de trabalhar, no lazer, nas relações dos homens em sociedade, e na profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Esse entendimento permite considerar a profissão sob dois ângulos indissociáveis entre si

[...] como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 79-80).

Corroborando com o pensamento de Iamamoto e Carvalho (2011), Yazbek (2009, p.129) indica que esses dois ângulos constituem uma unidade contraditória na qual pode ocorrer “um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz”. A partir dessa perspectiva, compreendemos que o exercício profissional do/da assistente social é polarizado pelos interesses das classes sociais e ao se desenvolver a partir deste contexto, apreendemos as dimensões objetivas e subjetivas do exercício profissional. As dimensões objetivas referem-se aos “determinantes sócio históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas” e as dimensões subjetivas no que tange a compreensão do assistente

social sobre o significado social da profissão e o direcionamento que imprime ao seu exercício profissional.

Como decorrência dessa compreensão da profissão, é possível afirmar o caráter essencialmente político da prática profissional, uma vez que ela se explica no âmbito das próprias relações de poder na sociedade. Caráter que, como vimos, não decorre exclusivamente das intenções do profissional, pois sua intervenção sofre condicionamentos objetivos dos contextos onde atua. No entanto, isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha. Por isso a possibilidade da profissão colocar-se na perspectiva dos interesses de seus usuários depende da construção de um projeto profissional coletivo que oriente as ações dos profissionais em seus diversos campos de trabalho. (YAZBEK, 2009, p.131).

O Serviço Social trabalha, portanto na relação antagônica entre capital e trabalho, de modo que os/as profissionais respondem tanto as demandas do capital quanto às demandas do trabalho, fortalecendo um polo em detrimento do outro pela sua mediação. Isto significa que os/as assistentes sociais podem desenvolver pela mesma atividade ações profissionais que visem a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora ou reforçar os mecanismos de exploração e dominação desta classe, o que explicita o caráter eminentemente político da profissão na medida em que pode fortalecer mais um outro polo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Porém, “não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação” (YAZBEK, 2009, p.130).

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa necessariamente este trabalho numa dimensão eminentemente política, colocando em questão o significado e a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social. (YAZBEK, 2009, p.137).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011) o Serviço Social tem como base de sua fundação enquanto uma especialização do trabalho a questão social⁶⁵. A questão social é

⁶⁵ Esclarecemos que existem outras concepções sobre a emergência do Serviço Social e a sua relação com a questão social. Netto (1992), ancorado em Marx, expõe uma abordagem da questão social a partir do viés da economia política e é enfático ao pontuar que o seu surgimento e a emergência do Serviço Social enquanto profissão estão atrelados a dinâmica do capitalismo monopolista. Para Netto (1992) a questão social significa o conjunto de

constitutiva da sociedade capitalista e expressa as desigualdades e lutas sociais produzidas e reproduzidas a partir da disputa de projetos societários distintos no interior das relações sociais. Isto coloca a importância de relacionar o surgimento da questão social com os processos de produção e reprodução social capitalista. A origem da questão social está associada com o caráter coletivo da produção e, contraditoriamente, à apropriação privada do trabalho e dos produtos produzidos no processo de trabalho.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...). Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Portanto a questão social expressa a contradição entre capital e trabalho. Esta contradição, ao se expressar de forma mais acirrada, passa a exigir respostas mais qualificadas à sua intervenção diante da insuficiência da caridade e a repressão por parte do Estado⁶⁶ no seu trato. Frente à necessidade de novas formas de intervenção, o Estado passa a intervir diretamente nas relações sociais entre o capital e trabalho, gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento a questão social, através de políticas sociais (IAMAMOTO, 2015).

[...] a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada

refrações políticas, econômicas e sociais oriundos do surgimento da classe operária na sociedade capitalista. O termo “questão social” foi utilizado para dar conta do fenômeno do pauperismo proveniente do estágio do capitalismo concorrencial. A designação do pauperismo em questão social deve-se aos desdobramentos das lutas sociais que revelaram para a esfera pública as condições de desigualdade e pobreza. Segundo Netto (1992, p.79) no estágio do capitalismo monopolista surgiu o espaço sócio ocupacional para o assistente social devido às políticas sociais que estavam sendo implementadas pelo Estado para responder às manifestações da questão social. Com isso, compreendemos que o Serviço Social emerge como profissão “a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo de suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica”. Para maiores informações, consultar a obra: NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

⁶⁶ Não aprofundaremos neste item o debate sobre o surgimento do Serviço Social, haja vistas que no capítulo I ao recuperarmos a vinculação da profissão com o conservadorismo, explicamos de forma mais detalhada os processos e relações sociais que demandaram profissionais qualificados para intervir sobre as expressões da questão social produzidas a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pelo capital.

historicamente, em face das mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente a capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre elas, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.85).

A análise destes autores é fundamental, pois coloca o debate do entendimento das desigualdades sociais a partir da contradição entre a burguesia e o proletariado no modo de produção capitalista e a compreensão da questão social a partir do protagonismo da classe operária no cenário político, exigindo o seu reconhecimento por parte do Estado. Nesta direção, aponta Iamamoto (2015, p. 160) que “foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos”⁶⁷.

Os assistentes sociais em seu exercício profissional trabalham com as diversas expressões da questão social a partir das variadas formas que se manifestam na vida dos usuários, o que faz com que seja fundamental conhecer e apreender as expressões da questão social na contemporaneidade e, sobretudo, forjar formas de resistência e defesa na luta por direitos. Este movimento permite “captar as múltiplas formas de pressão social, de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente” (IAMAMOTO, 2015, p.161).

⁶⁷ É pertinente trazer para a discussão que o entendimento sobre a questão social não é unívoco, existindo diferentes compreensões e atribuições de sentidos. Por isso a necessidade de conhecermos os diferentes entendimentos para nos posicionarmos e reafirmarmos cotidianamente que a questão social e as suas expressões são produzidas pela contradição entre capital e trabalho. Em uma linha de compreensão diferente da perspectiva marxista sobre o que é a questão social, temos alguns autores como Robert Castel (1997) Pierre Rosanvallon (1998). Castel (1997) em seus estudos parte do entendimento que os sistemas de proteção social estão em crise e a questão social é uma “aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (CASTEL, 1997, p. 164). O autor trabalha com as metamorfoses da questão social apresentando as desigualdades existentes a partir da crise salarial ocorrida na França na década de 1970 e conclui que o lugar ocupado pelos homens na sociedade está intimamente relacionado com a ocupação na divisão social do trabalho e com os sistemas de proteção vinculados ao trabalho, ou seja, “a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade”. O autor Rosanvallon (1998) defende a ideia de uma nova questão social, pois “não há um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. (...) O surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptabilidade dos antigos métodos de gestão do social” (1998, p. 23). Em relação à compreensão de uma nova questão social defendida por Rosanvallon (1998), acreditamos ser uma concepção equivocada, uma vez que permanece o conflito entre capital versus trabalho, no entanto há o surgimento de novas expressões da questão social devido às novas formas de produção e reprodução do capital na contemporaneidade. O capitalismo em seus diferentes estágios produz “expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2001, p.48).

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal e, embora os/as assistentes sociais não sejam profissionais autônomos no sentido de dispor de condições materiais e técnicas plenas para o seu exercício profissional, a profissão apresenta alguns traços que demarcam uma profissão liberal, tais como o código de ética profissional, o caráter não rotineiro do seu exercício profissional, relativa autonomia no desenvolvimento de suas atividades e contato direto com os usuários, traços estes que possibilitam novas formas de intervenção. Um aspecto importante a ser ressaltado oriundo da condição do assistente social não ser um profissional autônomo, é a existência de instituições como o Estado que mediatizam o exercício profissional, constituindo assim, um dos principais empregadores dos assistentes sociais, o que coloca a necessidade de situar a profissão a partir das organizações institucionais as quais se vincula. Para além deste aspecto, a demanda de atuação do assistente social não deriva somente dos trabalhadores que constituem o principal público alvo das ações profissionais, mas também, da instituição empregadora responsável por remunerar este profissional, que por não possuir todos os meios para a realização do seu trabalho precisa vender a sua força de trabalho em troca de um salário e, portanto, é partícipe do reino do valor. A sua força de trabalho torna-se uma mercadoria e adquire um valor de uso ao responder a uma necessidade social e valor de troca devido ao seu equivalente em forma de dinheiro (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Nesse processo de compra e venda de sua força de trabalho especializada, o assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificada. Por um lado, essa atividade como qualquer outro trabalho- implica transformação de uma matéria sobre a qual incide e a qual tem acesso pela mediação de seu empregador, além de concretizar-se em um resultado que tem objetividade material ou social. Decorre daí a necessidade de se reconhecer a qualidade dessa atividade, sua particularidade na divisão técnica e social do trabalho coletivo, ou seja, sua natureza peculiar, os meios necessários à sua efetivação, a matéria que transforma e os resultados que produz, nas várias inserções profissionais. (IAMAMOTO, 2015, p.218)

A condição do/da assistente social de trabalhador assalariado “impregna o trabalho profissional de dilemas de alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo” (IAMAMOTO, 2015, p. 215). Portanto essa relação de compra e venda da força de trabalho do assistente social traz impactos para o exercício profissional, uma vez que

os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse

trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Conforme sinalizamos anteriormente, embora a profissão seja regulamentada como liberal, no cotidiano profissional há limites para sua efetivação devido à condição de trabalhador assalariado, subordinado a um contrato de trabalho e ao seu empregador, que designa as funções do assistente social no seu espaço de trabalho, bem como disponibiliza os recursos humanos e financeiros necessários para a realização das atividades.

Além desta determinação (condição de assalariamento), o exercício profissional também é atravessado pelas demandas profissionais que são “reelaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais” (IAMAMOTO, 2015, p.219). Apesar do assistente social ser um trabalhador assalariado e responder às exigências do seu empregador, a sua autonomia relativa possibilita dar um outro direcionamento para o exercício profissional a partir dos interesses dos usuários e do conjunto da classe trabalhadora.

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados [...]. Nesses espaços ocupacionais os (as) assistentes exercem suas competências e atribuições profissionais resguardadas pela legislação, já anteriormente referidas. Essas distintas inserções profissionais condicionam: as condições em que se materializa a autonomia profissional o trabalho concreto realizado e seus efeitos no processo de reprodução das relações sociais. Isto porque são espaços ocupacionais de natureza, racionalidade e finalidades exclusivas. Forjam, assim, específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado de trabalho, que necessitam elucidação (IAMAMOTO, 2015, p.220).

Logo, é possível criar estratégias profissionais que atendam ao capital e/ou ao trabalho, uma vez que as classes sociais só existem em relação. Contudo, não é possível atender de forma

igualitária essas demandas justamente por apresentarem interesses contraditórios. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Conforme mencionamos anteriormente, a profissão dispõe de alguns traços que são característicos de uma profissão liberal e o assistente social possui autonomia relativa em seu exercício profissional. Entretanto, em alguns espaços de trabalho, esta sua autonomia relativa é questionada a todo o momento pela relação de compra e venda da sua força de trabalho a diferentes empregadores (o Estado, o empresariado, as organizações da classe trabalhadora e demais segmentos da sociedade civil). Isto nos permite afirmar que o exercício profissional do/da assistente social e o seu significado possui relações diretas com os seus empregadores, e o “significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho por quanto envolvido em relações sociais distintas” (IAMAMOTO, 2015, p.215). Ou seja, existem espaços sócio ocupacionais em que a correlação de forças será mais propícia ao desenvolvimento das ações profissionais com direcionamento atrelado ao conjunto de princípios e valores presentes no Projeto Ético-Político, e em outros espaços, pela própria natureza da instituição empregadora, poderá ser mais difícil estabelecer mediações que permitam uma maior autonomia na condução do seu exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2015, p.220) essa diferenciação acontece devido às distintas inserções profissionais, uma vez que cada espaço sócio ocupacional possui uma natureza e finalidade exclusiva, “forjando assim, específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado de trabalho, que necessitam ser elucidadas”.

Ao esclarecer a condição do/da assistente social enquanto trabalhador assalariado, não adotamos uma posição fatalista, como se não pudéssemos dar respostas diferentes as demandas que os nossos empregadores nos colocam, mas sim contextualizando a realidade do trabalho do Serviço Social. Com base em Iamamoto (2015), entendemos que no exercício profissional, o/a assistente social, por possuir uma relativa autonomia pode dar um direcionamento ao seu trabalho balizado pelos instrumentos normativos da profissão que estão em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, ou seja, a partir da correlação de forças, o/a assistente social tem possibilidade de “reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social” (IAMAMOTO, 2011, p.129).

Compreender o exercício profissional do/da assistente social e a sua realização através da venda da força de trabalho e concomitante, a sua condição de trabalhador assalariado, colocamos alguns desafios visto o direcionamento que o/a profissional pode imprimir ao seu exercício profissional utilizando-se de sua capacidade teleológica e criadora, elementos estes que são

condizentes com o nosso projeto ético-político e que coexistem com a alienação do seu trabalho, inerente ao trabalho capitalista e que reatualiza-se sob o viés da forma assalariada (IAMAMOTO, 2015).

Sendo assim, ao atuar com as expressões da questão social decorrentes da relação contraditória entre capital e trabalho, é imprescindível que o/a profissional tenha compreensão de que no seu cotidiano profissional, a partir da direção social que atribui as suas ações profissionais é possível construir e captar mediações em prol de um exercício profissional crítico, de qualidade e em defesa dos direitos da classe trabalhadora, ou reforçar os traços de exploração e dominação do modo de produção capitalista.

Para tal, faz-se necessário conhecer e apreender o significado social da profissão, o seu projeto Ético-político - elaboração coletiva, que expressa o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora, os projetos societários em disputa, a relativa autonomia da profissão e os aparatos que respaldam o exercício profissional, pois é a partir do entendimento dessas *condições históricas concretas* e das mediações necessárias no exercício profissional, que podemos vislumbrar outras possibilidades de intervenção respaldadas no nosso projeto profissional, “apontando seus limites e suas especificidades no interior do processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade” (YAZBEK, 2009, p.137).

Trabalhar segundo o direcionamento do Projeto Ético-Político presente no exercício profissional requer do/da assistente social a clareza de quais são as suas atribuições e competências profissionais⁶⁸, uma compreensão crítica da realidade, do arcabouço teórico-metodológico que orienta a leitura do real, a capacidade de decifrar as demandas veladas na relação com os usuários, os limites e possibilidades do nosso exercício profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais, entre outros elementos.

Contudo, entendemos que essas prerrogativas postas para nossa categoria para um exercício profissional crítico, de qualidade e balizado pelo Projeto Ético-Político profissional necessitam de subsídios relacionados a dimensão formativa e a capacidade investigativa do profissional frente a realidade e as variadas expressões da questão social, bem como de conhecimento acerca das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A partir dessas considerações, apresentamos a seguir alguns apontamentos sobre as dimensões constitutivas do exercício profissional do assistente social, buscando apresentar não só suas particularidades, mas também a unidade entre elas existente.

⁶⁸ O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº8.662 aprovada em 1993, que dispõe sobre as competências profissionais e as atribuições privativas.

De acordo com Santos (2010) as dimensões constitutivas do exercício profissional do/da assistente social são construções históricas que refletem as direções assumidas pela profissão ao longo dos anos. Não se deve pensar o exercício profissional de forma isolada, uma vez que essas dimensões possuem uma relação de unidade na diversidade, ou seja, uma concepção expressa a outra, as nossas ações profissionais não estão isoladas do conhecimento adquirido e do nosso compromisso Ético-político. Segundo Santos (2002, p. 24),

O termo *dimensão* remete às propriedades, mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base. Assim, estaremos considerando *dimensões*, aqui, as várias “extensões” que determinam a profissão e suas particularidades. Essas “extensões” são constitutivas e constituintes da herança cultural e da herança intelectual da profissão, ou seja, habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos.

O exercício profissional é composto por três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política⁶⁹. Para Guerra (2012), as dimensões constitutivas do exercício profissional, não são formas fixas e independentes, “ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra” (GUERRA, 2012, p. 39).

Em relação à dimensão teórico-metodológica, é importante destacar que embora o/a assistente social possa produzir conhecimentos no âmbito acadêmico e também no exercício profissional – o que é comprovado pelo amplo acervo de produção de conhecimentos que vem sendo produzido, sobretudo a partir da década de 1980, a profissão não possui um referencial teórico próprio, utilizando de teorias e matrizes do pensamento social oriundas das Ciências Humanas e Sociais. Segundo Yazbek (2009) a dimensão teórico-metodológica auxilia as análises sobre o exercício profissional e a realidade social. É fundada em matrizes do pensamento social e nas suas variadas expressões na área do conhecimento humano, o que nos permite afirmar que o campo teórico não é homogêneo, pelo contrário, é permeado por tensões e disputas, as quais podem ser identificadas nos diferentes projetos de profissão, projetos societários e nas concepções de profissão que se orientam por diferentes correntes teóricas.

⁶⁹No entanto, existem autores que consideram constituintes do exercício profissional as três dimensões elencadas no corpo deste texto somadas à dimensão investigativa e formativa. Entendemos que a dimensão formativa e a investigativa perpassam a profissão e o exercício profissional como um todo, constituindo-se elementos transversais a dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Segundo Santos, Souza Filho e Backx (2012) a incorporação das dimensões investigativa e formativa como constituinte do exercício profissional se mostraram presente em autores como Cassab (2000), Silva e Silva (1995), Guerra (1995), entre outros.

As diretrizes curriculares de 1996 ao explicitarem a importância da formação profissional e do exercício profissional serem fundamentados pela teoria social de Marx, indicam que esse referencial teórico-metodológico permite o conhecimento mais próximo da realidade sob o prisma da totalidade social nas suas dimensões universal, particular e singular, bem como o entendimento das múltiplas determinações e contradições existentes na realidade e que influenciam a dimensão formativa e nas ações profissionais que passam a orientar o exercício profissional voltado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e para a contribuição para a construção de uma nova ordem societária. A dimensão teórico-metodológica a partir da teoria social de Marx,

[...] permite ler, compreender, analisar, teorizar o Serviço Social, bem como a dinâmica da sociedade brasileira, os movimentos sociais, as classes sociais, a política social, ou seja, os elementos envolvidos no fazer profissional que nos possibilitam responder com competência as demandas da população que solicita os serviços sociais. (SANTOS, 2016, p.281).

No exercício profissional, a dimensão teórico-metodológica propicia o planejamento das ações, a criação de estratégias e táticas⁷⁰, bem como a escolha consciente dos instrumentos necessários para que possamos dar respostas qualificadas às demandas dos sujeitos a partir de uma análise institucional e conjuntural (SANTOS, 2016).

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (GUERRA, 2012, p. 54).

Santos (2016), ao dissertar sobre os desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade, destaca que no campo teórico-metodológico os desafios perpassam o agir consciente sobre a realidade, de modo que o/a assistente social consiga identificar os traços determinantes da sua instituição empregadora; o entendimento das variadas expressões da questão social desde a sua dimensão universal até a particular e consiga, intervir sobre elas;

⁷⁰ De acordo com Paula (2016, p.15) a estratégia “indica a direção, o caminho a ser seguido, oferecendo orientações ao exercício profissional, e a tática, o modo como esse caminho deve ser percorrido, ou seja, a operacionalização do exercício. Consideramos, ainda que, todo o conjunto de táticas e estratégias político-profissionais e técnico-operacionais, construído por parcelas de nossa categoria profissional, nas mais diferentes esferas que conformam essa profissão, constitui-se em respostas oferecidas as demandas sociais apresentadas pela realidade em determinadas conjunturas sociopolíticas específicas”.

identificar quando avançar e quando recuar mediante o cenário que vivenciamos e por fim, saber identificar os limites e possibilidades do exercício profissional postos pelo modo de produção capitalista.

A hegemonia do marxismo como um novo referencial teórico-metodológico para o Serviço Social é fruto de debates que respeitam e buscam construir o pluralismo⁷¹, implicando “na convivência e no diálogo de diferentes tendências, mas que supõe uma direção hegemônica” (YAZBEK, 2009, p.153). Porém, não se deve confundir o compromisso com o pluralismo com a aceitação de uma perspectiva eclética (conciliação de suportes teóricos que são inconciliáveis, incompatíveis). Por isso, uma das nossas preocupações sobre o Serviço Social na contemporaneidade consiste no avanço de novas clivagens do conservadorismo e do positivismo na contemporaneidade, como forma de conceber a realidade. Diante disso, cabe nos debruçar em análises sobre essa temática, posto que embora haja hegemonia do marxismo no plano teórico da profissão, os desafios aumentaram significativamente nas últimas décadas frente ao avanço das concepções pós-modernas e do neoconservadorismo, conforme explicitado no início desta dissertação.

Apesar de reconhecermos a importância da dimensão teórico-metodológica para o exercício profissional do/da assistente social em qualquer espaço sócio ocupacional, cabe destacar que apenas essa dimensão não nos capacita suficientemente para o desenvolvimento de um agir profissional crítico e de qualidade, sendo imprescindível a articulação com a dimensão ético-política e a técnico-operativa.

A dimensão técnico-operativa é uma das responsáveis por legitimar a profissão⁷², sendo reconhecida por Guerra (2012) como a forma de “aparecer da profissão”. É a dimensão responsável pela visibilidade social da profissão uma vez que expressa a resolutividade das demandas postas no cotidiano profissional, podendo, em determinadas situações se constituir como “mera reprodução do instituído e em outras constituir a dimensão do novo” (GUERRA, 2012, p.40). Ela é perpassada por elementos e características próprias dos diversos espaços sócio ocupacionais em que se inserem os assistentes sociais e, desse modo, de acordo com as

⁷¹ A presença do pluralismo também pode ser verificada no núcleo central do Projeto Ético-Político da profissão e no Código de Ética Profissional vigente desde 1993, onde o mesmo afirma em seus princípios fundamentais o seu compromisso com a garantia do pluralismo “[...] através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. (CFESS, 2011, p.23).

⁷² Acreditamos que a dimensão técnico-operativa é uma das responsáveis por legitimar a profissão, sendo que a profissão também obtém reconhecimento através da sua produção de conhecimento que “adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (MOTA, 2013, p. 18).

demandas que chegam para o/a profissional em seu espaço de trabalho, podem ser utilizadas diferentes técnicas, instrumentos e táticas a partir da finalidade a ser alcançada pelo profissional e/ou pela instituição, que nem sempre são as mesmas.

A primeira questão a ser ressaltada sobre a dimensão técnico-operativa é que ela não se limita aos instrumentos e técnicas, algo que é comumente associado a essa dimensão. O que desejamos elucidar é que ela é composta por outros elementos, posto que as ações profissionais necessitam de aportes teórico-metodológicos que possibilitam a compreensão da realidade, dos processos societários e da correlação de forças existente nas instituições empregadoras, e ético-políticas, que fazem menção aos princípios e valores que devem nortear as finalidades das ações profissionais.

A segunda ressalva, conforme aponta Guerra (2012), é que discorrer sobre a dimensão técnico-operativa da profissão significa compreender que a profissão possui uma natureza interventiva e a sua consolidação advém das respostas profissionais frente às demandas postas no cotidiano profissional, mediando os interesses de classes antagônicas. No seu cotidiano profissional, é demandado do/da assistente social cumprir normas, regulamentos, orientações, e extrapolando o universo das demandas institucionais, o seu caráter instrumental também é dado pela necessidade de resolutividade às demandas apresentadas pelos usuários.

Para compreendermos a dimensão técnico-operativa é imprescindível conhecer a historiografia do Serviço Social, uma vez que diferentes projetos profissionais trazem em seu bojo diferentes conotações e ênfases às dimensões da profissão, conforme explica Santos (2002). Neste sentido, o debate da dimensão técnico-operativa obteve destaque ao longo dos anos, estando presente em todos os projetos profissionais, por muitas vezes hegemônica, ou seja, “uma hipertrofia da concepção instrumental em detrimento de uma concepção de relação com as demais dimensões. Nestes a dimensão ético-política é camuflada, e a dimensão teórico-metodológica substituída pela doutrina” (SANTOS, 2002, p.25). Como exemplo, percebemos que na gênese da profissão no Brasil na década de 1930, sob influência da doutrina social da Igreja Católica, as Escolas de Serviço Social buscavam formar profissionais a partir de uma base doutrinária ancorada no pensamento tomista e neotomista, prevalecendo a preocupação com o substrato moral. Neste período, o enfoque da dimensão técnico-operativa da profissão reduzia-se à boa e correta utilização dos instrumentos e técnicas a fim de garantir “o ideário cristão, sustentando na doutrina social da Igreja” (SANTOS, 2016, p.272).

Do período que marca a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, aproximadamente, a década de 1960, há, tanto na formação quanto

no exercício profissional uma ênfase na chamada “prática profissional”, em que a dimensão técnico-operativa da profissão é tratada de forma isolada estante da dimensão teórica-política e reduzida a um de seus elementos: os instrumentos e técnicas da profissão. Estes são concebidos como “neutros”, ou seja, acredita-se que um bom manuseio dos instrumentos requisita apenas habilidades técnicas. Essa concepção revela um não consciência das dimensões teórica e ético-política que se expressam na dimensão técnico-operativa da profissão, fragmentando-a e empobrecendo-a, transformando o profissional, apenas, em um agente que “obedece a ordens” e/ou “segue as diretrizes da agência empregadora” (SANTOS, 2016, p.272).

Na década de 1940, a dimensão técnico-operativa esteve preponderante na formação e no exercício profissional a partir da incorporação de uma perspectiva técnica-científica influenciada pelo Serviço Social norte-americano e os ideais funcionalistas, com o seu principal expoente, Émile Durkheim. Neste período a profissão passa a incorporar os procedimentos de trabalho de Caso, Grupo e Comunidade.

Sobre o Serviço Social de Caso, uma das principais obras publicadas sobre este assunto foi o livro de Mary Richmond intitulado *Diagnóstico Social*. Esse procedimento de intervenção esteve predominante no período da institucionalização da profissão e estava pautado “nos fenômenos intrapsíquicos, valorizando o funcionamento social do indivíduo, tendo como referência a metodologia psicanalítica” (SANTOS, 2002, p.30). Posteriormente foi incorporado o “método” do Serviço Social de Grupo que continha subsídios da corrente funcionalista, e somente em 1950, a incorporação do procedimento do Serviço Social de Comunidade.

Segundo Castro (2006), o Desenvolvimento de Comunidade⁷³ surgiu no território das colônias Inglesas da Ásia e África, onde os ingleses utilizavam este procedimento e posteriormente o divulgaram, ampliando a sua influência e poder no ordenamento colonial vigente. O trabalho com a comunidade buscava incidir sobre o desenvolvimento desigual visando a expansão do capitalismo, e ao mesmo tempo a subordinação da classe trabalhadora através da aproximação das minorias e a capacitação dessa população enquanto força de trabalho. Desta forma, o entendimento ideológico que subsidiava o Desenvolvimento de Comunidade era a concepção de que os “problemas sociais” só poderiam ser alvo de tratamento

⁷³ É importante frisarmos que o desenvolvimento de comunidade não é sinônimo do procedimento do Serviço Social de comunidade conforme veremos nas linhas a seguir deste texto. O Desenvolvimento de Comunidade estava atrelado a estratégia desenvolvimentista a partir do governo de Juscelino Kubitschek, onde buscava-se o desenvolvimento das áreas rurais do país como uma das formas de viabilizar o crescimento econômico, modernizar a cultura e acabar com a dicotomia entre os grandes centros urbanos e os rurais, estes últimos tidos como pólos de atraso para o desenvolvimento do capitalismo. E com o advento do desenvolvimentismo no Brasil, surge o Serviço Social de Comunidade, que objetivava a integração dos indivíduos a partir de uma perspectiva de trabalho junto as comunidades, bem como o estímulo as camadas populares para a construção de uma sociedade desenvolvida e moderna (MOLJO, 2004).

em cada comunidade específica, utilizando-se de técnicas derivadas das ciências sociais aplicadas.

Importante destacar que o Desenvolvimento de Comunidade estava relacionado com as políticas desenvolvimentistas que estavam em curso nos países latino-americanos a partir de década de 1950 sob a organização e difusão da CEPAL (Centro Econômico para América Latina) com o objetivo de auxiliar o crescimento econômico desses países. O atraso dos países de terceiro mundo era justificado, em parte, pelo modelo agrário-exportador, mas também devido a um atraso cultural dessas sociedades em que não permitia a adequação dos seus valores com o projeto de modernização da sociedade (MOLJO, 2004).

O trabalho com comunidade foi reconhecido pelo Serviço Social enquanto um procedimento de intervenção, assim como o Serviço Social de caso e grupo. O procedimento do Serviço Social de Comunidade consistia na utilização de um conjunto de procedimentos para que se pudesse chegar a um diagnóstico geral, como investigação, diagnóstico, planejamento, execução e avaliação. As ações dos profissionais com a comunidade tinham como um dos objetivos subsidiar a tomada de consciência de que as razões do atraso da comunidade estavam relacionadas com os indivíduos que compõem essa comunidade, e a partir deste entendimento, a comunidade deveria descobrir as suas potencialidades que permitissem o seu desenvolvimento. Ou seja, o “problema” era interno e se encontrava na própria comunidade e não externo a ela, uma vez que o Estado era concebido como um ente que exercia o seu poder em benefício de todas as classes sociais (CASTRO, 2006).

A conceptualização sobre a organização de comunidade revela uma perspectiva profundamente funcionalista no trato a questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana. A identificação das necessidades e a alocação dos recursos reduzem a questão social a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma formula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional (CASTRO, 2006, p.142).

Santos (2002, p.26) alerta que apesar da profissão no final da década de 1940 possuir um caráter técnico-científico devido a incorporação das “ideias positivistas durkheimianas e com seu desdobramento funcionalista”, a ênfase na dimensão técnico-operativa estava pautada em atividades de viés instrumental e com uma racionalidade formal-abstrata, “a técnica é utilizada tendo “um fim em si mesma”, de modo “apolítico”, pretendendo uma neutralidade”.

Todavia, não mais uma técnica de fundamento moral e cristão, mas a técnica a serviço de uma ciência, fundamentada na sociologia positivista e funcional/sistêmica. A formação profissional volta-se, então, para essas duas

tendências: uma de base doutrinária e outra de base técnico-científica, ambas expressando o conservadorismo no Serviço Social (SANTOS, 2016, p.273).

A partir da década de 1960 com a Reconceituação Latino-Americana e o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, a categoria profissional começa a repensar a formação e o exercício profissional. É com a vertente denominada por Netto (2008) como intenção de ruptura e com o aporte da teoria social de Marx que novos elementos surgem, na década de 1970, para repensar a utilização dos instrumentos e técnicas, negando a suposta neutralidade na escolha e no manuseio dos mesmos (SANTOS, 2002). No entanto, de acordo com Santos (2002) este movimento de repensar a utilização dos instrumentos técnicos-operativos pode ter incorrido em uma atitude inversa, negligenciando a importância do debate sobre a dimensão técnico-operativa da profissão a partir do novo direcionamento dado pela vertente de intenção de ruptura e pressupondo que os estudantes e profissionais, por si só, conseguiriam fazer as mediações entre os conhecimentos teóricos adquiridos com a formação profissional e as especificidades do exercício profissional a partir da realidade brasileira e do mercado de trabalho.

Após situar como a dimensão técnico-operativa da profissão se desenvolveu ao longo dos anos com ênfase nos principais períodos históricos, salientamos que os elementos que compõem essa dimensão segundo Santos, Souza Filho e Backx (2012) são as estratégias e táticas que orientam as ações profissionais, os instrumentos e as técnicas, o conjunto de habilidades acionadas no exercício profissional, o conhecimento sobre os procedimentos e a sua interlocução com as ações profissionais e as dimensões teórico-metodológica e ético-Política.

Segundo Santos e Noronha (2010) é imprescindível diferenciar o que são os instrumentos e o que são técnicas que o assistente social faz uso no seu cotidiano de trabalho. O instrumento consiste em recursos e meios que possibilitam a operacionalização das ações profissionais as potencializam, ou seja, “são elementos postos na relação entre o assistente social e os usuários, na perspectiva de efetivar respostas planejadas e projetadas pelo profissional” (GUERRA, 2014, p.34). Os instrumentos podem ser concebidos “como elementos dinâmicos, devendo ser criados em consonância com as finalidades da ação profissional, contribuindo com a passagem da finalidade ideal-âmbito da teoria – a finalidade real-âmbito da prática” (SANTOS, NORONHA, 2010, p.48).

A técnica por sua vez, refere-se à habilidade no uso dos instrumentais. Ambos elementos são constituintes da profissão e necessários para a concretude do exercício profissional do/da

assistente social. Mediante o exposto, é preciso refletir sobre qual a finalidade de escolha e a partir de quais referências teóricas temos nos orientado na seleção dos instrumentos e técnicas a serem utilizados no exercício profissional, pois “a escolha do instrumento, cumpre além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica” (SANTOS, NORONHA, 2010, p.49).

No processo de apresentar resolutividade às demandas, o/a assistente social escolhe e maneja os instrumentos e técnicas a fim de transformar a sua intencionalidade em respostas profissionais. Entretanto, a dimensão técnico-operativa não se limita apenas a escolha e manejo desses instrumentos e técnicas, pois está interligada com as dimensões teórico-metodológica - na medida em que é necessário teórico conhecimento para compreender a realidade social e as demandas aparentes e não aparentes que chegam para o Serviço Social, e ético-política – uma vez que as nossas ações são projetadas em função de valores e finalidades que podem vir a expressar o compromisso com a defesa dos direitos sociais e a materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/ renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. (GUERRA, 2012, p.42)⁷⁴.

Na historiografia da profissão encontramos a utilização de determinados instrumentos e técnicas embasados em valores conservadores, como a visita domiciliar⁷⁵, que em momentos

⁷⁴ De acordo com Santos e Noronha (2010) alguns instrumentos foram privilegiados ao longo dos anos no campo do Serviço Social, dentre eles: a entrevista, a visita domiciliar, reunião/grupo e o parecer social. No entanto, não entraremos no debate das especificidades sobre os instrumentos e técnicas, e as divergências que permeiam este campo, uma vez que este não é o nosso objeto específico de estudo e haja vista que alguns autores compreendem os instrumentos como procedimentos interventivos, outros situam e legitimam apenas determinados instrumentos. Por isso, concordamos com Santos (2012) que a dimensão técnico-operativa ainda é pouco trabalhada pela categoria profissional, apesar de termos alguns renomados autores que discutem essa temática como Campagnolli (1993), Sarmiento (1994), Guerra (1995), Trindade (2001) e Santos (2006).

⁷⁵ A visita domiciliar historicamente foi utilizada pelo Serviço Social como um instrumento de controle dos usuários e de suas famílias e para identificar situações em que o profissional duvidava dos relatos dos usuários nos atendimentos individuais, sendo também um instrumento de averiguação das informações prestadas pela população atendida. Na atualidade, a visita domiciliar tendo como direcionamento um projeto profissional crítico deixou de ser utilizada a partir de um viés conservador, constituindo-se em um importante instrumento para o exercício profissional na medida em que possibilita ampliar o conhecimento sobre a realidade, complementar informações sobre as condições de vida dos usuários, estabelecer uma relação de confiança com a população

anteriores da profissão foi utilizada como mecanismo fiscalizador e de controle da população. Entretanto, há que se considerar que o viés conservador não é intrínseco a nenhum instrumento utilizado pela profissão, visto que o conservadorismo está presente no direcionamento ético-político impresso pelo/a profissional na utilização do instrumento, e não nele. Com isso, esclarecemos que não há problema algum em utilizar no exercício profissional instrumentos que foram adotados em outros contextos históricos pela profissão com direcionamentos distintos, desde que a escolha e utilização dos mesmos esteja, na atualidade, vinculada às finalidades das ações profissionais e tendo como direcionamento o Projeto Ético-Político da profissão. Ademais os instrumentos e técnicas sofrem alterações ao longo dos anos, se aperfeiçoando com a inclusão de novas tecnologias e conhecimentos, bem como a partir de mudanças de determinadas condições sócio históricas e políticas, o que nos permite afirmar que não basta apenas ter clareza das nossas finalidades, mas também das condições objetivas e subjetivas que podem vir a influenciar a escolha dos instrumentos e técnicas e interferir na materialização das nossas finalidades.

Santos (2006) elenca alguns das questões que permeiam este debate. Dentre elas, destacamos a ausência de clareza sobre como os instrumentos e técnicas são tratados em suas especificidades na formação profissional dos/das assistentes sociais. Embora o debate se faça presente na formação a partir dos três núcleos⁷⁶ que compõem as diretrizes curriculares, alguns problemas são presentes. Primeiramente, destacamos que nas disciplinas de estágio curricular, que são obrigatórias aos alunos, não se tem registros desses conteúdos. Em segundo lugar, o ensino dos instrumentos e técnicas tem sido trabalhado em oficinas e laboratórios que, em sua maioria, são considerados disciplinas optativas e não eletivas, podendo o aluno escolher ou não fazê-las. E, por fim, o tratamento dado a esta temática nas oficinas e laboratórios não possui ênfase no detalhamento dos instrumentos e técnicas, de suas especificidades no campo do Serviço Social e das habilidades necessárias para o seu manuseio.

Mediante essas informações, entendemos que apenas o conhecimento teórico não é suficiente para um exercício profissional de qualidade, crítico e comprometido com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Portanto, a formação profissional e o exercício profissional devem estar parametrados pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa ético-política, entendendo a relação de unidade entre elas e as suas especificidades. Ou seja, é

atendida, identificar novas expressões da questão social que não foram verbalizadas pelos usuários durante os atendimentos individuais, etc.

⁷⁶ Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

pertinente também o conhecimento sobre os instrumentos e técnicas que compõem a dimensão técnico-operativa, e o entendimento de questões como

[...] os instrumentos utilizados historicamente pela profissão; a relação entre instrumentos e conhecimento da realidade; as possibilidades de criação e inovação de instrumentos de intervenção; o desvendamento dos equívocos no entendimento de teoria e instrumentos e técnicas; a relação de unidade entre as dimensões da intervenção profissional; de como utilizar os instrumentos; do real papel dos instrumentos e técnicas na intervenção. **Essa posição se ancora na afirmativa de que a teoria não se transmuta de imediato em prática e na crença de que o conhecimento teórico é uma das formas de conhecimento.** O exercício profissional exige conhecimentos diferentes que extrapolam o conhecimento teórico (SANTOS, 2006, p.107, grifos nossos).

Santos (2006) levanta a hipótese de que os problemas elencados acima sobre os instrumentos e técnicas na formação profissional dos assistentes sociais estão fundamentados em uma concepção errônea do que seja a teoria e a prática a partir de uma compreensão marxista e, de antemão, sinalizamos que partimos do entendimento que teoria e prática estão interligadas, pois é ineliminável a relação entre o pensamento e as nossas ações, e que de fato, não existe uma dicotomia entre teoria e prática.

Na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos das ações prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se adequa a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela. (SANTOS, 2006, p. 131-132).

Após as elaborações traçadas até aqui sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, cabe ao/a assistente social ter clareza da dimensão teórico-metodológica, ética e política que perpassam essa dimensão e que, embora uma dimensão esteja imbricada com a outra, elas possuem suas especificidades. Esse entendimento é importante para que não ocorram situações em que a escolha e utilização dos instrumentos e técnicas nos espaços sócio ocupacionais seja feita de forma aleatória, sem um aparato crítico, consciente e político. Com isso, é importante destacar que além das dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão, é preciso articulá-las com a dimensão ético-política, uma vez que apenas “(...) uma análise crítica da realidade não implica, de imediato, uma intervenção crítica na realidade” (SANTOS, 2010, p. 85).

A dimensão ético-política relaciona-se com o compromisso e o posicionamento dos assistentes sociais em reproduzir no âmbito do exercício profissional e da formação profissional os princípios, diretrizes e valores preconizados no Projeto Ético-Político. Portanto, ao/a assistente social, cabe a tarefa de definir a quem fortalecer, uma vez que a profissão se assenta na mediação do conflito entre capital/trabalho e o/a profissional pode vir a desenvolver ações profissionais e políticas que visem a defesa dos direitos da classe trabalhadora e a superação da sociedade do capital ou a manutenção e reprodução da ordem vigente.

Ao fazer suas escolhas, no que se refere às finalidades estabelecidas e aos meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, que resposta dar e em que direção, o assistente social exerce sua dimensão ético-política, a qual preocupa-se com os valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas) (GUERRA, 2012, p.56).

Iamamoto (2015) esclarece que a dimensão ético-política implica na construção de valores e crenças, constituindo-se um processo de luta por hegemonia no interior das relações sociais. A competência ético-política coloca para o assistente social a necessidade de posicionar-se de forma crítica e política diante da realidade. O debate sobre a ética e a política é inerente à profissão, se fez e faz presente em seu interior, nos distintos projetos profissionais, sejam eles de natureza tradicional, conservadora ou crítica.

A ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. Tratada como mediação entre as esferas e dimensões da vida social, e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício da liberdade ou, como quer Lukács, como “ação virtuosa”, apontando-se para sua conexão com a práxis política e para suas formas alienadas, no âmbito da vida cotidiana. (BARROCO, 2010, p.19).

A ética neste campo se apresenta em sua dimensão teórica e prática. Em sua dimensão prática, consideramos a sua objetivação através das nossas escolhas e do nosso comportamento frente a um determinado conjunto valorativo. Sua outra face, a teórica, faz menção ao nível do pensamento, onde questionamos determinadas atitudes e seus aspectos valorativos: se são corretas ou não, se é bom ou mal. (BARROCO, 2010).

A ética é uma construção histórica dos homens que está interligada com os valores que constroem a partir das suas relações sociais. Todavia, precisamos demarcar que as relações sociais que se dão sob a égide do capital estão calcadas na exploração da força de trabalho, na

divisão social do trabalho e na propriedade privada e que o entendimento sobre a ética exige-nos compreender os processos históricos e sociais e as relações que os homens constituíram com a natureza, com os outros homens e o seu convívio em sociedade. (BARROCO, 2010).

Barroco (2010) tendo como base os estudos de Lukács (1966) e Heller (1989) explica que a vida cotidiana é insuprimível e necessária aos homens, uma vez que é neste espaço que o indivíduo socializa e aprende a responder as suas necessidades imediatas. Todavia, neste espaço só é possível que o indivíduo se reconheça como ser singular. A não compreensão enquanto humano-genérico acontece devido ao “grau de utilização das capacidades no cotidiano”, isto é, o cotidiano é uma esfera que impõe dificuldades para que sejam feitas escolhas conscientes e críticas diante da realidade posta.

Portanto, o agir ético pressupõe a suspensão do cotidiano, a reflexão crítica sobre a vida cotidiana, extrapolando a esfera do singular, do “eu”, se elevando a condição de humano-genérico. Quando a ética não propicia essa interação do indivíduo com o humano-genérico ela pode vir a

favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; fortalecer o dogmatismo e a dominação; remeter os valores para uma origem transcendente a história, fundamentar projetos conservadores; operar de modo a não superar a imediaticidade dos fatos; ultrapassá-los, mas não apreender a totalidade, contribuindo para que os homens não se auto-reconheçam como sujeitos éticos. (BARROCO, 2010, p.56).

A ética profissional é um aspecto fundamental presente na dimensão prática das profissões. No Serviço Social, surge a partir da necessidade de construir respostas frente às demandas que chegam para o assistente social e objetiva-se a partir da nossa prática profissional, do conjunto de valores e deveres presentes no Projeto Ético-Político, bem como da “teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política” (BARROCO, 2009, p.176).

Barroco (2010) destaca que a profissão é perpassada ao longo dos anos por uma determinada ética profissional, configurando formas específicas em determinados contextos e momentos históricos. Clarificando essa assertiva, na gênese da profissão, tínhamos uma ética profissional de cunho tradicional e conservadora, em que as mediações ético-morais aconteciam a partir do viés ideológico da moral; no tratamento moral da questão social e na existência de profissões “adequadas” para realizar tais atividades. Esta ética tradicional e conservadora, orientada pelo neotomismo, defendia uma leitura harmônica da sociedade na qual era

inexistente o conflito entre as classes sociais; a profissão era compreendida como uma vocação, e, portanto, deveria ser exercida por indivíduos que possuísem integridade moral.

O conservadorismo herdado pela profissão instituiu um *ethos* defensor de formas de vida e de sociedade fundadas na hierarquia, na ordem, na tradição e na autoridade, voltado prioritariamente ao trabalho com famílias- núcleo social básico para o conservadorismo – e a busca de sua moralização na perspectiva de seu “ajustamento” aos “bons costumes” (BARROCO, 2009, p.32-33).

Os Códigos de Ética de 1947 a 1975⁷⁷ exemplificam claramente a presença desta ética tradicional e conservadora. Barroco (2010) destaca que a construção de uma nova ética profissional é um processo longo que se iniciou com a erosão do Serviço Social tradicional e com as transformações sociais, políticas e culturais que ocorreram na década de 1960, possibilitando refletir de forma crítica sobre os valores e modos de vida tradicionais que orientavam o exercício profissional do assistente social. O Código de Ética elaborado em 1986 assinala essa mudança entre a ética e a política a partir do rompimento com o seu traço conservador, posto que passa a existir a presença de um novo conjunto valorativo, o compromisso com a classe trabalhadora e a aproximação com a tradição marxista (ainda que de forma enviesada, “vulgar”, sem uma leitura das fontes originais), e a neutralidade profissional que também esteve presentes nos códigos de ética anteriores a este, foi substituída pelo caráter de compromisso que se expressa através dos deveres pertinentes ao assistente social (BARROCO, 2010).

Esse compromisso determinou a necessidade de configuração de um novo perfil profissional, de acordo com o processo de renovação teórico-política do Serviço Social. Tem-se, então, uma percepção da ação profissional que requer capacitação para elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais, o que pressupõe instrumentos para o conhecimento crítico da realidade política e social. (BONETTI et al, 2012, p. 160).

Barroco (2010) ainda sobre a insuficiência do Código de ética de 1986 esclarece que ele não apresenta as mediações necessárias da ética profissional, não se compromete com os valores, mas sim com uma classe social específica, o que significa dizer que essa classe possui apenas valores positivos, caindo em uma concepção idealista. De acordo com a autora, este

⁷⁷ Para maiores informações Cf. Barroco (2010).

código de ética não expressou os avanços teórico-metodológicos e políticos a partir da vertente de ruptura profissional, e não tivemos um debate fortuito sobre a teorização ética.

A relação entre a ética e a política não pôde ser explicitada, em sua natureza e de acordo com as suas especificidades, apresentando-se através de uma subordinação da ética a política e a ideologia de classe. Com isso, o código não indicou as mediações existentes entre o compromisso político e os deveres éticos; entre projeto de classe e projeto profissional, entre outros. (BARROCO, 2009, p.35).

Nesse sentido, a ética ainda não era construída coletivamente a partir de um projeto profissional, ou seja, a opção ética e política era entendida como uma escolha moral, corroborando assim, para uma não distinção entre ética, política e profissão (BARROCO, 2009).

Embora o Código de ética elaborado em 1986 apresente alguns avanços em relação aos demais, a categoria profissional avaliou a necessidade de uma nova reelaboração deste Código, originando o Código de ética profissional de 1993. Essa reelaboração foi necessária devido às insuficiências existentes neste documento que não traduziam claramente a opção da categoria profissional por um novo projeto societário e também por um projeto profissional de orientação crítica.

No Código de Ética Profissional de 1993 (resolução nº 273 de 13 de março de 1993) a base de fundamentação passa a ser a ontologia do ser social e os valores ético-políticos são resultantes da capacidade objetiva desenvolvida a partir da práxis social (BARROCO, 2010). Esta nova formulação apresenta-nos valores alicerçados na liberdade como valor ético central, na emancipação, autonomia, no aprofundamento da democracia, cidadania, equidade e justiça social. Os princípios fundamentais contidos no Código de Ética Profissional são

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças.
- Garantia do pluralismo, através do respeito as correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores.
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011, págs.23 e 24)

Os valores emancipatórios e os princípios preconizados no Código de Ética de 1993, ainda em vigor, reiteram o compromisso em contribuir para a construção de uma nova sociabilidade e estabelecem parâmetros para o exercício profissional. Todavia, devemos ter cuidado para não apreender os princípios fundamentais do Código de Ética profissional de forma isolada, uma vez que estaríamos fragmentando a análise do real e desconsiderando a sua perspectiva de totalidade, entendimento errôneo que pode corroborar com um exercício profissional que reitera práticas conservadoras.

O primeiro princípio do código de ética profissional a ser elucidado remete ao “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” o que para Netto (2013) implica em reconhecer a liberdade como uma categoria histórica, posto que sua concepção pode não ser a mesma em diferentes sociedades, mudando com o passar dos anos. Entretanto, a não concepção unívoca sobre a liberdade não está relacionada apenas ao percurso histórico, mas a todas as esferas da vida social e, inclusive, aos meios culturais e dos veículos de comunicação, onde novas concepções de liberdade são forjadas. Segundo o autor, a escolha pela liberdade como o primeiro princípio do código de ética profissional não é aleatória, uma vez que a mesma funda e subsidia a compreensão dos demais princípios a partir da compreensão de que a liberdade remete a escolhas que fazemos entre alternativas postas, que existem no real.

O segundo princípio “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” relaciona-se com concepções distintas de seres humanos e de direitos e ao entendimento de que um ser humano não é igual ao outro - cada um possui características que nos diferem dos demais, tais como o reconhecimento de nossas próprias necessidades e a

capacidade teleológica de projetar finalidades para satisfazê-las, o que faz do homem um ser social. A partir disso, podemos inferir que os direitos nascem a partir da relação dos homens em sociedade, dos processos políticos, históricos e sociais, portanto, também são alvos de disputas entre as classes sociais. Mediante o exposto, a defesa dos direitos humanos está para além da defesa de uma sociedade de igualdade a partir dos preceitos liberais, uma vez que determinadas necessidades dos homens não são alcançáveis em uma sociedade de classes. Se fosse deste modo, “esta defesa seria tática - feita em nome de uma democratização pontual da sociedade, que, em outro modo de produção verse-ia necessariamente superada” (RUIZ, 2013, p.35).

O autor completa a sua argumentação expondo que o ato de violar direitos não ocorre apenas por ações, mas também por omissões, por exemplo, na aceitação de imposições institucionais que violam direitos; na negação do acesso a determinadas necessidades que os usuários possuem mas que, por não estarem regulamentadas em lei, não concebemos; na utilização da lei de modo estrito, desconsiderando os múltiplos processos de violação de direitos que os usuários vivenciam cotidianamente e as diversas expressões da questão social, entre outros inúmeros exemplos. Ou seja, ao tomarmos essas decisões – que possuem direcionamento político – adotamos posição de não comprometimento com a classe trabalhadora e, concomitante, com a consolidação do nosso Projeto Ético-Político.

O terceiro princípio “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” requer uma abordagem detalhada sobre o entendimento de cidadania presente no código de ética profissional. Neste caso, a cidadania a qual defendemos não se confunde com o conceito atribuído por Marshall, como mero exercício dos direitos civis, políticos e dos direitos sociais. Corroboramos com o entendimento de Coutinho (2007), ao afirmar que a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos ou por todos os indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertos pela vida social em cada contexto histórico.

Sendo assim, a cidadania plena não é possível de ser conquistada sob a égide do capital, alcançando apenas em baixos patamares a emancipação política, através da conquista de alguns direitos civis, políticos e sociais. Entendemos que este pode ser um ponto que a categoria profissional possa vir a compreender de uma outra forma, como uma tensão ou até mesmo incoerência haja vista que os onze princípios do Código de Ética Profissional de 1993 articulam a necessidade de construção de uma nova ordem societal e a emancipação humana.

Marx (2010) esclarece a diferenciação entre emancipação humana e política. A partir de críticas a Bauer sobre a problemática da oposição religiosa existente entre judeus e cristãos, na qual este defendia que o Estado seria capaz de realizar a emancipação dos indivíduos, Marx (2010) situa a necessidade de compreender qual emancipação será feita pelo Estado e a quem ela servirá. Diferentemente de Bauer e sua leitura restrita ao ponto de vista religioso, Marx defendia que os judeus não deveriam ser emancipados pelo Estado, simplesmente por serem judeus, mas sim, por serem cidadãos e viverem em uma condição humana universal. Deste modo, a emancipação política realizada pelo Estado é necessária, entretanto, insuficiente, como no caso da religião: a sua superação formal entre o Estado não resolveria o problema da questão judaica, uma vez que os homens continuaram presos, não estariam livres, apenas obteriam a liberdade religiosa e não verdadeiramente a emancipação humana.

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p.54).

Para Marx (2010, p.87) a emancipação política constitui “um grande progresso, ela não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas ela constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”, ou seja, a partir desta compreensão, entendemos que o fato do Código de Ética profissional expressar e defender valores e princípios que podem ser materializados através da emancipação política, não se trata de uma contradição, uma vez que em sociedades como a nossa, extremamente desiguais, que possuem traços específicos, marcada pelo trabalho escravo, o capitalismo dependente, e com a exclusão da população nos processos decisivos do país, e em tempos de barbárie como na contemporaneidade, defender o óbvio, é mais que necessário e urgente, uma vez que essas lutas em prol da democracia, dos direitos civis, políticos e sociais traduziram-se em uma luta “praticamente anticapitalista”. Neste sentido, a compreensão da presença da emancipação política no atual código de ética profissional pode possibilitar avanços para se alcançar a emancipação humana, e por se tratar de situações concretas e específicas como a do Brasil, não a vemos como uma incoerência, justamente por entendermos que não é possível abandonar essas lutas mesmo que estejam ligadas ao âmbito da política. Como afirma Behring (2013, p.17) “a luta por direitos escancara os limites dos mesmos, além de um efeito de politização e

formação de consciência exatamente importantes”. Deste modo, sem desqualificar a luta pelo acesso aos direitos de qualquer natureza, esta luta não deve se tornar o fim último das nossas ações profissionais, posto que temos condições de vislumbrar novas alternativas e possibilidades para o nosso exercício profissional a partir de uma leitura crítica da realidade, postura investigativa, compromisso com a classe trabalhadora, articulação com os movimentos sociais, ou seja, através de mediações que permitem a suspensão temporária do cotidiano profissional.

O quarto princípio ao explicitar a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” soma-se aos demais princípios na recusa a abordagens liberais e formais, neste caso ao se tratar da democracia, extrapolando a concepção que apenas o direito de ir e vir, de votar e ser votado, não torna uma sociedade verdadeiramente democrática. Quanto à socialização da participação política defendida neste princípio, ao defender a socialização da propriedade privada e de toda a riqueza que é produzida devido a extração da mais-valia, também se faz em patamares elevados. Corroborando com os demais princípios, há uma defesa de uma nova ordem societal, um novo horizonte ético-político.

(...) sem dúvida que o código de ética, ao tratar da socialização da participação política, não se refere apenas as formas de participação dos institutos democráticos da ordem social vigente, que se sabe foram conquistadas na luta dos trabalhadores (alguns em oposição aos interesses burgueses, como os sindicatos), mas que encontram seus limites no interior da sociedade do capital. O código refere-se também e (principalmente) ao sentido mais radical a ser perseguido, o da socialização do PODER, intrinsecamente relacionado a socialização da propriedade e da riqueza, o que só pode ser alcançado em outra ordem social; daí que a democracia também vai alterando sua forma e conteúdo, para distinguir-se, ao final, da democracia liberal, teorizada no século XVIII por Locke e Montesquieu. (...) (TEIXEIRA, 2013, p. 56).

O próximo princípio “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” nos leva a questionar qual equidade e justiça podem ser alcançadas em uma sociedade de classes. Será uma equidade na distribuição das riquezas que são socialmente produzidas pela classe trabalhadora? Temos certeza, que essa não é a equidade e justiça que prevalece em uma sociedade de classes, marcada por antagonismos e interesses contraditórios. Boschetti (2013, p.65) enfatiza que a defesa da justiça social que norteia este princípio “não é a perspectiva de Jonh Rawls (1981), situada nos marcos da

democracia liberal burguesa, para quem a justiça social no capitalismo é possível, desde que bens e serviços sociais sejam canalizados para a superação das diferenças e desvantagens sociais”. Com isso, novamente percebemos que a luta pela expansão e universalização dos direitos é indispensável a nossa sociabilidade, porém não é suficiente para avançarmos na defesa de uma verdadeira emancipação humana, uma vez que

Os direitos sociais, por mais universalidade que possa alcançar, nos marcos de da sociabilidade capitalista, não são (e não serão) capazes de socializar a riqueza e romper com a lei do valor. Nesse sentido, não se assegura direta e automaticamente a emancipação humana e tão pouco superam a desigualdade (BOSCHETTI, 2013. p.68).

O “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” está intrinsecamente relacionado ao princípio do “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”, pois, ambos demarcam que os homens ao se relacionarem em sociedade constroem e reformulam valores e que nem sempre são apropriados a partir de um aparato crítico, corroborando para a compreensão preconceituosa acerca de algo que é tido como “diferente” a partir “da autoridade e da ordem; é o conhecimento trazido pela experiência prática, da qual participam não a razão teórica, mas as emoções, o empírico e a possibilidade de uma decisão diante de um fato moral.” (BARROCO, 2010, p. 73). Desta forma, o/a assistente social em seu exercício profissional deve ter o cuidado em não reproduzir preconceitos ou até mesmo reatualizar novas formas de discriminação contra os usuários, a equipe de trabalho e até mesmo dentro da categoria profissional, partindo do pressuposto que a mesma não é homogênea e apresenta diversidades que necessitam ser respeitadas.

Considero fundamental, para que nos aproximemos cada vez mais do empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, que estejamos atentos/as ao fato de que as supostas “diferenças” não estão num outro abstrato, situado sempre do outro lado da mesa ou do microfone. Somos uma profissão com um grande contingente de mulheres que vêm dos extratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, onde estão também os/as negros/as, índios/as, migrantes, moradores/as das periferias das grandes cidades, entre outros grupos socialmente discriminados. Somos uma profissão, como outras, genericada. Somos formados/as por uma maioria do gênero feminino, que é também o gênero que tem menor remuneração, menor apropriação da riqueza, menor participação nos lugares do comando, na política e maior participação

na pobreza e na violência de gênero em quase todo o mundo (ALMEIDA, 2013a, p.83).

Por conseguinte, a “Garantia do pluralismo, através do respeito as correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual” também perpassa pelo debate do respeito as diversidades, uma vez que conforme elucidamos no capítulo I, desde a gênese da profissão existiram e existem diferentes correntes profissionais que procuram explicar a profissão e a realidade social. Portanto, a defesa do pluralismo, conforme nos explica Netto (2008) não se confunde ou se mescla com o ecletismo e tampouco com uma suposta neutralidade, uma vez que não se trata de conciliar matrizes teóricas e filosóficas que são necessariamente inconciliáveis. Forti (2013) ratifica que a defesa do pluralismo

Significa o reconhecimento e a convivência de diferenças teórico-filosóficas e/ou ideopolíticas e alternativas operacionais que precisam ser respeitadas, sem que isso possa ser confundido com a ausência de explicitação de posição assumida e/ou justificativa para a falta de debate, uma vez que o posicionamento claro, a honestidade teórica e o debate são ingredientes indispensáveis para o convívio profissional e o aprimoramento intelectual (FORTI, 2013, p.95).

A “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” é uma das prerrogativas para o exercício profissional do/da assistente social a partir do desenvolvimento de ações profissionais de caráter individual e coletivo aliadas ao compromisso com a emancipação humana. Entretanto, assim como os demais princípios, os desafios que perpassam a sua efetivação não são poucos, uma vez que o cotidiano é um espaço propício ao desenvolvimento de ações imediatas, fragmentadas, repetitivas e burocráticas, corroborando para a manutenção da ordem societal vigente e com a reprodução e internalização de valores dominantes, dificultando nossas condições de realizar críticas contundentes ao modo de produção capitalista. Por conseguinte, faz se fundamental que o/a assistente social a partir de aparatos teóricos, ético e políticos consiga suspender momentaneamente o cotidiano, e “[...] ultrapasse a imediaticidade dos processos institucionais, das normas e rotinas que aparentemente forjam “as condições técnicas de acesso” da população aos direitos sociais e as quais o trabalho profissional deve se “pautar” (ALMEIDA, 2013, p.105).

As formas de dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero não são apenas manifestas na esfera privada das empresas – onde sobressai o trabalho

abstrato -, da família, das relações de vizinhança e comunitárias. Elas são reproduzidas também nas instituições que educam para o consenso a partir das políticas sociais organizadas pelo Estado, a partir dos mecanismos legais e burocráticos que fracionam os processos de trabalho institucionais nos quais se inserem os/as assistentes sociais. [...] os processos de trabalho escondem, sob a justificativa das competências técnicas, das normas, das rotinas e dos saberes institucionais e profissionais, mecanismos velados de manutenção de valores e posturas que reproduzem práticas de dominação não tão visíveis quanto aquelas que na dinâmica social já encontram suportes políticos e legais de denúncia e enfrentamento (ALMEIDA, Ney; 2013, págs.105-107).

Associado a este princípio, a “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores” revela um importante recurso/mecanismo para viabilizar a construção deste novo projeto societário a partir do acúmulo de forças para o enfrentamento da sociedade capitalista. Desta forma, é preciso que nossa categoria componha as lutas históricas da classe trabalhadora e as suas diversas formas de resistência, posto que também somos trabalhadores. Nessa direção, devemos nos colocar na luta não da classe trabalhadora, mas enquanto pertencentes à essa classe dada que esta é nossa condição.

Por fim, e não menos imprescindível que os demais princípios, o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” nos faz refletir sobre qual o conhecimento que este princípio assegura e requer dos/das assistentes sociais, uma vez que não se trata de qualquer conhecimento: é preciso refletir sobre a qualidade do conhecimento oferecido através de capacitações, cursos à distância, etc., pois esses espaços de troca e busca de conhecimento devem contribuir para um exercício profissional qualificado, crítico e comprometido com a defesa e consolidação do Projeto Ético-Político.

Há um tipo de formação que deforma: aquela que se limita ao treinamento na utilização de sistemas ou procedimentos, que visa orientar um passo a passo, nos moldes de muitas que se nos colocam na atualidade, que se limita a ensinar um fazer despido de significado social, que promove um empobrecimento da razão. O que significa que essa capacitação não vai além dos objetivos de atender as demandas do mercado, as metas de produtividade, a resolutividade imediata e paliativa, a emergencialidade da situação, ao controle da população. Não resta dúvida de que muitas profissionais secundarizam a qualificação e quando delas se aproxima é para conhecer a nova legislação, as normatizações dos programas e serviços que implementa, identificando-as com a teoria e limitando sua prática a observância da norma e da legislação e/ou a um conjunto de atividades desconexas entre si (GUERRA, 2013, p. 130-131).

A partir da citação de Guerra (2013) entendemos que o cerne do problema não está no aprimoramento técnico, no manuseio de sistemas e procedimentos, tendo em vista a importância da competência técnica para o exercício profissional em qualquer espaço sócioocupacional conforme ressaltamos ao explicitar o debate da dimensão técnico-operativa. Não obstante, o problema se encontra quando o aprimoramento técnico é descolado de uma utilização crítica dos meios e das finalidades que deveriam ser orientadas pelo Projeto Ético-Político. Sendo assim, a especialização técnica e todo o aprimoramento intelectual, conforme Guerra (2013), não deve servir apenas para uma sistemática atualização profissional, mas sim, habilitar os profissionais a realizarem críticas à racionalidade que está em uso na educação e à sua lógica mercadológica e tornarem componentes presentes no exercício profissional, auxiliando a coleta de informações sobre os usuários e o desenvolvimento de ações e projetos comprometidos com a classe trabalhadora. Ou seja, a defesa que fazemos da formação continuada e a constante busca por aprimoramento intelectual e técnico, consiste na possibilidade de realizar críticas contundentes aos desafios que perpassam o exercício profissional, extrapolando o discurso teórico e avançando em respostas coerentes com Projeto Ético-Político.

Após essa breve explicação sobre os princípios que compõem o código de ética profissional do/da assistente social, entendemos que as análises e compreensões sobre os mesmos necessitam extrapolar a abordagem ética e legal que orienta o nosso exercício profissional. Isto porque para além do seu componente ético, percebe-se que todos os princípios possuem uma dimensão política.

Dito de outro modo: nosso Código de ética, diferentemente do que é característica de todo código moral, não se constitui em uma pauta de dever ser, num documento jurídico-formal, mas em um projeto que tanto contempla os fundamentos teóricos-metodológicos que nos permitem uma leitura da realidade capaz de desvelar o significado social da profissão na nossa sociedade quanto carrega no seu interior um conjunto de princípios que explicita os valores que priorizamos e as forças políticas que reforçamos e atribuem, de maneira coerente, uma determinada direção teórico-prática que fazemos no nosso cotidiano (GUERRA, 2013,p.124).

Ao trabalharmos com a dimensão ética no âmbito do exercício profissional, não podemos desvinculá-la da atividade política, uma vez que é a partir desta interface entre a ética e a política que projetamos finalidades, visando atingir o caráter coletivo dos homens e pautando-se por uma sociedade justa, democrática, sem qualquer forma de exploração e opressão (IAMAMOTO, 2015). Nas palavras de Barroco (2010, p.50) a atividade política

necessita de uma projeção ideal do que queremos transformar, de um direcionamento e de estratégias, posto que,

implica projetos vinculados a idéias e valores de uma classe, de um estrato social ou de um grupo, donde sua vinculação com a ideologia como instrumento de luta política. Na sociedade de classes, a práxis política diz respeito ao enfrentamento teórico-prático das contradições, da luta de classes, se objetivando em face de relações de poder e de confronto coletivo.

O código de ética profissional possui um direcionamento ético e político e apenas a ênfase no seu caráter legal, como uma normatização, não é suficiente para a construção coletiva de uma nova ordem societal, conforme preconizam os seus princípios. Contudo, é necessário enfatizar que este é um processo de construção de uma nova sociabilidade é coletivo e demanda a participação de todos os sujeitos, não sendo atribuição dos/das assistentes sociais sozinhos alterarem substancialmente a realidade. Não atribuímos essa função à nossa categoria por algumas razões: primeiro, por entendermos que esta não é uma finalidade que será alcançada por uma única categoria profissional, por isso a necessidade de articular com os movimentos sociais e demais segmentos que compartilhem dos mesmos objetivos; e segundo, por questões objetivas e subjetivas que perpassam o exercício profissional do/da assistente social, que podem favorecer ou não a consolidação do Projeto Ético-Político.

Portanto, pensar em um exercício profissional comprometido com a dimensão ético-política nos exige competência teórico-metodológica, técnico operativa, e o compromisso com os valores e os princípios presentes no nosso Projeto Ético-Político.

E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p.226).

Importante enfatizar que o posicionamento ético-político defendido pela categoria profissional e expresso nos documentos normativos da profissão não se traduzem de forma imediata para o exercício profissional: a nós, não basta apenas dizer que possuímos um direcionamento ético-político no cotidiano profissional, uma vez que o mesmo pode estar pautado em valores e princípios os quais não estão em consonância com o nosso projeto profissional crítico. Diante disso, para Barroco (2009) é necessário que os profissionais através do “conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que

atribui a sua prática, bem como de uma postura renovada e qualificada, transcenda a mera cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido” (GUERRA, 2007, p. 12).

2.3 CARACTERÍSTICAS DA VIDA COTIDIANA: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Neste item procuramos relacionar as características próprias da vida cotidiana - heterogeneidade, imediatividade, espontaneidade, superficialidade extensiva, ultrageneralização, imitação, uso de analogias - com as particularidades que adquirem no cotidiano profissional dos assistentes sociais ao demandarem uma intervenção específica neste espaço, e as formas de suspensão temporária do cotidiano no exercício profissional. Portanto, concordamos com Guerra (2012, p.43) que “há uma relação intrínseca entre a dinâmica do cotidiano e uma modalidade de intervenção socioprofissional que requisita ações instrumentais”. Conforme veremos a seguir, o cotidiano requisita predominantemente uma racionalidade instrumental, isto é, vinculação imediata entre o pensamento e ação, respostas profissionais de forma imediata, espontânea, repetitivas, burocráticas, que corroboram para a indiferenciação entre o exercício profissional realizado pelo assistente social e um leigo, sem a devida formação profissional. Além desses elementos, a racionalidade instrumental se reduz a eficiência, eficácia e utilidade dos objetos e do ser humano, desconsiderando os princípios ético-políticos no alcance dos resultados esperados (GUERRA, 2014).

No cotidiano profissional do/da assistente social, a heterogeneidade se expressa nas diversas demandas que chegam para o Serviço Social: demandas imediatas, mediatas, explícitas, implícitas, requisições institucionais, etc. Devido a heterogeneidade das demandas para o Serviço Social é necessário distingui-las para dar respostas a elas pertinentes.

Em relação as demandas imediatas, que exigem uma resolutividade urgente, é importante o/a profissional não as perceba de forma isolada e fragmentada, mas que, com base no arsenal teórico-metodológico e ético-político da profissão compreenda, entre tantos elementos, os usuários enquanto sujeitos de direitos e o caráter coletivo embutido nas demandas imediatas que, embora respondidas na maioria das vezes de forma individual, possuem uma dimensão coletiva relacionando-se com os interesses da classe trabalhadora. Sobre as demandas implícitas, os usuários não as verbalizam quando procuram o assistente social, talvez porque naquele momento outras demandas sejam de maior relevância no entendimento desses sujeitos e/ou porque não são percebidas por eles no imediato. Sendo assim, cabe ao/a assistente

social através da escuta qualificada e com base em uma análise teórica-crítica identificar as expressões da questão social que não foram reveladas, mas que os usuários as vivenciam cotidianamente.

As requisições institucionais, apesar de não serem trazidas pelos nossos usuários, mas sim pelos nossos empregadores, constituem esse universo heterogêneo, e por vezes não coincidem com as nossas competências e atribuições privativas conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (nº8.662/1993). No entanto, conforme afirma Vasconcelos (2015) existem requisições institucionais que podem ser utilizadas em prol dos interesses dos usuários, desde que o/a profissional identifique, priorize e defina quais são essas requisições e como dar respostas a elas tendo como eixo condutor as finalidades e os objetivos das ações profissionais a partir da defesa intransigente dos interesses e direitos da classe trabalhadora. Desta forma,

[...] a questão que se põe aos assistentes sociais que tomam como referência o projeto profissional é de forma propositiva e criativa construir as condições necessárias para dar respostas qualificadas às demandas dos trabalhadores/usuários, sem deixar de dar as respostas necessárias às requisições institucionais, já que estas é que legitimam a existência da profissão na sociedade do capital (VASCONCELOS, 2015, p.530).

No âmbito do exercício profissional identificamos também a espontaneidade quando o mesmo se reduz a cumprir “rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição” (GUERRA, 2012, p.45). Aliada à espontaneidade, temos a presença da imediatividade no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais⁷⁸, que dificulta as conexões e mediações entre aparência, fenômeno e essência, bem como, uma relação imediata entre pensamento e ação, dificultando uma ação profissional vinculada ao Projeto Ético-Político profissional. Ou seja, o pragmatismo se torna uma característica que permeia o exercício profissional (GUERRA, 2013), a partir da existência de uma vinculação imediata entre o ato de

⁷⁸Conforme desenvolvemos no início deste item, existem demandas que necessitam de respostas imediatas como por exemplo, uma família que procura o CRAS solicitando uma cesta básica, sendo este o único meio de ter sua alimentação e de sua família garantida, ou em casos de saúde também em que os usuários procuram as unidades de saúde em busca de serviços assistenciais, principalmente em casos de urgência e emergência. Contudo, nesses casos para além do atendimento imediato é necessário, outras questões podem ser trabalhadas posteriormente como o desenvolvimento de ações preventivas e de promoção da saúde, e no exemplo supracitado sobre a doação de cestas básicas, o profissional pode aproveitar este espaço para orientar os usuários sobre os seus direitos sociais e buscar o fortalecimento de vínculos entre usuário e profissional de Serviço Social.

pensar e a realização das ações, “que não se manifesta com profundidade, amplitude ou intensidades especiais” (HELLER, 1989, p.31).

Sendo assim, a partir das análises de Guerra (2013) as atitudes pragmáticas fazem parte da relação imediata entre teoria e práxis e estão presentes na profissão no âmbito do exercício profissional a partir das demandas e repostas profissionais, na racionalidade específica para a compreensão da realidade e na relação entre teoria e prática. Ou seja, no nível do exercício profissional, a presença do pragmatismo se faz cada vez mais presente através do desenvolvimento de ações imediatas que contribuem para uma prática irreflexiva, corroborando para a afirmação do jargão “na prática a teoria é outra”.

Constatamos que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas (GUERRA, 2013, p.42, grifos nossos).

Conforme a citação anterior, um dos componentes do pragmatismo presentes no exercício profissional é a separação entre teoria e prática, na qual os profissionais entendem que a experiência⁷⁹ profissional deve ser a única responsável por orientar as suas ações profissionais, dando menor relevância aos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos que constituem a profissão, dificultando desta forma, análises críticas sobre a realidade social devido à ausência de articulação entre teoria e prática. Coelho (2013, p.15) expõe que quando o/a profissional utiliza apenas de sua experiência cotidiana, da certeza sensível, o exercício profissional é guiado pelos “sentidos e aparece sempre como a experiência do próprio sujeito, o sujeito como indivíduo que toma o objeto em sua singularidade e, nesta relação o objeto aparece como essencial”.

Provavelmente, a fala do assistente social que desenvolve o seu fazer profissional guiado pela certeza sensível – pela experiência que se atém ao aqui e ao agora-, que mais denote a verdade instaurada exclusivamente pela

⁷⁹ A terminologia experiência utilizada neste trabalho não se assemelha ao conceito de experiência histórica desenvolvido por Edward Thompson em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* e aos estudos desenvolvidos pelo filósofo alemão Walter Benjamin acerca da teoria da experiência em *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

experiência do próprio sujeito como o mais rico e pleno conhecimento, seja a proferida frase *na prática a teoria é outra*. A teoria é outra não no sentido de que uma outra lógica ou racionalidade esteja presente no espaço sócio-ocupacional, mas porque o conhecimento válido é aquele que advém de sua experiência como sujeito singular que anuncia a verdade de um objeto singular. É ele, o profissional que sabe o seu fazer, conhece o aqui e o agora desse fazer, as dificuldades que encontra para responder as exigências cotidianas. Para esse profissional, a verdade passa a ser o seu discurso assentado na certeza sensível, a automanifestação do próprio sujeito (COELHO, 2013, p.15).

Santos (2006) aborda a relação entre teoria e prática apresentando elementos que ao longo dos anos contribuíram para o entendimento errôneo desta relação, bem como a dificuldade dos assistentes sociais em compreender essa relação dialética entre teoria e prática. O primeiro elemento destacado pela autora é acreditar que *teoria de ruptura é igual à prática de ruptura*, isto é, o Serviço Social na década de 1970 valeu-se da teoria social de Marx para romper com o conservadorismo. Todavia, a utilização desta teoria, não é algo que imediatamente se transpôs para o nosso exercício profissional na forma de uma *prática de ruptura*.

Disso posso inferir que a competência teórica é indispensável para a formação profissional, mas ela sozinha não habilita para a intervenção. Sem essa formação teórica adequada, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto ser a teoria que vai oferecer o significado social da ação, suas implicações e rebatimentos nas ações do outro, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum, rompendo, inclusive, com a visão de neutralidade dos instrumentos e técnicas. Todavia, a teoria está no nível da “possibilidade”, isto é, pode-se ter clareza teórica e metodológica, mas não do ponto de vista operativo, da qualificação e da habilidade para operacionalizar. (SANTOS, 2006, p.142)

O segundo equívoco é a centralidade que atribuem à prática, deixando em segundo plano a teoria, como se a mesma fosse construída a partir da sistematização do exercício profissional. Teoria e prática nesta concepção seriam aspectos dissociados, sem unidade. “Dessa forma, é consagrada a afirmativa “na prática a teoria é outra”, mas não de forma “acusativa” e sim com um tom de “conformação”, em que a prática seria mais importante que a teoria” (SANTOS, 2006, p.112).

Em ambas as assertivas há uma redução dos tipos de conhecimento a um único: o teórico – conhecimento é sinônimo de conhecimento teórico – e entre prática social e prática profissional – prática profissional é igual a prática social (SANTOS, 2006, p.113).

E por fim, o último equívoco elencado por Santos (2006) consiste no entendimento de que a teoria marxista não é capaz de nos instrumentalizar para a ação. Essa compreensão errônea é bastante similar à primeira, entendendo que a teoria é algo que se aplica na prática e por conseguinte os instrumentos e técnicas seriam criados e extraídos diretamente de uma teoria.

A teoria é reduzida a algo que se “encaixa na prática” e a prática social é reduzida à prática profissional que, por sua vez, é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção. Mas, já que a teoria não está se transformando em prática, considera-se que o mais importante, então, seja a prática (SANTOS, 2006, p.113).

A autora defende que embora teoria e prática sejam momentos distintos, elas possuem uma relação dialética, compõe uma totalidade e uma relação de unidade na diversidade. Ao consagrar essa frase *na prática a teoria é outra*, os/as assistentes sociais estão fazendo apenas o que Marx (2011) denominou de *caminho de ida*⁸⁰ - que seria uma representação caótica sobre o todo, sem realizar o *caminho de volta*, identificando as particularidades, singularidades e universalidades da realidade. Desta forma, conforme estamos desenvolvendo nossas argumentações, o cotidiano por ser uma esfera propícia à alienação a partir das suas características, faz-se imprescindível que os/as assistentes sociais possuam conhecimento sobre o que é uma teoria e o seu papel no exercício profissional⁸¹ no sentido de evitar essa dicotomia entre teoria e prática, que impõe limites a um exercício profissional crítico, de qualidade e orientado pelo Projeto Ético-Político.

Ao apreenderem as mediações entre a esfera do cotidiano, na qual prevalece o imediato, e as demais esferas do ser social, sobretudo a econômica e a política, os assistentes sociais vinculados à perspectiva histórico-crítica desmistificam o caráter apostolado da profissão e a sua funcionalidade à ordem burguesa no controle sociocultural, econômico e ideológico da classe trabalhadora, explicitam as possibilidades e os limites do exercício profissional (COELHO, 2013, p.118).

⁸⁰Marx (2011) em sua obra *Grundrisse*, expõe os princípios mais gerais da sua forma de conhecer o objeto, esclarecendo que se partíssemos da população como uma representação imediata da totalidade, teríamos uma visão caótica do todo, sendo necessário fazer o caminho de volta, para compreendermos a população como uma totalidade de muitas determinações. Para maiores informações Cf. Marx, 2011.

⁸¹ É importante que a categoria profissional compreenda que apenas a teoria não modifica o real imediatamente, pois é necessário um conjunto de mediações para transformar a realidade (SANTOS, 2006) a partir da teoria social de Marx.

Outra característica do cotidiano que é frequentemente presente no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais é a ultrageneralização, que consiste na utilização da experiência vivenciada em situações anteriores para manipular variáveis presentes no universo dos usuários. Entretanto, aliada a juízos provisórios, a ultrageneralização pode inviabilizar a compreensão dos procedimentos teórico-metodológicos e ético-políticos que são fundamentais para a realização de ações em defesa da garantia dos direitos sociais, visto que se pautam no pressuposto de que tanto as situações apresentadas pelos usuários quanto as respostas a elas dadas podem ser revalidadas para todos os outros casos, o que nega a dialética, os processos históricos e sociais, e até mesmo a singularidade de cada indivíduo. (GUERRA, 2012).

A superficialidade extensiva refere-se ao modo como encaminhamos as demandas que estão postas no cotidiano, o que muitas vezes acontece de forma superficial, uma vez que a preocupação central é conseguir responder todas as demandas em sua extensão, o que inviabiliza ações contínuas a partir de um processo reflexivo (GUERRA, 2012).

Outra característica do cotidiano que pode estar presente no exercício profissional dos/das assistentes sociais é a imitação. A ação profissional passa a ser balizada pelo conhecimento de situações anteriores e pelas experiências que deram certo. Posto isso, o problema reside em conseguir “deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes” (HELLER, 1989, p.36). É importante ter clareza de que as ações repetitivas⁸² também possuem um grau de consciência e nem sempre a sua repetição é algo prejudicial ao exercício profissional, pois se pode repetir o que funciona. Contudo, a mera repetição das atividades inviabiliza a criação de algo novo frente a determinadas situações e necessidades que possam surgir. Isso porque, em grande maioria, essa repetição é feita de forma mecânica, sem refletir a sua adequação, sem ter um grau de consciência neste processo.

Por fim, o uso de analogias no exercício profissional, consiste na busca por “categorizar e tipificar os objetos, sujeitos e processos sociais por comparação entre as semelhanças e as diferenças” (GUERRA, 2012, p.51). Porém, o uso de analogias pode se transformar em preconceito e inibir o conhecimento sobre qualquer outra característica que ultrapasse o juízo provisório. O uso de analogias abre a possibilidade para o uso dos precedentes e essa utilização pode ter efeitos negativos para o exercício profissional quando a sua utilização impede que o/a

⁸² Heller (1989) acredita que essa repetição desenfredda das atividades está interligada com os hábitos que os homens adquiriram para sobreviver em sociedade. O hábito é definido pela autora como “determinados tipos de ações, tipos de decisões, modos de comportamento e modos de pensar apareçam como totalmente naturais, que sua prática não é posta em discussão” (1989, p. 47).

assistente social vislumbre novas possibilidades de intervenção e a busca pelo desvelamento do real.

Ora, uma coisa é o assistente social conhecer o estado da reflexão e da produção teórica a respeito da situação na qual ele se encontra, dos objetos sobre os quais sua ação incide, conhecer a experiência e os estudos anteriores, outra coisa é considerar as experiências precedentes como modelo para a intervenção na realidade daquele momento histórico (GUERRA, 2012, págs.51 e 52).

Conforme mencionado, o cotidiano profissional do/da assistente social é atravessado pelas determinações fundamentais da cotidianidade e, por isso, constitui-se em um espaço propício para o desenvolvimento de práticas alienadas, repetitivas, burocráticas, encaminhamento das demandas de forma superficial devido à necessidade de responder aos fenômenos na sua extensão e uma distanciamento entre elaboração e intervenção profissional, fortalecendo a concepção de que não importam os meios desde que se cheguem aos fins planejados.

No entanto, as determinações fundamentais da cotidianidade podem ser suspensas temporariamente no exercício profissional através de um conjunto de mediações que existem no cotidiano, mas que “permanecem ocultas pela aparência imediata dos fatos, dadas a espontaneidade e a rapidez com que são apreendidas e a forma como se manifestam no âmbito da alienação” (BARROCO,2010, p.38). Conforme elucidamos no capítulo I, a categoria mediação “tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da totalidade”, isto é, o real não se restringe a esfera do imediato, do que visualmente conseguimos enxergar com prontidão, partimos do real para desvendar a suas particularidades, singularidades, a partir de uma compreensão totalizante e não fragmentária da realidade (PONTES, 2002, p.81). Partindo desta compreensão, pontuamos que no exercício profissional do/da assistente social existe um conjunto de mediações que nos permitem essa suspensão, tais como: a utilização de um método de compreensão da realidade que permita identificar as suas contradições, particularidades e singularidades; a articulação entre as três dimensões constitutivas do exercício profissional (técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política); a ética enquanto uma ação que pode vir a alterar o cotidiano a partir de valores e princípios que objetivam a emancipação humana e uma postura investigativa diante do cotidiano/realidade que se coloca para os/as assistentes sociais.

Sobre o método que propicia a compreensão da realidade, entendemos com veemência que este deva estar pautado nas indicações contidas na obra de Marx sobre a forma de pesquisar e investigar. O autor defende que o sujeito/pesquisador deve se aproximar do objeto para conseguir se apropriar das suas características: “Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento, [...] começa-se pelo real e pelo concreto” e com o avanço progressivo das análises e sucessivas aproximações “chega-se a conceitos, abstrações que remetem a determinações mais simples” (NETTO, 2009, p.684).

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. [...] quanto mais avança na pesquisa, mais descobre determinações – conhecer teoricamente é (para usar uma expressão cara ao Professor Florestan Fernandes) saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas –, Marx não opera com definições. Na “viagem em sentido inverso”, as “abstrações mais tênues” e as “determinações as mais simples” vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir (no plano do pensamento) as múltiplas determinações que constituem o concreto real (NETTO, 2009, p.692).

Ou seja, o método presente na teoria social de Marx possibilita uma atuação crítica capaz de transpor a aparência das demandas imediatas que chegam para o/a assistente social e exigem resolutividade rápida e possibilita identificar as demandas dos usuários, da instituição empregadora e construir respostas profissionais, entre outras inúmeras possibilidades a partir da utilização de mediações no cotidiano profissional. Desta forma, podemos inferir que a mediação neste processo de suspensão momentânea do cotidiano permite uma maior compreensão do objeto para além da sua aparência, compreendendo as suas determinações e características.

Continuando a exposição e argumentação sobre a suspensão momentânea do cotidiano, identificamos que Heller (1989) desenvolve as suas análises concebendo a ética como uma atividade que propicia a elevação do homem a condição de humano-genérico. Porém, quando essa função crítica deixa de ser um componente essencial, a ética pode contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de estruturas alienadas, juízos de valores sobre a realidade, reforçar a ideologia dominante, bem como, os projetos societários conservadores.

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder as suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades

de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes (BARROCO, 2010, p.55).

A ética materializa-se no cotidiano a partir das escolhas que os indivíduos realizam diante das alternativas que estão postas na sociedade, utilizando-se da consciência e da liberdade. Logo, uma reflexão ética “orientada por pressupostos sócio-históricos e dirigida a valores emancipatórios é consciente de seus limites objetivos na sociedade burguesa, mas pode contribuir para a ampliação de uma consciência social é crítica” (BARROCO, 2010, p.94).

Como conhecimento crítico, pode contribuir para o desvelamento da moral dominante, de suas contradições, das normas abstratas, da coisificação das motivações éticas, no sentido de identificar os fundamentos históricos da alienação moral e apontar estratégias de enfrentamento ético-político das condições adversas do presente, orientadas por uma projeção do amanhã (BARROCO, 2010, p.94).

No que tange a articulação das dimensões constitutivas do exercício profissional, consideramos que a sua importância para a suspensão temporária do cotidiano reside na possibilidade de romper com ações e respostas profissionais fragmentadas e despolitizadas, pois “a articulação consciente entre essas dimensões conduz a um exercício profissional crítico, inserido na perspectiva de totalidade” (MOLJO; MENDES, 2016, p.271). Portanto, para realizar ações que não possuam apenas o caráter imediato, burocrático e instrumental, é necessário lançarmos mão de um arsenal teórico-metodológico e ético-político que nos permita vislumbrar novas possibilidades de intervenção frente à realidade posta, entendendo os limites e possibilidades que perpassam o cotidiano profissional.

Sobre a dimensão investigativa como uma das mediações existentes para a suspensão temporária do cotidiano, de acordo com Moljo e Mendes (2016), compreendemos que ela faz parte do cotidiano profissional – espaço riquíssimo de informações e para desenvolvê-la é necessário um olhar crítico sobre a realidade em busca de desvendar os seus múltiplos processos.

Esse olhar crítico está embasado numa forma de conceber o mundo e agir sobre ele, embasado numa matriz de pensamento que guiará todo o processo de apreensão da realidade e de intervenção nela. Essa dimensão é fundamental para o exercício crítico, mas isto não quer dizer que necessariamente se traduzirá numa pesquisa (MOLJO; MENDES, 2016, p.276).

É preciso ressaltar que as autoras destacam que a pesquisa científica não deve ser confundida com a dimensão investigativa da profissão, devido ao rigor teórico-metodológico que permeia todo o processo da produção de pesquisas científicas, desde a escolha dos instrumentos e técnicas, o desenvolvimento da pesquisa e posteriormente a sistematização de todas as informações obtidas. Todavia se a dimensão investigativa “for bem incorporada como uma dimensão constituinte do exercício profissional” pode vir a propiciar uma “primeira sistematização do conhecimento, favorecendo a pesquisa e a produção do conhecimento” (MOLJO; MENDES, 2016, p.275).

Corroborando com esse debate, Bourguignon (2007, p. 49) resalta que a existência da tradição em pesquisas está ligada ao âmbito acadêmico, especificamente, nos cursos de pós-graduação, onde se acredita que a produção de conhecimentos é competência dos docentes e discentes que compõem este espaço, o que acaba por inviabilizar iniciativas que preparam os profissionais para, de fato, se tornarem pesquisadores, ou seja, “romper com a dicotomia prática profissional versus pesquisa científica é o desafio que se coloca a profissão”, processo este que é mediado pelo próprio movimento dialético da realidade. Neste sentido, a autora reflete sobre a importância da produção de conhecimentos como um elemento que pode vir a potencializar mudanças na realidade através da mediação do trabalho, entendendo-o como “umas das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade” (BOURGUIGNON, 2007, p.49).

Para Bourguignon (2007), um dos desafios da pesquisa em Serviço Social consiste no retorno do conhecimento que está sendo produzido na academia, ou seja, na ultrapassagem dos resultados da pesquisa para além dos muros da universidade para que o profissional consiga fazer o “caminho de volta”, porque não basta apenas produzir conhecimentos, pois devemos nos preocupar também com o retorno e alcance social de nossas produções, reafirmando o nosso compromisso com a classe trabalhadora.

Através do conhecimento produzido, é preciso refletir sobre os impactos gerados na realidade social, em que o Serviço Social intervém. E o impacto, no contexto da pesquisa, refere-se às dimensões das transformações e mudanças operadas na profissão, nas condições materiais de existência dos sujeitos/ usuários, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações em que o profissional atua, tendo como mediação o acúmulo de conhecimentos produzidos pela profissão (BOURGUIGNON, 2007, p.52).

Diante do exposto, por entendermos que é no espaço da formação profissional através do momento inicial da graduação, que o corpo discente pode vir a ter os primeiros contatos com

a pesquisa e desenvolver uma dimensão investigativa, as instituições formadoras devem ter responsabilidade e seriedade em relação a produção de conhecimentos, bem como docentes qualificados e que não necessariamente precisam ser professores de disciplinas específicas que trabalhem apenas a temática da pesquisa e concomitantemente, a dimensão investigativa (SETUBAL, 2007).

Ao se asseverar que todos os professores tenham capacidade para desenvolver pesquisa, e que assumam esse processo como parte do seu fazer profissional como docente, não se tem a pretensão, pelo contrário se considera abominável, de defender a postura de que todos os docentes, por terem a titulação de mestre e de doutor, estejam aptos a assumirem as disciplinas de pesquisa. Estas têm especificidades que vão além da mera transmissão dos conhecimentos da metodologia da pesquisa, pois exigem uma identificação profunda com a produção do conhecimento, um apaixonamento com a prática, a vivência, a maturidade intelectual, o conhecimento do curso e das discussões presentes no Serviço Social e na sociedade (SETUBAL, 2007, p.70).

Nesse contexto, a dimensão investigativa precisa estar atrelada a formação profissional em sua totalidade e não apenas em oficinas e laboratórios que discutam essa temática, haja vista que esta tarefa não deve ficar a cargo de uma ou de poucas disciplinas, mas sim perpassar todos os conteúdos trabalhados ao longo da graduação, devido à importância de questionar, refletir e problematizar sobre os múltiplos aspectos que compõem a realidade. Além de ser algo inerente à formação profissional dos assistentes sociais, a dimensão investigativa pode se constituir como uma importante mediação no exercício profissional frente as demandas que chegam para o Serviço Social. Desse modo, uma postura investigativa não está restrita apenas ao âmbito acadêmico.

Para Guerra (2009, p.703) a dimensão investigativa é um “elemento constitutivo do trabalho profissional, como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado”, estando prevista na lei de regulamentação da profissão através do seu inciso VII do artigo 4º, sendo competências do assistente social “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”, devendo ser construídas a partir de subsídios teóricos, éticos e políticos que norteiam a nossa profissão (CFESS, 2011, p.45).

Iamamoto (2015) também destaca a relevância da dimensão investigativa presente no cotidiano profissional do/da assistente social, uma vez que “o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos poderá alimentar ações inovadoras, capazes de proporcionar o atendimento as efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados”

(IAMAMOTO, 2015, p.200). Esta dimensão permite-nos a crítica do cotidiano profissional, o desenvolvimento de ações profissionais comprometidas com a classe trabalhadora e em consonância com o Projeto Ético-Político, a identificação da correlação de forças existentes na instituição empregadora, das condições de trabalho, da natureza das demandas que chegam para o Serviço Social e o seu entendimento como expressões da questão social produzidas pela contradição entre capital e trabalho. A dimensão investigativa

[..] questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão. (GUERRA, 2009, p.16)

Diante disso, o profissional precisa ter conhecimento do que seja a dimensão investigativa, quais as implicações ao se ter uma postura investigativa, “como” e “para quem” o conhecimento oriundo desta ação será utilizado, entendendo que o nosso exercício profissional possui implicações éticas e políticas e que não basta apenas conhecer a realidade, pois precisamos utilizar todo o conhecimento teórico atrelado à dimensão ético-política da profissão para que possamos expandir direitos, fortalecer e construir novas frentes de trabalho.

É necessário que as respostas profissionais para as demandas que surgem no cotidiano profissional sejam planejadas, refletidas e não encaminhadas de forma superficial, imediata e espontânea, sobretudo que o assistente social as trabalhe de forma coletiva, ultrapassando a dimensão individual como se fossem um fenômeno isolado. O planejamento das ações e respostas profissionais contribuem para a apropriação crítica e reflexiva do cotidiano profissional e um exercício profissional mediado pelo Projeto Ético-Político.

Ao longo deste capítulo desenvolvemos análises sobre as características do cotidiano que conforme Heller (1989) é o espaço que o homem nasce e desenvolve todas as suas habilidades e capacidades. É neste mesmo espaço que temos a presença de características como a heterogeneidade, a imediatividade, superficialidade extensiva, imitação, analogias, entre outras que dificultam que os indivíduos se tornem humano-genérico. Devido às múltiplas ações desenvolvidas pelo homem no cotidiano, é impossível que todas elas sejam feitas com a mesma intensidade e também desvincular-se inteiramente do cotidiano, ainda que seja possível fazer a suspensão momentânea do cotidiano através de mediações e novamente voltar a ele com uma visão ampliada, crítica e, conseqüentemente, diferenciada da visão anterior.

Posteriormente, apresentamos a compreensão sobre o significado sócio-histórico do Serviço Social e as suas determinações em uma sociedade de classes. Partimos da linha argumentativa de Yamamoto (2015) ao situar a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho enquanto um ramo de especialização do trabalho coletivo e o assistente social – um trabalhador assalariado que necessita vender a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência. Desta forma, o exercício profissional é polarizado por interesses de classes sociais antagônicas, sendo que, conforme explica Yazbek (2009, p.5) “não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação” e também pela relação de compra e venda da força de trabalho do assistente social. Embora existam esses tensionamentos, é possível afirmar que o profissional dispõe de uma autonomia relativa na condução do seu exercício profissional, uma vez que o projeto profissional no qual a profissão se vincula e defende atribui um direcionamento ético-político para as ações profissionais que contribuem para o enfrentamento e a criação de novas formas de resistência aos ditames da sociedade capitalista.

Em seguida, argumentamos sobre as dimensões constitutivas do exercício profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, partindo do mesmo entendimento presente nas diretrizes curriculares aprovadas em 1996 que concebe o exercício profissional como uma totalidade composta por uma unidade dialética entre essas três dimensões. A relação de unidade na diversidade das dimensões significa dizer que elas estão interligadas, se complementam e apresentam especificidades, e no âmbito do exercício profissional quando compreendidas desta forma, possibilita o desenvolvimento de ações e respostas profissionais alinhadas com a defesa da direção social presente no Projeto Ético-Político.

Por fim, no último item, associamos as determinações da cotidianidade e as implicações para o exercício profissional do assistente social, bem como as possibilidades de suspensão do cotidiano a partir das argumentações de Lukács ao enfatizar que existem objetivações superiores como a arte, o trabalho não alienado, portanto criador e a ciência que permitem a suspensão temporária do cotidiano. Essas objetivações superiores diferem das objetivações necessárias à reprodução dos homens, tais como os hábitos e o desenvolvimento da linguagem, e das objetivações que são construídas na sociedade capitalista conforme afirma Heller (1989), uma vez que os indivíduos se reproduzem na vida social a partir das funções e posições ocupadas no âmbito da divisão social do trabalho. Sendo assim, a arte, ciência e o trabalho criador são diferentes das demais esferas cotidianas por terem autonomia e legalidade próprias (NETTO, 1987).

Consideramos assim, mediante as reflexões aqui apresentadas, que estas constituem em um ponto de partida necessário para o processo de formulações teórico-metodológicas a serem realizadas para que possamos conhecer as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Juiz de Fora/MG. Sem a pretensão de esgotar o debate sobre o tema, fizemos aproximações a este objeto de estudo no claro intuito de subsidiar as nossas reflexões e as análises sobre os dados coletados na pesquisa de campo que apresentaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG: ANÁLISE REFLEXIVA A PARTIR DAS POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Neste capítulo buscamos refletir sobre a política de assistência social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que institui a assistência social como componente do tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social. Abordar a política de assistência social a partir da década de 1990 significa reconhecer os avanços em relação ao seu entendimento enquanto política pública, a partir do arcabouço legal que a reconhece como uma política de seguridade social, não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado em provê-la, diferentemente de práticas, filantrópicas, assistencialistas e fragmentadas, que por décadas constituíram a assistência social no país. Entretanto, é preciso demarcar os inúmeros desafios para a sua afirmação enquanto direito daqueles para quem dela necessitar, devido à implementação do neoliberalismo no país e ao desmonte dos direitos sociais - vivenciados na atualidade de forma mais contundente com o governo ilegítimo de Michel Temer⁸³ -, o que conforma o primeiro item deste capítulo.

Posteriormente, apresentamos o desenvolvimento da política de assistência social no município de Juiz de Fora/MG- lócus da nossa pesquisa de campo, demarcando os principais limites e desafios ao se ter uma associação sem fins lucrativos, especificamente, a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) gerindo e executando os serviços de Proteção Social

⁸³ Michel Temer assumiu a Presidência da República de forma definitiva no dia 31 de agosto de 2016 após a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff pelo Senado Federal.

Básica e Especial no município, o que pode vir a inviabilizar o desenvolvimento e efetivação da política de assistência social enquanto política pública, direito de cidadania e dever do Estado.

E por fim, apresentaremos a pesquisa de campo realizada a partir de entrevistas com 16 assistentes sociais que atuam na política de assistência social no município, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's). Para a apresentação e problematização das informações obtidas com a pesquisa de campo, optamos por desenvolver subitens a partir do entendimento dos componentes que podem expressar o Projeto Ético-Político, na direção das reflexões realizadas no primeiro capítulo desta dissertação.

3.1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Devido ao nosso objeto de estudo se relacionar diretamente com a política de assistência social, especificamente a proteção social básica realizada a partir das ações do Estado, retomamos neste item algumas características desta política a partir da Constituição Federal de 1988 que marcou seu desenvolvimento enquanto política pública, diferenciando-a do seu ranço histórico cujas ações no âmbito da assistência social⁸⁴ se davam pela perspectiva da caridade, filantropia, benesse, favor e clientelismo⁸⁵. No entanto, apesar de demarcarmos o nosso ponto de partida para discorrer sobre a política de assistência social, é importante retornar brevemente alguns aspectos das políticas sociais no Brasil e a sua articulação com a política econômica, a intervenção do Estado e a luta de classes.

De acordo com Behring e Boschetti (2011) as políticas sociais são respostas e formas de enfrentamento por parte do Estado e das classes dominantes para intervir sobre as expressões da questão social. Suas primeiras ações ocorreram na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, mais precisamente em sua fase tardia.

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas’) que a ‘questão social’ se põe como alvo de *políticas sociais* (NETTO, 2001, p.29).

⁸⁴ Para maiores informações Cf. Mestriner (2011) e Oliveira (2005).

⁸⁵ Isto não significa que estes traços tenham sido eliminados por completo do âmbito da assistência social, posto que são constituintes das relações sociais que conformam a formação sócio histórica brasileira. Contudo, a instituição da assistência social enquanto política modifica completamente seu estatuto e representa grande avanço.

As políticas sociais que garantem os mínimos sociais foram incorporadas pelo capital como forma de garantir e legitimar a dominação entre a classe trabalhadora e assegurar a manutenção da força de trabalho. Porém, elas também são resultantes da luta de classes, ou seja, não se trata apenas de enxergá-las como concessão por parte do Estado, mas também como fruto da organização e mobilização do conjunto da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Além disso, é preciso compreender que as políticas sociais são mecanismos que propiciam o consumo e a circulação de capital; auxiliam também na reprodução da força de trabalho, já que, em geral, o salário pago ao trabalhador não é suficiente para assegurar as suas necessidades de sobrevivência e de sua família. Entretanto, as políticas sociais não devem ser entendidas apenas por esse ângulo de leitura, uma vez que são permeadas por contradições, e essas podem vir a possibilitar alguns avanços e conquistas para o conjunto da classe trabalhadora, “quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.38).

Nessa perspectiva, o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.43).

O surgimento das políticas sociais⁸⁶ nos países de capitalismo central e aqueles de capitalismo dependente e periférico não datam de um mesmo período histórico, uma vez que existem elementos como o desenvolvimento das forças produtivas, correlação de forças com o Estado e a organização da classe operária que incidem diretamente sobre a emergência dessas ações. Portanto, no Brasil, um dos países em que o capitalismo se consolidou tardiamente, as

⁸⁶ De acordo com Behring e Boschetti (2011) as políticas sociais podem ser divididas em três fases: a primeira fase: a lei dos pobres – que servia para retirar os pobres das ruas e só recebiam assistência aqueles comprovadamente pobres, de modo o que a questão social era entendida como vagabundagem e se fazia presente o caráter repressivo e punitivo do Estado diante dessas pessoas empobrecidas. A segunda fase, refere-se aos seguros sociais compulsórios, eles não eram universais e necessitavam da contribuição do trabalhador. Os seguros sociais passaram a ter reconhecimento legal, devido à mobilização e organização da classe trabalhadora. E por fim a terceira fase é a seguridade social, onde se gesta na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. Nesta fase temos o enfraquecimento das bases de sustentação do liberalismo, onde pregava que o indivíduo por si só era capaz de sobreviver. Logo a seguridade social diz respeito a direitos concedidos pelo Estado, sendo que esses só tornaram possíveis a partir do “pacto” entre o Estado, o capitalismo e os trabalhadores. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

primeiras ações relacionadas às políticas sociais não acompanharam o mesmo período histórico dos países de capitalismo central (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78).

No Brasil, a proteção social apresenta como características a vinculação com o trabalho⁸⁷ - onde somente aqueles que possuíam empregos com carteira assinada tinham o direito à proteção social pública; a lógica do direito é substituída pela incorporação do favor e a presença da estratificação para definir os setores que conseguiam alguns benefícios, sendo esses setores estratégicos para o bom andamento da economia. Somente na década de 1960 que a seguridade social obteve pequenos avanços no que se refere à tentativa de unificar os serviços de previdência e assistência e a incorporação das domésticas e dos trabalhadores rurais ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Entretanto, é apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a assistência social adentra o tripé da seguridade social juntamente com a previdência social e a saúde, e pela primeira vez na história deste país, a assistência social se eleva ao patamar de política pública, responsabilidade do Estado e um direito para quem dela necessitar. A Constituição Federal de 1988 ao reconhecer a assistência social como integrante da seguridade social, “realiza a passagem, ainda que nos limites do texto legal, do universo das ações eventuais de ajuda para a órbita do direito e da responsabilidade do Estado” (RAICHELIS, 1998, p. 161).

No entanto, apesar dos avanços com a Constituição Federal de 1988, no que se refere ao reconhecimento de direitos presentes nas legislações, a década de 1990 representou um período de contradições para a efetivação das políticas sociais diante da desconstrução desses direitos em um contexto de implementação do projeto neoliberal. Desta forma, somente em

⁸⁷ Um bom exemplo que elucida essa vinculação da proteção social com o trabalho é a criação em 1933 dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, onde esses eram destinados aos trabalhadores que possuíam carteira assinada, ou seja, esses institutos se estruturavam de acordo com Santos (1989) em uma *cidadania regulada*: “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1989, pág. 68).

1993 é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social⁸⁸ (LOAS) a fim de materializar a política de assistência social a partir de princípios e diretrizes que explicitam a universalidade⁸⁹ dos direitos sociais, especificamente os direitos no que se refere ao atendimento das necessidades sociais da população brasileira a partir de benefícios e serviços de qualidade, descentralização político-administrativa, participação popular, e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

[...] as transformações societárias resultantes das mudanças nas relações entre capital e trabalho, do avanço do neoliberalismo enquanto paradigma político e econômico globalizado vão trazer para o iniciante e incipiente campo da Seguridade Social brasileira profundos paradoxos. Pois, se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional (YAZBEK, 2007b, p.92-93).

De acordo com Filgueiras (2015) as políticas e reformas neoliberais implementadas no Brasil a partir da década de 1990 com o governo do presidente Fernando Collor de Melo, constituíram um novo padrão de desenvolvimento capitalista conhecido como liberal-periférico. Padrão este que se aprofundará com os governos de Fernando Henrique Cardoso e se consolidará nos governos dos Partido dos Trabalhadores com Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff⁹⁰. As características estruturais deste padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1. A relação capital/trabalho teve a sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial - que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões [...]
2. As relações intercapitalistas, em razão da abertura comercial e financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante [...]
3. A inserção internacional do país na nova divisão internacional do trabalho se alterou para pior, aumentando a sua vulnerabilidade externa. De um lado, a pauta de exportação do país se reprimarizou e se aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. De outro, cresceu dramaticamente a sua dependência financeira, fragilizando o Estado e reduzindo fortemente a sua capacidade de fazer política macroeconômica [...]

⁸⁸ Raichelis (1998, p.121) reitera que a aprovação e implementação da LOAS foi resultado de mobilização de vários segmentos sociais que se organizaram coletivamente a fim de fortalecer a concepção da assistência social como uma política pública e de obrigatoriedade governamental.

⁸⁹ Compreendemos que o princípio da universalidade é substituído pela seletividade, uma vez que a assistência social não é direito de todos, mas somente daqueles para quem dela necessitar.

⁹⁰ Dilma Rousseff foi eleita em 2010 e reeleita em 2014 para prosseguir no comando do país. No entanto, não conseguiu terminar o seu último mandato devido a um impeachment aprovado pelo Senado Federal.

4. O papel e a importância do Estado, no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, se alteraram - em virtude do processo de privatização e da abertura financeira [...]

5. Por fim, em razão de todas essas mudanças, e ao mesmo tempo alimentando as, constituiu-se um novo bloco no poder, sob a hegemonia do capital financeiro, que passou a ditar as políticas fundamentais do Estado (FILGUEIRAS,2015, págs.15,16).

O governo de Fernando Henrique Cardoso, alicerçado nos ideários neoliberais, buscou efetivar a reforma no Estado Brasileiro, encaminhada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) utilizando-se de argumentos como a crise fiscal. A proposta formulada entendia a necessidade de uma redefinição do papel do Estado, onde o mesmo não seria “o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.12).

A reforma do Estado implementada a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe inúmeros rebatimentos para a área social. No lugar de políticas sociais universais e abrangentes, temos políticas seletivas, focalizadas e emergenciais. Prevalecem à ideia de mínimos sociais e a submissão das políticas sociais a disponibilidade de verbas para o seu investimento e efetivação. “São as definições orçamentárias-vistas como um dado não passível de questionamento-que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais” (IAMAMOTO, 2001, pág.23). Temos também uma priorização por parte do Estado nas privatizações, precarizações do mercado de trabalho com as terceirizações, incentivo da parceria público/privado no enfrentamento as expressões da questão social e com isso o retorno a práticas assistencialistas. Os direitos sociais são transformados em nichos para a iniciativa privada, ou seja, algo que deveria ser ofertado através de políticas públicas pelo Estado, se transforma em mercadoria passível de ser comercializada por aqueles que possuem condições financeiras. “Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais “(IAMAMOTO, 2001, pág.22).

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil. Criou se uma expectativa grande em relação ao seu mandato por que pela primeira vez na história política do país, um homem de origem operária, ex-líder sindical e vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder. Esperava-se que seus dois mandatos (2003-2010) seria totalmente contrários ao anterior com Fernando Henrique Cardoso, conforme o pronunciamento de Lula após a sua vitória, ao dizer que a mesma “significa a escolha de um projeto alternativo e o início

de um novo ciclo histórico para o Brasil”. No entanto, prevaleceu a política econômica que havia sendo conduzida no país, favorecendo os interesses do capital privado, e o investimento em programas sociais focalizados como mecanismos para combater as desigualdades existentes no país, tais como, os programas de transferência de renda, sendo o principal, o Programa Bolsa Família, e também o Programa Fome Zero⁹¹, como a principal estratégia de combate à fome no país.

Conforme salienta Ferreira (2007, p.50) a criação do Programa Bolsa-Família aconteceu devido a unificação de outros quatro programas de transferência de renda: o bolsa-alimentação, bolsa-escola, auxílio-gás e o cartão alimentação. A execução deste programa acontece de forma descentralizada e com base na participação da comunidade e no controle social.

O que se observa é que os programas de transferência de renda focalizados na pobreza e na extrema pobreza revelam, sob a orientação da ideologia neoliberal profundas mudanças nas políticas sociais contemporâneas. A mais significativa delas é a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza, como se política social fosse “coisa para pobre”. Outra constatação é o fato de que esses programas apenas “aliviam” a pobreza, desenvolvendo-se ao largo de políticas econômicas que não se alteram. Ou seja, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social não são consideradas, limitando-se essa intervenção a melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres, servido tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado (YAZBEK, 2012, p. 310).

Apesar das inúmeras críticas ao programa bolsa-família – como o fato de não ser um direito social instituído legalmente, o que significa dizer que a qualquer momento pode ser extinto, a depender de cada governo e do seu uso como carro chefe eleitoral em algumas regiões mais pobres do país, é imprescindível reconhecer que para uma grande parcela da população brasileira, essa é a única fonte de renda e de sobrevivência dessas famílias. No entanto, compreendemos que a centralidade deste programa na política de assistência social se caracteriza como uma face perversa, como se uma única política social fosse capaz de apresentar resolutividade para todas as expressões da questão social.

Corroborando com a nossa linha argumentativa, Mota (2010) em seu importante estudo sobre a política de assistência social a partir dos anos 2000, afirma que anteriormente a

⁹¹“O Programa Fome Zero, elaborado pelo Instituto de Cidadania em 2001 (organismo não-governamental que foi responsável pela formulação inicial do programa de governo, durante a campanha eleitoral), que visava assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e contribuindo para a erradicação da fome, direcionado ao atendimento das famílias abaixo da linha da pobreza”. (FERREIRA, 2007, p.50).

centralidade era em torno da previdência social. Entretanto, este cenário altera-se com a instituição da política de assistência social, e essa passa a ser entendida como uma política estruturadora e não mais como mediadora do acesso a demais políticas sociais. Sendo assim, a política de assistência social, nas palavras da autora, deixa de ser uma política de proteção social e se transforma em um mito social.

Instala-se uma fase na qual a assistência social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2010, p.141).

Apesar da continuidade do modelo neoliberal nos governos sob a direção do Partido dos Trabalhadores, é neste período que é aprovada a Política Nacional de Assistência Social-PNAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS através da resolução nº 145/2004, que busca contribuir com a consolidação da política de assistência social como um direito social, uma política pública e, portanto, de responsabilidade do Estado.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a PNAS orienta-se por princípios democráticos ao conceber a supremacia do atendimento as necessidades dos usuários, a universalização dos direitos sociais e o seu acesso sem qualquer tipo de discriminação; ampla divulgação dos benefícios e serviços ofertados através do Estado, bem como os seus critérios de concessão. Como diretrizes, a PNAS reforça a descentralização político-administrativa e o comando único dos serviços em cada esfera (Municipal, Estadual e Federal); a garantia da participação da população através dos conselhos e conferências; primazia do Estado na oferta da política de assistência social, e a centralidade na família para a implementação dos serviços socioassistenciais.

A PNAS subsidiada pelos princípios e diretrizes citados anteriormente instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (NOB/SUAS, 2005, p. 13), principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro/2003, em Brasília/DF.

A PNAS, aprovada pelo CNAS, promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabem, por isso, à assistência social, segundo essa política, as ações de prevenção, proteção, promoção e inserção; bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam a vulnerabilidade, o risco social e eventos; assim como atendam às necessidades emergentes ou permanentes, decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários e beneficiários. (SIMÕES, 2010, p. 309).

Segundo Sposati (2006) a criação do SUAS advém das lutas desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora, das experiências no nível da saúde, em especial com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS); do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e da participação da categoria profissional em fóruns locais e nacionais da política de assistência social. Desse modo, o Sistema Único de Assistência Social “não é produto do inesperado, da genialidade ou prepotência da equipe do governo federal. Ele resulta de quase 20 anos de luta na assistência social e do aprendizado com a gestão de saúde, em particular com o SUS”. (SPOSATI, 2006, p.104).

O SUAS organiza a Proteção Social em Básica e Especial, sendo a especial subdividida em média e alta complexidade. A proteção social básica se estrutura por meio do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e é destinada a indivíduos e famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social, mas que ainda possuem vínculos e os seus direitos não foram violados. Desta forma, se caracteriza por uma proteção social que busca “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL-PNAS, 2005, p. 33).

Já a Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social e que tiveram os seus direitos violados em decorrência de situações como “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias, cumprindo medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL-PNAS, 2005, p. 37).

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo (BRASIL-PNAS, 2005, p. 37).

O atendimento de média complexidade de acordo com a PNAS deve acontecer quando os direitos foram violados, mas ainda existir o convívio familiar e comunitário. E o atendimento de alta complexidade é destinado a indivíduos que vivem situações de abandono, ameaça, e necessitam de medidas provisórias, tais como o acolhimento.

A proteção social básica, os seus programas e projetos devem ser executados pelas três instâncias do governo e de maneira articulada com as demais políticas públicas a fim de garantir o protagonismo das famílias e usuários atendidos, prevenir as situações de risco e superar as condições que os colocam em vulnerabilidade social. Desta forma, os serviços de proteção social básica são ofertados diretamente através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e também de forma indireta através das organizações sociais e entidades filantrópicas presentes nos municípios e que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Os CRAS's são territorializados a partir do porte de cada município em que serão desenvolvidas ações e serviços socioeducativos para os usuários da política de assistência social, benefícios eventuais⁹² e os benefícios de prestação continuada⁹³, bem como projetos direcionados a capacitação e inserção produtiva dos indivíduos e famílias (BRASIL-PNAS, 2005).

Consta na PNAS que os serviços de proteção social básica e especial devem estar organizados com foco no atendimento a família, em sua dimensão da matricialidade sociofamiliar, compreendendo os diferentes arranjos familiares com vistas a superar a concepção de um modelo único baseado na família nuclear/tradicional.

[...] ênfase ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de assistência social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidades nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (BRASIL-PNAS, 2005, p. 35.)

Dentre os avanços e conquistas com a implementação do SUAS destacamos a estruturação dos serviços e os níveis de proteção social; a regulamentação da participação das

⁹² Os Benefícios Eventuais estão previstos no art. 22 da LOAS e “visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública” (BRASIL-PNAS, 2005, p.94).

⁹³ O Benefício de Prestação Continuada previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é “provisto pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário”. (BRASIL-PNAS, 2005, p.94).

organizações não governamentais; a inserção de mecanismos para viabilizar a participação da população; definição de competências para cada esfera do governo e o repasse de recursos através do Fundo Municipal de Assistência Social e a implementação de sistemas de informação como o SUASWeb, CadSUAS, InfoSUAS, dentre outros.

A definição de competências para cada esfera do governo e o repasse de recursos financeiros para os municípios através da obrigatoriedade em ter o Conselho Municipal de Assistência social, o fundo de assistência social e o plano de assistência social é um grande avanço na constituição da política de assistência social no nosso país. Entretanto, conforme destacam Behring e Boschetti (2007) o orçamento da seguridade social ainda é um enorme desafio, uma vez que os recursos destinados as políticas sociais vêm sendo utilizados de maneira indevida pela política fiscal.

A partir do SUAS à relação entre a política de assistência social e as organizações sociais não governamentais passam a estar submetidas ao poder público através do vínculo SUAS. Desta forma, as organizações não governamentais que são “parceiras” do Estado na oferta de serviços socioassistenciais na proteção social básica e especial necessitam estar cadastradas no Conselho de Assistência Social, e devem apresentar através de planos de trabalho e relatórios anuais, o exercício de suas atividades, especificando o público alvo e os recursos despendidos nas ações, bem como a compatibilidade das ações desenvolvidas de acordo com a normatização presente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

[...] a nova relação público e privado deve ser regulada, tendo em vista a definição dos serviços de proteção básica e especial, a qualidade e o custo dos serviços, além de padrões e critérios de edificação. Neste contexto, as entidades prestadoras de assistência social integram o Sistema Único de Assistência Social, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como co-gestoras através dos conselhos de assistência e co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais em garantir direitos dos usuários da assistência social. Esse reconhecimento impõe a necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto na relação intra como interinstitucional, bem como com os demais conselhos setoriais e de direitos (BRASIL-PNAS, 2005, p.47).

Após a adequação ao vínculo SUAS, as organizações não governamentais passam a compor a rede socioassistencial do município, desenvolvendo suas ações no âmbito do atendimento, assessoramento e garantia de direitos. De acordo com a NOB/SUAS (2005), a rede socioassistencial pode ser entendida como ações integradas entre o Estado e a sociedade na oferta de benefícios, programas, e serviços socioassistenciais o que necessita de articulação

entre todas as esferas que atuam na proteção social e nos seus níveis de complexidade. Complementando a NOB/SUAS afirma:

A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social. A relação entre as entidades de Assistência Social e o SUAS se dá através de um vínculo – o vínculo SUAS –, pautado pelo reconhecimento da condição de parceiro da política pública de Assistência Social. Será estabelecido a partir desse reconhecimento pelo órgão gestor, da entidade, previamente inscrita no respectivo conselho de Assistência Social, da identificação de suas ações nos níveis de complexidade, definidos pela Política Nacional de Assistência Social/2004 e de sua possibilidade de inserção no processo de trabalho em rede hierarquizada e complementar. A forma de viabilização de tal procedimento deverá contemplar a definição de instrumental – base para sua operacionalização (BRASIL, 2005, p. 94).

Para além dos avanços com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a criação do Sistema Único de Assistência Social permanecem alguns desafios e problematizações que precisam ser debatidas pelas diferentes profissões, entre elas: a matricialidade sociofamiliar, as categorias adotadas para designar o público alvo da política de assistência social e a própria conjuntura atual com os desmontes dos direitos sociais conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora.

De acordo com a PNAS constitui o público alvo da política de assistência social:

cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagens pessoal resultantes de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL-PNAS, 2005, p. 27, grifos nossos).

São utilizados conceitos como vulnerabilidade e risco social que dificultam uma compreensão crítica sobre a questão social e as suas expressões que assolam a vida dos sujeitos, pois estes termos ocultam o conflito entre capital e trabalho, na medida que em todo o documento não faz referência a dimensão de classe. Sendo assim, “a armadilha está em focalizar os segmentos em si mesmos, fragmentando-os e isolando o seu tratamento analítico das relações sociais que os constituem” (IAMAMOTO, 2015, p.459).

Sobre a concepção de matricialidade sociofamiliar adotada na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social são necessárias algumas ponderações sobre os avanços e entraves que permeiam esta terminologia. Por um lado, existem avanços ao compreender os diferentes arranjos familiares para além da família nuclear/tradicional, mas por outro, existe uma centralidade na família para o desenvolvimento de ações, programas e serviços na assistência social. Esta centralidade na família para o desenvolvimento e implementação de serviços no âmbito da política de assistência social pode ser compreendida como um avanço na medida em que o atendimento às expressões da questão social através de políticas sociais, especificamente, da política de assistência social, pauta-se por uma concepção ampliada buscando extinguir com atendimentos que segmentam os sujeitos; da mesma forma, pode ser entendida como um entrave, ao abrir possibilidades para um entendimento errôneo sobre a família, a responsabilizando pela situação de “vulnerabilidade social” que os seus membros se encontram, uma vez que, conforme a PNAS, a família é um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção social e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida” (BRASIL-PNAS, 2005, p.41).

Contudo, se por um lado este movimento pode representar um avanço no sentido de romper com a perspectiva de tomar o indivíduo isolado de suas relações sociais, por outro impõe-se a necessidade de outras definições e explicitações que decorrem da concepção da família como sujeito social e de direitos, sob pena de reforço da culpabilização das famílias e de despolitização quando se reproduz o discurso das “[...] famílias desestruturadas e incapazes de aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas pela sociedade (e também pelo Estado) para resolverem seus problemas com seus próprios recursos” (COUTO et al, 2017,p. 85)

Logo, é necessário que a concepção de família, bem como a centralidade a família adotada pela política de assistência social, seja suficientemente discutida com os todos os profissionais que atuam diretamente e indiretamente na proteção social básica e especial, a fim de evitar entendimentos errôneos e ações conservadoras ao responsabilizar/culpabilizar as famílias; ações essas que são carregadas de juízos de valores e um entendimento acrítico sobre a matricialidade sociofamiliar e o atendimento de forma integral aos usuários.

Para além destes desafios quanto a terminologias adotadas na PNAS e a possibilidade de práticas conservadoras a partir de um entendimento errôneo sobre esses termos, a conjuntura atual é extremamente preocupante no que se refere aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, devido aos inúmeros retrocessos com o governo de Michel Temer, que após o

aceite do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal, assumiu interinamente a presidência da república.

Dentre as “medidas” do atual presidente, destacamos algumas que relacionam-se diretamente com a política de assistência social e que produzem impactos significativos nas condições de vida da população brasileira, dentre elas, o processo de atualização dos dados e documentos comprobatórios que atestem a atual condição dos usuários que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa ação fiscalizatória, objetiva reduzir os gastos com a política de assistência social. Vale destacar, que essa ação fiscalizatória iniciou-se com os beneficiários do Programa Bolsa-Família, e posteriormente, com usuários que recebem auxílio doença e aposentadoria por invalidez.

Outro retrocesso é a aprovação da Emenda Constitucional nº55 sancionada no dia 16 de dezembro de 2016 - também conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, que instituiu um novo regime fiscal para o orçamento da Seguridade Social e União, a saber, 20 exercícios financeiros com limites individualizados para despesas primárias de cada um dos três poderes. Com essa Emenda Constitucional, o atual governo “congela” por 20 anos os gastos com políticas sociais (saúde, educação, assistência social) e caso o governo ultrapasse o limite fixado em lei com gastos em políticas sociais, o salário mínimo deixará de ter um aumento real e significativo – o que ocorre anualmente na atualidade - e as novas contratações via concursos públicos estarão vetadas.

Por fim, outra medida retrógrada é o Programa Criança Feliz, lançado no dia 06 de outubro de 2016, pela primeira dama Marcela Temer, possui como objetivos atender mulheres grávidas e crianças com até três anos que são beneficiárias do programa Bolsa Família, crianças com até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, entre outros. O primeiro ponto a ser destacado deste programa é o reforço ao primeiro damismo e o incentivo ao voluntariado, traços esses que marcaram fortemente a assistência social no país até a aprovação da Constituição Federal de 1988. O segundo ponto, é a utilização de visitas domiciliares para atingir os objetivos propostos por esse programa, e que podem ser desenvolvidas mediante um forte apelo assistencialista por não terem a obrigatoriedade de serem desenvolvidas por profissionais capacitados, com ensino superior e que compõem o quadro da equipe mínima que deve atuar na proteção social básica e especial conforme preconizam as legislações específicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O terceiro ponto a ser discutido é a origem dos recursos destinados a esse programa, sendo que a seguridade social vivencia cortes bruscos no seu orçamento, mas para a realização deste programa existe verba suficiente. Com isso, percebemos que programa Criança Feliz é bastante contraditório e ao mesmo tempo seletivo,

já que para o desenvolvimento de serviços socioassistenciais vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o orçamento é bem limitado e para um programa alicerçado no retorno de práticas assistencialistas, no primeiro-damismo, e com ações fragmentadas e pontuais tem-se verba suficiente.

Embora o foco do nosso trabalho não esteja relacionado diretamente à política de assistência social e as inflexões da atual conjuntura, desenvolvemos essas breves linhas com o propósito de ratificar os desafios que estão sendo postos para a profissão e o exercício profissional do/da assistente social frente as novas determinações e transformações ocasionadas pelo neoliberalismo e recentemente pelos retrocessos vivenciados por todos os trabalhadores com as medidas adotadas por Michel Temer. Essas transformações societárias produzem alterações significativas para o exercício profissional dos assistentes sociais e conseqüentemente para as possibilidades de efetivação do projeto ético-político. Conforme Guerra (2005, p.3)

As mudanças macrosocietárias produzem alterações nas demandas profissionais, nos espaços de intervenção, modificam as expressões das questões sociais, provocam uma redefinição/reconfiguração dos objetos de intervenção, atribuem novas funções à profissão e novos critérios para a aquisição de novas legitimidades. O que se está afirmando é que as alterações no “mundo do trabalho”, na esfera do Estado, nas políticas sociais estabelecem novas mediações que se expressam nas condições objetivas (materiais e espirituais) sobre as quais a intervenção se realiza e condicionam as respostas profissionais. Frente a essas transformações, a dimensão instrumental da profissão passa a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com um projeto ético-político em defesa dos direitos sociais e da democracia.

Ou seja, é neste cenário de *contra-reforma* do Estado, desmonte de direitos sociais, e mundialização da economia que o exercício profissional e o Projeto Ético-Político se encontram: em um ambiente totalmente contrário aos princípios e diretrizes presentes neste projeto profissional, e que traz inúmeros rebatimentos para a profissão no que se refere as condições de trabalho, aos salários, as demandas e respostas profissionais e aos rebatimentos para a classe trabalhadora, a partir da agudização e do surgimento de novas expressões da questão social.

O que queremos destacar é que o ambiente se tornou ainda mais complexo para a direção intelectual e moral que o Serviço Social brasileiro construiu, já que implicou em reduzidos espaços para efetivas reformas ou, mais ainda, para uma pauta mais ousada na perspectiva do socialismo, inclusive com o

campo do trabalho mais fragmentado e heterogêneo, tanto material quanto politicamente. (BEHRING, 2013, p. 14).

Para Guerra (2007) o contexto no qual vivenciamos medidas neoliberais e a instauração de uma barbárie capitalista, coloca a formulação do Projeto Ético-Político como uma demanda de todos os segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelos/as assistentes sociais, como uma forma de enfrentamento à sociedade capitalista e todas as suas nuances, e não apenas como uma necessidade da categoria profissional. Embora o cenário não seja favorável para a efetivação do Projeto Ético-Político, não devemos incorrer no equívoco de dizer que os seus valores e princípios são abstrações e que não podem se materializar no cotidiano profissional, pois conforme vimos ao longo dos capítulos anteriores, é preciso captar as mediações já existentes e construir novas mediações a partir do conhecimento da realidade para que a possibilidade de efetivação do Projeto Ético-Político possa ser pensada.

3.2. APRESENTANDO A REALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG A PARTIR DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

A pesquisa de campo foi realizada com 16 assistentes sociais que atuam em 05 dos 09 CRAS's do município de Juiz de Fora, cidade localizada no interior do Estado de Minas Gerais, especificamente na mesorregião da Zona da Mata e que possui uma população estimada de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 516.247 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do Estado e no ranking nacional, ocupa o 36º lugar. Deste total de habitantes, 98% estão concentrados na zona urbana da cidade e 52,7% dos habitantes são mulheres, ou seja, a população feminina supera a masculina em mais de 28 mil habitantes, e a forte predominância da população jovem entre 15 e 29 anos ocupando o total de um quarto dos moradores da cidade. De acordo com o último Censo Demográfico realizado em 2010, o seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,778.

Conforme Souza Filho e Oliveira (2012) as ações voltadas para a implementação do Sistema Único de Assistência Social no município começaram a se desenvolver em 2005 subsidiadas pela existência de uma vasta rede socioassistencial na cidade e através de programas, projetos e serviços no âmbito da assistência social desenvolvidos pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC).

Sobre a AMAC, importante ressaltar que a sua criação data de novembro de 1984 e desde então realiza a função de coordenação e execução de atividades e programas relacionados a política de assistência social na cidade. A AMAC “formou-se a partir de uma conotação híbrida”, visto que juridicamente, se constitui como uma associação civil sem fins lucrativos, embora seu financiamento e sua direção estivessem diretamente vinculados à Prefeitura Municipal” (Lei nº 6624 de 01/11/1984)” (SOUZA FILHO; OLIVEIRA, 2012).

Sobre a gestão da política de assistência social, cabe destacar que a Secretaria de Desenvolvimento Social, ligada à prefeitura Municipal, é o órgão gestor da política de assistência. Gestor no sentido de realizar a transferência de recursos, por meio de um convênio renovado anualmente com a AMAC, responsável por executar a política de assistência social em Juiz de Fora. Com isso, percebe-se que serviços e ações que deveriam ser executados pelo Estado são transferidos para entes privados.

Esta configuração compromete, sobremaneira, a gestão da política de assistência social, enquanto política pública democrática. A não estruturação do poder público para conduzir políticas sociais enfraquece a possibilidade de permanência e expansão das ações realizadas, debilitando a efetivação de tais políticas enquanto direito de cidadania e dever do Estado (SOUZA FILHO; OLIVEIRA, 2012, p.58).

No que tange a organização da política de assistência social, atualmente Juiz de Fora dispõem de 09 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's): centro, leste Linhares, leste São Benedito, nordeste Grama, norte Benfica, oeste São Pedro, sudeste Costa Carvalho, sudeste Olavo Costa e sul Ipiranga, que buscam atender os usuários em situação de risco e vulnerabilidade social a partir dos seus territórios de abrangência⁹⁴.

No município de Juiz de Fora/MG, os CRAS's em concordância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, criada em 2009, ofertam serviços como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais contribui para padronizar os serviços que são oferecidos em todo o país e organizar os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Proteção social Básica e Proteção

⁹⁴ Além dos serviços de proteção social básica ofertados através dos CRAS's, a cidade também possui 03 Centros de Referência Especializados em Assistência Social⁹⁴ (CREAS) – que comportam os serviços de proteção especial de alta complexidade. Anterior à atual estruturação dos CREAS no município, os mesmos estavam organizados a partir do atendimento segmentado em infância e juventude, mulher e idoso. Recentemente, há uma nova estruturação destes serviços que busca articular os serviços de proteção social especial a uma perspectiva territorializada. O município possui também instituições filantrópicas que possuem registro no Conselho Municipal de Assistência Social.

Social Especial de média e alta Complexidade), bem como os recursos materiais e humanos, as formas de acesso dos usuários, entre outros. Todos estes devem ser ofertados de acordo com as legislações que versam sobre a política de assistência social e conforme as seguranças a serem afiançadas: acolhida, convívio familiar e comunitário, sobrevivência, autonomia e renda⁹⁵.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias (PAIF) é um serviço contínuo destinado as famílias a fim de fortalecer a sua capacidade protetiva e evitar a ruptura dos vínculos, bem como promover o acesso aos seus direitos. Para atingir os objetivos propostos, o PAIF desenvolve ações individuais e coletivas de forma articulada.

É um serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação (BRASIL, 2009, p.5).

Conforme consta na Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais, todos os serviços relacionados a proteção social básica devem estar referenciados e articulados com o PAIF para que haja uma organização e articulação dos serviços de acordo com a rede socioassistencial presente em cada município e a efetivação da descentralização da política de assistência social, uma das diretrizes preconizadas na PNAS e no SUAS. A articulação com a rede socioassistencial é um importante mecanismo para que os profissionais consigam identificar as demandas dos sujeitos e o atendimento a elas a partir de uma perspectiva ampla que compreenda as situações de vulnerabilidades que os sujeitos e as famílias estão expostos.

⁹⁵ Essas seguranças são garantias afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social. “Por **segurança da acolhida**, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A **segurança do convívio** é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. A **segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia**: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos” (BRASIL-PNAS, 2005, p.31).

Além dos usuários e famílias em “situação de vulnerabilidades e risco social” residentes no território de abrangência dos CRAS’s, constitui o público alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias (PAIF):

Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009, p.6).

Para a realização do PAIF, a Tipificação Nacional prevê que o ambiente físico esteja em perfeitas condições e adequados para o desenvolvimento das atividades, contando com espaços destinados a recepção, salas de atendimento individual e grupal, iluminação, ventilação, salubridade, e que garantam a privacidade e o sigilo durante a realização de atendimentos individuais e ações coletivas. O espaço deve contar ainda com recursos materiais e de consumo essenciais para o desenvolvimento do serviço e recursos humanos de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) que assegura funcionários capacitados para o serviço, sendo a sua contratação através de concursos públicos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado de acordo com faixas etárias abrangendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e através de atividades grupais. É um serviço que está organizado “de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social” (BRASIL, 2009, p.8). As ações desenvolvidas por este serviço possuem também um caráter preventivo e proativo, buscando a defesa dos direitos sociais e a identificação de potencialidades que possibilitem aos usuários “alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social”. Tem como foco o desenvolvimento de atividades orientadas pelos seguintes objetivos gerais:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; - Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; - Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; - Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; -

Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; - Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; - Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009, p., 10-11).

Importante destacarmos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) prevê para cada público usuário: crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, ações e finalidades específicas.

Além dos dois serviços elencados anteriormente está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas com a finalidade de prevenir agravos que possam romper os vínculos familiares e sociais dos usuários. Desta forma, as ações estão embasadas na garantia de direitos, em mecanismos de inclusão social e participação das pessoas com deficiência e pessoas idosas. São usuários deste serviço pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que estão vivenciando situações de vulnerabilidade e risco social “e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial: beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda” (BRASIL, 2009, p. 15).

3.3 O PERFIL PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS (AS) E AS INSTÂNCIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA PROFISSÃO

Conforme trabalhamos no primeiro capítulo desta dissertação, o Projeto Ético-Político de acordo com Teixeira e Braz (2009) apresenta como elementos constitutivos princípios e valores ético-políticos, matriz teórico-metodológica, crítica radical a ordem societária vigente, lutas coletivas e posicionamentos políticos concentrados pela categoria profissional e componentes que materializam esses elementos e atribuem legitimidade a este projeto, sendo eles: a produção de conhecimentos, a dimensão político-organizativa e a dimensão jurídico-política da profissão. Somado a essas dimensões explicitadas pelos autores supracitados, entendemos que no exercício profissional em sua concretude, encontramos possibilidades de efetivação dos princípios presentes no Projeto Ético-Político a partir da direção social, dos valores e do compromisso com a classe trabalhadora que os profissionais podem vir a imprimir nas suas ações profissionais.

Conforme Lukács (2012), baseado em Marx, o trabalho humano difere-se do trabalho realizado pelos animais devido a sua capacidade teleológica de projetar ações, de traçar objetivos e finalidades. Neste processo, entendemos que o homem utiliza da instrumentalidade para atingir os seus objetivos, logo, ele é capaz de criar e transformar instrumentos a partir da sua finalidade. Desta forma, o estabelecimento de finalidades não se transmuta diretamente para a efetividade, sendo que neste processo é preciso a existência de meios para se alcançar as finalidades propostas e “a elaboração de um projeto no qual o profissional lança luzes sobre os fins visados e busca os meios que, a seu juízo, são os mais adequados para alcançá-los” (GUERRA, 2012, p.56).

Sendo assim, a intencionalidade de efetivar o Projeto Ético-Político deve vir acompanhada dos meios e das escolhas dentre alternativas postas para que assim possa se efetivar no exercício profissional e nas demais dimensões (produção de conhecimento, dimensão jurídico-política e a instâncias político-organizativas da profissão).

Após essa breve retomada, cabe explicarmos novamente que a organização da exposição dos dados procurou condensá-los a partir dos componentes que podem vir a materializar o Projeto Ético-Político, informações que serão expostas com maior aprofundamento em conjunto com outros elementos, como por exemplo, neste item ao abordar o perfil dos entrevistados em conjunto com participação dos assistentes sociais em instâncias político-organizativas da profissão. As possibilidades de um agir crítico e reflexivo consubstanciado pelo Projeto Ético-Político necessitam estar atreladas a dimensão coletiva da profissão e não apenas à esfera individual, haja vista que o projeto profissional crítico é fruto de uma elaboração coletiva e pauta-se na defesa de uma nova sociabilidade. Ademais, como afirma Barroco (2012, p.76) “os valores éticos se objetivam mediante posicionamento e ações práticas e seu conteúdo é resultado da escolha e decisão de um sujeito coletivo: a categoria profissional”.

Para uma maior caracterização dos sujeitos entrevistados, o questionário utilizado na pesquisa, contemplava dados que nos permitem indicar o perfil das entrevistadas como sexo, idade, ano da conclusão da graduação, se fez ou está cursando uma pós-graduação (nível *stricto sensu* ou *latu sensu*), a área da pós-graduação e se possuem outro vínculo de trabalho. De antemão, informamos que utilizaremos gráficos⁹⁶ e procuramos dar centralidade às falas das entrevistadas, por entendermos que o cotidiano profissional do assistente social é um espaço rico de conhecimento, significados, possibilidades e desafios.

⁹⁶ Os gráficos utilizados nesta dissertação são frutos de um trabalho coletivo realizado pelo grupo de pesquisa mencionado anteriormente e quando necessário foram feitos novos gráficos pela mestranda.

Todos os sujeitos entrevistados na pesquisa são mulheres, dado este que demonstra o caráter eminentemente feminino⁹⁷ da profissão; 12,50% dos entrevistados estão em uma faixa etária entre 20 a 30 anos, 62,50 % dos entrevistados entre 31 a 40 anos, 12,50% entre 41 a 50 anos, 6,25% entre 51 a 60 anos e 6,25% têm 61 anos ou mais. Sobre a graduação, 87,50% (14 assistentes sociais) entrevistadas declararam terem se formado em uma universidade pública (Universidade Federal de Juiz de Fora) e apenas 12,50% (02 assistentes sociais) em instituições privadas na modalidade de ensino presencial, especificamente na faculdade Universo, ambas localizadas no município de Juiz de Fora/MG.

12,5% das entrevistadas concluíram a graduação em Serviço Social entre os anos de 1980 a 1990, supostamente sob a vigência do currículo mínimo de 1982, 43,75% das profissionais entrevistadas entre os anos de 1991 a 2000; 31,25% entre os anos de 2001 a 2010; 12,50% entre os anos de 2011 a 2015. Ou seja, do total de entrevistadas, 06 assistentes sociais se formaram com base nas diretrizes curriculares aprovadas em 1996 que materializam um projeto de formação profissional crítico.

De acordo com Maciel (2016) a construção de um projeto pedagógico crítico expresso nas diretrizes curriculares de 1996 é oriunda da reformulação do currículo mínimo de 1982, onde se identificou lacunas histórico-políticas, conceituais e éticas, bem como a necessidade de reafirmar uma nova direção social que estava sendo construída desde a renovação crítica do Serviço Social com o aporte do pensamento crítico marxista. Essa reformulação é fruto de uma construção coletiva da categoria profissional e sob mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Entretanto, este período é bastante contraditório para a sua reformulação e aprovação devido a égide neoliberal no país desde a década de 1990, a mercantilização e sucateamento da educação superior, disseminação do pensamento pós-moderno e das críticas ao marxismo enquanto uma corrente teórica capaz de explicar a sociedade capitalista.

As diretrizes curriculares de 1996 representam um avanço substantivo no processo de construção do projeto pedagógico da formação profissional em Serviço Social, principalmente em Serviço Social, principalmente no que se refere a afirmação das “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade (ABEPSS, 1997, p.63), e a instauração de uma nova lógica curricular, com base na articulação de “um conjunto de conhecimentos

⁹⁷ Cisne (2012, p.49) argumenta que o caráter eminentemente feminino da profissão é oriundo de um processo “resultante de uma sociedade patriarcal que instituiu hierarquicamente o que é trabalho/atividade dos homens e das mulheres. Por isso a divisão sexual do trabalho e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes dos sexos, deve ser analisado como construção histórica com a nítida reprodução da desigualdade de gênero associada a interesses dominantes”.

indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional” (MACIEL, 2016, p. 251-252).

Neste sentido, as diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 subsidiam a formação dos assistentes sociais a partir dos núcleos de fundamentação da formação profissional: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social busca compreender o ser social a partir da sua inserção na totalidade histórica e os componentes fundamentais da vida social, ambos historicamente situados “no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico” (ABEPSS, 1996, p.11). O núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade remete ao conhecimento dos processos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais do Brasil, relacionando-os com a “configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p.12). E por fim, o último núcleo refere-se aos fundamentos do trabalho profissional a partir do entendimento do Serviço Social enquanto especialização do trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho e possui como objeto de trabalho as múltiplas expressões da questão social. (ABEPSS, 1996, p.12).

[...]A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo.[...] Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como *solo a história da sociedade*, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social.[...] A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1996, p.13).

No entanto, as diretrizes curriculares ao passarem pelo processo de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação em 2001, tiveram parte do seu conteúdo modificado, divergindo do documento original. Foram feitos reducionismos, bem como a eliminação de alguns conteúdos e princípios, conforme nos explica Iamamoto (2014):

Já o texto legal *das diretrizes curriculares*, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre *forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social*. Assim, por exemplo, *no perfil do bacharel em Serviço Social* constava "profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social", o que foi retirado e substituído por "utilização dos recursos da informática". Na definição das *competências e habilidades*, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: *apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país* (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os *tópicos de estudos* foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos (IAMAMOTO, 2014, págs 616, 617.).

Diante do exposto, as entrevistadas que se formaram a partir da vigência do projeto pedagógico crítico de 1996 tiveram uma formação profissional subsidiada a partir da interlocução com as referências marxianas e marxistas, compreendendo a profissão inserida e partícipe das relações sociais, a indissociação entre formação e exercício profissional e uma direção social expressa no Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro e concomitante a defesa por uma outra ordem societal, tendo como horizonte a emancipação humana.

Sobre a motivação em optar pela profissão de Serviço Social, grande parte das entrevistadas (37,5%) relataram que fizeram uma pesquisa do perfil profissional do assistente social e também identificaram uma vocação para a área de Ciências Humanas e Sociais; 25% disseram que a sua opção aconteceu devido a influência de amigos, familiares e/ ou outros; 18,75% teve influência pelo ambiente de trabalho e 18,75% relataram a opção devido a contribuir com melhores condições de vida da população, romper com as desigualdades sociais, proximidade com políticas públicas/direitos sociais e a busca por justiça social. Ou seja, mesmo em uma proporção reduzida (18,75%), apareceram nas falas das profissionais motivações “que denotam um horizonte de ação humana em prol de outros seres humanos” (EIRAS, MOLJO, SANTOS, 2012, p.125) quando explicitam o desejo de “[...] interferir de maneira mais positiva

no mundo ... Contribuir com os processos de melhoria da condição de vida da população, né? De se romper com essa reprodução das desigualdades sociais [...]” (Assistente social-12).

No que se refere a permanência ou não da motivação inicial na escolha da profissão, 87,50% (14 assistentes sociais) deram afirmações positivas e que durante a graduação se identificaram com a profissão e com os valores que perpassam toda a formação profissional, e 12,50% afirmaram que a motivação inicial foi alterada devido as péssimas condições de trabalho⁹⁸ exemplificadas como baixos salários pagos aos profissionais, recursos humanos, materiais e financeiros escassos, bem como espaço físico inadequado para a realização das atividades.

Desta forma, a partir dos relatos, entendemos que motivação inicial em cursar Serviço Social permaneceu e se aprofundou durante o processo formativo de 87,50% das entrevistadas, a partir da capacidade de reflexão crítica sobre a realidade, sobre as políticas sociais e sobre os valores ético-morais que orientam a profissão e fornecem subsídios para um exercício profissional aliado ao Projeto Ético-Político e ao compromisso com a classe trabalhadora. Como forma de elucidação, apresentamos um relato que ilustra esse dado, uma vez que a profissional apresenta ter clareza sobre os limites e possibilidades de atuação, sobre os aparatos normativos - como a lei de regulamentação da profissão - e sobre o direcionamento das ações profissionais com base no Projeto Ético-Político.

Permanece. Porque assim, embora eu ache que é uma profissão que tem, é, dificuldades em conseguir de fato né, efetivar todas as, as... assim o Projeto Ético Político dela mesmo, justamente por ela estar inserida em política pública e a política pública depende de um contexto né, que não está somente vinculado a aquela política que o assistente social está inserido, mas ele está vinculado a um processo político maior. Então a gente tem muita oscilação em termos assim da garantia dos direitos, da questão de financiamentos dessas políticas... então eu acho que tem essa dificuldade, mas além, embora tem essa dificuldade, é, eu acredito que é possível né. A partir do momento que a gente tem uma lei que resguarda e que a gente pode estar, é, trabalhando a partir dessas leis de direito que resguarda, eu acho que é possível trabalhar na garantia desses direitos, então é por isso que eu ainda fico motivada com isso (Assistente Social –08).

A fala da entrevistada demonstra o seu olhar crítico e com uma perspectiva de totalidade social para compreender a realidade em que se insere o Serviço Social e os desafios inerentes a profissão. O Projeto Ético-Político, a Lei de Regulamentação da Profissão e os demais aparatos normativos auxiliam a profissional para intervir sobre as diversas expressões da questão social

⁹⁸ No próximo item traremos informações e falas mais precisas que ilustram as condições de trabalho na política de assistência social nos CRAS's.

e a formular estratégias e táticas para responder de forma crítica, ética e política as demandas implícitas e explícitas dos usuários que procuram o Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's).

Por fim, no rol de perguntas feitas as assistentes sociais entrevistadas com o objetivo de identificar o seu perfil, perguntamos se elas se consideram realizadas profissionalmente e solicitamos que, em caso positivo ou negativo, explicitassem os principais motivos. 62,50% disseram que sim, 25% afirmaram que de forma parcial e 12,50% não se consideram realizadas profissionalmente.

O percentual expressivo de profissionais que afirmaram estarem realizadas profissionalmente (62,50%) e de forma parcialmente (12,50%) justificam suas respostas enfatizando que apesar dos inúmeros desafios existentes no cotidiano profissional, trabalham em uma área que gostam, e conseguem ter o reconhecimento do seu trabalho na medida em que percebem mudanças positivas na vida dos usuários a partir do acesso aos direitos sociais mediante políticas públicas. Em algumas falas, as profissionais reforçam que nem sempre conseguem apresentar resolutividade para as demandas dos usuários, uma vez que a maioria dos serviços dependem de outras políticas sociais e da rede socioassistencial presente no município. Devido a conjuntura neoliberal, sabemos que a rede socioassistencial encontra-se sucateada, pois cada vez menos temos recursos financeiros disponíveis para as políticas e em contrapartida temos um número expressivo de demandas para o Serviço Social devido ao acirramento entre o conflito capital/trabalho produzindo novas expressões da questão social que assolam cotidianamente a vida dos usuários das diversas políticas sociais.

[...] sim. Porque eu faço o que eu gosto. Eu gosto dessa relação com o usuário, gosto de contribuir com o processo conquista de direitos, do crescimento dele. É bom ver como que ele vai evoluindo. (Assistente Social -02).

[...] sim. Então porque eu gosto da minha profissão, eu gosto do que eu faço. Eu acho que é um trabalho, é uma profissão difícil? É, porque a gente esbarra com muito empecilho, muita coisa que não depende da gente em ta solucionando, depende mesmo de outras políticas, da própria política de assistência, mas é muito gratificante quando a gente consegue fazer alguma coisa pelo usuário da política, quando a gente vê alguma mudança. (Assistente Social -03).

Ah eu tenho a compreensão das possibilidades e dos desafios na nossa profissão. Acho que eu tenho muita consciência do que eu posso fazer, oferecer, até onde eu posso ir. Para mim não me frustrar. Porque a nossa profissão está interligada a outras políticas públicas. Então eu acho que por eu

ter essa compreensão, do sair do zero né. Acho que eu tô realizada (Assistente Social -15).

Entretanto, esse contingente também expõem a problemática dos baixos salários pagos aos assistentes sociais, a precarização das condições de trabalho, falta de recursos, a não valorização da profissão e um contexto macro-societário que dificulta a efetivação do projeto ético-político e a garantia dos direitos sociais.

Eu acho que a realização profissional, ela não pode ser desvinculada do contexto que a gente está né, do contexto político, sócio, principalmente o Serviço Social, porque o nosso projeto ético político, ele tá muito ligado a esse contexto. Então se a gente está num contexto que, é, os direitos dos cidadãos, eles são negados em boa parte, então a gente não tem como estar realizado porque a gente fica impedido de conseguir também né fazer a realização e fazer o que está previsto no nosso código de ética, então eu acho que isso aí é um impedimento para essa realização plena (Assistente Social -08).

Por um lado sim, porque eu tenho um gosto profundo pela profissão... é... mas... As condições objetivas de trabalho trazem muita frustração, então exige sim, que a gente se alimente sempre de muito estudo, tem que ... é... de uma criatividade que as vezes nem é própria da nossa natureza, mas que a gente tem que procurar estimular pra conseguir alcançar algum resultado efetivo pra população que a gente atende... Então assim, as condições objetivas realmente frustram. Salário muito baixo! (ASSISTENTE SOCIAL-12).

De acordo com as respostas anteriores, entendemos que as profissionais compreendem a dinâmica contraditória da sociedade capitalista e não colocam a precarização das condições de trabalho e os limites estruturais das políticas sociais como problemas individuais de cada profissional, pelo contrário, realizam reflexões que abarcam a totalidade do fenômeno da precarização, explicando-nos que este assola todas as profissões, sendo consequência das novas configurações do mercado de trabalho a partir da intensificação da exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Apesar das condições de trabalho não serem favoráveis conforme problematizaremos no item a seguir, as profissionais consideram que a motivação pela profissão ainda permanece, não cabendo nenhuma postura fatalista ou messiânica. A motivação pode estar atrelada ao conjunto de valores que as profissionais possuem, bem como ao direcionamento social que atribuem as suas ações profissionais. Cabe destacar também que essa compreensão do real por grande parte das entrevistadas, entendendo os desafios que estão postos na contemporaneidade ao Serviço Social, podem evitar o desenvolvimento de um exercício profissional pautado em ações imediatistas, bem como estimular a compreensão

crítica dos usuários, explicando os seus direitos, os espaços de controle social, o funcionamento dos serviços e da instituição, etc. Essas ações profissionais expressam o compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão e se coloca na defesa de um projeto societário de emancipação da classe trabalhadora.

No segundo relato, a profissional expõe que diante dessa realidade cruel e subversiva, é necessário uma formação continuada que lhe dê possibilidades de compreender a dinâmica contraditória da sociedade capitalista, e intervir de maneira criativa através da construção de respostas profissionais às demandas dos usuários que não se encontravam no plano do imediato, do aparente, exigindo do profissional estratégias críticas e propositivas.

O percentual que não se considera realizada profissionalmente (12,50%) afirma que não se arrependem da escolha que fizeram ao cursar Serviço Social, no entanto, expõe com mais veemência as remunerações baixas pagas aos assistentes sociais, que colocam ao profissional a necessidade de possuir dois empregos para assegurarem as suas necessidades de sobrevivência e, com isso, impossibilita que os mesmos se dediquem a um único fazer profissional.

No que tange as atividades de atualização tais como palestras, seminários, congressos, projetos de extensão, 93,50% afirmaram participar sempre que possível e quando é compatível com a carga horário de trabalho e apenas 6,25% disseram não participar, mas não nos informaram os motivos. O contingente de profissionais que participam desses espaços é bastante significativo e dentre as que não participam, nossa preocupação diz respeito ao exercício profissional que pode vir a ser norteados por formulações oriundas do senso comum, reproduzindo o conservadorismo e distanciando-se dos princípios e diretrizes preconizados no Projeto Ético-Político. Contudo, isto não significa dizer que os profissionais que participam desses espaços possuem um agir profissional crítico, mas ao estarem em constante processo de capacitação profissional encontram subsídios teóricos para a realização de reflexões críticas e embasadas em uma direcionamento ético-político que pode permitir a suspensão momentânea do cotidiano e a formulação de respostas concretas, coerentes e críticas para as demandas e necessidades dos usuários.

Em relação às especializações ou pós-graduação, 87,50% possuem pós-graduação na modalidade *Latu Sensu* e apenas 12,50% não possuem nenhum tipo de especialização. Do total de entrevistadas que possuem especializações na modalidade *Latu Sensu*, 43,75 % possuem 02 (duas) ou mais especializações e as demais (43,75%) possuem apenas 01 (uma especialização). Todavia, deste total de 21 especializações, 12 (doze) foram feitas em instituições privadas e 09 (nove) em instituições públicas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Identificação das instituições de ensino onde as profissionais realizaram as especializações *Latu Sensu*.

Especializações- Modalidade <i>Latu Sensu</i>	Frequência
Administração de Recursos Humanos – Fundação Machado Sobrinho	01
Dependência química- Universidade Estácio de Sá	01
Dependência química- Universidade Federal de Santa Catarina/ EAD	01
Qualidade de vida no trabalho - Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	01
Gestão do SUAS- Faculdade Pitágoras	04
Gestão de Recursos Humanos - Centro Universitário Internacional/ UNINTER	01
Gestão de Recursos Humanos- Sociedade Barramansense de Ensino Superior/ SOBEU	01
Instrumentalidade do Serviço Social com ênfase na saúde – Unidade de Ensino e Aprendizagem de Viçosa/UNESAV	01
Planejamento e Gestão de políticas Sociais -UFJF	03
Residência em Saúde Coletiva – UFJF	01
Residência em saúde da família –UFJF	01
Saúde do trabalhador- UFJF	01
Saúde Pública e ações institucionais –UFJF	01
Serviço Social e Políticas Sociais – Faculdade Governador Ozanan Coelho/FAGOC	03

Fonte: Elaboração própria.

Entendemos que apesar das especializações não terem vinculação direta com o exercício profissional das assistentes sociais entrevistadas, a busca pelo aprimoramento profissional pode estar ligada ao compromisso das profissionais em se atualizarem, tendo em vista o caráter processual e dinâmico da realidade, e também por terem maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que o sistema capitalista a partir da sua lógica de competitividade difunde a concepção que os profissionais com maior grau de qualificação e polivalentes tendem a obter inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

Ressaltamos que a maioria dos espaços sócio-ocupacionais não viabilizam as condições para que os profissionais possam se aprimorar, sendo raros os espaços em que os/as assistentes sociais possuem carga horária e auxílio financeiro destinados para a realização do aprimoramento profissional.

A predominância das especializações *Latu Sensu* realizadas em instituições privadas pelas entrevistadas, exige-nos um maior cuidado e atenção, uma vez que nem sempre o que está sendo oferecido pelo mercado é de qualidade e representa o compromisso com a formação profissional crítica dos assistentes sociais. Como bem sabemos, na contemporaneidade existe o

predomínio de um outro perfil de profissional adequado ao projeto de educação neoliberal e a racionalidade instrumental (GUERRA, 2012), e a demanda por este perfil de profissional é totalmente contrária às diretrizes curriculares do Serviço Social que norteiam a formação profissional dos assistentes sociais. Há uma forte tendência de prevalecer apenas o viés mercadológico da educação, sem a qualidade dos serviços oferecidos a este segmento.

Desta forma, é imprescindível que para além de conceder um título ao/a discente, as especializações devam estar comprometidas com a qualidade do ensino oferecido e com a capacitação dos mesmos para intervir de forma crítica e consciente sobre a realidade, utilizando de um arsenal teórico-metodológico, instrumentos e técnicas, e o direcionamento ético-político. De acordo com Guerra (2002, p.17) o processo de formação deve ter uma direção social claramente definida e construída pelo conjunto da categoria profissional. Além disso

estabelecer os vínculos cada vez mais estreitos com o projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo; ter domínio das bases técnico-instrumentais: desenvolver a sua instrumentalidade capacitando os profissionais a darem respostas cada vez mais qualificadas, atendendo as demandas do mercado e indo além delas; ter em vista a construção de novas bases de legitimidade através do atendimento as demandas imediatas e potenciais; ter uma direção que se articule teórica e praticamente aos projetos e forças progressistas da sociedade burguesa (GUERRA, 2002, p.17).

A formação profissional desde a graduação em Serviço Social e os espaços de formação continuada como as especializações, ao terem como subsídios a perspectiva crítica, podem vir a proporcionar aos alunos e profissionais um conjunto de conhecimentos teóricos e interventivos, competências, habilidades e valores aos assistentes sociais.

Dentre essas habilidades estão: a compreensão do significado social e histórico da profissão no contexto das transformações societárias, apreendendo como na particularidade socioprofissional incidem tais transformações; o desenvolvimento sócio histórico da profissão, tendo em vista os contextos e conjunturas nacionais e internacionais; a identificação das demandas e requisições socioprofissionais e políticas, distinguindo-as entre demandas institucionais, do usuário e da profissão, a formulação de respostas profissionais de conteúdo crítico que sejam capazes de problematizar as propostas integradoras, reformistas, modernizadoras e restauradoras, dentre elas o anticapitalismo romântico; a capacidade de propor, formular, executar e avaliar programas, projetos e políticas sociais na área social, identificando seus limites e possibilidades concretas; a capacidade de contribuir para a organização e mobilização dos usuários; a realização de pesquisas que subsidiem a formulação de indicadores, de políticas sociais, e qualifiquem a intervenção profissional; a competência para desenvolver atividades de supervisão, assessoria e consultoria a instituições públicas, privadas e junto aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à

garantia de direitos civis, políticos e sociais da coletividade, dentre outras (GUERRA, 2012, pág.57,58).

Com base na tabela apresentada, uma das entrevistadas que disse não ter nenhuma pós-graduação (12,5%) relata que, quando surgiu uma pós-graduação na sua área de trabalho e que lhe interessava, estava afastada do seu trabalho e no período final de sua gestação, de modo que optou por não fazer o curso naquele momento, uma vez que relatou que “não iria fazer de uma forma que deveria” com comprometimento e dedicação. Posteriormente, surgiram novas oportunidades de cursar uma pós-graduação, mas a entrevistada sinalizou que esta não possuía vinculação direta com o seu trabalho e que, por isso, não a realizou. Outra entrevistada, que também não possui pós-graduação, nos informou que no momento de realização da pesquisa estava fazendo um curso técnico a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) em agroecologia, por ser uma área de seu interesse e por encontrar relação com a profissão, conforme relato abaixo:

É uma área que eu me interesso, e... e na verdade assim, eu, ela ... ela tem muito a ver com o Serviço Social, porque ela tem pé também não só na dimensão produtiva do alimento, mas nas relações de consumo e como que essa riqueza produzida ela deve ser partilhada, numa perspectiva mais de... de...de... de consumo justo, de venda justa, de comércio justo, então ela incide também, uma dimensão social, tem uma dimensão social ... Eu tenho um projeto aqui que é horta comunitária, que tá alinhado com o curso e com a agroecologia (Assistente Social –12).

Entendemos que o processo formativo não finda ao final da graduação, posto que este é apenas o momento inicial da formação profissional, de modo que os profissionais devem estar em constante aprimoramento intelectual através da participação em eventos da categoria, palestras, rodas de conversa, inserção em cursos de pós-graduação *latu sensu*, residências multiprofissionais em Serviço Social, mestrados, doutorados, entre outros. A formação continuada é indispensável para o exercício profissional do assistente social em qualquer espaço de trabalho e para que possamos conhecer as possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político, uma vez que apenas a graduação não é suficiente, haja vista o processo dinâmico da realidade com novos movimentos e contradições, que exigem dos/das assistentes sociais constante aprimoramento e qualificação profissional para refletir criticamente sobre a realidade e os processos sociais a ela inerentes, responder as demandas que nos são colocadas cotidianamente com qualidade e criticidade, bem como direcionar as ações profissionais a partir do compromisso com a classe trabalhadora.

Nesta direção, a formação continuada é um importante mecanismo que auxilia a compreensão do real, bem como um subsídio que norteia as escolhas profissionais dos/das assistentes sociais e reafirmam o compromisso ético-político diante da barbárie que vivenciamos com o capitalismo. Além disso, a formação continuada ainda se faz presente em um dos princípios do nosso Código de Ética Profissional a partir do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, perspectiva da competência profissional e do aprimoramento intelectual. Desse modo, qualificar-se continuamente significa estar ancorado nos princípios defendidos por nossa categoria profissional.

No sentido de qualificar a formação profissional dos/das assistentes sociais a partir dos princípios e diretrizes curriculares aprovados em 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e reconhecendo o papel que uma universidade pública possui na formação junto à comunidade, a Faculdade de Serviço Social/UFJF em conjunto com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFJF já realizou inúmeras especializações presenciais na modalidade *latu sensu* para os/as assistentes sociais que atuam nas diversas políticas sociais no município. Recentemente, em 2017, lançou-se um novo curso de especialização com 30 vagas, que já está na sua segunda edição, com a seguinte temática: Serviço Social, Políticas Sociais e Processo de Supervisão de Estágio, sendo o público alvo por ordem de prioridade: assistentes sociais, supervisores de campo e conveniados a Faculdade de Serviço Social/UFJF; assistentes sociais; supervisores de campo não conveniados a faculdade; e assistentes sociais em efetivo exercício profissional.

Sobre a participação em espaços de organização política, tais como, organização da categoria profissional, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e conselhos de direitos/políticas públicas, 81,25% das assistentes sociais entrevistadas disseram que já participaram em outros momentos da sua vida acadêmica e profissional e apenas (18,75%) disseram que não participaram desses espaços, elencando os seguintes motivos: falta de tempo para participar e/ou interesse.

O envolvimento e participação das profissionais entrevistadas em espaços políticos da profissão, mesmo que em outros momentos da vida profissional, é um aspecto que merece destaque, pois conforme Ramos e Santos (2016, p.217) a participação política não deriva da condição de ser formado em Serviço Social, mas sim, exige uma “prática construída em ambiente coletivo, que demanda vontade individual, tempo e condições forjadas no cotidiano”, uma vez que na sociedade na qual vivemos, é extremamente difícil que se tenha “algum profissional com condições pessoais, profissionais e com disponibilidade de tempo favoráveis a participação”.

Entretanto, quando perguntadas se continuam participando destes espaços, temos uma inversão significativa dos dados, sendo que a maioria (81,25%) não participa ativamente da organização da categoria profissional, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e conselhos de direitos/políticas públicas, apesar de reconhecerem como mostra algumas falas a seguir, a importância de estarem nesses espaços de diálogos e reflexões.

[...] tinha vontade de ir, mas acabou que eu não fui e não tem um motivo específico assim não, isso é até uma coisa que eu me cobro né, porque é importante a gente estar ocupando esses espaços, mas até hoje eu não frequentei nenhum (Assistente Social – 9).

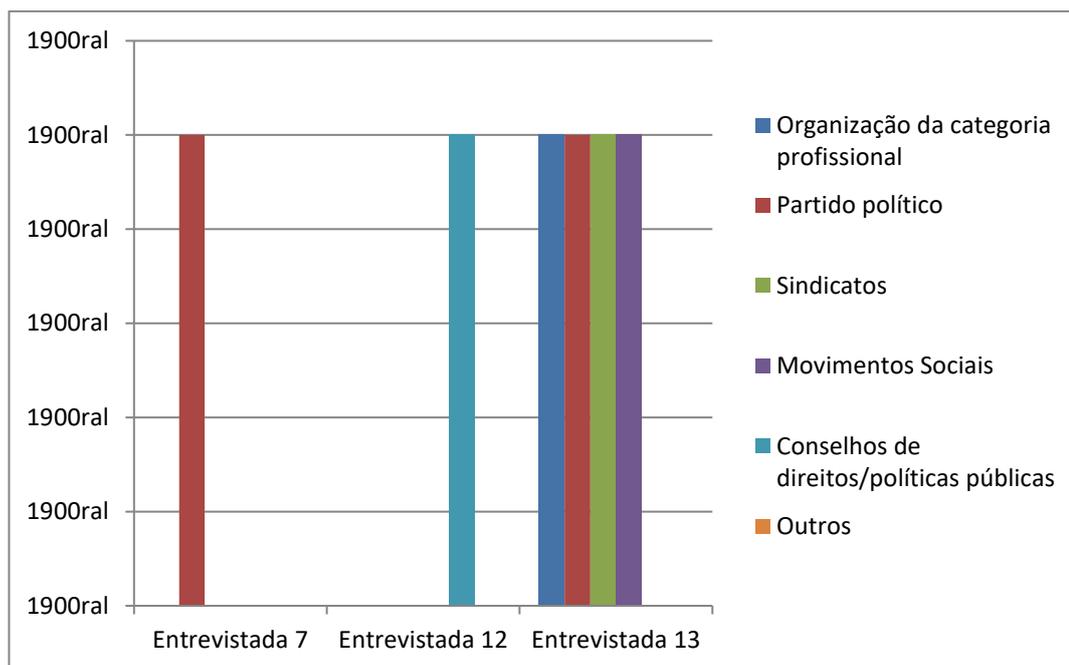
[...] eu estou na AMAC há 13 anos, sempre foi essa carga horária de 8 horas, então assim inviabiliza um pouco essas atividades em vista da jornada e tudo mais. E assim nunca tive motivação. O movimento que tem da categoria que hoje é o CRESS nunca me motivou a participar, nunca me chamou a atenção (Assistente Social – 10).

Não, nunca gostei de participar e nunca tive tempo para fazer isso. Sei que é uma falha, que faz falta (Assistente Social – 16).

Constatamos a partir desses dados sobre a participação dos profissionais nesses espaços no tempo presente, que um número relativamente alto não está participando da organização política da categoria e também de outras instâncias de participação, dado este que pode estar relacionando com os ataques mais contundentes do capitalismo sobre a classe trabalhadora, incidindo nas condições e relações de trabalho e reforçando a alienação, o pragmatismo e a nova ofensiva conservadora. Portanto, na conjuntura contemporânea, “o capitalismo impôs um novo modo de estruturar e organizar as relações sociais no trabalho” aliado a um “grande investimento ideológico para obstaculizar a organização política dos segmentos que trabalham, além de naturalizar práticas de dominação” (RAMOS; SANTOS, 2016, p.220).

Do total de 18,75% (03 assistentes sociais) que continuam participando desses espaços, a entrevistada de número 13 participa de 02 ou mais espaços, conforme destacamos no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Espaços que os assistentes sociais participam: organização da categoria profissional, partido político, sindicatos, movimentos sociais, conselhos de direitos, outros.



Fonte: Elaboração feita pelos membros da pesquisa “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social” – SUAS, 2015.

Na análise da fala da entrevistada citada anteriormente, percebe-se que a participação nos espaços de organização política é considerada um elemento de formação profissional e capacitação, contribuindo de maneira decisiva para a qualidade dos serviços prestados à população na perspectiva do Projeto Ético-Político.

Em alguma medida sim né. Porque se eu não me qualificar e não consigo dar um atendimento de qualidade para os meus usuários. Então em alguma medida sim. Acho que o envolvimento tem que estar sempre, tem que ser um movimento continuado. Se não você perde o fim da meada muito fácil (Assistente Social -13).

Meu trabalho ele é alinhado com os conselhos, eu não tenho acento no conselho como profissional, mas... Por exemplo, o projeto da horta, ele teve que passar pelo conselho municipal de segurança alimentar. Então assim, a gente tem um, a gente faz um trabalho alinhado com o direcionamento dos conselhos de direito. (ASSISTENTE SOCIAL-12).

Mediante o exposto, conforme elucidado no capítulo I, as instâncias político-organizativas da profissão tais como a ABEPSS, o Conjunto Federal de Serviço social/Conselhos Regionais de Serviço (CFESS/CRESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes (ENESSO) são um dos componentes que materializam o Projeto Ético-Político da profissão, ao

“garantirem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos” (RAMOS,2011, p.114). Segundo a autora supracitada (2002, p.81):

Os espaços de organização, discussão, elaboração e prática contribuem efetivamente para que os/as profissionais envolvidos (as) reflitam/desconstruam os desvalores apreendidos nesta sociabilidade e, tão fortemente disseminados nas várias esferas da vida cotidiana. Em tais instâncias, constroem-se possibilidades de gestar valores e práticas que contribuam não só para um repensar profissional, mas também pessoal e político dos sujeitos envolvidos nos processos coletivos (RAMOS, 2002, p.81).

As instâncias político-organizativas possibilitam que o profissional a partir do âmbito coletivo elabore construções crítico-reflexivas sobre a conjuntura em que se desenvolve o seu exercício profissional, as condições objetivas e subjetivas de trabalho impostas pela lógica capitalista, os processos de alienação, as implicações para as ações profissionais decorrentes da sua condição de trabalhador assalariado, conhecimento e apreensão as determinações da realidade, ou seja, esses espaços constituem uma das principais mediações presentes no exercício profissional e que podem vir a contribuir para uma intervenção crítica e coerente com o Projeto Ético-Político, bem como “contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social” (RAMOS,2011, p.114).

Nesse sentido, a articulação das instâncias político-organizativas busca discutir estratégias para fortalecerem esses espaços de organização política da categoria e a defesa de uma formação profissional qualificada a partir da reafirmação das diretrizes curriculares aprovadas em 1996, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e articulação entre formação profissional e exercício profissional, dentre outros âmbitos de luta coletiva. O compromisso com a formação profissional a partir de um referencial teórico-metodológico crítico e uma direção social aliada ao Projeto Ético-Político, perpassa pelas lutas em prol do ensino superior - oferecido por instituições públicas, laicas e de qualidade, bem como pela garantia de condições do acesso e permanência para todos neste espaço, e não apenas de uma minoria. Portanto, fortalecer este modelo de educação pautado no comprometimento com um projeto de formação qualificado, “vai ao encontro da luta por políticas sociais que viabilizem direitos sociais de qualidade à população usuária” (PEREIRA, 2016, p.47). Melhor dizendo, a finalidade última de um processo formativo que seja crítico e reflexivo possibilita “atender com qualidade os usuários de Serviço Social, disputando com a perspectiva de afirmação de direitos sociais em uma sociedade cuja finalidade é a acumulação de capital” (ibid., p.47).

Os posicionamentos das instâncias político-organizativas constituem um mecanismo de enfrentamento cotidiano aos avanços do capital na medida em que lutam pela manutenção do direcionamento social do projeto profissional crítico da profissão atrelado aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, o contexto atual não se apresenta como favorável para as lutas e tensionamentos das entidades representativas da categoria profissional, dado que vivenciamos “uma conjuntura de crise dos projetos societários emancipatórios; de refluxo dos Movimentos Sociais; de pauperização e desemprego da classe trabalhadora” (RAMOS, 2011, p.121).

Conforme apareceram nos relatos das entrevistadas, as condições de trabalho provocam rebatimentos que influenciam na motivação e realização profissional dos assistentes sociais, na realização das atividades profissionais devido a insuficiência de recursos financeiros, humanos e materiais, e etc. Desta forma, no item a seguir, buscamos identificar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais que atuam nos CRAS's de Juiz de Fora/MG e se as mesmas condicionam/dificultam a materialização dos princípios e valores presentes no Projeto Ético-Político.

3.4 EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) EM JUIZ DE FORA/MG E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Conforme já abordado no início deste capítulo, a partir da década de 1970 o capitalismo vivenciou mais uma de suas crises cíclicas e estruturais, apresentando indícios de esgotamento do modelo de produção baseado no taylorismo e fordismo, quedas nas taxas de lucro, crise do Estado de bem-estar social e incremento acentuado de privatizações, elementos esses que em conjunto acentuaram a crise estrutural do capital (ANTUNES, 1999). As alternativas adotadas pelo Estado em resposta à crise estrutural do capital, constituíram nas palavras de Antunes (1999) uma reorganização do capital a partir da adoção do neoliberalismo, reestruturação produtiva, intensos processos de privatizações e desregulamentação dos direitos trabalhistas para viabilizarem novamente o aumento dos níveis de acumulação e reprodução. Desta forma, as transformações societárias oriundas a partir do neoliberalismo e da reestruturação produtiva provocaram mudanças no mundo do trabalho com a implementação de novas tecnologias e métodos de trabalho e gestão, flexibilização das relações de trabalho, exigência de trabalhadores polivalentes, difusão da concepção do trabalhador enquanto um colaborador nos processos de trabalho, reconfiguração das políticas sociais, etc.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando em muito tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo (ANTUNES, 2002, p.7).

A precarização do trabalho não é um processo novo e oriundo da reestruturação produtiva e do neoliberalismo conforme destaca Raichelis (2013), uma vez que sempre existiu na sociedade brasileira uma parcela de população excedente e os direitos sociais não foram estendidos ao conjunto da classe trabalhadora, ficando de fora do sistema de trabalho protegido imensas parcelas de trabalhadores. No entanto, na atualidade temos a incorporação de novas formas de intensificação e precarização do trabalho em grandes proporções e com isso o agravamento das expressões da questão social.

[...] desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um "sindicalismo de empresa" (ANTUNES, 2002, p.7)

Desta forma, o/a assistente social enquanto trabalhador (a) assalariado e partícipe do conjunto da classe trabalhadora, vivencia todas os impactos e mudanças do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, como a “flexibilização dos contratos com a retirada de direitos, sobrecarga de trabalho, exigência de produtividade e a exigência de polivalência na realização das ações”, precárias condições em que realiza o seu exercício profissional, remuneração relativamente baixa se comparada com outras categorias profissionais, requisições para que seja um profissional versátil e “realize tanto apoio, orientação, aconselhamento e manejo de conflitos, como instrumentado tecnicamente e despolitizado para preencher cadastros e/ou realizar estudos socioeconômicos” e/ou pareceres que vão instrumentalizar decisões judiciais/institucionais sobre a vida dos trabalhadores e seus familiares” (VASCONCELOS, 2015, p.243).

Buscando identificar o máximo de aspectos que envolvem as condições de trabalho das assistentes sociais que atuam na política de assistência em social Juiz de Fora/MG, perguntamos para as profissionais sobre a inserção trabalhista, e 93,75% (15 assistentes sociais) afirmaram que não desempenham atividade profissional em outra instituição, dedicando-se

exclusivamente aos serviços que prestam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) e 6,25% (1 assistente social) disse que atua em uma outra entidade de assistência social destinada a prestar ações e serviços de inclusão produtiva de formação sócio-profissional na proteção social básica. A inclusão dos assistentes sociais/das nos (CRAS's) acontece através de processos seletivos realizados pela AMAC, sendo alguns com prazos determinados e outros indeterminados.

Em relação ao vínculo empregatício de trabalho, 50% disseram ter feito processo seletivo da AMAC e possuem contrato via CLT, 43,75% afirmam ter contrato CLT por tempo indeterminado, mas não passaram por processo seletivo e 6,25% contrato temporário por 06 meses⁹⁹. Importante destacar, que nenhuma das entrevistadas são funcionárias concursadas, mesmo aquelas que se submeteram ao processo seletivo da AMAC. A assistente social que é contratada por um período de 06 meses e podendo o mesmo ser renovado por mais 06 meses, expõe os limites para um exercício profissional crítico, de qualidade e um trabalho socioeducativo contínuo devido à fragilidade deste vínculo empregatício.

Contrato precário de 6 meses. Que impossibilita a nossa atuação continuada, que atrapalha vínculo com usuário, vínculo com o território. Quando você está se apropriando do território, dos equipamentos, o quê que você pode oferecer para o usuário, é quebrado pelo fim do contrato, né. (Assistente Social -13).

A problemática sobre o vínculo de trabalho ser instável, devido ao processo de seleção dos profissionais acontecer através de contratos com a instituição AMAC, que executa os serviços socioassistenciais no município, também aparece nas respostas dos entrevistados sobre a definição de suas condições de trabalho, conforme veremos mais adiante. Para discutirmos o vínculo de trabalho e as condições de trabalho dos assistentes sociais nos CRAS's, é imprescindível que o debate aconteça a partir da resolução N°269, aprovada em 13 de dezembro de 2006 que versa sobre a política de recursos humanos na assistência social, à qual é criada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/SUAS-RH¹⁰⁰).

A criação desta Norma Operacional é um avanço no que diz respeito aos recursos humanos necessários ao desenvolvimento de um trabalho comprometido com a prestação de serviços públicos de qualidade a população. Essa normatização coaduna com a Lei Orgânica

⁹⁹ Em relação a explanação sobre o vínculo de trabalho, identificamos quando fomos a campo e depois relendo o material coletado, que há uma dificuldade por parte das profissionais em explicar o seu vínculo empregatício, o que pode estar relacionado com a forma de contratação da AMAC e a indefinição da natureza (pública ou privada) desta instituição.

¹⁰⁰ Trabalharemos com a versão da NOB/SUAS- RH anotada e comentada datada de 2012, uma vez que a mesma contempla as alterações sofridas no texto legal aprovado em 2006.

da Assistência Social aprovada em 1993 e modificada posteriormente pela Lei 12.435 de 2011, em que um dos seus artigos versa especificamente sobre a gestão do trabalho e a educação permanente no SUAS em uma perspectiva de consolidar a política de assistência social no país a partir do seu entendimento como política pública e, portanto, dever do Estado. Desta forma, salienta “o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais, fazendo-se necessária a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução” (BRASIL, 2012, p.16).

Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços (BRASIL, 2012, p.16).

A gestão do trabalho no SUAS deve contemplar o fim da terceirização e da precarização dos vínculos dos trabalhadores que atuam no SUAS, possibilitando a educação permanente, conforme a Política Nacional de Capacitação do SUAS (PNC/SUAS), gestão participativa com controle social, realização de planejamento estratégico e integração ao sistema de informação (BRASIL, 2012). Dentre os princípios éticos para os trabalhadores da assistência social segundo a NOB/SUAS-RH e que devem orientar a intervenção dos profissionais na assistência social, destacamos os seguintes: defesa intransigente dos direitos sócioassistenciais; compromisso com a qualidade dos serviços e benefícios para que aconteçam mudanças significativas na vida dos usuários; garantir aos usuários o acesso às informações, nome e credencial do funcionário que o atende para fortalecer os vínculos entre trabalhador e usuário; proteção à privacidade dos usuários garantindo o sigilo profissional de acordo com o código de ética de cada profissão; incentivo a participação dos usuários em fóruns, conselhos, movimentos sociais; garantia do acesso dos usuários a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza resguardando os critérios de elegibilidade dos serviços e benefícios e a criação de mecanismos que contribua para a desburocratização da relação entre profissionais e usuários.

Especificamente sobre os recursos humanos na assistência social, a NOB/SUAS-RH estabelece que os trabalhadores devem ser contratados através de concursos públicos, garantindo a eles planos de carreira, cargos e salários (PCCS), dado este que se contrapõe completamente a realidade vivenciada pelas assistentes sociais entrevistadas que atuam nos CRAS's, devido a execução dos serviços sócioassistenciais no município ser feita pela AMAC,

uma instituição que não é pública e que mantêm pendências na justiça quanto ao seu caráter público ou privado.

A seleção dos profissionais via concursos públicos e a instituição dos planos de carreira, cargos e salários corroboram para a execução de um trabalho contínuo e de qualidade dos profissionais que atuam nos CRAS's pois, desta forma, os profissionais receberiam de acordo com a sua formação superior e não haveria distinção salarial entre as profissões, bem como, segurança para criar e desenvolver projetos de trabalho sem o risco de serem mandados embora a qualquer momento.

O estabelecimento de relações de trabalho estáveis, a garantia institucional e condições e meios necessários à realização das atividades são indispensáveis para o exercício profissional. Nessa perspectiva, o trabalho precarizado que se manifesta na ausência das dimensões anteriormente citadas, nos baixos salários, na elevada carga de trabalho, na alta rotatividade, na inexistência de possibilidades institucionais para atender às demandas dos (as) usuários (as), entre outros, é um obstáculo para a atuação profissional, para a universalização das políticas sociais, para as relações saudáveis entre trabalhadores (as) e usuários (as) e para a qualidade e continuidade dos programas, projetos e serviços (CFESS, 2011, p. 31-32).

Conforme os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011,p.31), a gestão de trabalho no Sistema Único de Assistência Social bem como as possibilidades de atuação profissional dos assistentes sociais estão vinculadas as condições e aos processos de trabalho, ou seja, “as atividades exercidas pelos (as) trabalhadores (as), as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício” são prerrogativas fundamentais para um exercício profissional comprometido com a efetivação da política de assistência social, um direcionamento ético-político e a expansão e acesso dos usuários aos direitos sociais.

Aliada à precarização do trabalho dos profissionais da política de assistência social em Juiz de Fora/MG devido os seus vínculos empregatícios, temos também a precarização das condições de trabalho demonstradas nas falas dos profissionais sobre as instalações físicas inadequadas que não garantem um bom andamento do serviço e o sigilo dos usuários, conforme preconiza o nosso Código de Ética Profissional e também a NOB/SUAS-RH. A falta de recursos materiais essenciais para o desenvolvimento do trabalho e das ações com os usuários e recursos humanos insuficientes - se levarmos em consideração o excesso de demandas devido a abrangência territorial dos CRAS's, é um elemento que coloca dificuldades à execução do exercício profissional do assistente social.

Neste sentido, em relação as condições de trabalho nos CRAS's, 37,5% afirmaram que a estrutura física é inadequada, com poucos recursos financeiros, materiais e humanos; 31,25% disseram ser precárias/ruins; 12,50% consideram que além da estrutura física inadequada com poucos recursos financeiros e materiais, tem-se um outro agravante que é a fragilidade do vínculo de trabalho por não ser trabalhador concursado; 6,25% consideram boas as condições de trabalho; 6,25% ressaltaram que no CRAS onde trabalham as condições são boas, porém, mencionam o excesso de demandas devido a abrangência territorial do CRAS e também as demandas reprimidas que necessitam da articulação com outras políticas sociais e, por fim, 6,25% afirma ter uma estrutura física adequada, mas recursos humanos insuficientes e fragilidade devido ao vínculo de trabalho. Os relatos a seguir ilustram a realidade vivenciada nos CRAS's em Juiz de Fora:

[...] as nossas salas não são fechadas, são salas divididas por divisórias que não vão até o teto, o carro nosso é compartilhado, não é um carro exclusivo do CRAS X, a sala de reuniões... A gente tem uma sala de reuniões, mas ela não é tão grande. O espaço maior que teríamos é aqui no segundo andar, mas tem escada não dá para usuário subir. Então, assim, não está dentro do ideal não, tem muito que melhorar (Assistente Social- 02).

[...] A maioria dos nossos usuários do CRAS tem telefone celular, não tem telefone fixo, então contactar esse usuário é um limite enorme, as vezes eu tenho um usuário que está urgente para receber a cesta, aí eu não tenho carro para a visita e eu não tenho telefone celular, pra... a gente usa o nosso, né? Eu uso o meu para quando é uma situação muito urgente, mas não é a condição ideal, né? Então a gente tem que ficar realmente criando possibilidades para fazer as coisas com recurso próprio (Assistente Social -12).

Então, depende né. Analisando os CRAS de modo geral hoje, eu identifico ela como boa, né, o que prejudica muito a questão do vínculo né de trabalho por essa situação toda que a AMAC está passando, então a gente nunca sabe se vai acabar, como é que vai acontecer, se vai renovar, se não vai. Todo ano né, final do ano é aquela loucura para saber se vai ou se não vai ser renovado, então assim, é uma insegurança muito grande em relação a isso (Assistente Social -09).

Conforme o primeiro relato citado, os CRAS's não possuem condições físicas adequadas, pois as divisórias entre as salas são feitas por biombos que não chegam até o teto; não há salas suficientes para todos os profissionais, tendo que dividi-las com outros colegas de trabalho; os carros destinados as visitas domiciliares são agendados e não comportam a demanda; há ausência de uma rede telefônica móvel para contactar os usuários, o que dificulta o trabalho, uma vez que a maioria não dispõe de telefone fixo em sua casa que possibilite o assistente social ligar do telefone fixo do CRAS, etc.

As assistentes sociais que afirmaram terem boas condições de trabalho, como um espaço físico adequado para a realização das atividades, trabalham em CRAS que possuem uma melhor estrutura, espaço próprio da prefeitura, salas próprias para o atendimento individual e trabalhos em grupos. Mas esta não é a realidade da maioria dos CRAS's na cidade, conforme o enunciado a seguir, que explicita claramente a ausência de condições de estrutura física básica - como banheiro e pia para lavar as mãos - devido ao espaço do CRAS ser cedido e adaptado para a realização dos serviços de proteção social básica.

Mas assim como a própria Instituição da AMAC, como eu disse pra vocês no início, é hoje uma Instituição muito instável, então, assim, acaba que a nossa condição não é favorável para o trabalho, né?! Sigilo profissional, um espaço adequado, vocês podem, né, perceber, que a unidade aqui não é, não atende aos requisitos necessários para uma atuação aí, comprometida com o nosso projeto, pensando numa questão de sigilo mesmo, né, de uma escuta qualificada, né, a gente se depara no dia a dia, né, a gente tá conversando, atendendo um usuário e aí ele quer saber quem é o outro o que é que tá falando na sala ao lado, se é alguém que ele conhece, se é um vizinho dele, o que que é a história que outro tá contando, né, então, assim, isso compromete muito o nosso trabalho, então as condições, nesse sentido, não são favoráveis. O nosso espaço, aqui por exemplo, do CRAS, mesmo, não tem um banheiro, né, então a gente tem que ir na unidade ao lado, né, porque aqui o CRAS, ele foi um espaço cedido, né, foi adaptado pra receber o CRAS, então isso dificulta porque a gente tem que pegar ainda uma chave, né, porque também, era uma porta que parece que antes, né, ficava de acesso também para as pessoas e aí misturava um pouco também a questão dos serviços, então para delimitar isso precisou ser fechado fechar, então assim isso querendo ou não são coisas que pegar uma água, às vezes, que às vezes, né, que aqui no quatinho, não tem. Não tem uma pia, pra lavar uma mão, é isso, são coisas que de alguma forma prejudica também o trabalho, né?! (Assistente Social - 06).

As condições físicas descritas acima pela entrevistada não garantem o sigilo profissional no atendimento aos usuários, que conforme o Código de Ética Profissional de 1993, diz tratar-se de uma obrigatoriedade do assistente social e direito resguardado em lei. A resolução do CFESS N°493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social em qualquer espaço de trabalho, para que o mesmo seja desenvolvido de forma ética, técnica e com qualidade. Desta forma, os locais de trabalho segundo a resolução N°493/2006 devem possuir espaço compatível com o desenvolvimento de abordagens individuais e coletivas e também garantir as seguintes características físicas:

[...] a) iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas

fechadas d) espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, p.2).

Na resolução fica estabelecido que caso o assistente social constate inadequações no seu ambiente de trabalho que vão de encontro com as condições técnicas e éticas descritas nos artigos da presente resolução, deve informar por escrito a instituição, bem como sugerir mudanças/alternativas que contribuam para a melhoria dos serviços prestados. Se a instituição não tomar nenhuma providência para “sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação¹⁰¹” (CFESS, 2006, p.2). No entanto, ainda que assistente social esteja respaldado por essa legislação, a fragilidade do seu vínculo de trabalho pode dificultar tais questionamentos a instituição, posto que estão ameaçados constantemente pelo risco de perder o emprego. Por isso, a NOB/SUAS-RH não pode ser apenas uma legislação sem aplicabilidade pelos municípios, uma vez que os profissionais que são servidores públicos com direito ao cargo, plano de carreira e salários, tendem a ter uma maior autonomia e correlação de forças favoráveis para questionarem as instituições que gerem e executam a política de assistência social, de acordo com as legislações que norteiam o exercício profissional dos trabalhadores no SUAS.

Corroborando com a pergunta sobre as condições de trabalho, indagamos às assistentes sociais se elas consideram o espaço do CRAS apropriado para a realização das atividades e os principais motivos que justificam as suas respostas. Desta forma, foi unanimidade entre as profissionais (100%) que o espaço destinado a execução do trabalho nos CRAS's não é adequado, pois não comporta atividades grupais devido as salas serem pequenas, adaptadas/improvisadas, sem ventilação e em alguns espaços não existem nem salas para atividades coletivas; a estrutura física do CRAS e das salas fere o sigilo profissional e ausência de acessibilidade para os usuários e o carro compartilhado com outros profissionais dificulta a realização de visitas domiciliares.

Para a profissional o espaço é bom, mas precisaria ter uma melhor infraestrutura, pois no coletivo não atende adequadamente devido a sala de reunião não comportar um grupo maior ou alguma atividade que não seja apenas palestra, e no individual atende parcialmente devido a questão das divisórias que acabam por ferir o sigilo apesar de ser um bom espaço para tal atendimento. Antigamente havia também problemas com o carro para visita,

¹⁰¹ Cabe frisar que a comissão de fiscalização do setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 6ª região / Seccional de Juiz de Fora já realizou visitas nos CRAS's do município. Entretanto, não houve alterações significativas conforme pode ser comprovado a partir dos relatos que exemplificam as condições em que se realiza o trabalho profissional.

porém ultimamente vem vindo adequadamente 4 vezes por mês, em quartas e sextas-feiras alternadas (Assistente Social - 01).

Aqui é muito quente né, essa sala ainda é aberta né, se eu estiver fazendo um atendimento aqui, lá no Curumim as vezes ouve, a sala não tem sigilo porque a divisória é baixa, né então os outros profissionais ou outras pessoas que tiverem que ser atendido por outros profissionais escuta o atendimento. Em relação a isso, a gente, a minha sala, a divisória ela é fechada, não tem janela (Assistente Social -07).

Assim as salas reservadas se a gente for parar para pensar perto de outras realidades que a gente vê aí, até que a gente tem né? Mas assim, sala de reuniões não tem, a gente faz reuniões naquela varanda externa que a gente tem ali fora, mas dependendo do número não atende. Quando eu vim para cá, em 2009, a gente tinha um carro que fica aqui a disposição do CRAS. Isso depois acabou né? Foi cortado e agora a gente tem uma vez por semana, em um período (*manhã ou tarde*), o carro é disponibilizado para o CRAS, então a gente faz entre as assistentes sociais, cada semana sai uma para a visita, geralmente, quando sobra o carro na semana, aquela que tem mais visita ou outro técnico que tenha demanda usa naquele dia (Assistente Social - 11).

Desta forma, os CRAS's por possuírem as condições físicas descritas anteriormente a partir dos relatos das entrevistadas, acabam por não ofertar com qualidade os serviços e ações previstos de acordo com o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que estabelece a existência de espaços de convivência e fortalecimento de vínculos para as famílias a partir de atividades em grupo. Além disso, no Guia de Orientações Técnicas do CRAS elaborado em 2009, existe a prerrogativa da existência de espaços mínimos que incluem salas de uso coletivo para a realização de atividades grupais. No entanto a realidade de Juiz de Fora/MG revela que nem todos os equipamentos de proteção social básica apresentam este espaço físico e, nos espaços em que eles existem, são compartilhados com outras estruturas. A partir do exposto, cabe-nos uma reflexão: em que medida a política de assistência social está propiciando verdadeiramente o trabalho com grupos? O exercício profissional do assistente social não estaria sendo direcionado para abordagens individuais em detrimento da não garantia de espaços físicos adequados para o desenvolvimento de ações coletivas? Ainda não temos respostas elaboradas para tais indagações, mas faz-se pertinente realizar análises críticas das reais condições de implementação e consolidação da assistência social enquanto política pública, uma vez que a materialização de seus princípios e diretrizes, a gestão do trabalho conforme a NOB/RH-SUAS, as estruturas dos equipamentos, entre outros elementos, circunscrevem diretamente ao real compromisso de efetivação dos direitos sociais, cujo aparato

legal não é suficiente, necessitando de um orçamento público compatível com a realidade e as necessidades dos estados e municípios para a implementação dos programas e serviços no âmbito da assistência social e o desenvolvimento do trabalho com qualidade dos profissionais que atuam nesta política.

Segundo as profissionais, as mudanças para melhorar e adequar este o espaço dos CRAS's para que tenha o mínimo de condições físicas, técnicas e éticas perpassam por uma mudança na estrutura física - sendo que em alguns casos seria necessário uma realocação deste espaço porque a sua estrutura não comporta grandes reformas, como salas para atendimentos individuais e coletivos com portas e ventilação - e na flexibilização do transporte para a realização de mais visitas domiciliares, melhorando consequentemente a qualidade do serviços prestados aos usuários.

Esse espaço aqui tem que ser todo readequado né? Tem que ao invés de divisória tem que construir parede mesmo, mas assim não tem muito que mexer aqui para readequar não, porque não tem de fato um espaço, porque mesmo que a gente queira fazer uma sala de reunião aqui a gente não tem espaço para isso. A gente tem o problema do segundo andar que dificulta o acesso, que nem todo mundo pode subir, então não adianta a gente querer tirar a sala daqui de baixo e colocar lá em cima que aí não tem acessibilidade. Então não tem muita coisa para fazer aqui não, assim é pensar na construção de equipamento para funcionar como CRAS com tudo que é previsto pela política (Assistente Social - 03).

Ainda sobre as condições de trabalho, perguntamos para as entrevistadas sobre a relação de trabalho com os usuários, com outros profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS, com a rede sócioassistencial e com a coordenação da instituição. Sobre os usuários, 62,5% (10 assistentes sociais) disseram ter uma boa relação pautada no respeito e no diálogo; 18,75% (03 assistentes sociais) afirmaram ser uma relação muitíssimo boa, respeitosa e que os usuários compreendem o que é a assistência social, e 18,75% (03 assistentes sociais) procuram uma aproximação com os usuários devido a ocupação de cargos na coordenação, o que não possibilita um contato direto com os usuários, entre outros motivos.

Eu sempre me procuro fazer presente sempre nas atividades, principalmente as de grupo né. Sempre estar indo falar, me apresentar para eles né. Porque aí eu não fico uma figura muito distante, já que eu não estou ligada diretamente à execução né. E as vezes eu acabo extrapolando um pouquinho. Agora mesmo antes de vir conversar com vocês eu estava fazendo um atendimento de um usuário, para facilitar a vida dela. Sempre é colocado para a gente que está na gestão evitar esses atendimentos né. Mas acaba que a necessidade do usuário fala mais alto né. No caso dessa pessoa, tem uma dificuldade muito grande de locomoção, então eu tentei facilitar né. Então em alguns momentos

a gente extrapola um pouco da função apenas da gestão e acaba entrando em cena (Assistente Social - 15).

Então eu acho que eles compreendem o nosso trabalho aqui sabe. Eles têm essa clareza. Nós conseguimos colocar isso para eles, qual o papel do técnico SUAS no caso né (Assistente Social AS - 14).

[...] as pessoas identificam assim que eu sou o assistente social daqui, que eu faço parte, que eu estou ali para estar auxiliando as famílias que moram naquele território, então hoje as pessoas identificam isso, até mesmo na visita domiciliar quando a gente vai até o bairro, você vai as vezes fazer visita para uma casa mas um vizinho já te chama “ah, você é do CRAS” [...]. Então hoje assim, na região que eu atuo é bem tranquilo o, a relação, apesar de ser uma região em Juiz de Fora considerado de alta vulnerabilidade, até mesmo perigosa né, em relação a meu trabalho lá é bem tranquilo. As pessoas já têm isso e já respeitam bastante isso já (Assistente Social - 09).

Os depoimentos trazem elementos que sinalizam que os usuários compreendem o trabalho do assistente social no CRAS, não associando a favor, benesse e/ou caridade, elementos que se fizeram presente no surgimento da profissão e constituíram por décadas a tônica da política de Assistência Social. A relação com os usuários, ao que tudo indica a partir das entrevistas, não é baseada na tutela e controle, mas no entendimento que eles são sujeitos de direitos. Corroborando com essa avaliação que as profissionais realizam acerca da relação com os usuários, entendemos que os processos avaliativos sobre o entendimento dos usuários a respeito da atividade profissional do assistente social e das políticas sociais podem se constituir em uma frente de trabalho no CRAS, uma vez que “as manifestações dos usuários revelam, antes de tudo, o que é necessário ser estudado, aprofundado, investigado, pelo assistente social, no sentido de qualificar o planejamento e a sua transformação em realidade” (VASCONCELOS, 2015, p.542).

A relação com outros profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS também foi destacada como boa, tranquila e respeitosa por 75% (12 assistentes sociais); muitíssimo boa por 18,75% (03 assistentes sociais) e uma entrevistada (6,25%) destacou que embora a relação seja de chefia devido a ser coordenadora do CRAS, procura estabelecer diálogo e compreender os técnicos SUAS.

[...] é uma relação tranquila, a gente nas nossas reuniões que nos permitem estar trocando informações do dia a dia, refletir sobre essa nossa rotina que às vezes ela é muito burocrática, muito maçante, a gente tem uma realidade, né, no Olavo Costa, especificamente, que é delicada, então assim, a gente tem os nossos espaços na sexta-feira que a gente pode estar conversando sobre isso. Então é uma relação tranquila que a gente consegue, aí, pensar, né, ter um momento de parar é avaliar aquilo que não está legal e planejar outras ações também, que eu acho que isso é muito importante para o dia a dia do trabalho (Assistente Social - 06).

[...] em relação a equipe aqui, o trabalho é muito bom, a gente consegue desenvolver um trabalho multidisciplinar né, que a gente troca muito, então a gente sempre costuma fazer algumas reuniões em conjunto, igual a reunião de descumprimento de condicionalidades que ela é feita pelo psicólogo, a assistente social e pedagogo. A gente troca muita informação, então assim, isso é um trabalho bem tranquilo e a equipe aqui no CRAS também é uma equipe muito boa, muito assim acessível sabe? Então a gente consegue conversar, consegue assim, um quer o melhor para o outro também, então acho que isso é muito positivo (Assistente Social - 09).

Ah é uma relação boa, de parceria, de compromisso uns com os outros né. Eu não sinto que a gente tenha problemas para executar o nosso trabalho. Eu acho que eles não me veem como um chefe, acho que eles me veem como uma liderança mesmo. Lógico, as vezes a gente tem que cobrar um pouco mais né. É uma relação de parceria, fazer junto mesmo (Assistente Social - 15).

No que concerne a relação com a rede sócioassistencial, as profissionais afirmaram ter uma relação boa a muito boa (37,5%); 31,25% afirmam que esta relação é precária devida à falta de retorno da rede sócioassistencial aos encaminhamentos, apresentando falhas na intersetorialidade entre as políticas sociais; 18,75% relata a pouca participação da rede sócioassistencial; relação tímida devido ao desconhecimento da rede sobre os serviços do CRAS é presente em (6,25%) e 6,25% disseram estar sempre em contato com a rede através dos atendimentos individuais, mas não avaliou este contato.

A da rede precisa melhorar mais. A gente até tem tentado, mas tem tido muitas ações que a rede não tem respondido a contento entendeu?! (Assistente Social - 02).

Acho que precária, porque a rede não nos dá o retorno adequado aos nossos encaminhamentos, entendeu? Adequado que eu digo até porque eles não falam, não te retornam, “ah, o usuário esteve aqui, nós fizemos tal encaminhamento para ele né, tomamos tais providencias”, ou até mesmo né com relação ao o que que eles podem fazer, então acho precário (Assistente Social - 04).

[...] acho uma relação muito tímida, né, tanto, é..., pela nossa rotina de estar buscando quanto em relação a eles com a gente também, até talvez por desconhecimento do que é o CRAS, né, onde a gente, eles podem tá nos acessando também (Assistente Social - 06).

Eu acho que a intersetorialidade, ela falha muito ainda. O trabalho intersetorial, a gente consegue mais fazer uma rede entre nós mesmos da assistência. Eu acho que não sei, nós somos mais engajados, não sei o quê que acontece, mas quando a gente vai dialogar com educação, então eu nem vou dar nota zero, vou dar -1, -2, quer dizer, ainda está muito assim para eles. Para eles não, não vou dizer assim que fica ruim, mas para o nosso conjunto de

ações não acontece. Para a saúde mental eu entendo que já tem uma relação mais madura, Vara da Infância, Conselho Tutelar, eles escutam muito o nosso equipamento. Então eu considero que ainda precisa avançar. Principalmente com a educação. Acho que a habitação também (Assistente Social -13).

Os depoimentos sobre a relação com a rede sócioassistencial demarcam a dificuldade em estabelecer um sistema de referência e contra referência quando o/a assistente social encaminha os usuários, logo o encaminhamento que se materializa em um formulário em papel timbrado da instituição e assinado pelo assistente social não é suficiente para a garantia dos usuários aos serviços e programas prestados por outras instituições. Sendo assim, se o profissional reconhece que a rede é frágil, “o encaminhamento, tomado como um simples repasse de papel para ser entregue a outra instituição, pode ser inócuo, pois não basta dizer ao usuário que ele tem direitos, é necessário fazer com que os mecanismos concretos sejam acionados para a inserção desse cidadão nos serviços” (TRINDADE, 2012, p.80).

A fragilidade da rede sócioassistencial dificulta a realização da intersetorialidade entre as políticas sociais, tendo em vista que o CRAS por ser a porta de entrada dos usuários em seus territórios, recebe uma gama de demandas diversificadas e que nem sempre encontram resolutividade apenas neste espaço, sendo necessário o encaminhamento para outras políticas sociais. De acordo com a NOB/SUAS, a rede sócioassistencial é

um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p.22).

Sendo assim, o trabalho em rede tanto na proteção social básica como na especial é realizado em conjunto com a participação de instituições públicas e de organizações governamentais através de convênios e parcerias, pautado no desenvolvimento de ações articuladas entre as políticas sociais, efetivando a intersetorialidade¹⁰². O trabalho em rede

¹⁰²“A Intersetorialidade supõe também a articulação entre sujeitos de áreas que tem suas especificidades e diversidades e, portanto, experiências particulares, para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas. Supõe vontade, decisão, que tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, portanto, estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações”. (YAZBEK, 2008, s/p.)

desenvolvido a partir de organizações não governamentais não é algo novo na história da assistência social no país, uma vez que a parceria entre o público e o privado sempre se fez presente, antes mesmo da assistência social se elevar ao patamar de política pública com a Constituição Federal de 1988. Contudo, a parceria entre o público e o privado na prestação de serviços sócioassistenciais pode vir a assumir uma orientação neoliberal, promovendo o desenvolvimento de ações pautadas no viés da solidariedade, caridade e do favor, elementos esses totalmente contrários ao que preconiza o texto constitucional, em que afirma a assistência social como política pública e dever do Estado. Concordamos com Yazbek (2007b, p.127) quando explicita a necessidade de tornar bem definida as relações entre o público e o privado na “construção da Rede sócioassistencial” e a expansão de espaços participativos na sociedade brasileira, marcada pela “pesada herança da “matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas” (YAZBEK, 2007b, p.127)

Sobre a relação com a coordenação da instituição, 50% avaliaram como boa a ótima; 25% afirmaram ter uma relação tranquila e respeitosa, e 25% não responderam por que são coordenadoras.

Também é muito tranquilo. A gente levanta as demandas né, o que pode ela estar auxiliando também, só que eu acho que a demanda dela de trabalho também é muito grande, então assim ela tem muitas reuniões também fora do equipamento né, ela fica muito fora da unidade por conta das reuniões externas também, acho que isso acaba sendo um dificultador né, de muita demanda assim, de estar bem sobrecarregado mesmo. A gente vê isso né, o tempo todo que ela está aqui, as vezes ela está no computador digitando alguma coisa, fazendo alguma planilha, então isso está bem complicado (Assistente Social - 09).

Já passei por “N” tipos de coordenação. Aqui é uma das mais tranquilas que eu estou, que não manda a gente fazer. Ela fala: vamos fazer, vamos juntos. Ela chega junto mesmo. Então é uma relação muito, uma relação de troca o tempo todo né. Isso valoriza muito o trabalho, valoriza muito o atendimento do usuário. O tempo todo que a gente chama, que a gente conversa, que a gente convoca, ela está junto. Enriquece muito o campo de trabalho ne (Assistente Social -13).

Corroborando com as respostas sobre a relação com a coordenadora, identificamos que dos 05 CRAS's que fizemos entrevistas com as assistentes sociais, 04 possuíam na coordenação uma profissional formada em Serviço Social, ocupando esta função a 01 ano e 06 meses, 02 anos e meio, 05 anos e 07 anos. Este dado aparece como um elemento facilitador para uma das profissionais que relatou que a sua relação com a coordenação é “ótima, a coordenadora do

CRAS é assistente social, então é muito tranquilo”. O fato de ter assistentes sociais ocupando o cargo da coordenação nos faz crer que a categoria profissional está rompendo com a concepção histórica que colocava o assistente social como mero executor de políticas sociais, passando a ocupar cargos de gestão e planejamento. No entanto, apesar desse avanço, uma entrevistada nos relatou que por estar no cargo da coordenação e este ser considerado pelos seus empregadores um cargo de confiança, a sua carga horária semanal é de 40 horas, dado este que diverge da legislação que prevê a jornada máxima de 30 horas semanais sem redução salarial para todos os/as assistentes sociais do país.

O assistente social ao ocupar cargos de coordenação, devido a sua formação generalista e pautada em uma perspectiva de compreensão de totalidade da realidade, possui condições favoráveis de transcender atividades meramente burocráticas e/ou administrativas e desenvolver ações pautadas no compromisso com a defesa e aprofundamento dos direitos, na democratização dos espaços públicos, no diálogo com os usuários dos serviços que estão sendo oferecidos nos CRAS's para que eles possam participar dos espaços de planejamento e no controle e avaliação dos serviços sócioassistenciais, realizando análises de conjuntura e dos diferentes projetos societários em disputa que impactam na gestão e execução das políticas, entre outras inúmeras potencialidades que estão articuladas aos princípios do Projeto Ético-Político.

100% das entrevistadas consideram ter autonomia nos CRAS's e segundo elas, se efetiva através dos atendimentos individuais e grupais (12,50%); na seleção das famílias para inserirem em programas como o Segurança Alimentar (PSA) e vagas nas creches (12,50%); na execução do planejamento (12,50%); autonomia para propor, organizar o trabalho no CRAS e no atendimento aos usuários (31,25%); autonomia relativa na condução do trabalho pois necessita “prestar conta” a coordenadora (6,25%) autonomia na condução do trabalho porém há um direcionamento mínimo (12,5%); do respeito dos outros profissionais e da coordenação e também com o respaldo do Código de Ética (6,25%) e de forma relativa, porque segundo a entrevistada ela é inexperiente na assistência social, e ao propor ações entende que deve passar pelo crivo de outra profissional que está a mais tempo no serviço (6,25%).

A autonomia relatada por 100% das entrevistadas é relativa e não completa devido ao assistente social ser um trabalhador assalariado e o seu empregador determinar o público alvo que irá atender, os meios e recursos para a viabilização do trabalho, “[...] impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado” (IAMAMOTO, 2015, p.215). Ou seja, a

instituição empregadora incide nas condições do desenvolvimento do exercício profissional e na efetivação do projeto profissional crítico nos variados espaços sócio ocupacionais.

Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis a objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades a realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2015, págs. 218-219).

No entanto, compreender o exercício profissional apenas do ponto de vista subordinado às imposições do mercado de trabalho e de seus empregadores é um equívoco, uma vez que o assistente social dispõe de autonomia relativa resguardada pela legislação profissional e que lhe permite imprimir uma direção social ao seu exercício profissional. Portanto, “resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas” (IAMAMOTO, 2015, p.219).

Os depoimentos a seguir demonstram que embora existam limites para a realização do trabalho do assistente social, conforme explicitamos anteriormente, a relativa autonomia se efetiva no CRAS através dos atendimentos individuais e grupais; na proposição de novas frentes de trabalho e, na inclusão dos usuários em programas e projetos sociais, espaços esses em que os assistentes sociais podem conduzir o seu exercício profissional de acordo com a sua direção social, sem imposição do seu empregador. Ou seja, apesar de condições de trabalho que impõem limites para o exercício profissional, eles não se caracterizam como um impeditivo de ações profissionais propositivas, críticas e que podem repercutir em ganhos e avanços para os trabalhadores, posto que há “uma contradição que ao nos garantir espaço de atuação e autonomia por um lado e condicionar a atuação profissional por outro, abre espaço para o enfrentamento dos limites e aproveitamento das possibilidades que ela própria gera” (VASCONCELOS, 2015, p.256).

Autonomia relativa. Através das nossas ações mesmo, atendimento do usuário, através de proposta de ações de trabalho que a gente pode fazer né? Desenvolver alguma ação, desenvolver algum trabalho específico com algum

grupo né? Mas algumas coisas a gente têm que acatar e fazer (ASSISTENTE SOCIAL - 03).

Dentro disso, das nossas ações que estão previstas para a gente, a direção que cada um dá para o trabalho, isso é muito respeitado, né, a partir da coordenação é muito respeitado, né, numa tomada de decisão, por exemplo se vai incluir ou não vai incluir uma pessoa, né, isso é muito respeitado. Essas ações, né, do dia a dia. Mas a nossa autonomia, pensando numa questão macro de gestão, aí ela é relativa, aí vem para a gente prazo, essa questão de cadastro de creche tem uma discussão muito grande se ele vai ficar com a Assistência ou se vai para a Educação, aí nesse ano de 2015 foi definido que a Assistência ia estar fazendo, então assim, né, foi definido pelos gestores e chegou para a gente ‘cumpra-se’, então é mesmo relativo [...] (ASSISTENTE SOCIAL -06).

Outro importante relato de uma entrevistada que ocupa o cargo da coordenação exemplifica a possibilidade de efetivação da relativa autonomia no exercício profissional ao nos revelar que “existe um direcionamento da política para a atuação no CRAS, porém há uma possibilidade de usar o melhor instrumento, usar a melhor técnica de trabalho, de priorizar uma área a outra” (ASSISTENTE SOCIAL – 15). Embora a entrevistada tenha feito menção a sua área de atuação enquanto coordenadora, é importante destacar que as exigências dos empregadores e da própria política de assistência social fazem parte do exercício profissional do assistente social em qualquer espaço de trabalho, mas há possibilidades de atribuir um outro direcionamento na realização dessas ações, identificando formas de contribuir com a defesa e garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora, reiterando a importância da consolidação da cidadania enquanto tarefa primordial de toda sociedade.

Inadvertidamente alguém pode supor que numa conjuntura de crise estrutural como está o projeto ético-político profissional perde relevância e possibilidades concretas de materialização. Considerando que assistentes sociais atuam nas expressões da questão social e na mediação de direitos para atendimento às necessidades da população usuária, quanto mais esta categoria for capaz de decifrar e apreender as determinações sócio históricas, mais terá condições para elaborar respostas profissionais qualificadas. A efetivação do projeto passa também pela capacidade dos profissionais para identificar a insuficiência das respostas do Estado e assim explicitar o que falta e o que restringe nas políticas e programas sociais tal como se apresentam (SANTOS, 2010, p.712).

Ao longo deste item, procuramos guiar as nossas análises sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no CRAS apresentando as inflexões significativas que incidem sobre as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político. Essa problematização fez-se necessária para ressaltar que a efetivação de qualquer projeto, sobretudo, um projeto profissional crítico,

não depende apenas da vontade e do pensamento de cada profissional individualmente, mas requer condições necessárias à sua efetivação.

Diante do contexto de precarização das condições de trabalho destacado nos relatos das assistentes sociais, entendemos que este pode ser um fator a contribuir para a desmotivação dos assistentes sociais para a realização do seu trabalho e concomitante, ser um elemento facilitador do retorno de ações pragmáticas, burocráticas e conservadoras conforme expõe Barroco (2011, p.212-213):

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico é teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionalistas, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista.

Sendo assim, concordamos com Vasconcelos (2015, p.245) que não é suficiente apenas identificar as péssimas condições de trabalho que os assistentes sociais estão submetidos, “mas identificar e criar mecanismos e estratégias de ação no enfrentamento dessas condições adversas que são próprias, não somente de todos os profissionais, mas do conjunto dos trabalhadores na sociedade do capital”. Logo, apesar da conjuntura atual ser perpassada por contradições, limites e desafios para um agir profissional crítico e de qualidade, é na organização coletiva que encontramos o apoio necessário para a luta e para o enfrentamento ao capital, e concomitantemente para a defesa dos princípios éticos fundamentais que nos possibilitam criar estratégias profissionais balizadas pelo Projeto Ético-Político e que respondem com qualidade e criticidade as demandas apresentadas pelos usuários, reafirmando o nosso compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

3.4.1 Exercício profissional do/da assistente social e a referência do Projeto Ético-Político: limites e potencialidades

Conforme sinalizamos anteriormente, a todo momento no cotidiano profissional os assistentes sociais realizam escolhas que podem estar orientadas por uma racionalidade crítico-dialética e aliadas a dimensão teórico-metodológica e a princípios éticos-políticos. A referenciação a princípios éticos-políticos deve-se ao nosso entendimento que a ética se relaciona intrinsecamente com a política, pois conforme Netto (2007, p.8) “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-

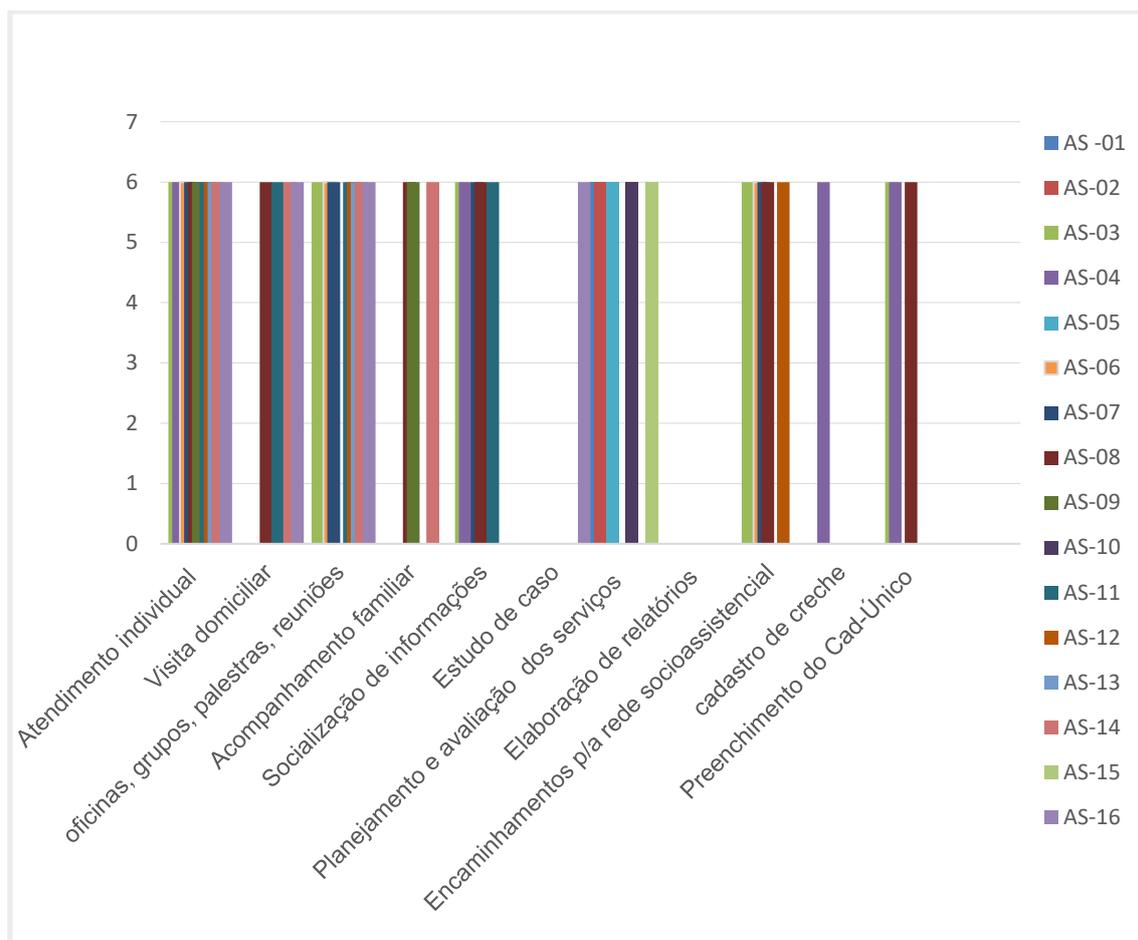
profissional”. Sendo assim, os princípios e diretrizes presentes no Projeto Ético-Político e expressos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 podem ser materializados nas instâncias político-organizativas, na produção de conhecimentos, na dimensão jurídico-político da profissão, e no cotidiano profissional, uma vez que “sabemos que esses só ganham significado, podem ser objetivados, no âmbito das situações concretas” (FORTI, 2010, p.122).

Se assim não for considerado, incorreremos nos limites do formalismo, cuja lógica do “deve ser” obscurece a importância dos elementos materiais, transformando a ética em mero conteúdo prescritivo desvinculado da realidade concreta (do ser), ou de um plano ideal que sustenta uma ética da intencionalidade, no qual a intenção do ato constitui critério decisivo (FORTI, 2010, p.122).

Neste item, trazemos as análises que circunscrevem ao exercício profissional do assistente social na proteção social básica, dentre elas: as atividades desempenhadas no CRAS, composição da equipe profissional, atribuições de cada membro da equipe, existência ou não do arquivo privativo, as principais demandas do SUAS para o exercício profissional, entre outros elementos.

No que concerne as principais atividades desempenhadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's), as entrevistadas disseram realizar atendimentos individuais, trabalhos coletivos (oficina, grupos, reuniões) - apesar de não possuírem espaço físico adequado para a realização dos mesmos, visitas domiciliares, encaminhamentos diversos, socialização de informações sobre os serviços prestados nos CRAS's e os disponíveis na rede socioassistencial, entre outros, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2- Principais atividades desempenhadas no CRAS.



Fonte: Elaboração feita própria.

Nesta questão sobre as principais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais nos CRAS's, percebe-se que em suas respostas as entrevistadas apresentam as suas ações profissionais e os instrumentos utilizados para a realização das mesmas. De acordo com Santos, Souza Filho e Backx (2012) as atividades/ações profissionais possuem uma abrangência maior e se relacionam diretamente com as atribuições privativas e competências profissionais conforme previsto na Lei de Regulamentação da Profissão (nº8. 662, de 07 de junho de 1993). Corroborando com o pensamento dos autores supracitados, Trindade (2012, p.70) explica que as ações profissionais¹⁰³ são atribuições e competências que viabilizam as respostas profissionais, tais como: "executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultor". Portanto, as ações profissionais materializam

¹⁰³ Trindade (2012) categoriza os instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais no exercício profissional como de *caráter individual*, *caráter coletivo*, *caráter administrativo organizacional*, de *formação profissional*, de *capacitação* e de *pesquisa*. Todavia essa categorização feita pela autora não imputa dizer que determinado instrumento será apenas utilizado em determinada abordagem (individual ou coletiva), ou seja, a autora apenas os categoriza para facilitar a reflexão sobre esses instrumentos.

o caráter interventivo da profissão, na medida em que possibilitam ao assistente social responder as demandas da instituição empregadora e as demandas dos usuários. Contudo, as ações profissionais só materializam o caráter interventivo da profissão se estiverem interligadas com as políticas sociais, com os usuários, com os movimentos sociais, ou seja, relacionadas ao Serviço Social (TRINDADE, 2012).

Para o desenvolvimento das ações profissionais, é necessário que o profissional utilize os instrumentos e técnicas a fim de atingir as finalidades pré-estabelecidas de acordo com a sua direção social. Sendo assim, as entrevistas, visitas domiciliares, grupos, reuniões, planejamento e avaliação citados pelas profissionais são instrumentos e as orientações aos usuários sobre os seus direitos, serviços oferecidos pela rede sócioassistencial, encaminhamentos, acompanhamento familiar, avaliação socioeconômica para a inserção em programas sociais constituem as ações profissionais. Dessas importantes ações profissionais, a socialização de informações no âmbito do exercício profissional merece destaque, pois conforme reitera Iamamoto (2015) pode vir a contribuir com a reafirmação dos direitos sociais dos usuários. Desta forma, a socialização de informações não se limita ao repasse de orientações sobre os procedimentos e normas da instituição e das políticas sociais, na medida em que se pauta por uma relação democrática entre o profissional e o usuário, com a valorização do diálogo e da construção coletiva de reflexões críticas. “Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas – para além das aparências e dos dados imediatos – assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos” (IAMAMOTO, 2015, p.427). Sendo assim, as ações profissionais extrapolam o caráter individual na medida em que entendem que os usuários estão inseridos em uma totalidade social e constituem parte de uma coletividade.

Os Parâmetros para Atuação dos assistentes sociais na política de Assistência Social (2011) elencam um rol de atividades que o assistente social pode vir a desenvolver nesta política, como

[...] realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública, empresas e organizações da sociedade civil; realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; participar nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social na condição de conselheiro/a; elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as;

acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as; supervisionar direta e sistematicamente os/as estagiários/as de Serviço Social [...] (CFESS, 2011, págs.22-23).

O documento supracitado, alerta também para o desafio de não restringir o exercício profissional aos “atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um “grande plantão de emergências”, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda” (CFESS, 2011, p.24). Sendo assim, a partir desses espaços individuais e coletivos, é possível informar os usuários sobre os seus direitos sócioassistenciais e sobre a obrigatoriedade do Estado em garantir a sua implementação; estimular a organização coletiva desses sujeitos; realizar pesquisas sobre a realidade vivenciada pelos usuários, as demandas implícitas e explícitas, etc.

Sobre os principais instrumentos de trabalho, as assistentes sociais destacaram a entrevista, visita domiciliar, reuniões e grupos. Enfatizaram que também utilizam os instrumentos que são da própria política de assistência social, como formulários de cadastro para programas sociais, planilhas, Cadastro Único, registro quantitativo de atendimento diário e mensal.

A visita né? Os atendimentos individuais, os atendimentos coletivos né? O trabalho em grupo. A é! Eu estou falando o delas. Porque assim, gente, é muito difícil se desvestir do que você é. Igual eu brinco, aqui é passageiro, o que eu sou é isso (*assistente social*), eu tento né? Então do coordenador são as reuniões, os atendimentos individuais também, seja com o funcionário, seja com o próprio usuário né? São assim os dois instrumentos de trabalho básicos e as visitas institucionais (ASSISTENTE SOCIAL -01).

Esses instrumentos específicos da política de assistência social, segundo as assistentes sociais não podem ser escolhidos por elas, porque já vêm prontos do Governo Federal. No entanto, o assistente social ao preenchê-los tem autonomia para realizar esse processo, podendo fazê-lo de acordo com o seu arsenal teórico-metodológico e ético-político.

Todos os formulários já vêm prontos. Há uma construção diária para se realizar o trabalho mas todos os instrumentos já vem prontos do sistema, é criado muito pouco em cima disso, como os do grupo dos idosos que vem sendo aprimorados pois há autonomia pra isso. Sendo então os formulários são estabelecidos em reuniões entre a coordenação e a gestão ou definidos pela política (MDS, como o Cad Único) (ASSISTENTE SOCIAL -01).

Para além dos instrumentos pré-estabelecidos, existem aqueles que o assistente social dispõe de autonomia para escolher, como a entrevista por exemplo, sendo que para 43,75% das

entrevistadas, essa escolha é feita de acordo com as demandas e necessidades que chegam para o Serviço Social.

De acordo com a necessidade, então por exemplo, se você viu, você começa, você faz um primeiro atendimento com a família, se você viu que a família não teve muita adesão no primeiro momento, aí você opta por uma visita domiciliar. E pode ser o contrário, você faz uma busca ativa na casa dela né, e você vê que pela busca ativa, pelo ambiente não estava muito favorável para a visita, aí você faz o caminho inverso, aí você opta por um atendimento individual. E no atendimento individual, se você vê que é uma situação que ela pode tá sendo discutida em reuniões com outras famílias, aí você também... então vai ser muito assim, a opção do instrumento vai ser de acordo com a temática que tá mais é, assim, chamando mais atenção da família e com o interesse da família, que as vezes você vai fazer um acompanhamento familiar mas que você vê que ela não tem o perfil que gosta de participar de reunião, então você respeita e faz o atendimento individual e vice-versa (ASSISTENTE SOCIAL -08).

A utilização de instrumentos e técnicas requer conhecimento sobre a realidade e também um processo de escolha frente à utilização destes instrumentos e técnicas enquanto meios para atingir os fins propostos. Os instrumentos e técnicas utilizados para atingir uma finalidade específica não são neutros, uma vez que imprimem uma determinada direção social ao exercício profissional, reafirmando a concepção de mundo e de profissão que o assistente social carrega consigo. Para a escolha dos instrumentos utilizados durante o exercício profissional do assistente social, cabe um cuidado muito grande para que a utilização dos mesmos não se reduza a exigências institucionais puramente.

[...] os instrumentos estão intimamente relacionados com a profissão, com as condições objetivas e subjetivas de trabalho e com o tipo de demanda que chega aos profissionais, sua origem e a que ela [profissão] pretende responder. (SANTOS; NORONHA, 2010. p.155).

Diante do exposto, entendemos que a escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados no exercício profissional deva acontecer a partir de uma leitura crítica e reflexiva diante da realidade e das situações apresentadas aos assistentes sociais. A direção social que atribuímos aos instrumentos utilizados no exercício profissional, revela um posicionamento do assistente social que se respalda em um referencial teórico e ético-político. É através do uso competente e de forma crítica que os instrumentos e técnicas possibilitam respostas profissionais compatíveis com o Projeto Ético-Político da profissão.

Assim, os instrumentos, enquanto elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa estão vinculados a uma fundamentação teórica e a uma determinada direção ético-política, configurando-se como ferramentas para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional (SANTOS *et. al.*, 2012b, p. 23).

As principais contribuições elencadas pelas entrevistadas acerca dos instrumentos utilizados durante a execução do exercício profissional foram: possibilitam conhecer a realidade vivenciada pelos usuários e identificar as suas demandas; auxiliam na resolutividade das demandas e no direcionamento para as atividades; qualificam os atendimentos e o processo de trabalho e também dão suporte para avaliar a eficiência ou não das ações profissionais.

Conforme as locuções a seguir, os instrumentos auxiliam os profissionais no desenvolvimento de estudos voltados a conhecer melhor o público alvo do CRAS, ou seja, os sujeitos com os quais o assistente social trabalha no seu cotidiano profissional e que são os protagonistas na relação entre o Estado e as políticas sociais e podem viabilizar um atendimento qualificado quando se faz uso da dimensão investigativa, superando a imediaticidade da prática profissional a partir da compreensão da realidade e as suas múltiplas contradições e determinações. Desta forma, no cotidiano profissional dos assistentes sociais o lugar que a dimensão investigativa ocupa propicia reflexões teórico-críticas e ético-políticas sobre a cotidianidade, as mediações entre o singular-particular-universal e o conhecimento sobre os usuários das políticas sociais e concomitante o público atendido pelo Serviço Social nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, para além das tipificações próprias da política: pobre, vulnerável, em situação de risco social, etc., pois, “o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais” (IAMAMOTO, 2015, p.200).

[...] porque às vezes ele vem com uma demanda de uma cesta básica, mas por trás daquela solicitação tem muito mais e partir disso que temos que ter esse nosso olhar atento pra perceber essas questões que aí não, não vai ser dado por encerrado aquele atendimento, aí a gente vai tentar identificar pra poder marcar um outro atendimento, pra fazer um acompanhamento, porque às vezes é isso, ele chega inicialmente com essa demanda, mas por detrás disso tem muito mais e se a gente ficar só preso na questão do preenchimento do formulário, aí a gente às vezes vai fazer uma ação muito rasa (ASSISTENTE SOCIAL -06).

O registro é fundamental, porque garante a qualidade dos instrumentos. Qualificam os atendimentos... Já a ficha de indicadores objetiva o trabalho, qualifica o processo de trabalho (ASSISTENTE SOCIAL- 12).

A partir do relato da primeira assistente social supracitada (Assistente social-06) é possível retomarmos alguns elementos que foram trabalhados no capítulo II deste estudo referente as características do cotidiano e as formas de realizar a sua suspensão temporária. A profissional relata que durante os atendimentos individuais a esfera do imediato, da superficialidade extensiva se faz presente quando o usuário necessita de uma cesta básica para suprir um direito que é a alimentação, mas durante o atendimento, o profissional formado a partir de uma perspectiva de totalidade, com uma postura investigativa e com um direcionamento ético-político consegue transcender a esfera do imediato a partir de um conjunto de mediações. “Portanto, a partir da categoria mediação, por meio da razão teórica do movimento inerente ao real, possibilitará conhecer a realidade e dissolver a aparência fenomênica, própria da facticidade (imediatricidade)” (MORAIS; MARTINELLI, 2012, p.6). Logo, em um atendimento que poderia ser encerrado na entrega da cesta básica a depender do direcionamento profissional, a assistente social identifica outras expressões da questão social que necessitam ser trabalhadas no espaço do CRAS e com o suporte da rede sócioassistencial.

[...]salienta-se o quão importante é pensar e identificar o campo de mediações presentes nas demandas do Serviço Social, bem como, romper com as análises unilaterais que levam a vieses fatalistas, messiânicos ou voluntaristas. Afinal, nenhum ato do cotidiano profissional se apresenta diante do profissional como portador de mediações, mas inteiramente despido, caberá ao Assistente Social ser crítico e propositivo no desvendamento do jogo de forças conjunturais presentes no dia-a-dia da prática profissional (MORAIS; MARTINELLI, 2012, p.8).

O relato traz também uma importante reflexão sobre o preenchimento de formulários e papéis quando são feitos apenas para cumprir exigências burocráticas inviabilizando um atendimento de qualidade a partir da não identificação de demandas implícitas passíveis de um novo atendimento pela equipe do CRAS. Ademais, como esclarece Mattos (2017), o assistente social ao se deparar com a magnitude da realidade acaba por construir vários formulários, mas na entrevista ao se deparar com os inúmeros papéis, o profissional pode vir a dispensar mais atenção ao preenchimento dos formulários burocráticos do que no próprio usuário, na sua história de vida e nas demandas que lhe trouxeram até este espaço.

[...] muitas das fichas sociais possuem vários itens que, muitas vezes, o profissional de Serviço Social não pergunta ao usuário, e sem contar, que muitas das respostas captadas pelos profissionais de Serviço Social, não são, na sua maioria, aproveitadas para o atendimento ao usuário entrevistado e nem

para pesquisas ou para planejamento do Serviço Social, o que se houvesse contribuiria – ainda que indiretamente para o usuário, se os pressupostos da pesquisa e do planejamento fossem de ampliação do acesso aos direitos para os usuário (MATTOS, 2017, págs.118-119).

No relato da segunda profissional, percebemos a ênfase dada a importância do registro em uma perspectiva de qualificar os atendimentos e os processos de trabalho dos assistentes sociais na instituição, o que também pode ser utilizado para garantir a continuidade do trabalho por outro profissional. Portanto, as formas de documentação, dentre elas, o registro e o planejamento, desde que não sejam concebidas como atividades meramente burocráticas, podem ser compreendidas como ações que corroboram com o conhecimento das demandas dos usuários e com a criação de respostas qualificadas a elas e com novas frentes de trabalho, entre outras potencialidades.

O registro do exercício profissional é uma das expressões da materialização da intervenção profissional, que realizada num contexto de trabalho coletivo, terá a sua forma e conteúdo (o registro) também determinado por esse trabalho, ainda que essa não seja a única determinação (MATTOS, 2017, p.121).

Guerra (2016, p.93) alerta para a importância da sistematização da prática e a dimensão investigativa, posto que a “ausência de uma cultura de pesquisa e de sistematização da prática que possibilite acompanhar a dinâmica da realidade e refletir sobre ela, a apreensão imediata de uma realidade inusitada, se converte em verdade absoluta, em dogma”. Cabe destacarmos que a sistematização da prática não é uma simples junção de informações e dados coletados pelo Serviço Social, “pois estes tomados na sua aparência, sem uma problematização teórica e/ou desenvolvimento de pesquisas, serão a expressão fenomênica da realidade. A aparência é importante, mas não pode ser tomada isoladamente” (MATTOS, 2017, p.141).

Em relação a execução do trabalho, os CRAS's dispõem de uma equipe técnica composta pelas seguintes profissões conforme a tabela abaixo:

Tabela-2: Composição da equipe técnica de cada CRAS.

	Profissionais de nível superior	Profissionais de nível médio
CRAS A	-Assistentes sociais. - Psicólogos. - Pedagogos. - Economista. -Coordenadora (assistente social).	- Funcionários administrativos. - Auxiliar de serviços gerais.
CRAS B	-Assistentes sociais. - Psicólogos. - Pedagogos. -Coordenadora (assistente social).	Não mencionaram os profissionais de nível médio.
CRAS C	-Assistentes sociais. - Psicólogos. - Pedagogos. - Economista. -Técnico SUAS. -Coordenadora (assistente social).	-Funcionários administrativos - Auxiliares de serviços gerais.
CRAS D	- Assistentes sociais. - Psicólogos. - Pedagogos.	Não mencionaram os profissionais de nível médio.
CRAS E	- Assistentes sociais. - Psicólogos. - Pedagogos.	Não mencionaram os profissionais de nível médio.

Fonte: Elaboração própria.

Verificando a composição das equipes profissionais constitutivas dos Centros de Referência em Assistência Social de Juiz de Fora/MG identificamos que em relação aos profissionais de nível superior, há avanços na medida em que há a presença de mais áreas de formação do que exige a equipe mínima de profissionais (assistentes sociais e psicólogos)

conforme orientação da NOB-SUAS. Em alguns CRAS observamos conforme a tabela anterior, a presença de pedagogos e economistas.

Importante destacar que algumas entrevistadas ao responderem à pergunta referente à equipe técnica do CRAS afirmaram que todos que trabalham neste espaço são técnicos SUAS, conforme se observa na locução abaixo:

Aqui no CRAS são todos técnicos SUAS. Mas a gente tem profissionais formados em pedagogia, psicologia, serviço social, os administrativos interno e externo, os serviços gerais e a coordenadora que é assistente social (Assistente social-14).

Também tivemos a definição dos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS a partir das especificações das profissões que atuam neste espaço e a definição de técnico SUAS apenas vinculado a uma determinada profissão, como o caso do profissional formado em economia.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/SUAS-RH) a composição da equipe nos Centros de Referência de Assistência Social para a execução dos serviços, benefícios e programas nos municípios deve levar em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados em cada CRAS, bem como o tipo de atendimento prestado a essa população a partir da identificação de suas vulnerabilidades ou risco social. Independente do porte do município, cada CRAS deve ter um coordenador com nível superior e os seguintes profissionais:

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB/SUAS-RH, 2009, p.25.

Conforme a tabela anterior, é perceptível que a legislação NOB/SUAS-RH especifica a obrigatoriedade dos CRAS's em ter profissionais com nível superior formados em Serviço Social e em Psicologia e a presença de profissionais com nível técnico. Desta forma, a partir das respostas das entrevistadas, é possível afirmar que o município está parcialmente de acordo com a obrigatoriedade em ter equipes de referência para o desenvolvimento da assistência social, entretanto, os profissionais não são concursados.

A definição de técnico social que acompanha a realidade das políticas sociais brasileiras na atualidade, e especificamente nos CRAS's, onde os profissionais (assistente social e psicólogo) são contratados como técnicos de nível superior e formam uma equipe de referência nos CRAS's para o atendimento aos usuários, pode levar a alguns equívocos, como o entendimento de que, já que todos são técnicos SUAS, possuem as mesmas funções na execução das ações, serviços, benefícios e programas na assistência social. A fim de identificar qual a concepção das entrevistadas sobre essa problemática, perguntamos quais eram as atribuições de cada membro da equipe no CRAS e obtivemos de forma geral que 62,5% das entrevistadas consideram existir atribuições privativas; 25% disseram que como todos são técnicos SUAS não há nada específico de cada profissão na realização do trabalho e 12,5% optaram por não responder à pergunta. Dentre o percentual que afirmaram a existência de atribuições privativas, 43,75% mencionaram que há atribuições gerais de todos os profissionais e aquelas que são privativas de cada profissão; 12,5% relataram que todos são técnicos SUAS e o privativo do assistente social é a avaliação socioeconômica para entrar nos programas, creche, inserção no Programa de Segurança Alimentar (PSA) e a emissão de declaração para documentos; e 6,25% também afirmaram que todos são técnicos SUAS e o trabalho é desenvolvido a partir da divisão de cada região, sendo que o específico de cada profissão acontece nas discussões de caso.

As profissionais que afirmaram ter atribuições gerais de todos os profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS e as atribuições privativas de cada profissão (43,75%), exemplificaram suas respostas da seguinte maneira:

Antes só as assistentes sociais preenchiam o Cad Único e faziam a visita domiciliar, porém hoje em dia, com a linha e definição de técnico SUAS, todos fazem as mesmas atividades, porém cada um com seu direcionamento e atribuições privativas de cada profissional (ASSISTENTE SOCIAL-01).

Então, tem as atribuições né, que todo mundo desenvolve a mesma atividade e tem as atribuições específicas de cada, de cada profissão né. Hoje o assistente social ele fica responsável pelo que é específico nosso né, que a gente fica responsável que é pelo grupo do PSA, que é o Programa de Segurança Alimentar. [...]. Tem o atendimento individual né, que aí cada um é específico de cada área, tem o acompanhamento das famílias de BPC que

também é restrito aos assistentes sociais e, eu acho que é isso (ASSISTENTE SOCIAL-09).

Então plantão a gente tem o rodízio de plantão independente da formação, tem técnico SUAS, tem psicóloga, tem a pedagoga né?! Se for solicitações de serviços que não são privativos de nenhuma dessas profissões todos podem estar atendendo, orientando e encaminhando. Então as atribuições têm aquelas que são generalistas mesmo, que são do SUAS e tem também aquelas específicas, que cada um dentro da sua formação vai executar. Se for uma demanda de psicologia é a psicóloga que vai atender, a marcação é direto pra ela né? Se tem aqui, por exemplo, seleções socioeconômicas, que a gente sabe né? Que pelo Código é privativo do Serviço Social e tem né? Para a creche, para o programa de PSA, o assistente social que vai estar fazendo. Então a gente garante aquilo que é função privativa, mas tem algumas que são para todos os técnicos (ASSISTENTE SOCIAL-10).

O percentual de 12,50% que demarcaram apenas a avaliação socioeconômica para a concessão de vagas em creches, programas sociais, tais como o de Segurança Alimentar e a emissão de pareceres para a emissão de documentos como atribuições privativas dos assistentes sociais nos CRAS's, expõem que tudo que envolve parecer sobre vulnerabilidade social dos usuários é de responsabilidade do Serviço Social.

[...]. Eu estou marcando a diferença, é... cadastro pro Bolsa Família, encaminhamento para documento é só o Serviço Social, porque envolve parecer social sobre a vulnerabilidade, então a gente dá... assina, que a pessoa está dentro dos critérios de vulnerabilidade social, não tem esses, então só o Serviço Social que pode carimbar e assinar, é... Bolsa Família, programas sócioassistenciais cursos diversos, é... isenção, de é... taxa de concurso público através do CADÚNICO, ai são atribuições de todos né? O Cadastro único é atribuição de todo mundo, todos os técnicos fazem a diferença é a finalidade para que o usuário faz. (ASSISTENTE SOCIAL-12).

Agora o que é específico que eu posso colocar do Assistente Social é a avaliação para entrada, dos critérios, né, para a entrada dos programas, hoje que tem dentro do CRAS é o Assistente Social. Específico do Serviço Social, então para fazer classificação de creche, para fazer inclusão no PSA é só o Assistente Social que faz isso (ASSISTENTE SOCIAL-05).

As atribuições privativas realizadas pelas assistentes sociais conforme os relatos citados, são atividades que historicamente fazem parte do exercício profissional do assistente social, como a análise socioeconômica. Importante destacar que a realização de estudos socioeconômicos é feita “com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993, p.2).

Os estudos socioeconômicos, juntamente com outras atividades, aparecem no artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão que versa sobre as competências profissionais e também no artigo 5º ao referir-se as atribuições privativas, ocasionando uma duplicidade e um entendimento errôneo sobre a distinção entre atribuições privativas e competências profissionais. Sobre este assunto, Iamamoto (2012) destaca que o parecer da assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social, Sylvia Helena Terra, é esclarecedor ao afirmar que essas atividades que aparecem de forma dúbia nos dois artigos, devem ser entendidas como atribuições privativas do assistente social. Sendo assim, de acordo com a referida lei, as competências profissionais são ações/atividades que qualquer profissional pode fazer, inclusive o assistente social, desde que se tenha capacidade para isso, e as atribuições privativas referem-se as atividades que devem ser executadas por um profissional formado em Serviço Social e com registro no conselho de sua jurisdição por se tratar de atividades que envolvem matéria, área e unidade do Serviço Social.

No sentido etimológico, segundo o Dicionário Caldas Aulete (1958) a matéria diz respeito "à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente". A área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social e a unidade do Serviço Social não se reduz a uma visão administrativa enquanto órgão de uma entidade, definido em seu organograma, tal como se identifica no senso comum. Pode ser ainda compreendida como "a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim" ou "agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências". Em síntese, a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho (IAMAMOTO, 2012, p. 39).

Entretanto, conforme as entrevistas, o que nos preocupa é apenas a indicação da avaliação socioeconômica como atribuição privativa do assistente social no CRAS, o que pode estar relacionado com a trajetória histórica que os estudos socioeconômicos possuem ao longo do desenvolvimento da profissão, constituindo-se um espaço privilegiado para o exercício profissional dos assistentes sociais em instituições públicas e privadas. Mioto (2009) destaca que os estudos socioeconômicos tiveram um largo desenvolvimento com a influência do Serviço Social norte-americano, especificamente com o procedimento do Serviço Social de Caso, e a concessão de auxílios materiais como alimentos, roupas e alguns serviços baseados em julgamentos morais sobre as condições de vida dos usuários. Sendo assim, alguns instrumentais técnicos como a entrevista e a visita domiciliar foram aprimorados com o claro intuito de fiscalizar os modos de vida das famílias. Somente com a Renovação do Serviço Social

brasileiro, especificamente com a vertente de intenção de ruptura (NETTO,2008) que esta lógica que permeava a utilização dos instrumentos adquire uma nova concepção pautada no entendimento das expressões da questão social como decorrentes do conflito entre capital e trabalho, que a escolha dos instrumentos com base nas finalidades e a sua utilização pautada no compromisso ético e político se fará mais presente.

A partir da perspectiva crítica-dialética, os estudos socioeconômicos passaram a assumir a devida importância para o enfrentamento das expressões da questão social a partir do entendimento de que os usuários que acessam as políticas sociais são detentores de direitos sociais, embora a orientação que prevaleça principalmente na política de assistência social é a seletividade para a escolha daqueles que mais precisam dentre os “vulneráveis”. Isso reforça o nosso entendimento de que os estudos socioeconômicos para a concessão de cestas básicas e inserção em programas sociais devam ser realizados por assistentes sociais por se tratar de atribuições privativas, e ao ser desenvolvido por um assistente social pode vir a desencadear o desenvolvimento de novas ações que vislumbrem necessidades dos usuários que nem sempre estão visíveis imediatamente ou são por eles verbalizadas.

Porém, os estudos socioeconômicos não devem constituir-se como a única atribuição privativa dos assistentes sociais no CRAS ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional e tampouco as ações profissionais podem se guiar apenas pela análise dos critérios que possuem as políticas sociais para a inserção destes usuários nos programas, suprimindo o fato de que toda ação deve estar orientada pela dimensão teórico-metodológica e por finalidades ético-políticas. O componente ético-político possibilita ao assistente social realizar as mediações entre singular, particular e o universal, compreendendo que a realidade vivenciada pelos usuários é singular, mas a partir da particularidade é possível compreendê-la como partícipe de um contexto macro societário de exploração dos trabalhadores, expressando uma realidade universal, e a partir de então, desenvolver ações com uma perspectiva coletiva, de mobilização da população, o que é imprescindível para o acúmulo de forças contrária aos enormes retrocessos que estamos vivenciando na atualidade.

A compreensão por 25% das entrevistadas de que não existem atribuições privativas de cada profissão na condução do trabalho no CRAS é potencializada pelo próprio formato das políticas sociais que corroboram para a dissolução das atribuições privativas de cada profissão, na medida em que os profissionais são contratados a partir do cargo de técnico social e, portanto, realizam as mesmas atividades, ou seja, desenvolvem apenas as competências que qualquer profissional pode vir a ter, desconsiderando a formação profissional e as especificidades de

cada profissão, e em muitas situações o desenvolvimento dessas ações se caracteriza como desvio de função.

Para Guerra (2016, p.104) a diluição das particularidades das profissões a partir da formatação das políticas sociais é parte de um específico movimento de retirada das profissões “da sua natureza, matéria, saberes interventivos e habilidades, valores, conteúdos concretos de sua especialidade profissional, atribuindo-lhes múltiplas funções estranhas a sua cultura profissional” imprimindo para as profissões uma lógica tecnológica, gerencialista, com forte apelo a produtividade e eficiência, características essas, próprias da racionalidade formal-abstrata.

É próprio da sociedade burguesa racionalizar cada vez mais a divisão do trabalho, reduzindo as diferenças entre as profissões e assumindo sistemas que permitam cada vez mais administrar a sociedade por meio da chamada “administração racional”. A racionalidade formal-abstrata opera aí com perfeição! É formal, por se restringir a formas próprias da padronização atual das políticas sociais e à lógica dos sistemas, é abstrata porque retira das profissões seus conteúdos concretos, seu espaço na divisão sociotécnica do trabalho que responde a um conjunto de demandas socioprofissionais e políticas, fazendo tábula rasa da formação, do universo cultural de cada profissão, dos projetos profissionais e de projeto de sociedade de cada uma (GUERRA, 2016, p.105).

As respostas das profissionais sobre a inexistência de atribuições privativas são preocupantes pois demonstram defasagens na apropriação do conteúdo da Lei de Regulamentação da Profissão (nº8.662) aprovada em 07 de junho de 1993 que especificamente no seu artigo 5º dispõe sobre as atribuições privativas:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de

Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS, 1993, p.2).

A possível apropriação insuficiente sobre esta legislação compromete o exercício profissional uma vez que as atribuições privativas do assistente social podem estar sendo realizadas por outro profissional que não é formado em Serviço Social e que, portanto, não está apto a desenvolver tais ações profissionais, comprometendo não só a qualidade dos serviços prestados aos usuários e famílias que acessam o CRAS, mas também a perspectiva de garantia e ampliação de direitos, bem como a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político a partir das ações profissionais.

Outra questão diz respeito a perda do espaço/importância do assistente social para o desenvolvimento do trabalho, o que não se traduz em supressão da contratação do Serviço Social, pois conforme se viu anteriormente em tabela do Ministério de Desenvolvimento Social, é obrigatória a presença de um profissional de nível superior formado em Serviço Social para compor a equipe técnica do CRAS. Mas, o assistente social perde na qualidade do seu serviço, nas possibilidades de criar novas propostas de trabalho, na visibilidade da profissão e no seu significado enquanto profissão “inscrita na divisão social e técnica do trabalho”, na investigação e sistematização do exercício profissional e no direcionamento ético-político que poderia imprimir as suas ações profissionais no cotidiano de trabalho na política de assistência social.

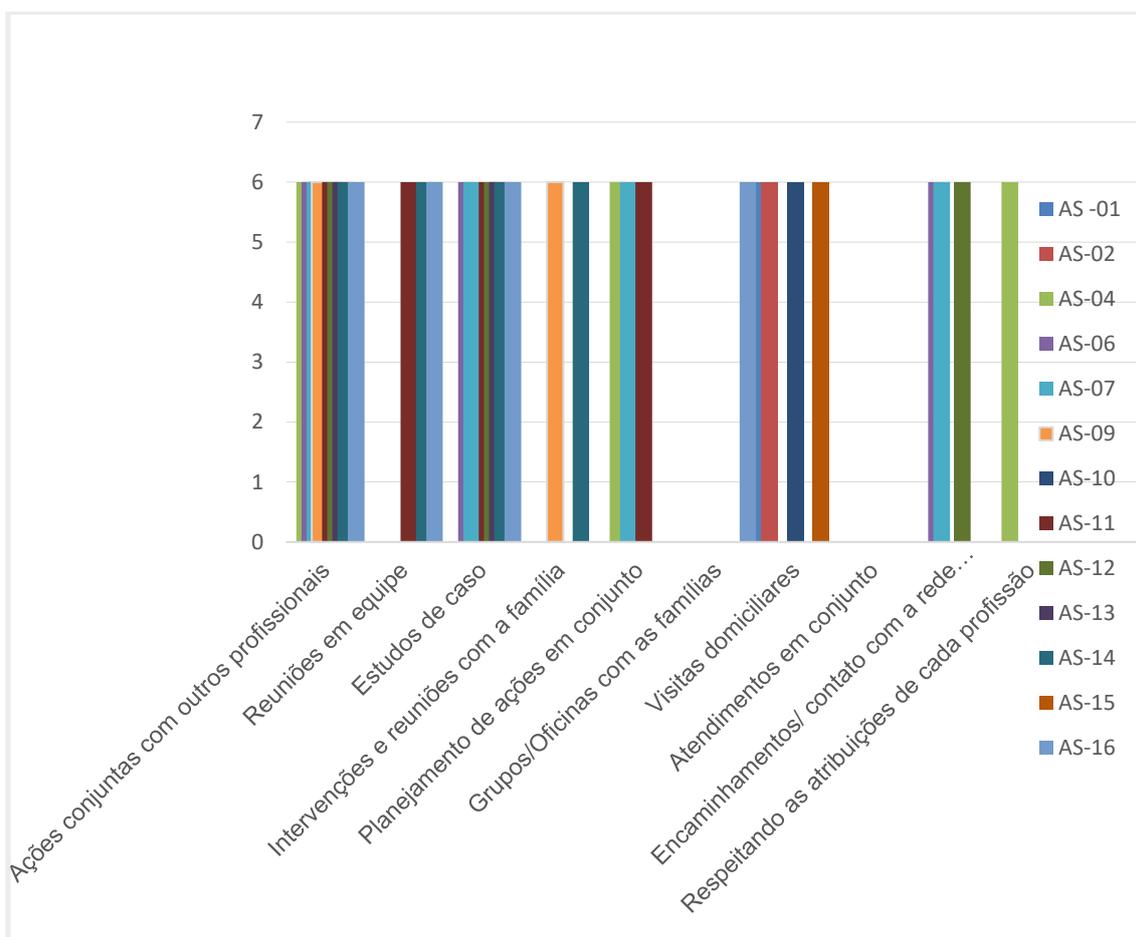
Desta forma, a Lei de Regulamentação da Profissão juntamente com o Código de Ética Profissional e os demais aparatos normativos da profissão, devem vir a se tornar um guia, um norte para o exercício profissional. Ao falarmos deste subsídio que a Lei de Regulamentação da Profissão pode propiciar ao exercício profissional, entendemos que em muitas situações complicadas como a exigência por parte de funcionários da instituição e até mesmo dos empregadores em realizar ações que não competem ao assistente social, deve-se utilizar essa legislação como um respaldo à ação contrária do profissional em desenvolver tais atividades, ou seja, o conhecimento dos aparatos normativos qualifica e respalda as ações profissionais.

Na contemporaneidade, com o avanço do neoconservadorismo e com os inúmeros retrocessos em decorrência das transformações societárias que se processaram nas últimas décadas, não temos um cenário favorável para a efetivação do Projeto Ético-Político, e caso o assistente social não ocupe o seu espaço de trabalho e o desenvolva a partir das suas

competências e atribuições privativas, ficará ainda mais difícil fortalecer esse projeto profissional crítico e lutar pela construção de um novo projeto societário.

Em relação ao trabalho interdisciplinar no CRAS, 81,25% (13 assistentes sociais) afirmaram que o mesmo se realiza, segundo o gráfico abaixo, a partir do planejamento e de ações conjuntas com outros profissionais, estudos de casos, intervenções com as famílias a partir de reuniões e oficinas, entre outros. E 18,75% (03 assistentes sociais) disseram que o mesmo não se realiza no CRAS e avaliaram a necessidade de algumas mudanças que seriam pertinentes para o aprimoramento deste trabalho, como os atendimentos em conjuntos com mais frequência e capacitações para os profissionais, uma vez que este trabalho ainda está sendo desenvolvido de forma segmentada, sem uma perspectiva ampla que contemple o todo.

Gráfico 3- Realização do trabalho interdisciplinar no CRAS.



Fonte: Elaboração própria.

Com base nos Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) o trabalho interdisciplinar se justifica a partir da possibilidade de dar respostas

individuais e coletivas pautadas no trabalho em equipe e na perspectiva de totalidade. Desta forma, a interdisciplinaridade enquanto uma face do processo coletivo de trabalho, requer “uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2011, p.27).

As legislações próprias da política de assistência social, como a NOB/SUAS-RH (2006), especificam que o desenvolvimento do trabalho na política de assistência social deve acontecer a partir da troca de saberes entre as profissões que compõem a equipe técnica do CRAS e da articulação do conjunto das políticas sociais para que as ações profissionais estejam em consonância com a perspectiva de totalidade, almejando superar ações fragmentadas e individualizadas. A interdisciplinaridade é compreendida nos documentos que versam sobre a política de assistência social, tais como as Orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) elaborada em 2009, como

[...] um processo dinâmico, consistente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetivos e instrumentos de conhecimento distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes. A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum (MDS, 2009, p. 65).

Para Vasconcelos (2002) a interdisciplinaridade pode ser entendida também como reciprocidade e enriquecimento mútuo mediante as relações estabelecidas entre os campos que estão envolvidos.

Exige a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando-se em comum os princípios e os conceitos fundamentais, esforçando-se para uma decodificação recíproca da significação, das diferenças e convergências desses conceitos e, assim, gerando uma fecundação e aprendizagem mútua, que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2002, p.47).

Portanto, a interdisciplinaridade está muito além da inserção de várias profissões no mesmo espaço sócio ocupacional, devendo as mesmas interagirem entre si e não apenas compartimentadas em suas áreas do saber, o que “requer que cada uma das áreas exerça o seu potencial de contribuição preservando a integridade de seus métodos e conceitos”, pautando-se

na “autonomia de cada uma das profissões envolvidas, cujo relacionamento deve tender a horizontalidade” (SILVA; MENDES, 2013, p.55).

Partindo deste pressuposto que o trabalho interdisciplinar não anula as diferenças e especificidades de cada profissão, inexistindo então um saber genérico, indagamos para as profissionais se elas identificam as atribuições privativas do assistente social no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e as respostas revelam que, embora os atendimentos sejam realizados em conjunto com a equipe de referência, quando identificadas demandas com os usuários nos atendimentos e com as famílias em reuniões, oficinas e visitas domiciliares que não competem ao assistente social - como questões que envolvem aspectos psicológicos e/ou pedagógicos, por exemplo – são realizados atendimentos individuais com o profissional que possui capacidade e formação específica para tal, uma vez que, embora o trabalho deva ser interdisciplinar, o assistente social não possui competência para desenvolver ações que são privativas da Psicologia ou da Pedagogia, do mesmo modo que estas não estão aptas para atender demandas em matéria de Serviço Social.

Mediante o exposto, no trabalho interdisciplinar o assistente social deve assegurar a especificidade de sua área de atuação, conforme explicita a resolução do CFESS de nº557/2009.

Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica. Parágrafo segundo - O assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CFESS, 2009, p.2).

Conforme o depoimento das assistentes sociais entrevistadas, o papel do assistente social no trabalho interdisciplinar envolve a percepção de aspectos sociais no cotidiano das famílias, orientações acerca dos direitos sócioassistenciais, bem como ações que objetivam assegurar esses direitos, pautadas na compreensão de totalidade sobre as múltiplas expressões da questão social que assolam a vida dos usuários.

Ah, acho que é muito amplo né falar o papel... Papel né a gente desenvolve o, acho que nosso diferencial é, é a visão de totalidade que a gente tem né, então a gente consegue ver além do indivíduo né, além daquele momento. E eu acho que esse papel é muito importante né, nessa, nesse trabalho interdisciplinar. Mas a gente trabalha de todas as formas né, na elaboração né, tudo a gente tá

junto com o psicólogo, mas eu acho que a nossa diferencial nesse papel é mesmo o olhar, essa visão de totalidade (ASSISTENTE SOCIAL-07).

Então é ele trazer o seu conhecimento sobre o que vem a ser essas vulnerabilidades, essa questão social que a gente tanto fala, o que vem a ser os elementos que determinam isso. Eu acho que o assistente social traz dentro dessa visão generalista mesmo. Porque a gente precisa conhecer um pouco de cada situação que interfere na vida dos indivíduos né (ASSISTENTE SOCIAL-15).

Nos relatos é possível identificarmos uma postura crítica a partir de uma perspectiva de totalidade, compreendendo os determinantes econômicos, sociais e culturais que incidem diretamente no cotidiano dos usuários da política de assistência social; a identificação por parte das assistentes sociais sobre o seu objeto de intervenção e as particularidades que envolve o seu fazer profissional no trabalho interdisciplinar, constituindo um elemento importantíssimo e facilitador para um bom desenvolvimento do trabalho em equipe comprometido com a qualidade dos serviços oferecidos a população usuária da política de assistência social. A perspectiva de totalidade aliada à formação generalista do assistente social no trabalho interdisciplinar, permite uma maior compreensão das expressões da questão social que nem sempre estão postas na imediatividade do cotidiano, mas que precisam ser desveladas e trabalhadas de forma articulada com outras políticas públicas, para que as ações profissionais tenham maior resolutividade.

A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/às profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho (CFESS, 2011, p.26).

O trabalho interdisciplinar relaciona-se diretamente com o nosso Projeto Ético-Político e com o Código de Ética Profissional ao estabelecer o respeito as diferenças, o desenvolvimento de práticas democráticas, conforme o próprio Código prevê no capítulo que versa sobre a relação dos assistentes sociais com outros profissionais, ao explicitar que constituem deveres dos assistentes sociais “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar, e respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões”(CFESS, 2007, p.26).

O sigilo profissional, apesar de encontrar dificuldades para a sua realização devido ao espaço físico do CRAS conforme mencionamos anteriormente, necessita ser discutido no trabalho interdisciplinar, uma vez que distintas profissões constituem a equipe técnica dos CRAS's e desenvolvem ações em conjunto, o que impele que algumas informações necessitem

ser compartilhadas com todos os membros da equipe. Entretanto, as informações a serem compartilhadas devem qualificar as ações prestadas pela equipe interdisciplinar, de modo que não fira o sigilo profissional, conforme os documentos normativos de cada profissão.

[...] o segundo núcleo estabelece, exatamente, o limite das informações que serão transmitidas pelo assistente social a qualquer profissional componente da equipe multidisciplinar, ao prever que será “nos limites do estritamente necessário” que representa, portanto, a causa da exclusão da violação. As informações “poderão” ser prestadas. Isto porque fica a critério do assistente social verificar quais as informações que são estritamente necessárias para a realização do trabalho conjunto com os demais profissionais. Portanto, não significa que os profissionais de outras áreas de conhecimento que participam da equipe multidisciplinar deverão ter conhecimento de todos os fatos, acontecimentos, revelações que o assistente social teve em decorrência de sua atividade profissional (BARROCO; TERRA, 2012, p.208).

Sobre o sigilo profissional, 25% das entrevistadas relataram possuir arquivo privativo para guardar informações que não consideram pertinentes socializar com os demais membros da equipe, preservando as informações confidenciais relatadas pelos usuários durante os atendimentos. Desta forma, a equipe toma conhecimento somente daquilo que é estritamente importante para a condução do trabalho, informações que são indispensáveis para o mesmo.

Quanto ao limite do “estritamente necessário”, deve-se buscar tal parâmetro nos próprios princípios do Código de Ética do assistente social, no compromisso com a dignidade do usuário e da emancipação dos indivíduos sociais. Dessa forma, toda revelação que se mostre desnecessária e que puder trazer qualquer prejuízo, lesão de direito, perigo, constrangimento ao usuário e que não seja um dado absolutamente fundamental, ou melhor, imprescindível para os cuidados com ele, não pode ser revelado (BARROCO; TERRA, 2012, p.208).

As profissionais que afirmaram possuir arquivo privativo relataram que este arquivo foi criado por elas, sendo uma demanda individual da profissional e não uma demanda do Serviço Social na instituição. O fato do Serviço Social na instituição não solicitar o arquivo privativo é um dado preocupante, pois pode revelar um distanciamento dos princípios e valores da profissão e pode estar relacionado ao entendimento equivocado de que, sendo todos os profissionais técnicos SUAS, não seria preciso manter arquivo privativo do Serviço Social, o que vai de encontro as orientações do conjunto CFESS/CRESS. E por outro lado, as profissionais que criaram o seu próprio arquivo privativo, para preservar as informações prestadas pelos usuários durante os atendimentos individuais e visitas domiciliares, revela um

trabalho que busca estar ancorado no Projeto Ético-Político e na defesa dos direitos e respeito a classe trabalhadora.

Quando é necessário para respeitar a história do sujeito. E isso é mais importante de tudo, fica clara para todo mundo. De fato, isso está previsto, mesmo, né, então assim minimamente a gente consegue garantir aí esse sigilo, porque às vezes são informações que a gente reconhece que não devem ser repassadas para a equipe. Então é isso, preservando do sujeito, mesmo, né (ASSISTENTE SOCIAL-06).

Ah, porque tem algumas famílias que eu estou acompanhando né e tem algumas coisas que eu acho que é importante né, e que não é necessário socializar com os outros profissionais. E até porque né, os atendimentos que eu realizei eu gosto de ter o cadastro né, o controle do que que eu fiz, até porque se a pessoa chegar eu sei onde está, que dia que eu atendi a pessoa né (ASSISTENTE SOCIAL -07).

Não, tenho o meu. Mas hoje a gente, antes quando eu era estagiária aqui até tinha o arquivo que era só do assistente social só que estava dando confusão, não confusão, mas a família estava sendo muito fragmentada porque as vezes uma família vem aqui para passar pelo psicólogo e aí depois vem para o assistente social, então as vezes tudo que o psicólogo já relatou com ela, a gente vai relatar de novo, então a família estava ficando muito fragmentada, então a gente decidiu fazer um arquivo institucional. Então quando a família vem, igual hoje, a família veio esse mês e eu fiz o atendimento, então eu relatei ali as principais situações da família e o que que eu fiz, encaminhamentos que eu realizei para aquela família [...] (ASSISTENTE SOCIAL -09).

O Código de Ética Profissional estabelece que o sigilo profissional é um direito e dever do assistente social, ao mesmo tempo que é também vedado ao profissional revelá-lo, exceto em situações “cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade”. As informações decorrentes da quebra do sigilo profissional deverão ser somente aquelas estritamente necessárias. O sigilo profissional protege o “usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”. Ou seja, o sigilo profissional abarca qualquer tipo de informação que o assistente social tome conhecimento sobre os usuários a partir da linguagem falada ou escrita, e aquilo que pode vir a ser interpretado pelo profissional durante os atendimentos, visitas domiciliares, trabalho com grupos, estudos de caso, etc.

O sigilo profissional se mostra imprescindível para efetivação de um trabalho profissional competente, responsável e eficiente, pois é a partir das informações colhidas que o assistente social poderá compreender a situação na sua totalidade e também na sua singularidade, podendo intervir de forma

mais adequada e respeitando a dignidade do usuário, bem como sua capacidade de escolha e decisão (BARROCO; TERRA, 2012, p.145).

O percentual de assistentes sociais entrevistadas (75%) que disseram não possuir arquivo privativo, alegam que os arquivos com as informações dos atendimentos e dos usuários são coletivos devido a equipe técnica dos CRAS's ser compostas por técnicos SUAS, trabalhando desta forma em conjunto com os outros técnicos. Em uma das falas, a entrevistada considera o arquivo privativo um empecilho para o desenvolvimento de ações em conjunto, pois o mesmo fragmentaria o atendimento.

Não tenho, não existe, o arquivo é coletivo, nunca teve o arquivo privativo do Serviço Social. O arquivo fica aqui (*apontou para os armários dentro da sala dela*) dentro da sala e quando não ficava aqui ficava na outra sala do lado, então quer dizer as vezes eu estou atendendo aqui e entra gente para mexer no arquivo. A gente já falou isso várias vezes com a coordenadora com a intenção de tentar de mexer um pouco nessa estrutura aqui, diminuir sala, apertar sala para construir pelo menos um espaço que seja só para colocar os arquivos. Não vai ser o ideal, mas pelo menos vai amenizar o problema de estar dentro de uma sala de atendimento (ASSISTENTE SOCIAL -03).

Meu não, a gente tem um arquivo institucional e fica lá fora na recepção. Porque a família não é atendida especificamente por um profissional. É como eu te falei são todos os profissionais que atendem aquela família, ele tem uma demanda do Serviço Social, tem uma demanda do psicólogo, tem uma demanda do pedagogo, então é uma ficha única e ali a gente vai relatando o atendimento (ASSISTENTE SOCIAL-11).

Porque aqui nós todos somos técnicos SUAS, e todos aqui têm acesso a todas as anotações. É feito um prontuário, chama prontuário social, e esse prontuário fica organizado em ordem alfabética por região, é territorializado. E toda a equipe SUAS tem acesso, não é só o Serviço Social (ASSISTENTE SOCIAL -13).

A partir dos relatos, constatamos a existência no CRAS de um cadastro/prontuário padrão, cuja proposta veio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em que todos os profissionais anotam as informações referentes aos atendimentos com as famílias e usuários, e que em determinados espaços, a alocação desses cadastros não dispõem de um ambiente específico, ficando o mesmo na sala de atendimento do Serviço Social, e gerando uma falta de privacidade para a realização dos atendimentos, tendo em vista que os profissionais ao necessitarem do acesso a esse cadastros institucionais, interrompem o atendimento da assistente social. Por se tratar de um trabalho em equipe é pertinente a utilização deste cadastro, no entanto, por se tratar de um documento institucional, o assistente deve tomar o máximo de cuidado para não anotar e revelar informações sigilosas sobre qualquer amplitude da vida dos

usuários que lhe foi revelada, muitas vezes a partir de uma relação de confiança e vínculo estabelecido entre o profissional e o usuário. Por isso, é preocupante, quando 75% das entrevistadas nos disseram não possuir um arquivo privativo do Serviço Social que permita guardar com segurança as informações sigilosas, contrapondo-se a resolução de nº566/2009 do CFESS que assegura que todo material técnico sigiloso produzido pelo assistente social que “pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação”.

Parágrafo Único - O material técnico sigiloso caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas, cujas informações respectivas estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos. CFESS, 2009, p.1).

Importante destacar, que uma entrevistada que nos respondeu não possuir arquivo privativo, pois as informações são compartilhadas com todos os técnicos SUAS, disse-nos que considera como arquivo privativo do assistente social o documento onde consta as informações sobre os usuários cadastrados no Programa de Segurança Alimentar (PSA), uma vez que somente as assistentes sociais possuem acesso a este documento

Olha, eu considero nosso arquivo de espera do PSA um arquivo privativo, sabe por que? Porque só nós técnicos que temos acesso a ele, porque assim, o arquivo que nós temos de ficha ali de baixo tem uma coisa: todo mundo tem acesso né. Agora quem está na fila do PSA, nós que mexemos, nós sabemos quem tá. Eu considero ele um arquivo privativo, porque só nós temos acesso, só nós temos a ciência de quem está ali, principalmente quem é responsável por aquele PS, por aquele grupo, entendeu? (ASSISTENTE SOCIAL -04).

A partir do relato da profissional, entendemos que a lista de espera para ingresso no Programa de Segurança Alimentar (PSA) não é um arquivo privativo do Serviço Social, pois ao que tudo indica, consta apenas uma classificação de forma geral dos usuários que necessitam receber a cesta básica, mas que devido ao número limitado de cestas básicas disponibilizadas ao CRAS's, a necessidade alimentar destes usuários não foi atendida. A inserção em serviços e programas, como o PSA, foi relatada pelas entrevistadas conforme veremos a seguir, como uma demanda do SUAS para o exercício profissional do assistente social nos CRAS's.

No que concerne as demandas do Sistema único de Assistência Social (SUAS) para o exercício profissional do assistente social, a maioria das entrevistadas (43,75%) disseram ser a

busca e acompanhamento das famílias em “vulnerabilidade social” e a oferta de serviços; 18,75% afirmaram ser os encaminhamentos, concessão de benefícios, inserção em serviços e programas; 6,25% relataram a não existência de uma demanda específica para o Serviço Social, mas sim demandas para a equipe em geral como o desenvolvimento de trabalhos em grupos e oficinas; 6,25% pontuaram direcionamento técnico da profissão referente ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS); realização de grupos, busca ativa, profissional propositivo que enxergue além das dinâmicas sociais (6,25%), garantia de direitos e esclarecimento sobre o SUAS (6,25%), compromisso ético e político (6,25%) e apenas 6,25% não responderam à pergunta. Importante frisar as respostas que possuem alguma relação com o Projeto Ético-Político e a sua possibilidade de materialização no cotidiano profissional, tais como: a garantia de direitos da população usuária que procura os serviços ofertados pelo CRAS, informações sobre os mecanismos de participação da população nos processos decisórios como é o caso dos conselhos locais, etc.

É eu acho que a gente enquanto assistente social, a gente vai tentar através do nosso trabalho, do nosso dia a dia de garantir que essas pessoas que chegam no CRAS, independente de renda, de critério, que alguns serviços tem realmente essa questão de renda de critério, é garantir mesmo que essas pessoas conheçam e entendam o que é esse Sistema Único de Assistência Social e de fato fazer com que, dentro das nossas ações, tentar minimamente garantir o que está estabelecido enquanto direito dos usuários, dos sujeitos. E quando eu falo minimamente é pensando na questão mesmo, dos nossos recursos, que muitas vezes são poucos, são escassos [...]. Mas é fazer com que ele também reflita e possa fazer parte disso, para ele também fazer parte das decisões, fazendo parte de um conselho, então eu acho que é a partir disso que ele, que os nossos usuários vão poder fazer parte disso junto com os trabalhadores [...] (ASSISTENTE SOCIAL -06).

A resposta de outra assistente social entrevistada é bastante rica para nossas análises, uma vez que reflete sobre a importância do assistente social ser um profissional propositivo e criativo, para superar uma das características mais presentes no cotidiano, que é a imediatividade. A profissional apesar de não explicitar nesses termos, realiza a crítica dos fundamentos da cotidianidade em que está inserida, refletindo sobre o caráter imediato e espontâneo do seu agir profissional.

Eu acho que ele exige um profissional dinâmico né, que consiga né desenvolver várias funções. Eu acho que não adianta ser um profissional só sentado lá, fica esperando o atendimento, fica esperando o usuário chegar até ele. Não, eu acho que ele exige uma busca ativa, ele exige a realização, ele exige a realização de grupos né, de oficinas. Acho que vai muito além de um

profissional só pra atendimento de demanda emergencial né, ele exige um profissional mais propositivo né, que possa verificar pra além dessas demandas emergenciais (ASSISTENTE SOCIAL -07).

Ao enfatizar a possibilidade de refletir, ser um profissional propositivo, e não atender apenas de forma imediata as demandas que chegam para o Serviço Social na instituição, está presente nessa análise o entendimento de que a vida cotidiana tende a ser alienada, o que não significa ser sempre alienada, algo absoluto, imutável, pois existem possibilidades de realizar a suspensão momentânea do cotidiano conforme trabalhamos no capítulo II. A ética aliada a uma postura investigativa no exercício profissional é uma das mediações importantes que permitem fazer essa suspensão da cotidianidade e novamente voltar a ela, com um grau maior de consciência, permitindo realizar escolhas a partir de uma apreensão teórico-crítica da realidade e de princípios e valores éticos e políticos.

Corroborando com a fala anterior, a entrevistada abaixo também discorre sobre a importância de se ter um planejamento das ações profissionais, de não se deixar sucumbir pelo excesso de demandas que chegam para o assistente social no CRAS e principalmente não as responder de forma imediata, automática, sem reflexão e um componente ético-político. Desta forma, a profissional aponta que o compromisso ético-político é uma das principais demandas do SUAS para a profissão, mediante a atual conjuntura e a alienação presente no cotidiano profissional.

Hoje o que coloca para a gente em relação ao profissional né, é a questão mesmo do compromisso nosso ético, compromisso político do profissional, da profissão, apesar de que muitas vezes os profissionais que hoje tão a muito tempo na profissão, e a gente tem que ficar muito atento para não perder isso e a tendência é a gente dar uma relaxada em relação a isso né, você está ali e as vezes é tão grande a demanda que a gente acaba se perdendo um pouco. Então assim, é prestar muita atenção nessa questão, para a gente não se perder aí também no fio da meada sem saber para onde que eu vou, ou fazer muito as coisas no automático, sem o planejamento, sem ver o que que isso para a frente, que proporção que isso pode tomar. Então acho que isso enquanto profissional, a gente tem que ficar muito atento em relação a isso, quase que o tempo inteiro, para a gente não se perder no meio (ASSISTENTE SOCIAL -09).

Quando perguntamos para as entrevistadas as principais demandas do SUAS para o exercício profissional, objetivávamos identificar as demandas da própria política de assistência social, por entendermos que nem sempre as demandas das políticas sociais estão em consonância com as demandas dos usuários. Os assistentes sociais em qualquer espaço sócio

ocupacional necessitam ter conhecimento e saber distinguir as demandas que são da instituição, aquelas relacionadas a política de assistência e as demandas apresentadas pelos usuários, para que se possa construir respostas profissionais orientadas por valores éticos e políticos que corroboram para a emancipação humana.

Quanto às demandas apresentadas pelos usuários quando chegam ao CRAS e que requerem intervenção profissional do assistente social destacamos a partir dos relatos, as orientações e inclusões em programas sociais; cesta básica, encaminhamentos para diversas políticas sociais; orientações acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e direitos previdenciários; preenchimento do Cadastro-Único, etc. Para responderem as demandas dos usuários, as assistentes sociais relataram que realizam encaminhamentos para a rede socioassistencial, orientações em atendimentos individuais e grupais.

[...] muitas dessas demandas a gente depende da resposta da rede, a gente demanda, depende de ter vaga na rede. Então muitas vezes o usuário não, a gente não tem essa resposta pro usuário. Então a gente, é, por exemplo, no programa de cesta básica, a gente tem um número limitado né, a gente tem um número fixo de cesta básica, no programa de segurança alimentar, então a gente tem que fazer um rodízio com essas famílias, as famílias ficam de seis, mais ou menos 10 meses na cesta básica e depois a gente tem que tirar e colocar outra, então com isso sempre tem uma fila de espera, uma demanda reprimida. Então a resposta não é positiva, não é uma resposta satisfatória, é uma resposta bem insatisfatória pra gente porque a família chega numa situação de segurança alimentar e ela não tem o alimento de cara, ela tem que esperar.

O bolsa família depende do governo, então as vezes assim, quando a família tá dentro do critério de renda do governo ela até, que é os 150 reais per capita, ela até não tem dificuldade, o governo inclui essa família e dá resposta pra ele, num tempo de 4 meses mais ou menos, mas se essa família sai um pouquinho dessa per capita, a gente percebe que é uma situação vulnerável e ela não vai ter o bolsa família, então também a gente tem esse limite na resposta. E os outros programas a mesma coisa assim né, a gente não tem esse a resposta imediata, igual o benefício de prestação continuada da LOAS, as vezes a gente lida com uma situação com a família, tem uma doença crônica ou uma deficiência, que pra ela conseguir o benefício ela depende de um laudo médico, pra poder fazer a perícia e normalmente ela não consegue esse laudo com grande facilidade, por causa do tempo de espera pra conseguir a consulta [...] (ASSISTENTE SOCIAL-08).

A demanda é respondida de acordo com o tipo de demanda que ela vem, do tipo de demanda que ela se apresenta. Se for uma demanda mais pontual né, que vai ser solucionada, que vai ser atendida naquele atendimento inicial, o assistente social já vai encaminhá-la desse modo. Se for uma demanda que exige um acompanhamento continuado, que exige um tempo maior de contato do usuário com aquela profissional ela vai está sendo colocada em

acompanhamento, a demanda vai sendo atendida na medida que aquele plano de acompanhamento vai sendo executado (ASSISTENTE SOCIAL-10).

Conforme o relato anterior, nem sempre é possível apresentar resolutividade para as demandas que os usuários apresentam durante os atendimentos nos CRAS's, posto que as políticas sociais apresentam critérios de seletividade que não atendem todos que delas necessitam e os serviços disponíveis na rede sócioassistencial do município são insuficientes e precários, fazendo com que os usuários ingressem em uma fila de espera gigantesca para terem a possibilidade de serem atendidos. Diante do contexto de precarização e retirada do investimento público em políticas sociais, acreditamos que os assistentes sociais que atuam nos CRAS's e possuem um vínculo com os usuários podem desenvolver ações socioeducativas de conscientização da população sobre os seus direitos que estão sendo negados e fomentar a mobilização popular, compreendendo que a articulação coletiva dos sujeitos podem alcançar resultados maiores, uma vez que, mesmo sendo uma demanda individual, ela pode expressar uma coletividade.

Corroborando com a nossa argumentação, Duriguetto (2014) expõe que um dos desafios presentes no exercício profissional do assistente social é compreender o conjunto de desigualdades sociais presentes na vida dos sujeitos e assim potencializar as suas formas de luta e de organização. Essa compreensão pode contribuir para a criação de estratégias coletivas para a resolutividades de demandas que a princípio eram individuais. Para isso, devemos estimular que os usuários participem de movimentos sociais, “desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela viabilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que operamos” (DURIGUETTO, 2014, pág.189). Ou seja, o assistente social necessita conhecer os movimentos sociais, os processos organizativos da classe trabalhadora, para que de fato possamos estar em consonância com o Projeto Ético Político da profissão, buscar um fortalecimento da luta pela efetivação dos direitos, e uma compreensão maior da luta popular, pois é nas organizações de massa que se encontram os verdadeiros protagonistas da luta emancipatória.

As profissões e em particular o Serviço Social precisa conhecer em profundidade a agenda política desses movimentos, posto que suas reivindicações sinalizam a existência de profundas formas de violação de direitos e de opressão que aparecem naturalizadas em diferentes instituições e dimensões da vida social. Aprender as determinações societárias e as particularidades daquilo que explora, viola e oprime constitui-se um desafio que fortalece o projeto ético-político profissional. (CISNE; SANTOS, 2014, pág.172)

No segundo relato citado anteriormente, a entrevistada explica que as demandas são respondidas de acordo com a necessidade dos usuários e as possibilidades existentes no CRAS. Se for alguma situação para além de uma solução imediata, é feito um acompanhamento e intervenção mais sistemática para além do primeiro atendimento. Ou seja, as respostas profissionais não se restringem apenas a esfera do imediato, mas são construídas a partir das demandas explícitas e implícitas dos usuários e das mediações entre o singular-particular-universal, estratégias que ultrapassem a imediaticidade do cotidiano, como por exemplo o exemplo da profissional ao intervir de maneira mais sistemática através de um atendimento individual ou grupal. Logo para superar os entraves presentes na cotidianidade é preciso captar as mediações presentes na singularidade em busca de uma universalidade, a partir da particularidade como uma ação mediadora neste processo, pois, através deste movimento as respostas profissionais às demandas imediatas estarão mediadas por uma compreensão mais ampla das relações sociais, dos antagonismos entre as classes sociais, do papel do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, etc. A identificação das mediações e a sua captação necessita de um referencial teórico-metodológico subsidiado pela vertente marxista e do comprometimento com os princípios e valores preconizados no Projeto Ético-Político para que se possa construir estratégias e táticas que possibilitem ir além das demandas individuais e imediatas, entendendo que a resolutividade das mesmas é extremamente importante, mas que é preciso ultrapassar essas características e reconstruí-las criticamente (GUERRA, 2002).

Conforme discutido linhas atrás, dentre as formas de respostas para as demandas apresentadas pelos usuários, o trabalho com grupos foi mencionado pela maioria das profissionais (75%) e apenas 25% afirmaram que não realizam o trabalho com grupos, pois são coordenadoras, mas destacaram a importância dessa ação para o fortalecimento do exercício profissional, bem como a necessidade de criar estratégias para ter uma maior adesão dos usuários na participação nos grupos. Os principais grupos desenvolvidos pelas profissionais nos CRAS's são: grupos do Programa de Segurança alimentar com usuários que recebem uma cesta básica mensal; grupos com adolescentes, mulheres e população idosa e grupos com usuários que estão em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Segundo Eiras (2012) os projetos socioeducativos cumprem a função de informar, esclarecer e facilitar a adesão dos indivíduos a determinadas atividades articuladas aos objetivos da organização - instituição em que se desenvolvem. Os projetos socioeducativos podem converter-se em um recurso organizacional importante, capaz de comprometer e envolver os usuários com as atividades e serviços prestados pela organização - instituição. O trabalho socioeducativo realizado grupalmente permite que os usuários construam um sentimento de

pertencimento ao grupo a partir dos pontos comuns presentes nas diferentes histórias de vida dos participantes.

Um papel educativo que, exercido em todas as instancias e momentos de atuação profissional, guarda a possibilidade de fomento da participação substantiva dos usuários no controle social e ampliação dos direitos – para além do simples acesso/usufruto de um bem/serviço, o que pode resultar na contribuição que o assistente social pode dar na qualificação da participação política e na conexão e envolvimento das massas populares, como sujeitos da ação histórica, nas transformações sociais, políticas e econômicas (VASCONCELOS, 2015, p.388).

Sobre a importância do trabalho com grupos no CRAS, as profissionais destacaram os seguintes elementos que sintetizamos no gráfico a seguir:

Gráfico 4- Avaliação sobre o trabalho com grupos no CRAS.



Fonte: elaboração própria.

De forma geral, as profissionais reconhecem a importância do trabalho com grupos devido ao fortalecimento de vínculos, valorização dos usuários e a defesa dos seus direitos a partir de uma perspectiva coletiva; obtenção de novas informações que no atendimento individual não foram possíveis de captar, bem como, um acompanhamento sistemático desses usuários que participam dos grupos.

Acho que ela é de extrema importância né, é, trabalho em grupo, eu acho que o grupo ele é muito importante né para o usuário, acho que o usuário além dele se fortalecer enquanto pessoa, ele se fortalece nas suas relações comunitárias né porque ali tem outras pessoas da comunidade que ele não conversa né, não conhece, então tem essa aproximação (ASSISTENTE SOCIAL -07).

Eu acho que eles têm um efeito é... de valorização da coletividade, da gente poder pensar no outro, defender os direitos em comum, sabe!? Quando a gente chama eles, olha nós fizemos um grupo para falar sobre a conferência [...] (ASSISTENTE SOCIAL -13).

Entretanto, apesar de avaliarem como positivo o trabalho com grupos para o exercício profissional, as entrevistadas também destacaram a dificuldade na adesão dos usuários aos grupos e a importância de pensar em criar estratégias que estimulem a participação do público alvo a quem esses grupos se destinam. Um dos motivos para essa pouca adesão aos grupos pode estar relacionado a obrigatoriedade dos usuários em participar desse espaço para a concessão de algum benefício. Desta forma, é possível que alguns usuários participem apenas para ter algo que lhe é de direito, como por exemplo, a alimentação. Mas, apesar dessa participação ser uma exigência da instituição, o assistente social pode vir a identificar demandas em comum que perpassam a vida dos usuários e criar formas de desenvolver essa temática com o grupo.

Uma segunda hipótese para a não adesão dos usuários ao trabalho em grupos pode ser a não inserção dos mesmos de maneira integral de todo o processo de elaboração, implementação e avaliação das atividades em grupo. Além disso, a temática dos grupos pode não condizer com as suas necessidades, sendo por vezes a imposição de algum tema que não lhes foi previamente informado e perguntado sobre o interesse em discutir. O trabalho com grupos deve buscar respeitar os valores e as concepções de mundo dos usuários para que não sejam produzidos novos discursos, mas com velhas roupagens, onde impera o controle sobre os usuários. Além disso, não é apenas o profissional que está na linha de frente do CRAS que detém o saber, pois os usuários são capazes de refletir sobre os aspectos que perpassam suas vidas e trazerem conhecimento para esses espaços.

Sobre a não participação dos usuários nos grupos desenvolvidos nos CRAS's, identificamos a partir das entrevistas realizadas no outro eixo analítico da pesquisa, a saber, os usuários da política de assistência social, que 43,9% não participam desses espaços, e alguns usuários mencionaram como os principais motivos: a falta de tempo devido as atividades laborativas para sustentar a família e a distância das suas casas até os CRAS's, uma vez que nem sempre este equipamento se encontra no mesmo território do usuário, tendo o mesmo que se deslocar até o centro da cidade e utilizar novamente o transporte público para chegar ao CRAS. Já o percentual que afirma participar destes espaços (56,10%) comparece as reuniões do Programa de Segurança Alimentar (PSA), do Programa Bolsa Família; grupos de mulheres e idosos.

Quanto aos limites e possibilidades presentes no exercício profissional dos assistentes sociais nos CRAS's, apresentamos a tabela abaixo com os principais elementos destacados pelas entrevistadas:

Tabela-3: Limites e possibilidades encontrados no exercício profissional.

<p>Limites encontrados no exercício profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Parcos recursos financeiros, materiais e humanos (43,75%) •Política de assistência social (25%) •Institucionais (18,75%) •Assumir responsabilidades de outras políticas sociais (12,50%) •Dificuldade de trabalhar com a rede socioassistencial (12,50%) •Baixos salários pago ao assistente social (6,25%) •AMAC como gestora dos serviços socioassistenciais no município (6,25%) •Trabalho burocrático (6,25%) •Autonomia relativa (6,25%) •Não informou os limites (6,25%)
<p>Possibilidades encontradas no exercício profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Parceria com a rede socioassistencial (18,75%) •Reconhecimento profissional da equipe e dos usuários (12,50%) •Motivação do profissional (6,25%) •Reflexões, orientações e socialização de informações (6,25%) •Reuniões internas buscando a emancipação dos sujeitos (6,25%) •Escuta qualificada e socialização de informações (6,25%) •Plano de trabalho e vínculo com as famílias (6,25%) •Autonomia relativa, arcabouço teórico e interventivo (6,25%) •Arcabouço teórico-metodológico (6,25%) •Contratação de mais profissionais (6,25%) •Não tem possibilidades (6,25%)

Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstra a tabela, os principais limites encontrados no exercício profissional para a efetivação de respostas profissionais críticas e com qualidade perpassam pela atual conjuntura e se expressam na precarização das condições de trabalho; nos parcos recursos financeiros, humanos e materiais para a condução do exercício profissional no CRAS; na focalização e seletividade como características atuais da política de assistência social; no acúmulo de responsabilidades que são oriundas de outras políticas sociais (cadastramento para creche escolar, que seria uma demanda a ser resolvida pela política de educação); nos limites institucionais e na dificuldade e fragilidade do trabalho com a rede sócioassistencial para dar

respostas aos encaminhamentos, bem como para viabilizar a garantia do princípio da integralidade do atendimento dos usuários encaminhados para as diversas políticas sociais.

Os limites acho que são os limites institucionais mesmo, limites mesmo da política, da falta de serviços, falta de oferta de benefícios né? Dentro dos limites também a gente acaba que discorda de alguma determinação e que a gente tem que acatar, tem que fazer (ASSISTENTE SOCIAL - 03).

É, eu acho que a política cada vez mais é focalizada, seletiva, a gente está aqui para poder, é, selecionar a vulnerabilidade e eu acho que isso é a pior parte. A gente está ali pra poder ver quem tem mais necessidade sendo que todos tem né, então eu acho que, isso é um limite. A própria política nos impõe esse limite, tanto no municipal, no federal, a política nos impõe esse limite que é a gente acaba tendo que atuar conforme a própria política, de forma seletiva (ASSISTENTE SOCIAL-07).

Ah, o limite eu acho que toda profissão tem seus limites né e eu acho que a nossa não fica muito diferente aí, ainda mais com a nossa, aonde a gente resolveu ficar né, nessa, num contexto tão contraditório. Então assim, existem muitas contradições né, muitas dificuldades mesmo e muita coisa a ser alcançada, eu costumo muito falar isso, e engraçado a visão profissional de cada lugar também [...] (ASSISTENTE SOCIAL-09).

Um aspecto importante a ser observado a partir das respostas sobre os limites encontrados no exercício profissional refere-se ao fato de que as profissionais não mantêm uma postura fatalista ou conformista diante das suas condições de trabalho e dos tensionamentos que encontram na realização do mesmo, ou seja, essas “contradições, limites, tensões, desafios, obstáculos são parte constitutiva do exercício da profissão na sociabilidade da incongruência”. Desta forma, “a questão não está nos limites, mas na ausência de se enxergar possibilidades que caminhem em paralelo aos valores profissionais escolhidos coletivamente” (MOLJO et. al., 2014, p.173).

As profissionais possuem conhecimento dos limites que incidem em suas ações profissionais, mas vislumbram possibilidades para intervir de forma crítica, identificando as seguintes possibilidades encontradas no cotidiano profissional, que aqui estão sintetizadas a partir da tabela anterior: a escuta qualificada mediante as demandas apresentadas pelos usuários; a socialização de informações; reconhecimento profissional acerca do trabalho do assistente social pela equipe de trabalho e usuários referenciados no CRAS; relativa autonomia para a condução das atividades profissionais e arcabouço teórico-metodológico e interventivo.

E possibilidades eu acho que é isso mesmo que eu já falei, é o fato de você contribuir de alguma forma na vida daquelas famílias que procuram o CRAS, ainda que as vezes bem pouquinho umas mais outras menos né? Mas a

possibilidade de você orientar, de você abrir o olho daquela pessoa a mente daquela pessoa para a determinada situação. E as vezes tem algumas pessoas que chegam ao CRAS completamente desprovido de determinada informação e aí a gente tem a possibilidade de passar isso (ASSISTENTE SOCIAL -03).

Os limites são muitos, há limites concretos como falta de recursos para quase tudo... (*Silêncio*) até para acionar a rede e a família. A gente tem uma autonomia relativa que nos permite criar frentes de trabalho, como projetos e tudo mais... temos arcabouço teórico e interventivo como possibilidades (ASSISTENTE SOCIAL - 12).

Partimos do pressuposto que ao identificar os limites e também as possibilidades presentes no cotidiano profissional, as profissionais possuem maior clareza da abrangência da sua relativa autonomia e concomitante do seu agir profissional em determinados espaços sócio ocupacionais, sendo pertinente destacar que em alguns espaços as possibilidades e a relativa autonomia serão maiores e em outros espaços bem limitadas a depender de elementos como a conjuntura e a organização da instituição, por exemplo. Concordamos com Vasconcelos (2015, p.549) quando discorre que o grau de autonomia não é algo dado simplesmente pelo fato do profissional ter um curso superior, mas sim “construída no processo (paulatinamente, com risco de avanços e recuos) a partir da ocupação estratégica do espaço profissional”. A identificação de possibilidades estratégicas qualifica o exercício profissional e ao serem tomadas como referência “podem fornecer parâmetros para que não percamos em reformas pela reforma, em ajudas pela ajuda, em orientação pela orientação, em encaminhamento pelo encaminhamento” (VASCONCELOS, 2015, p.551).

Na direção das respostas que apontam como limites ao exercício profissional a própria política de assistência social devido as suas características de fragmentação e focalização, perguntamos para as assistentes sociais se elas concebem a assistência social como uma política social precária, e 81,25% afirmaram que sim e apenas 18,75% responderam que não. Nas respostas positivas, as entrevistadas ressaltaram os recursos financeiros insuficientes para a real efetivação da política de assistência social conforme disposto nas legislações; necessidade de ampliação dos serviços ofertados em cada território para além da execução do Programa de Transferência de Renda; não desvinculação entre assistência social e assistencialismo, principalmente porque a assistência social em Juiz de Fora é executada por uma instituição (AMAC) que não é pública conforme dispõe as legislações.

Então, assim, eu não sei a nível maior, mas acho que dentro de Juiz de Fora tem muito que avançar, muito que caminhar, porque são muitos vazios de serviços mesmo, dependendo do território é completamente vazio de serviço para a determinada faixa etária. Então a nível do município tem muito que

caminhar. Esse impasse que existe na situação da AMAC eu acho que isso dificulta muito. Ela é executora de uma política pública, mas ela não é pública? Como que fica isso né? (ASSISTENTE SOCIAL – 03).

É porque a gente não tem recurso né, não tem os recursos né para a gente poder estar desenvolvendo, não de transferência de renda porque isso aí é o grande recurso que vai para isso. Porque na verdade o orçamento da assistência a maioria vai para a transferência de renda né, sendo que a prevenção e a promoção ali também é muito importante. Não que a transferência de renda não seja importante, claro que é, só que é muito importante também a questão da promoção. Promoção, prevenção né, que fica muito a desejar em função do recurso né que é muito pouco. Hoje aqui no CRAS a gente não tem recurso para cartaz, fazer cartaz, fazer alguma coisa que a gente precisa aqui hoje a gente não tem esse recurso, as vezes a gente tem que estar reaproveitando alguma coisa né para estar conseguindo fazer e isso dificulta muito (ASSISTENTE SOCIAL – 09).

Para as assistentes sociais que consideraram a assistência social uma política social precária, a mesma acarreta limites para o exercício profissional, dentre eles: a baixa disponibilidade de carros para a realização de visitas domiciliares; falta de alguns serviços que deveriam ser ofertados no CRAS e na rede sócioassistencial do município; dificuldade do usuário em conceber a assistência social como um direito e a resolutividade das demandas apresentadas pelos usuários em sua maioria acontecer através de encaminhamentos sem a certeza de que serão atendidas por outras instituições, elementos esses que também foram mencionados nos relatos sobre as condições de trabalho e nas formas como são respondidas as demandas apresentadas pelos usuários.

Interfere quando a gente esbarra nessa questão de não poder fazer mais por aquela família que a gente está atendendo e acompanhando. Quando chega dentro do nosso limite que a gente não pode avançar, por conta desses vazios que existem, por conta dessa falta de oferta de serviço, por não ter pra onde encaminhar, por saber que o usuário está fazendo um cadastro aqui e não sabe quando que ele pode ser atendido, das vezes da gente ter que ficar apagando “incêndio” de atendimento emergencial, de não poder fazer um acompanhamento com mais planejamento (ASSISTENTE SOCIAL -03).

O percentual de 18,75% das entrevistadas que consideraram que a política de assistência social não é precária enquanto a sua proposta presente nos seus aparatos legais, demarcaram a necessidade de evolução da política no que tange o orçamento financeiro para a sua real efetivação, conforme o relato a seguir:

Precária? Acho que, não sei se precária seria a palavra... eu acho que, não sei se seria precária a palavra, eu acho que a política de assistência social ainda tem muito que evoluir né, ainda tem que, porque o que a gente vê é que os

municípios eles só têm trabalhado com o recurso que é passado pela receita federal né, então assim a gente não tem verba pra trabalhar, a gente não tem uma condição de trabalho adequada né, eu acho que a política em si, ela, ela, eu acho que ela é uma, ela é uma política boa, uma política que, que atenda os interesses dos usuários, que tenta levar pros usuários a questão dela como um direito só que a gente esbarra na precariedade do trabalho mesmo, da efetivação do trabalho do assistente social e de toda equipe, porque a gente não consegue responder a demanda, a gente não tem, a verba não é suficiente pra desenvolver trabalho, a gente não consegue desenvolver né da forma que deveria (ASSISTENTE SOCIAL -07).

Por fim, com o objetivo de identificar as possíveis mudanças para o exercício profissional do assistente social e concomitantemente para os usuários da política de assistência social, ocasionadas após a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, perguntamos para as entrevistadas a importância da implementação do SUAS para o exercício profissional e os principais pontos das respostas foram compilados da seguinte maneira:

Tabela 4: Importância da implementação do SUAS para o Exercício profissional do assistente social:

Síntese das respostas	Porcentagem %
Efetivação da assistência social enquanto uma política pública e sob o viés do direito.	18,75%
Consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, as normatizações operacionais básicas, e a organização dos serviços sócioassistenciais que antes eram realizados de forma fragmentada.	18,75%
Organização dos serviços e regulamentação da assistência social.	18,75%
Aumento do mercado de trabalho para os assistentes sociais.	12,50%
Concretização e legitimação da profissão enquanto uma categoria que compõem a equipe mínima do SUAS.	6,25%
Articulação entre as políticas sociais visando tornar o usuário um sujeito de direitos.	6,25%
Universalização dos direitos e o perigo do SUAS não se concretizar por uma má gestão.	6,25%
Implementação do SUAS trouxe mudanças importantes, mas não especificaram quais seriam.	6,25%
Preferiram não responder à pergunta.	6,25%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os dados compilados na tabela, a efetivação da assistência social enquanto política pública de direito com responsabilidade de financiamento pelas três esferas do governo, a organização e regulamentação dos serviços sócioassistenciais com a composição de equipes de referência e a presença de profissionais formados em Serviço Social para atuarem na proteção social básica e especial caracterizam enormes avanços, embora na conjuntura atual,

esses avanços estejam ameaçados frente ao ideário neoliberal a consequente retração dos recursos financeiros destinados a implementação e consolidação desta política.

Eu acho que é delimitar mesmo a assistência como um direito e não como benesse, então assim, dentro da nossa atuação colocar a assistência como direito. Acho que, que aí a partir desse nosso exercício não vai ser a assistente social boazinha ou a assistente social que não é legal, a mazinha né, é colocar mesmo como um direito, né, pra aqueles que precisam e a gente pensar também naqueles que às vezes não tá dentro dos perfis aí estabelecidos, mas que qualquer sujeito, qualquer cidadão possa chegar até o CRAS, que às vezes também através de uma informação que a gente presta, eu acho que a gente já consegue também fazer, é, garantir um direito que às vezes a pessoa nem sabia que tinha, porque fica muitas vezes muito preso na questão de renda, né, serviços como critério de renda [...] (ASSISTENTE SOCIAL – 06).

[..] até então a política de assistência ela ainda estava muito sem uma normativa, sabe, acho que o SUAS ele veio para consolidar a política nacional de assistência social, ele veio para consolidar as normas operacionais básicas, então acho que isso deu pro assistente social uma, uma segurança de trabalho em termos assim: primeiro, eu acho que ele ganhou, acho que ampliou o mercado de trabalho do assistente social na assistência. Acho que primeiro ponto que é mais visível é esse, antes o assistente social era mais empregado na saúde né e na assistência mais ou menos, acho que ele deu um salto nisso aí em termos de mercado de trabalho e deu uma garantia porque muitas das premissas do SUAS já eram assim, premissas sabe, do próprio, que tem identificação com nosso projeto ético político, então eu acho que são premissas que o assistente social tem uma certa familiaridade pra trabalhar, então isso assim deu uma garantia, uma segurança pra, eu acho que nesse aspecto (ASSISTENTE SOCIAL – 08).

Embora as assistentes sociais tenham destacado que com o SUAS houve um crescimento do mercado de trabalho para o Serviço Social, a inserção desses profissionais conforme o próprio exemplo do município de Juiz de Fora/MG, acontece através de condições de trabalho precárias e com vínculo empregatício flexibilizado, dado este que foi comprovado na pesquisa¹⁰⁴ de Eiras, Moljo e Santos (2012) sobre o exercício profissional na implementação do SUAS em Juiz de Fora. As autoras entrevistaram 37 assistentes sociais envolvidas diretamente com a política de assistência social no município (abarcando os CRAS's e a rede conveniada) e identificaram, quanto a inserção trabalhista, que 75,7% são regidas pela CLT, duas profissionais se identificaram como autônomas, sendo assim, 100% não são estatutárias.

Guerra (2016) faz uma análise abrangente da expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais através da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as

¹⁰⁴ Esta pesquisa foi publicada no livro **Sistema único de Assistência Social, Organizações da sociedade civil e Serviço Social: Uma análise da realidade de Juiz de Fora**. Carina Berta Moljo, Maria Lúcia Duriguetto (Organizadoras). Editora UFJF, Juiz de Fora, 2012.

características que as políticas sociais adquirem com o neoliberalismo, dentre elas, focalização, seletividade e assistencialismo. Segundo a autora, a partir da configuração das políticas sociais na atualidade e das exigências do mercado de trabalho, tem-se a exigência de um perfil profissional determinado para trabalhar na assistência social e que, ao que tudo indica, está sendo formado através dos cursos de Serviço Social a distância¹⁰⁵. Desta forma, “trabalhadores na área de serviços, agentes comunitários, primeiras-damas, políticos em geral, muitos deles supondo que lhes falta apenas o título de assistente social” (GUERRA, 2016, p.102) procuram a formação em Serviço Social a distância. De acordo com Iamamoto (2015, p.441) “a pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados a submissão dos profissionais às “normas do mercado”.

[...]. Assim não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino à distância, mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira. [...]. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 441).

Portanto, o debate da expansão do mercado de trabalho na assistência social deve vir acompanhado de diálogos com a qualidade da formação profissional e das condições de trabalho ofertadas a estes profissionais que estarão aptos a ingressar no mercado de trabalho intervindo sobre as expressões da questão social.

Mediante o exposto, as reflexões apresentadas neste sub-item com ênfase no exercício profissional do/da assistente social buscaram elucidar os limites e desafios que presentes no cotidiano profissional que podem dificultar e/ou facilitar a materialização dos princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político.

¹⁰⁵ Para maiores informações sobre a expansão do ensino superior no Brasil e os seus impactos na formação profissional em Serviço Social consultar o livro: A Supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Editora Lumens Juris, Rio de Janeiro, 2016. Este livro foi organizado pelas autoras: Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy e Maria Helena Elpídio Abreu, e constitui um importante contributo para se pensar a política de educação brasileira a partir da crise do capital, os impactos para a formação profissional e o Estágio supervisionado em Serviço Social.

3.5 A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO EXPRESSA NA SUA DIMENSÃO JURÍDICO-POLÍTICA: SUBSÍDIOS PARA O ENFRENTAMENTO COTIDIANO

Conforme elucidamos no capítulo I, a dimensão jurídico-político abarca todo o arcabouço legal da profissão (Código de Ética Profissional, resoluções aprovadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, etc.) e as legislações decorrentes do texto legal da Constituição Federal de 1988, que embora não sejam exclusivas da profissão, referem-se as políticas sociais com as quais os assistentes sociais trabalham nos diversos espaços sócio ocupacionais. Desta forma, optamos por apresentar neste item algumas perguntas que fazem menção a esse componente que, em conjunto com os demais, podem possibilitar a efetivação de princípios e valores constitutivos do Projeto Ético-Político.

Uma das primeiras perguntas que contempla o nosso eixo de análise é sobre a avaliação das entrevistadas acerca da legislação da profissão na intervenção profissional. Sobre essa problemática, 50% das entrevistadas responderam de forma ampla enfatizando que as legislações constituem importantes subsídios para um exercício profissional ancorado no projeto ético-político; 25% disseram ser boa e positiva as legislações; 12,50% não responderam à pergunta; 6,25% enfatizam que não concordam com determinadas legislações; e 6,25% direcionaram as suas reflexões para o Código de Ética Profissional, destacando a sua evolução, o compromisso com a ética e com os usuários, ressaltando que há limites para a sua completa materialização no exercício profissional. Dentre as respostas que consideraram as legislações importantes aparatos que subsidiam o exercício profissional, destacamos a seguir algumas locuções que julgamos ser importantes e possibilitam-nos reflexões sobre o Projeto Ético-Político:

Eu acredito que respaldo dá, mas eu nunca tive nenhum momento assim que lançar mão da legislação por algum tipo de problema ou alguma coisa assim, no sentido de... assim a gente tem a legislação que nos resguarda né? De alguma forma né? Então assim questão do sigilo profissional aí acho isso que pega mais né? Mas não sei se eu estou respondendo do jeito que... acho que ajuda na medida que a gente tem necessidade de lançar mão dela por algum motivo (ASSISTENTE SOCIAL – 03).

Eu acho que ela super importante, porque ela dá mesmo esse suporte, esse aparato pra gente, até pra nos resguardar daquilo que nos é mesmo previsto dentro da nossa profissão, daquilo que a gente pode ou não pode fazer, então que ela é muito clara, muito objetiva e que acho que nos dá uma segurança pra trabalhar, né, pensar nessas nossas condições, mesmo, né, de políticas, das nossas relações do dia a dia, que eu acho que isso é muito claro, muito

tranquilo, né, e eu acho que foi um avanço sem dúvida pra categoria (ASSISTENTE SOCIAL- 06).

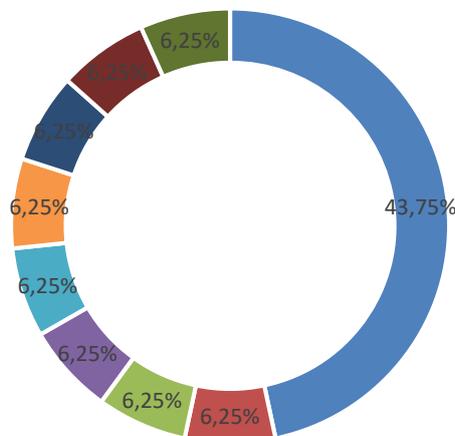
Eu avalio que ela é extremamente positiva, porque a legislação ela, ela como poucas legislações profissionais, elas nos dão uma bagagem e um conteúdo até para a gente justificar nossas ações na garantia dos direitos, são, tem ações que a gente faz que a gente tem essa, esse respaldo, essa bagagem da lei profissional para a gente responder né que aquilo é preciso porque na nossa lei a gente né, acho, então considero como muito positivo (ASSISTENTE SOCIAL –08).

As entrevistadas em suas respostas demarcam a importância das legislações da profissão no sentido de que as mesmas resguardam o profissional no seu exercício profissional, possibilitam a articulação entre teoria e prática, defesa do sigilo profissional e da garantia de direitos sociais. O respaldo das legislações enfatizado nas falas pode vir a acontecer por exemplo, quando lhe é demandado pela instituição empregadora que o assistente social realize uma ação que não é sua atribuição privativa e/ou competência profissional, que fere o seu código de ética profissional e o seu direcionamento ético-político. Desta forma, a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e o código de ética profissional aprovado em 1993, documentos esses que aparecem implícitos nas falas das entrevistadas, e que expressam o Projeto Ético-Político da profissão e contêm princípios e valores ético-políticos, atribuições, competências e aporte teórico-metodológico que juntos podem contribuir para a defesa da relativa autonomia do profissional na condução das suas atividades e do direcionamento ético-político que pode vir a imprimir no seu exercício profissional. Cabe destacar que a legislação profissional é passível de reclamação judicial.

Corroborando com a pergunta anterior em que as entrevistadas ressaltaram a importância da legislação profissional como um direcionamento para as ações profissionais, perguntamos como o Código de Ética Profissional se concretiza no exercício profissional do/da assistente social na política de assistência social, e as respostas sinalizaram para questões como o sigilo profissional, respeito aos usuários, garantia de direitos nos atendimentos de forma geral, liberdade de expressão, entre outras, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 5- Como o Código de Ética se concretiza no espaço sócio ocupacional?

Como o Código de Ética se concretiza no exercício profissional do/da assistente social?



- Na forma como são realizados e registrados os atendimentos, respeito aos usuários, sigilo profissional e na defesa e garantia dos direitos sociais.
- Possibilidade de fazer do CRAS um espaço de acesso aos direitos sem qualquer tipo de discriminação.
- Na valorização da liberdade de expressão.
- Relação com os usuários, chefia e colegas de trabalho.
- Considerou a pergunta repetitiva e optou por não responder.
- Destacou a importância do Código de Ética mas não especificou como ele se concretiza.
- Respeito ao usuário e prioridade em determinadas situações para o atendimento.
- O Código de Ética concretiza-se de forma parcial, pois alguns elementos dependem da instituição e da realidade profissional.
- Destacou o imprevisto como um elemento que inviabiliza a concretização do Código de Ética.

Fonte: elaboração própria.

Conforme as informações dispostas no gráfico, 43,75% das entrevistadas responderam que o código de ética concretiza-se no seu exercício profissional a partir dos atendimentos realizados com os usuários, sejam eles individuais ou grupais; na forma em que são registrados esses atendimentos com ética e respeito; no sigilo profissional que abarca o âmbito individual e também coletivo, como por exemplo em reuniões de equipe para discussão de casos; na defesa e garantia dos direitos sociais e na qualidade dos serviços prestados a população que vivencia em seu cotidiano as mais variadas expressões da questão social.

A forma que a gente faz o atendimento, a forma como é registrado. A questão mesmo do sigilo, a gente tem a questão do arquivo né? Que tem um profissional quando a gente precisa que mexe, não é todo mundo que mexe. Igual eu te falei do JF Social, que é esse programa que a gente tem, que a gente coloca as evoluções, a senha do técnico é diferente do administrativo, então tem senha que abre, tem senha que não abre, então eles não têm acesso (ASSISTENTE SOCIAL- 11).

Acho que durante a nossa atuação né, no nosso atendimento, no respeito com o usuário né, nas, na nossa própria intervenção, no nosso exercício profissional mesmo né, no, na forma com que a gente vai atuar (ASSISTENTE SOCIAL - 07).

[...] principalmente do sigilo das informações que a gente tem que ter cuidado com os prontuários. O que é passado pelos usuários através dos atendimentos isso é colocado pra equipe técnica, somente, dentro dos estudos de caso, a gente procura ter cuidado com os prontuários, nesse sentido (ASSISTENTE SOCIAL -03).

Olha, ele se concretiza na verdade, o tempo todo. Porque se você trabalha a luz desse código de ética, você a todo momento vai estar trabalhando eticamente né, você vai tá nas relações com outros colegas de trabalho, na relação com os usuários, com sua chefia né (ASSISTENTE SOCIAL- 08).

O tempo todo, o tempo todo durante os atendimentos, aquilo que a gente traz no nosso arcabouço teórico ele é fundamental, aquilo que a gente teve enquanto informação, ele é fundamental pra gente entender as relações sociais, a desigualdade social, em que bojo que tá esse usuário né, a luta com o Estado que a gente tem que ter com a política que a gente quer ter para garantir os direitos desse usuário (ASSISTENTE SOCIAL-13).

No dois últimos relatos apresentados anteriormente, encontramos elementos significativos sobre a efetivação do código de ética no exercício profissional, uma vez que as profissionais enfatizam que o mesmo pode e deve estar presente durante toda a atuação do assistente social, não existindo momentos específicos que ele pode se concretizar, uma vez que há a necessidade de agir de forma ética com os usuários, colegas de profissão e demais membros da equipe de trabalho. A entrevistada de nº13, explicitou em sua fala que o código de ética concretiza-se em todo o exercício profissional, e o referencial teórico da profissão e deste documento subsidia uma leitura crítica da realidade em que o assistente social está inserido, da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, e do conflito entre capital/trabalho, o lugar que os usuários das políticas sociais ocupam historicamente em uma sociedade de classes, e desta forma propicia ações interventivas que podem romper com o conservadorismo e indicar relações com o Projeto Ético-Político. Ou seja, a relação entre teoria e prática permite ao assistente social desvendar as contradições presentes na realidade e desenvolver novas ações em consonância com o Projeto Ético-Político, mas para isso é preciso

“exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição – o requisito imprescindível – do seu trabalho profissional” (FORTI, 2010, p. 8).

Em algumas respostas, constatamos que as entrevistadas remetem a alguns princípios do Código de Ética Profissional, expressando a sua contribuição para fazer do CRAS um espaço de acesso aos direitos sociais sem qualquer tipo de discriminação, bem como possibilitar o desenvolvimento de ações que reforçam elementos como a democracia, a liberdade de expressão, a cidadania e a justiça social. Desta forma, alguns princípios presentes no Código de Ética Profissional aparecem embutidos nos relatos das entrevistadas, tais como o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, a consolidação da cidadania para garantir os direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, e “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito a diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”.

Sendo assim, as entrevistadas compreendem o Código de Ética para além do seu viés legalista, das normas e deveres, mas como uma orientação ontológica e filosófica presente nos seus onze (11) princípios que consubstanciam valores e princípios “que conformam uma visão de mundo que pode orientar as estratégias e ações profissionais cotidianas [...] numa direção radicalmente crítica, criativa, propositiva, anticonservadora e anticapitalista” (VASCONCELOS, 2015, p.190). Dito de outra forma,

[...] nosso Código de Ética, diferentemente do que é característico de todo código moral, não se constitui em uma pauta de dever ser, num documento jurídico-formal, mas em um projeto que tanto contempla os fundamentos teórico-metodológicos que nos permitem uma leitura da realidade capaz de desvelar o significado social da profissão na nossa sociedade, quanto carrega no seu interior um conjunto de princípios que explicita os valores que priorizamos e as forças políticas que reforçamos e atribuem, de maneira coerente, uma determinada direção teórico-prática ao que fazemos no nosso cotidiano (GUERRA, 2013, p.124).

Embora, a maioria das entrevistadas afirmaram e explicitaram como o código de ética profissional se concretiza no exercício profissional do/da assistente social na política de assistência social, 6,25% destacou que a sua concretização vai depender de cada espaço sócio ocupacional e dos limites presentes em cada realidade profissional e 6,25% ressaltou que as

ações profissionais desenvolvidas a partir do improviso inviabilizam a concretização do código de ética no cotidiano profissional.

É, se a gente for pensar... é na questão mesmo da liberdade de expressão, a gente procura valorizar, mas algumas coisas a gente não consegue, né, até por conta desse espaço, ele não permite tanto, né, que a gente consiga colocar em prática todas as, o que tá previsto aí no nosso código, né (ASSISTENTE SOCIAL- 06).

Nossa, é tão complicado, igual a questão do sigilo né, que é uma coisa que a gente acaba ferindo aqui. Em relação do, não da atribuição privativa, mas a questão assim, do próprio arquivo né que hoje não é específico do assistente social né, ele é institucional, então ele tem algumas coisas que, que não é muito ao pé da risca que se segue né, depende de cada instituição mesmo que você vai adaptando ali, depende de cada realidade profissional que você está inserido (ASSISTENTE SOCIAL -09).

[..] O improviso faz com que não se cumpra o código de ética (ASSISTENTE SOCIAL -16).

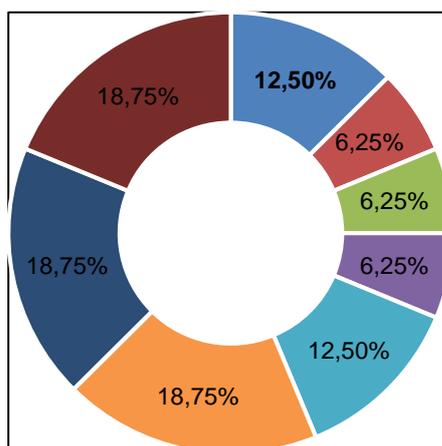
O enfoque desses relatos sobre a dificuldade de concretização do código de ética a partir do sigilo profissional no CRAS também se manifestou presente quando indagamos sobre as condições técnicas, éticas e físicas de trabalho dos assistentes sociais neste espaço, elementos que foram abordados neste capítulo com mais veemência. Em relação ao improviso presente no exercício profissional, concordamos com a entrevistada que este pode ser um elemento dificultador para a concretização do código de ética profissional, pois o assistente social deve ter um planejamento de trabalho, competência teórico-metodológica e o estabelecimento de finalidade das suas ações profissionais, a quem elas sendo direcionadas e quais os resultados esperados.

Assim, a definição sobre *o que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *porque* fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao *para que* fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao *com o* que fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema (s) de mediações) (GUERRA, 2012, p. 43).

Corroborando com o eixo de análise acerca da possibilidade de efetivação do Projeto Ético-Político a partir da dimensão jurídico-política da profissão, perguntamos para as 16 assistentes sociais entrevistadas a relação que elas estabelecem entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o projeto profissional crítico do Serviço Social. As respostas abrangeram questões como um exercício profissional crítico, garantia de direitos, socialização

de informações, conhecimento sobre as especificidades de cada contexto familiar e das expressões da questão social, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 6- Relação entre o SUAS e o Projeto Ético-Político.



- Equidade, garantia de direitos, respeito ao usuário, compreensão das especificidades de cada família, e cobrança ao Estado para melhoria das políticas sociais.
- Destaca a importância do projeto ético-político e afirma que nem sempre consegue tê-lo como direcionamento para o exercício profissional no SUAS.
- Relação contraditória, pois no projeto ético-político tem-se a defesa da emancipação e autonomia dos sujeitos, mas o SUAS delimita as ações profissionais e os usuários a serem contemplados pelos programas sociais.
- Relação total, o SUAS exige um agir profissional de acordo com o projeto ético-político.

- Os dois caminham juntos, mas precisam se articular melhor.

- Garantia dos direitos, socialização de informações e reconhecimento enquanto sujeito com possibilidade de escolha.
- Acesso aos direitos sem discriminação e compromisso com as minorias.

- Não respondeu à pergunta.

Fonte: elaboração própria.

As entrevistadas que estabeleceram relação entre o SUAS e o Projeto Ético-Político, demarcam em suas respostas a perspectiva de direitos presentes em ambos, conforme os relatos que seguem abaixo:

Eu acho que tem tudo a ver, porque é uma proposta de trabalho de emancipação do cidadão. Num uma coisa de assim... Num passa pela caridade. É uma política de trabalho que visa assim a melhoria da qualidade de vida do cidadão como um todo. (ASSISTENTE SOCIAL -02).

Acho que garantia do direito do usuário da política, a garantia a informação, a pessoas se reconhecer enquanto sujeito com possibilidade de escolha do que ela deve ou não fazer (ASSISTENTE SOCIAL -03).

Eu acho que é a questão do direito, mesmo. O acesso ao direito. Ah tem muita questão que a gente pode tá colocando, essa questão do sem discriminação. O SUAS tem uma visão bem bacana, bem próximo do projeto ético (ASSISTENTE SOCIAL-05).

De garantia de direito, de respeito ao usuário, de compreensão dessa complexidade, da especificidade de cada família que você atende, de cobrança do Estado, da gente poder através de lutas sociais, reivindicar melhoria na política pública, através de conferência, de seminário, de conselho, a gente poder atuar nesses espaços pra poder reivindicar a atuação do Estado (ASSISTENTE SOCIAL-13).

O SUAS é um enorme avanço para a política de assistência social na medida em que busca romper com práticas assistencialistas, clientelistas, filantropia e o favor que por décadas constituíram a assistência social, estando enraizadas na cultura política do país. Desta forma, ao efetivar a assistência social como uma política pública de proteção social e dever do Estado em provê-la conforme os seus aparatos normativos (Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da assistência social e a Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004) encontra semelhanças com o Projeto Ético-Político profissional e com os documentos que o expressam como por exemplo o código de ética profissional, ao defender em um de seus princípios a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

Em alguns relatos, as profissionais enfatizam a presença de semelhanças entre o SUAS e o Projeto Ético-Político, mas afirmam que eles não se relacionam completamente, apesar dos avanços que o SUAS significou para a política de assistência social reafirmando a concepção de direito, estabelecendo normas, diretrizes e organização dos serviços, ainda existem algumas lacunas na política de assistência social.

Eu acho que tem uma, eu acho que tem uma afinidade entre os dois bastante visível sabe, na questão do SUAS, na questão da garantia de direitos né, da não discriminação por raças, sexo, orientação sexual, eu acho que isso tudo tá muito afinado com a questão do projeto ético político da profissão e do, do

SUAS. Então eu acho assim, que ainda tem lacunas, mas assim, eu acho que em tese se você pegar o documento do SUAS e pegar o nosso documento projeto ético político, você vai ver muito mais afinidades do que divergências, entendeu? (ASSISTENTE SOCIAL – 08).

Acho que os dois assim, caminham até que junto né. Os dois precisam, precisam e devem né caminhar juntos, porque o nosso projeto tem que estar em todos os direcionamentos né, não só na política de assistência mas em todas as outras, mas eu acho que tem muita coisa pra melhorar ainda, muita coisa pra debater, os profissionais tem que buscar mais também, tá se apropriando disso, que eu acho que isso fica muito a desejar também (ASSISTENTE SOCIAL – 09).

Concordamos com o relato da entrevistada de nº08 ao estabelecer as semelhanças entre o Projeto Ético-Político e o SUAS e a demarcar a existência de divergências. Uma das divergências que entendemos estar presente, refere-se ao fato de que no documento do SUAS, a concepção de cidadania, equidade, justiça social, democracia, entre outras terminologias presentes nas legislações da política de assistência social apresentam uma perspectiva liberal burguesa, compatível com a sociedade capitalista, onde a luta por direitos é o fim último das ações profissionais. Corroborando com a nossa linha argumentativa, Coelho (2013) destaca a utilização dessas terminologias por distintos campos teóricos, conforme a citação abaixo:

Terminologias como *construção da cidadania, inserção social, universalidade, justiça social*, são utilizados em proposições analíticas de campos teóricos diferenciados e apreendidas parcialmente, enfatizando determinadas atribuições ou determinados valores/princípios do código de ética da profissão ou das leis que regulam as políticas sociais. Manipuladas indistintamente, essas categorias justificam a prática profissional em qualquer direção sócio histórica, servem a qualquer posição ideopolítica, a qualquer perspectiva teórico-metodológica (COELHO, 2013, p.41, grifos em itálico da autora).

O relato da entrevistada de nº06 também pontua que, apesar do Projeto Ético-Político e do SUAS apresentarem a defesa dos direitos sociais e o protagonismo dos usuários como objetivos comuns, essa relação é contraditória, uma vez que a política de assistência social não é um direito de todos os cidadãos, mas sim, daqueles para quem dela necessitar, estabelecendo para isso critérios de elegibilidade para o acesso e permanência. Desta forma, a emancipação, a garantia dos direitos sociais, a socialização da riqueza produzida e a “universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” de fato não acontece plenamente na realidade para todos os segmentos da classe trabalhadora.

É, a gente pensa no nosso projeto como algo emancipador, né, que de fato vai dar uma autonomia para o sujeito, vai dar potencialidade para ele, né?! A questão do SUAS é, eu acho que às vezes fica muito na questão do, de delimitar naquele que necessita, ele acaba que em alguns aspectos ele é também, é, que acaba delimitando também, né, as nossas ações, então ele vai ser assim, contraditório, vai ser bem reducionista e acho que é isso [...] (ASSISTENTE SOCIAL-06).

No entanto, apesar das divergências, é preciso reconhecermos a importância da luta por direitos em uma sociedade de classes e principalmente na sociedade brasileira marcada por uma cultura política ancorada no clientelismo, favor, benesse e caridade. Por isso, o campo da seguridade social deve ser entendida como uma mediação estratégica e não como um fim em si mesma, no sentido que existem espaços contraditórios que podem potencializar a formação de consciência crítica da população e levar a um “padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas que não se esgota nele”(BOSCHETTI, 2004, p.120).

Tendo clareza de seus limites, bem como de sua natureza contraditória, a seguridade social pode assumir um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores ou ser funcional a acumulação do capital. Contrariando as forças que aceitam e/ou reforçam as investidas do capital especulativo, os assistentes sociais ousam permanecer no campo da contracorrente e sustentam a defesa de um tipo de seguridade social que, inserida em um projeto societário mais amplo, é capaz de cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade, num processo que não se esgota na garantia da cidadania burguesa (BOSCHETTI, 2004, p.120).

Assim, o Projeto Ético-Político articula a defesa intransigente dos direitos sociais com a recusa do arbítrio e do autoritarismo, bem como a construção de uma nova ordem societária sem qualquer tipo de dominação e/ou exploração. Ou seja, tem como horizonte de ação a luta pela emancipação política e humana.

Portanto, o Projeto Ético-Político não toma o caminho fácil de se contentar com os direitos no marco do capitalismo, nem tampouco, ao reconhecer os limites desses na ordem vigente, de invalidar a luta pelo seu reconhecimento e afirmação. Distante do voluntarismo e fatalismo históricos, o projeto atual do Serviço Social concebe o compromisso ético com os direitos como uma agenda democrática da luta democrática e popular, cujo objetivo não é a conquista do direito como um fim em si mesmo, mas como uma via de transição para a construção de um outro projeto de sociedade sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia. Nesta direção, a cidadania, muito mais do que um conjunto de direitos materializados pelas políticas sociais, é concebida como um caminho fértil para a construção de uma nova ordem social- já que se põe como campo de luta e de formação de consciência crítica em relação as desigualdades sociais (RODRIGUES, 2007, p.24).

Outro importante relato refere-se ao tensionamento entre o SUAS e o Projeto Ético-Político a partir das condições de implementação da política de assistência social, como recursos insuficientes para o atendimento das demandas dos usuários e para a execução do trabalho de forma geral com número extenso de famílias referenciadas no CRAS, bem como as condições de trabalho que dificultam a efetivação de alguns princípios do Projeto Ético-Político.

Eu acho assim gente, o projeto tem diretrizes, a gente não pode perder de vista o que o projeto fala em tudo né? Em termos de ética, em termos de compromisso, mas a gente tem que adaptá-lo a algumas especificidades do SUAS né? Então assim quando a gente coloca o pé dentro do sistema a gente as vezes tem alguns embates por tudo isso que a gente está conversando aqui agora, com o local né? Com o número excessivo as vezes de famílias referenciadas, então diversas questões que a gente for considerar a risco o que o projeto ético político fala as vezes a gente choca né? A gente entra em crise, então a gente tem que aproveitar o que... como eu vou dizer assim? Não é o que é mais importante, mas o que é fundamental para a profissão que é a questão da ética, compromisso com o usuário, nosso compromisso político com a profissão, com a categoria. Então assim não perder de vista isso, mas pensar que a gente tem que fazer algumas concessões né? Nada que vai te agredir, nada que vai te desqualificar profissionalmente, mas que algumas concessões precisam ser feitas, porque o SUAS está aí, a gente tem que trabalhar e nem sempre as condições de trabalho são adequadas (ASSISTENTE SOCIAL -10).

A profissional expõe as dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional a partir das condições de trabalho que limitam a efetivação de alguns princípios do Projeto Ético-Político no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam na política de assistência social e que podem perpassar qualquer espaço sócio ocupacional existente na sociedade capitalista. Apesar das dificuldades para a defesa e ampliação dos direitos sociais em um cenário caracterizado pela mundialização e financeirização do capital e exacerbação das expressões da questão social, a profissional reitera em seu relato que a ética e o compromisso com o usuário consubstanciam o seu exercício profissional, embora seja preciso realizar concessões para trabalhar no SUAS. A partir de sua fala, não fica claro quais as concessões que necessitam ser feitas, se seriam concernentes a princípios do Projeto Ético-Político ou acordos com a instituição empregadora, uma vez que em qualquer espaço de trabalho existem momentos em que é preciso avançar, recuar ou até mesmo permanecer estagnado no desenvolvimento dos

projetos e ações profissionais, sendo necessário realizar uma análise de conjuntura e institucional que nos possibilite identificar as correlações de forças para poder criar estratégias e táticas que auxiliem na efetivação do Projeto Ético-Político no exercício profissional.

As concessões expressam a realidade dos/das profissionais nos distintos espaços sócio ocupacionais que se veem assolados pelo embate cotidiano com os seus empregadores, uma vez que conforme destaca Iamamoto (2015), o assistente social possui relativa autonomia na condução do seu trabalho, pois conforme trabalhado em outros momentos dessa dissertação, necessita vender a sua força de trabalho em troca de um salário, uma vez que ele não possui todos os meios necessários para a viabilização do seu trabalho, o que requer dizer que as condições de trabalho não são determinadas pelo profissional, mas pelos seus empregadores, ainda que o profissional nos atendimentos individuais ou coletivos, possa imprimir uma direção ético-política e teórico-metodológica. A relativa autonomia na condução do exercício profissional circunscreve nas possibilidades de escolha frente a projetos societários distintos e a efetivação dos princípios do Projeto Ético-Político através das intencionalidades postas nas ações profissionais.

Sobre a principal conquista da categoria de assistentes sociais, a maioria das assistentes sociais (68,75%) destacaram a redução da carga horária de trabalho sem redução salarial¹⁰⁶; 12,50% disseram ser também a carga horária acrescida do reconhecimento e valorização da profissão; 6,25% o Código de Ética Profissional; 6,25% o reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão e 6,25% a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a sua concretização enquanto uma política pública. Realmente a redução da carga horária sem redução salarial, é uma das principais conquistas da categoria profissional, no entanto, com as entrevistas constatamos que nem todas as profissionais usufruem desta conquista legal, uma vez que em um CRAS que a coordenadora é assistente social, realiza 40 horas semanais, segundo a mesma, por se tratar de um cargo de confiança. Com isso, percebe-se que a Lei 12.317/2010 que dispõe sobre a carga horária de trabalho semanal de 30 horas para os assistentes sociais sem redução salarial, ainda encontra resistências para a sua implementação, sobretudo em cargos de gestão e devido à ausência de concursos públicos.

Em relação as dimensões constitutivas do exercício profissional do assistente social (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), as entrevistadas relataram que no exercício profissional elas se realizam a todo instante durante os atendimentos e na

¹⁰⁶ A Lei Federal nº12.317/2010 dispõe sobre o tempo de trabalho do assistente social não exceder 30 horas semanais, sem redução salarial. Essa foi uma das importantes conquistas da categoria profissional, porém em alguns espaços sócio ocupacionais as instituições empregadoras não cumprem o que está previsto em lei.

compreensão sobre as desigualdades sociais (43,75%); para 18,75% estão articuladas no exercício profissional, mas não afirmaram de que maneira; 12,50% preferiram não responder; 6,25% na postura profissional; 6,25% através dos instrumentos, técnicas e da linguagem; 6,25% a todo momento no exercício profissional embora a dimensão teórico-metodológica fique um pouco a desejar, sendo fundamental a formação continuada; 6,25% enquanto coordenadora, mencionaram que se efetiva na organização do trabalho; 6,25% ressaltou que não se pode pensar a efetivação dessas dimensões de forma isolada, mas sim articulada, o que possibilita ter um exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político e para 6,25% esse conteúdo não foi abordado com esses termos na faculdade - tomou conhecimento deste debate através da formação continuada e da supervisão de estágio - e acredita que se realiza no cotidiano de trabalho com ética e profissionalismo dentro das condições e instrumentos de trabalho.

Eu acho que essa é uma discussão que a gente tem sempre que pensar não numa dimensão específica, tem que se pensar nas três, porque senão a gente vai acabar ficando, né, principalmente na operativa, que a gente vai ficar lá no dia a dia nesse atendimento burocrático e aí a gente vai ficar muito preso a ela. Se a gente não pensar nesse como fazer, pensar no arcabouço legal que a gente tem para nos amparar e pra gente poder refletir sobre a nossa prática, aí a gente não vai, ter um exercício comprometido eticamente, politicamente, né, pensando aí mesmo, né, numa emancipação desses sujeitos, então a gente vai ficar muito preso a uma, né, normalmente, numa visão bem fatalista, a gente vai ficar só no preenchimento dos instrumentos, dos formulários. Então assim eu acho que é pensar que não é uma ou outra e sim as três dimensões no nosso exercício profissional (ASSISTENTE SOCIAL – 06).

A articulação entre as dimensões constitutivas do exercício profissional é fundamental para compreendermos a profissão a partir da sua inserção em uma realidade concreta e em seus condicionantes que estão postos a partir do modo de produção capitalista. Permite-nos além da análise teórico-crítica da realidade, identificar e relacionar as finalidades e os objetivos traçados a partir de situações concretas, bem como a apreensão das consequências das ações profissionais na vida dos usuários. Essas três dimensões quando articuladas auxiliam os profissionais nos processos de tomada de decisões a partir do conhecimento teórico-metodológico e do estabelecimento de finalidades e objetivos da ação profissional mediados pelo Projeto Ético-Político e pela defesa de um projeto societário que deve estar no horizonte das lutas sociais e da emancipação humana.

Na preleção a seguir, visualizamos uma preocupação por parte da entrevistada em desenvolver um exercício profissional mediado pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, bem como a construção de ações e respostas profissionais a partir dos

princípios ético-políticos presentes no Projeto Ético-Político. A assistente social reflete ainda sobre as finalidades da sua ação, a forma como conduz os atendimentos e o trabalho com grupos, sendo essa uma das contribuições que as dimensões constitutivas do exercício profissional e a sua inter-relação propiciam para o trabalho do assistente social e concomitante impactam na qualidade dos serviços prestados à população demandatária dos serviços sociais.

Eu acho que elas vão se manifestar na postura profissional. A postura profissional vai direcionar aquele atendimento ou ela vai direcionar para o seu projeto ético político né? Para aquilo que a profissão preconiza ou você vai tencionar para outro lado que é o lado da benevolência, o lado da filantropia. Então assim, o perfil do profissional e a conduta dele é que vai fazer a junção da prática com o projeto ético político, com a teoria. Se você é um profissional, como é que eu vou dizer? Com preguiça de pensar né? Com preguiça de trabalhar direitos né? E assim acomodado com a sua rotina, naturalizando tudo que vai chegar para você, você vai trabalhar de forma mecânica, até raciocinar “poxa vida né? Que intenção era a minha quando eu encaminhei essa pessoa, que intenção que é a minha quando eu vou fazer esse grupo, é só de repassar o benefício? Ou de trabalhar autonomia, de trabalhar emancipação? ”. Então acho que a conduta profissional é que vai direcionar essa junção ou não, ela vai acontecer ou não vai (ASSISTENTE SOCIAL-10).

Percebe-se a partir dos relatos que as assistentes sociais possuem clareza de que as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política auxiliam o exercício profissional frente ao contexto de acirramento das expressões da questão social, retração de direitos, bem como possibilitam ao profissional identificar os limites e possibilidades que estão presentes no cotidiano profissional.

O tempo todo, o tempo todo durante os atendimentos, aquilo que a gente traz no nosso arcabouço teórico ele é fundamental, aquilo que a gente teve enquanto informação, ele é fundamental para a gente entender as relações sociais, a desigualdade social, em que bojo que está esse usuário né, a luta com o Estado que a gente tem que ter com a política que a gente tem para garantir os direitos desse usuário (ASSISTENTE SOCIAL-13).

De forma geral, a maioria das entrevistadas demonstraram possuir conhecimento sobre a dimensão jurídico-política da profissão e a sua importância para o exercício profissional. As profissionais explicitaram as semelhanças entre as legislações referentes a política de assistência social e as legislações da profissão, no entanto afirmam que o exercício profissional é orientado pela Lei de Regulamentação da Profissão, código de ética profissional e pelo Projeto Ético-Político, embora também tenham que cumprir as exigências e normativas da política de assistência social.

Cabe destacar, que a política de assistência social constitui uma importante mediação para o exercício profissional do assistente social, no entanto não deve vir a ser confundida com a profissão e com os seus fundamentos e objetivos. Deste modo, reconhecemos a importância de conhecer as legislações específicas de cada política social, principalmente quando se tratar da área de atuação do profissional, mas ressaltamos que o profissional deve ter como horizonte o arsenal teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-político que a profissão dispõe e que deve ser utilizado em qualquer espaço de trabalho, pois, a ausência ou secundarização do estatuto legal da profissão e do direcionamento ético-político corroboram para o retorno de práticas conservadoras, assistencialistas e fiscalizatórias no exercício profissional do assistente social.

Desta forma, o direcionamento ético-político deve prevalecer no exercício profissional para não sucumbirmos ao discurso e requisições burocráticas das políticas sociais e aos ditames da cotidianidade, com ações repetitivas, burocráticas, imediatas e que, por vezes, não concebem os usuários inseridos em uma totalidade social, culpabilizando-os pelas suas condições de vida e subsistência.

A prática profissional do assistente social caracteriza-se pela rotina, repetição de tarefas e pela espontaneidade necessárias para a reprodução do indivíduo e da profissão, a fim de responder as múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social. Para responder as heterogêneas e imediatas demandas sócio-institucionais no cotidiano da prática profissional, os assistentes sociais – como muitos outros profissionais, por meio do movimento da consciência que se atém a certeza sensível, ou a percepção ou ao entendimento, apreendem apenas as expressões fenomênicas da realidade, conectando imediatamente teoria e prática (COELHO, 2013, p.7).

Apesar do cotidiano apresentar características que condicionam o exercício profissional conforme a citação anterior, este é um espaço propício para a troca de saberes/conhecimentos¹⁰⁷, elemento este que por vezes é associado apenas ao ambiente acadêmico, causando uma separação errônea entre os profissionais que pensam daqueles profissionais que executam e que trabalham diariamente com as respostas do Estado frente as expressões da questão social através das políticas sociais.

Portanto, é no cotidiano travejado por inúmeras características que dificultam o exercício profissional a partir de um agir reflexivo, que também estão postas as mediações necessárias para a suspensão temporária do cotidiano, conforme elucidado no capítulo II ao

¹⁰⁷Nos capítulos anteriores com base em Moljo e Mendes (2016) explicitamos que a sistematização da prática profissional e a dimensão investigativa podem contribuir para a produção de conhecimentos a partir do exercício profissional desde que com o devido rigor teórico-metodológico necessário a este processo.

trabalharmos com a categoria mediação a partir do seu caráter ontológico e reflexivo. A suspensão temporária¹⁰⁸ do cotidiano trabalhada por nós no capítulo II pode vir a acontecer através da homogeneização de “todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade” e se reconhece enquanto um indivíduo “portador da consciência humano-genérica” (NETTO, 2012, p.70). Além da homogeneização, a utilização da dimensão investigativa no exercício profissional também permite suspender momentaneamente o cotidiano para, assim, romper com ações conservadoras, repetitivas, imediatas e pragmáticas. A partir dessas suspensões, é possível retornar ao exercício profissional bem mais enriquecido, partindo do pressuposto que o profissional desvelou a realidade a partir da tríade aparência-fenômeno-essência e estabeleceu as mediações existentes entre o singular, o particular e o universal.

[...] o retorno a cotidianidade após uma suspensão (seja criativa, seja fruidora) supõe a alternativa de um indivíduo mais refinado, educado (justamente porque se alçou a consciência humano-genérica); a vida cotidiana permanece ineliminável e inultrapassável, mas o sujeito que a ela regressa está modificado (NETTO, 2012, págs.70-71).

Cabe fazer um pequeno adendo que a nossa intenção era relacionar as informações obtidas com as entrevistas com todos os componentes que podem efetivar o Projeto Ético-Político. No entanto, não foi possível relacionar com a produção de conhecimentos, pois no questionário feito para nortear as entrevistas, não haviam perguntas vinculadas diretamente com essa temática, tais como a dimensão investigativa, o registro e a sistematização do seu exercício profissional, ou seja, perguntas que poderíamos verificar em que medida esses elementos contribuem para a produção de conhecimentos ancorada nos valores, princípios e diretrizes do projeto profissional crítico do Serviço Social. No entanto, é importante frisar que as informações obtidas a partir do registro e da sistematização da prática profissional não necessariamente se tornam produção de conhecimentos, mas quando são feitas com um rigor teórico-crítico e mediadas pelo projeto profissional crítico, oferecem condições de converter, “a partir da qualidade da sistematização, em objeto de investigação e produção de conhecimentos na área de Serviço Social” (VASCONCELOS, 2015, p.465).

Neste contexto, o conhecimento, que resulta da análise teórico-crítica do cotidiano profissional, necessário a formação graduada e permanente, por parte do próprio assistente social, de uma equipe interprofissional e/ou de um

¹⁰⁸Conforme destacamos no capítulo II, para Lukács (1966) existem três formas de objetivações para suspender a cotidianidade: trabalhador criador, arte e ciência.

assessor, tendo em vista apreender o movimento do exercício profissional frente a direção social perseguida e aos objetivos definidos para a atuação profissional, não tem o mesmo alcance e profundidade da análise teórico-crítica de situações concretas realizada por um pesquisador, tendo em vista respostas que podem ser generalizadas. **Ou seja, o conhecimento produzido por um assistente social/equipe sobre o cotidiano profissional, ainda que não possa responder as necessidades de conhecimento de totalidades mais complexas, as quais oferecem condições de generalizações, deve ser resgatado como contribuição no desenvolvimento da produção de conhecimento da área** (VASCONCELOS, 2015, p.465, grifo nosso).

Finalizando nossas análises e considerações a partir das entrevistas com 16 assistentes sociais que atuam na proteção social básica (CRAS) do município visando conhecer as possibilidades de efetivação o do Projeto Ético-Político, destacamos abaixo um pequeno trecho da reflexão de uma das entrevistadas ressaltando a importância que a nossa pesquisa teve para o repensar de seu exercício profissional e as questões que o perpassam.

Para mim, foi tranquilo. É uma oportunidade que a gente tem mesmo até de rever o nosso dia a dia. Acho que cada possibilidade que a gente tem, mesmo pra parar pra pensar no dia a dia, embora a gente fique meio embaraçado com as perguntas porque às vezes, né, porque a gente como não sabe tudo que vem pra gente e a tem que responder de imediato sem uma elaboração antes, mas acho que é importante a gente parar, ter oportunidade de pensar mesmo no nosso dia a dia, né, e pra isso a gente consegue talvez, se tem alguma coisa que gente fale aqui a gente fica pensando sobre aquilo, né, aí o exercício profissional, questão de SUAS, acho que são elementos que estão no dia a dia que essa condição de ficar refletindo e a partir daí identificar alguma coisa que não tentar e pensar mesmo nessas estratégias, algumas intervenções, buscar junto com outros colegas dentro das nossas capacitações que são oferecidas aí, nossa questão mesma diária, reflexão do nosso exercício. Eu agradeço a oportunidade (ASSISTENTE SOCIAL -06).

É satisfatório que neste intervalo de tempo em que as profissionais estiveram conosco concedendo a entrevista, a grande maioria tenha avaliado esse contato como algo positivo, como um espaço para refletir criticamente sobre as suas ações profissionais a partir do diálogo, e que tenham ressaltado a importância da pesquisa para conhecer a realidade do Sistema único de Assistência Social (SUAS) em Juiz de Fora e o retorno das informações coletadas como um mecanismo para qualificar o exercício profissional. Esta avaliação positiva nos estimula a continuar nossas pesquisas sobre o exercício profissional subsidiado pelo Projeto Ético-Político e a contribuir com a produção de conhecimentos sobre essa temática.

No decorrer deste capítulo, apresentamos o processo de consolidação da política de assistência social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 que eleva a assistência social a condição de política pública e os limites econômicos e políticos para a sua consolidação a partir da efetivação do projeto neoliberal. Desta forma, os primeiros itens deste capítulo

buscaram elucidar as mudanças ocorridas após a década de 1990 no Brasil e os impactos para a política de assistência social com os governos petistas destacando, sobretudo, a ênfase nos programas de transferência de renda, a aprovação em 2004 da Política Nacional de Assistência (PNAS) e a criação e implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Demarcamos os principais avanços no que se refere à concepção de direito, organização e padronização dos serviços sócioassistenciais, normatizações que orientam a execução dessa política e os recursos humanos necessários para a sua efetivação, bem como, os desafios que ainda persistem na atualidade, como a concepção de alguns termos que aparecem constantemente nos documentos da política de assistência social (matricialidade sóciofamiliar, vulnerabilidade e risco social), orçamento escasso para o planejamento e execução de serviços de qualidade, entre outros.

Em seguida, expomos a realidade concreta do município de Juiz de Fora/MG, local em que realizamos a nossa pesquisa de campo, enfatizando a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a instituição que executa os serviços sócioassistenciais na cidade (AMAC). Ressaltamos as dificuldades para a consolidação da perspectiva de direito presente na política de assistência social, as condições de trabalho e o processo de seleção do quadro de profissionais para atuarem nos Centros de Referência de Assistência Social devido à implementação desta política acontecer por uma instituição que não se sabe ao certo se é pública ou privada, apresentando pendências na justiça quanto a sua natureza jurídica.

Posteriormente, explicitamos o percurso metodológico para a realização da pesquisa de campo com 16 (dezesesseis) assistentes sociais que atuam em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS presentes no município. As análises das informações obtidas com as entrevistas foram agrupadas de acordo com o nosso entendimento sobre os componentes que oferecem possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político discutidos ao longo do primeiro capítulo desta dissertação. Sendo assim, na primeira seção destacamos o perfil das entrevistadas e a vinculação com a dimensão política-organizativa da profissão, ou seja, a participação das entrevistadas em fóruns, conselhos de direitos, organização da categoria profissional, movimentos sociais, por entendermos que a participação nesses espaços contribui para a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão. Na duas seções seguintes, as análises foram reunidas a partir do nosso entendimento que no exercício profissional, nas ações profissionais dos assistentes sociais é possível imprimir uma direção social a partir dos princípios e valores presentes no Projeto Ético -Político, hegemônico na profissão. Contudo, conforme alerta Vasconcelos (2015) não basta que o profissional se pré-disponha a materializar os princípios e valores do Projeto Ético -Político para conseguir romper com práticas conservadoras e

assistencialistas, e assim, efetivar ações anticapitalistas e emancipatórias. Ou seja, mesmo que os profissionais façam escolhas conscientes, “práticas mediadas pelo projeto profissional estão dialeticamente determinadas tanto por um “complexo causal” como por circunstâncias, que mesmo antecipadas em planejamento se deparam com o imprevisível no mento de sua realização” (VASCONCELOS, 2015, p.342).

Por fim, o último item abarca a relação das entrevistadas com a dimensão jurídico-política da profissão, a saber, o conhecimento sobre a Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética, Projeto Ético-Político e também sobre as legislações que se relacionam diretamente com a intervenção profissional do assistente social na política de assistência social, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema único de Assistência Social (SUAS).

Sendo assim, ao longo de nossas análises procuramos compreender as transformações macro societárias em que se inscreve o Serviço Social, os condicionantes que limitam as ações profissionais e a materialização dos princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político, para que as nossas ponderações não fossem esvaziadas de conteúdo, mas sim feitas considerando o caráter contraditório da profissão, a tensão entre um projeto profissional crítico e a condição de trabalhador assalariado, a autonomia relativa como um importante subsídio na medida em que permite imprimir uma direção social ao exercício profissional, etc. Além disso, explicitamos que para que de fato possa haver uma direção social ao exercício profissional em qualquer espaço sócio ocupacional é fundamental ter conhecimento e domínio teórico-metodológico fundamentado na teoria social marxista e marxiana para compreender os processos sociais, as lutas de classes e, de forma geral, a realidade a partir de uma perspectiva histórica, dialética e totalizante. Concomitante, é imprescindível reconhecer a importância dos elementos que constituem a dimensão técnico-operativa (ações profissionais, instrumentos, técnicas, estratégias e táticas) neste processo de conhecimento das possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político. A escolha e o manuseio dos mesmos expressam finalidades e o nosso comprometimento ético-político, portanto, que tenhamos consciência e façamos uso da dimensão ética e política que o nosso exercício profissional pode vir a ter em prol do compromisso e fortalecimento da classe trabalhadora, a qual também pertencemos. E que a defesa da efetivação do Projeto Ético-Político, seus princípios e valores esteja articulada com a construção de uma nova sociabilidade, com a eliminação da propriedade privada e de todos os meios funcionais a exploração da classe trabalhadora e da riqueza que é socialmente produzida pelos trabalhadores, bem como com a extinção de outras formas de exploração e discriminação, seja por gênero, raça, orientação sexual, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.(Bertold Brecht).

Em tempos tão sombrios onde o conservadorismo encontra novas determinações que o caracteriza como neoconservadorismo, avanço do pensamento pós-moderno e a defesa do fim da história aliado a progressivos ataques aos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora, desmantelamento da formação profissional de qualidade, entre outros inúmeros desafios, consideramos que o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho se apresenta como um enfrentamento, uma resistência a este cenário. O ato de escolher o enfrentamento no âmbito da produção de conhecimentos, expressa o nosso posicionamento ético, político e o comprometimento com a formação e o exercício profissional de qualidade, com criticidade e orientado pelo projeto profissional crítico do Serviço Social brasileiro. Desta forma, recuperamos em linhas gerais o nosso ponto de partida, a trajetória que ousamos trilhar ao longo deste estudo, e alguns apontamentos conclusivos que podem suscitar novas questões e fornecer subsídios para o desenvolvimento de novos estudos.

De antemão, é importante mencionarmos que essa dissertação se constituiu em uma primeira aproximação ao estudo das possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no exercício profissional dos assistentes sociais, sendo que alguns questionamentos e aprofundamentos não foram possíveis de serem realizados pela autora, tendo em vista que alguns aportes teóricos foram apropriados pela primeira vez no âmbito do mestrado, exigindo-nos novas aproximações para qualificar melhor o debate e que não foram possíveis de serem realizadas, mas que podem vir a se tornar objeto de estudo em um futuro próximo.

O presente estudo que ora concluímos, partiu da preocupação em conhecer as possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no cotidiano profissional de 16 assistentes sociais que atuam em 05 Centros de Referência de assistência social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG e quais as mediações presentes neste processo. Sendo assim, a nossa investigação teve como objeto de estudo o exercício profissional dos assistentes sociais na política de assistência social, especificamente nos CRAS's, órgão responsável pela organização e oferta dos serviços sócioassistenciais da proteção social básica, conforme previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Utilizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, ambas com uma orientação teórico-crítica embasada na teoria social de Marx.

Partimos do entendimento de que não é possível pensar e refletir sobre o exercício profissional consubstanciado pelo Projeto Ético-Político sem realizar um retrospecto das bases sócio-históricas da profissão e dos elementos que contribuíram para a construção coletiva deste projeto profissional. Logo, no capítulo I, expusemos que o pensamento conservador consiste em um conjunto de ideias que reinterpretadas respondem as necessidades de explicação e manutenção da sociedade capitalista. Isto é, está associado a um projeto de sociedade e de classe, neste caso, a burguesia. Possui como um dos seus principais expoentes, conhecido como o “pai” do conservadorismo, Edmund Burke, autor que faz uma defesa contundente sobre a monarquia constitucional, a utilização de valores tradicionais, crenças e dogmas para explicar a sociedade, contrapondo-se claramente ao avanço da razão a partir da modernidade. Posteriormente, trabalhamos com o surgimento da sociologia enquanto uma ciência autônoma e a sua constituição como um suporte teórico-metodológico da sociedade burguesa. É com Émile Durkheim, principal autor deste período, que o pensamento conservador adquire um viés reformista, a partir de preceitos que se baseiam nas noções de coesão social e de normal versus patológico. Situamos no debate, que embora o neoconservadorismo seja herdeiro das principais características do conservadorismo clássico com Edmund Burke, August Comte e Émile Durkheim, ele contém novas especificidades, tais como a incorporação do conceito de totalitarismo e a defesa que o ideal revolucionário o expressa.

Após esse debate teórico e conceitual sobre o conservadorismo, optamos por desenvolver nossas análises a partir das especificidades da formação social brasileira que demonstram a presença de traços conservadores que incidem sob a profissão e o exercício profissional do assistente social. Em subsequência, realizamos um estudo sobre a vinculação do conservadorismo com o Serviço Social a partir da doutrina social da Igreja Católica com forte influência do pensamento de São Tomás de Aquino (tomismo e neotomismo) e a

incorporação do positivismo através da busca pela tecnificação profissional. A vinculação dessas duas facetas do conservadorismo na profissão é designada por Yamamoto (2004) como um arranjo teórico-doutrinário.

Posteriormente, discutimos o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, a influência do movimento de Reconceituação Latino-Americana, bem como a incorporação da tradição marxista em um primeiro momento a partir de leituras enviesadas, e em momento posterior, através de leituras marxianas e de intelectuais que construíram as suas análises com rigor teórico subsidiados pelo aporte marxista. Ao fazermos este movimento dialético explicitando as bases sócio-históricas que possibilitaram a recusa e ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo, situamos o “chão histórico” que originou a construção de um projeto profissional crítico, que convencionou denominar de Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, a gênese do Projeto Ético-Político data de meados da década de 1960 sob forte influência do movimento de Reconceituação Latino-Americana e das lutas contra a vigência das ditaduras militares no continente, que se expressa no “Congresso da Virada” em 1979, onde em um movimento coletivo a categoria profissional opta por um projeto profissional crítico articulado com as lutas históricas da classe trabalhadora e se reconhece como integrante desta classe. Contudo, é importante demarcarmos que o Projeto Ético-Político se consolidou a partir da década de 1990 com a formulação do Código de Ética Profissional de 1993, Lei de Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, documentos que reafirmam a direção social, os princípios éticos e políticos que fundamentam a profissão e o exercício profissional.

Conforme Netto (2006) os projetos profissionais estão articulados com os projetos societários. Desta forma, necessariamente a defesa de princípios ético-políticos como por exemplo, a liberdade como valor ético central e a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza produzida, pressupõem uma nova ordem societária que não esteja pautada na exploração, dominação e na opressão, e sim voltada para a construção da emancipação humana. Portanto, princípios como a liberdade, democracia, equidade, justiça social, não podem ser compreendidos de forma isolada, nem tão pouco permanecerem apenas no plano da intencionalidade e do idealismo, como se a efetivação deste projeto profissional crítico estivesse condicionada ao âmbito do pensamento e da vontade dos homens. Por essas reflexões, concordamos com Guerra (2015, p.52) que um projeto profissional crítico, “no âmbito de sua realização deve proporcionar os elementos para a crítica da sociabilidade burguesa e deter o potencial de apontar a direção, dar o norte de uma prática profissional crítica, autônoma e competente, técnica, teórica e politicamente”.

No capítulo II realizamos o debate sobre o cotidiano a partir de Lukács e Agnes Heller, posto que é nesta esfera que os homens realizam todas as suas atividades, desenvolvem todos os seus sentidos, sentimentos e capacidades. E é neste espaço que o exercício profissional do assistente social se realiza a partir das suas atribuições e competências profissionais. Entretanto, o cotidiano apresenta características que interferem nas respostas profissionais, tais como a imediatividade, espontaneidade e superficialidade extensiva, dentre outras que corroboram para a reprodução da alienação e práticas repetitivas, imediatas, burocráticas. Desta forma, o cotidiano e as suas características inviabilizam uma compreensão ampla do real mediante uma perspectiva de totalidade, como por exemplo, a culpabilização dos usuários pela situação em que se encontram, caracterizando uma postura conservadora e orientada pelo senso comum, em detrimento do referencial teórico-metodológico e ético-político pautado na teoria social de Marx. Logo em seguida, buscamos estabelecer as mediações entre o exercício profissional e as suas dimensões constitutivas, com o objetivo de elucidar as determinações postas ao exercício profissional a partir das características do cotidiano e das possibilidades de suspensão momentânea do mesmo para um agir crítico e reflexivo.

No capítulo III problematizamos as reais possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político a partir do entendimento que o mesmo pode ser materializado nas instâncias político-organizativas e jurídico-política da profissão, no exercício profissional e na dimensão da produção de conhecimentos. Estabelecemos a interface desses espaços de possibilidades de materialização do projeto profissional com a pesquisa de campo com 16 assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG. Cabe destacar, que conforme Iamamoto (2015) as possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político não se traduzem de maneira imediata para o âmbito da efetividade, ou seja, “não há uma identidade imediata entre intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo, é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo do trabalho do assistente social” (p.231). Sendo assim, explicitamos que a articulação das dimensões do exercício profissional (teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa), a dimensão investigativa e a ética, constituem importantes mediações que auxiliam na suspensão temporária da cotidianidade e no caminho de volta ao cotidiano, de forma bem mais enriquecida, com novos elementos que ultrapassam a esfera do imediato, do senso comum e do pragmatismo.

Desta forma, trazemos a seguir alguns apontamentos sobre os desafios e possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político no cotidiano profissional a partir das análises dos dados trabalhados na pesquisa de campo.

Em relação aos desafios para o exercício profissional e conseqüentemente para a materialização do Projeto Ético-Político, identificamos a pouca participação das entrevistadas na atualidade em espaços como conselhos de direitos, movimentos sociais, organização da categoria profissional, tendo em vista que em outros momentos na vida profissional já ocuparam esses espaços político-organizativos com maior frequência, o que pode estar relacionado com as condições objetivas de trabalho que produzem desafios para uma maior participação dos profissionais em espaços de mobilização e organização da classe trabalhadora. As condições de trabalho e as formas precarizadas de contrato de trabalho, também se constituem em desafios a efetivação do Projeto Ético-Político, uma vez que nenhuma das entrevistadas são concursadas, e não possuem Plano de Carreira, Cargo e Salários conforme preconiza a NOB-RH/SUAS.

Em relação as condições de trabalho, foram frequentes respostas que enfatizaram a estrutura física do CRAS inadequada para a realização do exercício profissional, como por exemplo as salas que são divididas por biombos que não chegam até o teto, facilitando que outros profissionais e usuários escutem todo o atendimento que é feito neste espaço; necessidade de compartilhar a sala com outros profissionais; ausência de espaços para o desenvolvimento de atividades grupais e de banheiro em um dos CRAS'S que fomos a campo, sendo que as profissionais precisam utilizar o espaço (banheiro) do equipamento ao lado. Além da estrutura física, as repostas também abarcaram os poucos recursos financeiros, materiais e humanos - que dificultam um exercício profissional de qualidade e comprometido com o atendimento das necessidades dos usuários, e a intensificação da exploração da força de trabalho e profissionais contratados com vínculos frágeis de trabalho em detrimento ao que rege a legislação, onde preconiza-se a presença de trabalhadores concursados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Somado a esses desafios, compreendemos que a incorporação da terminologia técnico social/técnico SUAS, que não é algo específico da política de assistência social, mas algo que perpassa as demais políticas sociais de uma forma geral, pode vir a comprometer o exercício profissional dos assistentes sociais, conforme constatamos nas entrevistas, onde uma parcela das profissionais (25%) entende que por serem todos técnicos, não existem atribuições privativas, mas sim competências profissionais que todos os técnicos podem vir a desenvolver no CRAS. Ao realizarem o trabalho em conjunto com outros profissionais em uma perspectiva interdisciplinar, 75% das entrevistadas informaram que não possuem arquivo privativo do Serviço Social, identificando como os principais motivos para tal postura, o fato de todos os profissionais que atuam no CRAS serem técnicos SUAS e, portanto, o registro dos atendimentos com os usuários devem ser coletivos, de toda a equipe. Em nosso entendimento,

estes dados são preocupantes, posto que a ausência de atribuições privativas na realização de trabalhos interdisciplinares e o sigilo profissional presente neste processo não estão de acordo com as legislações que regem a profissão, prejudicam a qualidade do exercício profissional e ferem o compromisso com o usuário na medida em que é revelado a outros profissionais informações sigilosas obtidas em decorrência do exercício da atividade profissional.

Apesar dos desafios supracitados que dificultam um exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político é perceptível nos relatos que grande parte das profissionais não adotam uma postura fatalista, como se a realidade não fosse possível de transformação. Pelo contrário, vislumbram possibilidades a partir dos subsídios teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, expresso nas legislações profissionais (Lei de Regulamentação da Profissão e o código de ética profissional) que norteiam o exercício profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional. Sendo assim, a relativa autonomia profissional constitui-se uma possibilidade de ter um agir profissional crítico, pautado no código de ética profissional e nos documentos que expressam o Projeto Ético-Político.

Na escolha dos instrumentos, ainda que não apareça nestes termos, as profissionais os escolhem a partir de situações específicas presentes no cotidiano profissional, exemplificando situações em que escolhem um determinado instrumento em detrimento a outro, estando presente neste processo, a intencionalidade desde a escolha até o manuseio dos mesmos. Sendo assim, a utilização do instrumental no exercício profissional não acontece de forma aleatória, mas a partir de uma escolha consciente, de análises reflexivas a partir das intencionalidades postas neste processo. Corroborando com o processo de escolha dos instrumentos, faz-se presente também a utilização da relativa autonomia dos assistentes sociais nos CRAS's, uma vez que as profissionais podem escolher livremente os instrumentais sem a interferência do seu empregador, exceto, instrumentos mencionados pelas entrevistadas que são próprios da política de assistência social e que devem ser preenchidos, não podendo alterá-los. Entretanto, esclarecem que a direção social que podem atribuir a esses instrumentos não é definida, podendo ser de acordo com a orientação ético-política presente no projeto profissional da profissão.

Mediante o exposto, no cotidiano profissional a relativa autonomia do assistente social é utilizada para qualificar o exercício profissional e não reforçar o que já está instituído, ou seja, partir de uma orientação ético-política desvelar os processos de alienação, romper com práticas burocratizadas e imediatistas, tendo como horizonte a defesa dos princípios e valores que fundamentam o Projeto Ético-Político.

Ainda sobre as possibilidades de efetivação do Projeto Ético Político no cotidiano profissional, identificamos nos relatos a luta pela defesa e garantia dos direitos sociais através de políticas públicas, ao acesso aos serviços e programas da política de assistência social como um direito previsto em lei e não na perspectiva da cultura do favor e do clientelismo; no sigilo profissional e no direcionamento das suas ações profissionais no cotidiano profissional, etc. Nas entrevistas, a partir dos relatos é notório o direcionamento crítico que as profissionais imprimem nas suas ações profissionais, expresso na preocupação de estarem orientando o exercício profissional a partir dos princípios do código de ética profissional e da escuta qualificada para identificar as necessidades dos usuários e construir respostas críticas a partir dos aparatos normativos da profissão. Nos relatos sobre quem são os usuários da política de assistência, quais as demandas apresentadas por eles e as respostas profissionais construídas, é notório que as profissionais possuem um entendimento amplo sobre o público alvo que atendem no CRAS para além das terminologias presentes na política de assistência social como “vulnerabilidade e risco social” e buscam responder as demandas com criticidade e a partir das mediações da dimensão teórico-metodológica e ético-política da profissão.

Por todo o exposto até aqui, constatamos que apesar dos limites e desafios presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam nos diversos CRAS do município, os profissionais conseguem materializar os princípios, diretrizes e valores presentes no Projeto Ético-Político no exercício profissional a partir de um conjunto de mediações (referencial teórico-marxista, ética, postura investigativa, dimensões da profissão) que constituem importantes subsídios nesta relação entre a projeção, intencionalidade e a efetividade na realidade. Portanto, o projeto profissional do Serviço Social é “certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível que encobre as possibilidades dos homens construírem sua própria história” (IAMAMOTO, 2015, p.208).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Ordinária n. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 8 jul. 1993.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: Nov/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download>> Acesso em: Nov/2017.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.pdf/download> Acesso em: Nov/2017.

_____. **Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. Conselho Federal de Serviço Social- CFESS. 9ª edição revista e atualizada, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 556**, de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacreção do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Resolução CFESS nº 557**, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntas entre o assistente social e outros profissionais.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social*: desfazendo nós e construindo alternativas. mimeo, 2014.

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares aprovadas/1996 em relação a perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: **SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Maria Liduína de Oliveira Silva (org). São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 1999.

_____. O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). In: Caderno CRH, Vol. 15, N° 37. 2002.

_____. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **Revista ARGUMENTUM**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010.

ALMEIDA. Érica Terezinha Vieira de. Modernidade e Pós-modernidade: Crise e Conservadorismo. In: **Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora**, Faculdade de Serviço Social, v.2, n.2 jul/dez/2002- v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora, 2003. Págs. 97 a 114.

ALMEIDA. Guilherme. Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do código de ética do/a assistente social. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

ALMEIDA. Ney Luiz Teixeira de. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societal, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. In: Biblioteca Básica do Serviço Social, Volume 4. São Paulo: Cortez editora, 2010.

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8.ed. – São Paulo. Cortez, 2010.

_____. Barbárie e Neoconservadorismo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N°106, São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N°124, São Paulo: Cortez, 2015.

_____; TERRA. Sylvia Helena. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMENTADO**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS(Org). São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, Dilséia; VINAGRE, Marlise; SALES, Mione e GONELLI, Valéria M.M. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 2012.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**. Florianópolis. V.10, n.esp.2007, p.46-54.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº100, 679-708, out/dez.2009.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto Profissional Crítico. In: **Assistente Social: Ética e Direitos**. Rio de Janeiro: CRESS-7ª R., 2001.

_____. A hegemonia em Xeque. Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social. Ano VII, novembro de 2007.

BEHRING, Elaine R. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete S. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).

BONFIM, Paula. **CONSERVADORISMO MORAL E SERVIÇO SOCIAL: A particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete S. Seguridade social e os desafios do Projeto Ético-Político. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº79. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo? In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Ed.34, 1996.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**. Tradução de Marcelo Gonzaga de Oliveira e Giovanna Louise Libralon. Campinas, SP: Vide Editorial, 2017.

CAMPAGNOLLI. S.R.A.P. **Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e o instrumental técnico**. Dissertação de mestrado. PUC/SP, São Paulo, 1993.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil Contemporâneo. In: **SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Maria Liduína de Oliveira Silva (org). São Paulo: Cortez, 2016.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus, Maria Carmelita Yazbek (Orgs). São Paulo: EDUC, 1997.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

_____.; SANTOS, Silvana M.M dos. MOVIMENTOS FEMINISTAS E PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, M.B; DURIGUETTO. M.L (orgs). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediatividade na prática profissional do assistente social**— Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. **Cadernos ABESS**, nº04. Cortez: São Paulo, 1991.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2007.

DURIGUETTO, M.L. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PÓS-ANOS 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M.B; DURIGUETTO. M.L (orgs). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. In: Os pensadores; São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

EIRAS, Alexandra A.L.T.S. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

EVANGELISTA, João. E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. – 6.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª edição. Zahar, 1976.

FERREIRA, Ana Maria. **Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda: particularidades da realidade de juiz de fora**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

FILGUEIRAS, Luiz. **NOTAS PARA A ANÁLISE DE CONJUNTURA**. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IE-UFRJ Discussion Paper, 015 – 2015, págs 14-25.

FORTI, Valeria. **Ética, Crime e Loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. O social em questão. **Revista do departamento de Serviço Social da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, nº28, 2012, p.265-280.

_____. Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

FORTI, Valeria; COELHO, Marilene. Contribuição a crítica do Projeto Ético-Político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES A SUA CRÍTICA**. Valeria Lucília Forti, Yolanda Demetrio Guerra (ORG). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GUERRA, Yolanda Demetrio. AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL E A POSSIBILIDADE DE RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DAS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS. **Revista Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora**, Faculdade de Serviço Social, v.2, nº2, jul/dez/2002, Juiz de Fora.

_____. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: **Revista Ágora – Políticas Sociais e Serviço Social**. Ano 2, n. 3, dez/2005.

_____. O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº. 91-Set/2007.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. SANTOS, C. Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

_____. Compromisso com a qualidade dos Serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significados, limites e possibilidades. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katál.**, Florianópolis, V.16, n.especial, p.39-49, 2013.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: apreciação crítica que se faz necessária. In: **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES A SUA CRÍTICA**. Valeria Lucília Forti, Yolanda Demetrio Guerra (ORG). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do partido dos Trabalhadores. **Revista soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº37, p.7-39, janeiro de 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOLANDA. Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed- São Paulo: Companhia das Letras ,1995.

IANNI, O. **O Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº3 (Jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. **RENOVAÇÃO E CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: ensaios críticos**. 12. Ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº120, 609-639, out./dez. 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011

HEGEL. G.W.F. **FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO**. Parte I. Tradução de Paulo Meneses com a colaboração de Karl Heinz Effen. Vozes, Petrópolis, 1984.

JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1997.

KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, G. **Estética I. La peculiaridade do ló estético**. Ediciones Grijalbo S.A. Barcelona – México, D.F, 1966.

_____. **El asalto a la razón**. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a particularidade como categoria da estética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1970.

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo editorial, 2012, São Paulo, 2012. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes.

MANNHEIM.K. O pensamento conservador. In. MARTINS, J.S. **Introdução a crítica sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**/karl Marx: apresentação e [posfácio] Daniel Bensaid. Tradução: Nélio Schneider. [Tradução de Daniel Bensaid, Wanda Caldeira Brant] – São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx- Engels).

_____. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. - São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Revista Temporalis**. Ano V, nº09, 2005, págs 117-129.

MATTOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos Socioeconômicos. In: **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 200

_____; LIMA, Telma Cristiane S. de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MOLJO, Carina Berta. CULTURA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, V.4 e 5. Nº especial, p.171-191, 2005.

_____. Considerações sobre o Serviço Social na América Latina. **Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro, V.24, nº02, p.403-421, Jul/dez.2014.

_____; MENDES, Daniela Leonel de Paula; VIANA, Lívia Mendes, RODRIGUES, Cynthia Rezende Soares; PIMENTA, Flávia de Oliveira. Serviço Social e Assistência Social: uma análise a partir dos parâmetros para atuação do assistente social na política de assistência social. In: **Serviço Social e questão social**: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Carina Berta Moljo, Cláudia Mônica dos Santos (Organizadoras) – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

_____; MENDES, D.L.P. Supervisão de estágio e pesquisa em Serviço Social: o desvendar da realidade como eixo crítico-formativo. In: **A Supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MOTA, Ana E. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana E. (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

MUSTAFÁ, Alexandra. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Revista Praia Vermelha**, nº11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.168-183, Segundo Semestre de 2004.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. Nº30, abril de 1989.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis 3: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS. 2001.

_____. O movimento de reconceitualização 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. Nº84, novembro de 2005.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2006.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed.– São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: **Cotidiano: conhecimento e crítica**/ Maria do Carmo Brant de Carvalho, José Paulo Netto, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Editorial Estampa, Lisboa, 1981.

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. **O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. Projeto profissional, formação e estágio supervisionado em Serviço Social. In: **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES A SUA CRÍTICA**. Valeria Lucília Forti, Yolanda Demetrio Guerra (ORG). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 8ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1965.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Revista Textos e Contextos (Porto Alegre). V.11.n.1, p.116-128. Jan/jul.2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **A Supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.** Rio de Janeiro, Editora: Lumen Juris, 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **MEDIAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A construção dos projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. In: **Revista Temporalis.** n.05, 2002, p.81-94.

_____. A mediação das organizações políticas. In: **Revista Inscrita.** Conselho Federal de Serviço Social. Ano VII, novembro de 2007

_____. Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político. In: **Revista Inscrita.** Conselho Federal de Serviço Social. Ano VIII, novembro de 2009.

_____. A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Revista Temporalis,** Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122. Jul/ dez.2011.

_____; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. PROJETO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: lições históricas e lutas contemporâneas. In: **SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** Maria Liduina de Oliveira Silva (org). São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** – São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** Revista Serviço Social e Sociedade. n°116, p.609-635. Out/dez.2013.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado providência/ Pierre Rosanvallon.** Trad. De Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 170 páginas.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais.** Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

RODRIGUES, M. P. Projeto Ético-Político e a Política de Assistência: a centralidade da luta pela afirmação dos direitos. In: SOUZA; N.R.Q.; OLIVEIRA, A.L; ALMEIDA, V.F. M. e CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social**. RJ: Public Editora e Publicidade, 2007

SANTOS, Cláudia Mônica dos. AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Revista Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora**, Faculdade de Serviço Social, v.2, nº2, jul/dez/2002, Juiz de Fora.

_____. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

_____. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: **SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Maria Liduína de Oliveira Silva (org). São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, C. M.; FILHO, R. S.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012b.

_____; NORONHA, Karine. “O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente social – uma perspectiva crítica”. IN: GUERRA, Y E FORTI, V. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

_____; MOLJO, Carina Berta; MARTINS. Alcina. Trabajo Social crítico ¿ do que se trata? In: **Trabajo y Formación em Trabajo Social**. Avances y tensiones em el contexto de Iberoamérica. Yolanda Guerra, Virgínia Alves Carrara, Alcina Martins, Marinêz de Oliveira Xavier (Coord.). Universidad de Granada, 2017, págs.135-154.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Col. Questões da Nossa Época, v.132).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A política social na ordem brasileira**. 2ed.Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. Nº104, p.695-714. Out/dez. 2010.

SARMENTO, Hélder B. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1994.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2012.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios a pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica a prática profissional. **Revista Katálisis**. Florianópolis. V.10, n.esp.2007, p.64-72.

SILVA; Letícia Batista; MENDES, Alessandra Gomes. Serviço Social, saúde e a interdisciplinaridade: algumas questões para o debate. In: **Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional**. Editora Papel Social, São Paulo, 2013.

SIMAS, Fábio do Nascimento; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Exercício profissional: uma mediação central entre direitos humanos e o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. In: **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES A SUA CRÍTICA**. Valeria Lucília Forti, Yolanda Demetrio Guerra (ORG). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

SOARES, L. T. **O Desastre Social. Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização**. Record. Rio de Janeiro. 2003.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n°122.

_____. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

SOUZA FILHO, Rodrigo; OLIVEIRA, Ester de Almeida. Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática. In: MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Sistema Único de assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et.al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. Ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética**

articulados à atuação crítica dos assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (Org). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. SANTOS, C. Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 2ed. São Paulo. Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER John Bellamy (orgs): tradução, Ruy Jungmann.- **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1999.

_____. **DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO: a renovação do materialismo histórico**. Boitempo Editorial, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, abr./jun., 2012. págs. 288-322.

APÊNDICE A- Questionário utilizado nas entrevistas



SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Orientadora do projeto: Dra. Carina Berta Moljo. Professora Associada da FSS e Pesquisadora CNPq.

Entrevista realizada no CRAS: _____.

Data: _____. Entrevistador (a): _____.

- **Perfil dos Assistentes Sociais**

1. Nome Completo: _____

2. Idade: _____

3. Sexo: _____

4. Graduiu-se em faculdade:

Pública Privada

Qual? _____

5. Ano em que se formou: _____

6. Você desempenha atividade profissional em outra organização/ instituição?

Sim Não Qual? _____

7. Qual seu vínculo empregatício no CRAS? _____

8. O que o (a) motivou optar pela profissão de Serviço Social?

8.1. Atualmente essa motivação permanece? () Sim () Não

Justifique. _____

9. Você possui pós graduação, especialização: Lato Sensu e/ou Stricto Sensu? () Sim () Não

Quais? _____

10. Em qual instituição de ensino realizou estes cursos? _____

8.1. Em caso negativo, justifique: _____

11. Você participa de atividades de atualização (palestras, seminários, congressos, cursos de extensão etc.)?

() Sim () Não

11.1. Em caso afirmativo, com que frequência? _____

12. Você tem ou teve participação em:

() Organização da categoria profissional

() Partidos Políticos

() Sindicatos

() Movimentos Sociais

() Conselhos de direitos/ políticas públicas

Outros? Qual? _____

12.1. Se não, por quê? _____

13. Você se considera realizada profissionalmente?

() sim () não

Por quê? _____

- **Condições de trabalho**

14. Qual atividade desempenha no CRAS? _____

15. Como você definiria as suas condições de trabalho?

16. Como é sua relação de trabalho com:

16.1. Os usuários:

16.2. Outros profissionais do CRAS:

- Técnicos SUAS: _____

- Com a rede socioassistencial _____

16.3. Coordenação da instituição:

16.3.1. A(o) coordenadora (o) é Assistente Social?

() sim () não

16.3.2. Há quanto tempo está na coordenação? _____

17. Você considera importante a coordenação dos CRAS terem uma formação generalista?

() Sim () Não

17.1. Se sim, quais são os impactos no processo de trabalho?

17.2. Se não, por quê?

18. Quais são os profissionais que compõem a equipe profissional deste CRAS?

18.1. Quais são as atribuições de cada membro da equipe?

19. Você considera que há um trabalho interdisciplinar no CRAS?

() Sim. () Não.

19.1. Se sim, como este trabalho se realiza?

19.2. O que você acha que deveria mudar para que este trabalho se realize?

19.3. Qual é o papel do A.S no trabalho interdisciplinar?

20. Quem são os usuários do CRAS?

21. Quais são as principais demandas dos usuários?

22. Como são respondidas as demandas dos usuários?

23. Quais as suas principais atividades desenvolvidas no CRAS?

24. O espaço físico do CRAS é apropriado para a realização das atividades?

() Sim () Não.

Por quê? _____

24.1. Em sua visão, o que deveria ser feito para melhorar este espaço?

- **Organização e trabalho**

25. Conte-nos um dia do seu trabalho:

26. Você tem planejamento de trabalho?

() Sim () Não.

Qual? _____

26.1. Se sim, este Planejamento é: () individual () Coletivo

27. Quais são seus principais instrumentos de trabalho?

27.1. Como é o processo de escolha destes instrumentos?

27.2. Qual a contribuição destes instrumentos para o desenvolvimento de suas atividades?

28. Qual é a sua opinião sobre o Cadastro Único?

28.1. Para você, são os Assistentes Sociais que devem preencher o cadastro único?

Sim Não

Por quê? _____

28.2. Você tem a sistematização/ relatórios do CADÚNICO?

Sim Não

Se sim o que faz com essas informações?

29. Em relação ao cotidiano profissional, quais são os limites encontrados no exercício da profissão? E as possibilidades?

30. Qual a demanda do SUAS para o exercício profissional do assistente social?

31. Que relação você estabelece entre o SUAS e o projeto ético político da profissão do Serviço Social?

32. Ainda sobre o cotidiano, quais são as suas estratégias de trabalho para o atendimento das demandas dos usuários?

33. Você realiza ou já realizou algum trabalho em grupo no CRAS? () Sim () Não

33.1. Se sim, qual?

33.2. Se não por quê?

34. Como funciona o Programa de Segurança Alimentar (PSA)?

35. Quais são os profissionais responsáveis pelo programa?

36. Onde são distribuídas as cestas básicas do PSA?

36.1. Você considera que esses espaços podem influenciar na visão dos usuários acerca da Assistência Social como direito?

37. Você tem conhecimento dos recursos financeiros destinados ao CRAS?

- **Autonomia profissional**

38. Você considera ter autonomia no CRAS?

() Sim () Não

38.1. Como ela se efetiva?

39. Como você avalia a legislação da profissão na intervenção profissional: _____

39.1. Como o código de ética profissional se concretiza no espaço sócio ocupacional?

39.2. Qual a principal conquista da categoria de assistentes sociais para você?

40. Você tem arquivo privativo? _____

() Sim () Não.

Por quê? _____

- **Articulação teórico prática**

41. Em sua opinião, qual a importância do CRAS na vida da população usuária?

41.1. Você entende que os usuários avaliam a prestação de serviços no CRAS como direito?

42. De que maneira as dimensões da profissão (teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas) se efetivam no exercício profissional?

43. Na sua opinião, qual a importância da implementação do SUAS para o exercício profissional?

44. 42.1. Por quê?

45. Para você o que mudou com a implementação do SUAS para Assistência Social?

46. Qual o significado de trabalhar vinculado a uma política pública?

46.1. De maneira geral, como é o exercício profissional na assistência social?

46.2. Em sua opinião a assistência social é uma política social precária?

46.3. De que forma isso interfere no exercício profissional?

47. Por fim, gostaria de fazer alguma colocação?

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa referente à pesquisa **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: uma análise a partir dos Assistentes Sociais e dos usuários**. Sob coordenação da professora Dr^a Carina Berta Moljo, financiada pelo CNPq e pela UFJF, que tem como objetivo conhecer e analisar o exercício profissional do assistente social, focalizando a dimensão da cultura e a interseção com o projeto ético político do Serviço Social, assim como conhecer os usuários destinatários da política de assistência social em Juiz de Fora e a concepção desta política como direito social. Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobrenomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que as discussões ocorridas durante as entrevistas serão gravadas e, posteriormente, os dados serão analisados e divulgados. Uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.”

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2015.

_____ RG: _____ .

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador